



João Carlos dos Santos Simões

AS RELAÇÕES LUSO-NIPÓNICAS DURANTE A ÉPOCA NANBAN: UM CASO DE PARADIPLOMACIA QUINHENTISTA E SEISCENTISTA

Dissertação de Mestrado em História na área de Expansão, Colonialismo e Pós-Colonialismo,
orientada pela Doutora Margarida Sobral Neto apresentada ao Departamento de História
da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

2016



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Faculdade de Letras

As Relações Luso-Nipónicas durante a Época Nanban: um caso de Paradiplomacia Quinhentista e Seiscentista

Ficha Técnica:

Tipo de trabalho	Dissertação de Mestrado
Título	As Relações Luso-Nipónicas durante a Época Nanban Um caso de Paradiplomacia Quinhentista e Seiscentista
Autor/a	João Carlos dos Santos Simões
Orientador/a	Doutora Margarida Sobral Neto
Júri	Presidente: Doutora Maria Alegria Marques Vogais: 1. Doutor João Pedro de Matos Paiva 2. Doutora Margarida Sobral Neto
Identificação do Curso	2º Ciclo em História
Área científica	História
Especialidade/Ramo	Expansão, Colonialismo e Pós-Colonialismo
Data da defesa	31-10-2016
Classificação	15 valores



Resumo

Esta dissertação tem como objectivo fazer uma aproximação de novas teorias, nascidas no seio das Relações Internacionais, a análises históricas de contextos políticos específicos. Nesse sentido, o presente trabalho visa abordar os conceitos modernos de paradiplomacia (um modelo de análise de relação entre entidades sub-nacionais), como introduzidos por Panayotis Soldatos, Ivo Duchacek e André Lecours, entre outros, e testar a sua aplicação em contexto histórico. Para tal, escolheu-se como campo de estudo o período dito Nanban (1543-1639/40). Este período representou os anos de contacto entre um Japão fragmentado em fortes poderes regionais com uma nova força na região, a Coroa Portuguesa, representada de forma pouco controlada por mercadores portugueses originários dos territórios portugueses no Sudeste Asiático e por missionários da Companhia de Jesus. O trabalho procurará demonstrar como os senhores regionais japoneses, os comerciantes portugueses e os missionários jesuítas interagem numa teia de interesses políticos, económicos, militares e religiosos, naquilo que se procurará identificar como um conjunto de relações paradiplomáticas.

Palavras-chave: paradiplomacia; redes de negócios; autonomia; evangelização; unificação.

Abstract

This dissertation aims to bring closer together new theories, born from the science of International Relations, and the analysis of specific historical political contexts. In that sense, the present work will approach the modern concept of paradiplomacy (an analysis model for the study of the relations between sub-national entities), as introduced by Panayotis Soldatos, Ivo Duchacek and André Lecours, among others, and test its application in historical context. As such, the said Nanban period (1543-1639/40) was selected. This period represents the years of contact between Japan, at the time fragmented in strong regional units, with a new force in the region, the Crown of Portugal, loosely represented by traders from its Southeast Asian territories, and by missionaries from the Society of Jesus. This work will seek to demonstrate the way in which the Japanese regional lords, the Portuguese traders and the Jesuit missionaries interacted in a web of political, economic, military and religious interests, in the context of what will be tentatively identified as a set of paradiplomatic relations.

Keywords: paradiplomacy; business networking; autonomy; evangelization; unification.

Agradecimentos

Gostaria primeiramente agradecer à Faculdade de Letras de Coimbra e à minha orientadora a Doutora Margarida Sobral Neto por me terem dado a possibilidade de fazer esta dissertação. Em segundo quero agradecer à minha mãe Dona Maria Ascensão porque sem o seu apoio e o seu incentivo não estaria aqui nem tão pouco teria feito este trabalho. Por fim, mas não menos importante, gostaria de agradecer aos meus queridos amigos o Doutor Daniel Rodrigues e o Mestre João Pedro Cotrim pelas suas valiosas opiniões enquanto este trabalho estava a ser feito e também quero agradecer o seu incentivo e apoio. Particularmente gostaria de agradecer em especial à minha querida amiga Helena Cristina que desde sempre teve uma paciência de santa e me deu um apoio fundamental em momentos em que estive para desistir ou ir-me abaixo. Tenciono também aqui homenagear, um português precursor de todos nós e esquecido durante muitos e longos anos, refiro-me a Wenceslau de Moraes (1854-1929), que foi viver para o Japão em 1899, como primeiro cônsul português para Kobe e Osaka, carreira que abandonará após a morte da sua primeira mulher em 1912. Escreveu vários livros sobre o Japão e a sua cultura do qual destacamos: *Relance da Alma Japonesa* (1926) ou *Fernão Mendes Pinto no Japão* (1920), tendo escrito outros, assim como alguns artigos para um jornal do Porto que no início do séc. XX permitiram dar-nos uma janela para a cultura e história japonesa. Por último um agradecimento e reconhecimento a todos os notáveis e apaixonados por esta época, aqueles que a experienciaram, que a imortalizaram e que retornaram, para contar esta história, ajudando à sua divulgação através deste trabalho, a todos o meu muito obrigado!

Índice

Resumo.....	1
Agradecimentos.....	2
Introdução	4
Parte I - Contextualização Teórico-Histórica.....	8
Capítulo 1 – O conceito de Paradiplomacia.....	8
Capítulo 2 – Contextualização Histórico-Política.....	11
2.1 - Breve descrição da Ásia no século XVI.....	11
2.2 - O Arquipélago Japonês	14
2.3 – Os Portugueses do Índico ao Sudoeste da Ásia.....	19
2.3.1 – As relações sino-portuguesas e o estabelecimento de Macau	21
2.3.2 - A chegada ao Japão.....	25
2.3.3 – O comércio entre Macau e o Japão e o papel do Capitão-Mor	27
2.4 – A Companhia de Jesus	36
2.4.1 – A Missão do Japão	38
Parte II - Casos de paradiplomacia no período Nanban	44
Capítulo 3 – A Missionaçã.....	44
3.1 - A Fundação de Nagasaki	50
3.2 – Valignano, a embaixada Tenshō e Oda Nobunaga.....	53
Capítulo 4 – Toyotomi Hideyoshi, João Rodrigues S.J. e Tokugawa Ieyasu	55
Capítulo 5 – O Epílogo das Relações Luso-Nipónicas	84
Conclusão.....	99
Bibliografia	104
Apêndices.....	110

Introdução

Este estudo visa as relações que se estabeleceram entre Portugal e o Japão durante a segunda metade do séc. XVI e as primeiras décadas do séc. XVII. O período temporal que me proponho a abordar cobrirá os anos de 1543 até 1639/40, abrangendo a denominada época Nanban, e durante o qual os portugueses serão conhecidos como *nanbanjin*.

O fascínio que o Japão exerce sobre o Ocidente é significativo hoje como no passado. No mundo de hoje a cultura popular japonesa (*taishu bunka* ou *minshu bunka*) propagou-se pelo Ocidente, seja através de filmes, séries de televisão ou literatura diversa, levando a que muitos jovens no Ocidente desde muito cedo se vejam imersos em conceitos japoneses, em palavras japoneses, em hábitos e costumes japoneses que chegam até nós graças ao mundo globalizante e globalizado da atualidade. Podemos ainda destacar como influências contemporâneas do Japão em Portugal os muitos restaurantes decorados com motivos japoneses como pássaros, leques e cerejeiras que são também usados na decoração de interiores, ou as várias marcas de automóveis e motas (Honda, Nissan ou Kawasaki) que circulam por aí. Mas este fascínio pelo Japão acompanha os ocidentais desde há muito, provavelmente desde o livro *As Maravilhas do Mundo* da autoria de Marco Polo (1254-1324), no qual aparece a referência às ilhas de Cipango. O sonho de encontrar essas terras levará depois o explorador Cristóvão Colombo a procurar atingi-las, processo idêntico vivido por muitos marinheiros, aventureiros e mercadores portugueses que se deslocaram para o Sudoeste asiático durante os sécs. XVI e XVII, embarcando em perigosas mas lucrativas viagens para esse longínquo oriente. Destaca-se entre eles Fernão Mendes Pinto (1510/14 a 1583), que tal como o aventureiro italiano deixará conta das suas aventuras por terras da Ásia na sua *Peregrinação*. Este livro, publicado por Frei Belchior Faria em 1614, continha o seguinte título:

Peregrinaçam de Fernam Mendez Pinto em que da conta de muytas e muyto estranhas cousas que vio & ouvio no reyno da China, no da Tartaria, no de Sornau, que vulgarmente se chama de Sião, no de Calaminhan, no do Pegù, no de Martauão, & em outros muytos reynos & senhorios das partes Orientais, de que nestas nossas do Occidente ha muyto pouca ou nenhuma noticia. E também da conta de muytos casos particulares que acontecerão assi a elle como a outras muytas pessoas. E no fim della trata brevemente de algumas cousas, & da morte do Santo Padre Francisco Xavier, unica luz & resplandor daquellas partes do Oriente, & reitor nellas universal da Companhia de Iesus.

Felizmente, para além do polémico relato de Pinto, também nos podemos socorrer de variada correspondência jesuítica que nos transmite relatos bastante vívidos das aventuras e desventuras vividas nessas paragens, tanto como pelos missionários como por outros. Após vários anos de estudo pessoal e devido ao meu interesse pela história e cultura japonesa há já 20 anos bem como a minha participação em 2013 no projeto Nanban 470 (que visou comemorar os 470 anos de contacto entre Portugal e o Japão, e no qual se realizaram várias conferências em Coimbra, contando com apoio da Faculdade de Letras), senti que faltava algo nas análises deste período, mais concretamente um conceito que pudesse explicar o tipo de relacionamento existente entre os portugueses, os missionários de diversas nacionalidades e os japoneses, visto que em obras de referência como *The Southern Barbarians* de Michael Cooper S.J. ou *The Christian Century in Japan: 1549-1650* de C. R. Boxer, apesar de se relatar de forma extensiva os contactos, tornou-se para mim evidente que essas relações não possuíam a formalidade de relações diplomáticas entre Estados. Debrucei-me então sobre a história de Portugal e sobre as ações da Coroa portuguesa para além de Malaca e deparei-me com a diferença de preocupação sentida em relação aos vários territórios dessa geografia.

Constatei que desde cedo a Coroa portuguesa procurou entabular relações diplomáticas formais com a China Ming, sendo isto patente na famosa embaixada de Tomé Pires. Questionei-me assim o porquê desta diferença de atitude entre a China e o Japão: poderia isto ser devido ao papel que a China Ming desempenhava na realidade do Pacífico? Seria devido à herança e legado das navegações de Zheng He¹ pelo Pacífico e Índico ou esta atitude ficou a dever-se ao facto de a China ser no séc. XVI um estado centralizado ao contrário do Japão?

Contemplei de seguida a ação da Coroa portuguesa no Índico, *per si*, pois o seu eixo geoestratégico concentrou-se nesta área e em assegurar uma talassocracia² na região, ideia que resultou das viagens de Vasco da Gama, de Pedro Álvares Cabral e das posteriores campanhas militares de Francisco de Almeida e Afonso de Albuquerque.

Procurando então um conceito para caracterizar estas relações luso-nipónicas deparei-me com a paradiplomacia, apesar de ser uma conceção contemporânea desenvolvida pelo professor Duchacek e por Panayotis Soldatos, nela identifiquei vários aspetos que podiam ser aplicados às relações luso-nipónicas durante a época Nanban.

¹ Ver notas biográficas em apêndice II e Levathes, Louise, *When China ruled the Seas: The Treasure Fleet of the Dragon Throne, 1405-33*, Oxford University Press, London, UK, 1997.

² Palavra que deriva das palavras gregas *θάλασσα*, *thalatta* (o mar) e *κρατία*, *kratía* (no grego força e poder evoluindo para o latim como *cratía* e consequentemente para a terminação portuguesa -cracia) referindo-se a um estado cujo governo ou poder centraliza-se num contexto marítimo. O termo pode também aplicar-se à supremacia naval de um estado no sentido militar ou comercial.

Assim nasceu na minha mente a seguinte pergunta, que se tornou o eixo central deste trabalho: pode o conceito moderno da paradiplomacia ser aplicado a um contexto histórico concreto? Iniciei então uma pesquisa mais orientada, mas rapidamente me confrontei com um imenso manancial de bibliografia em inglês e muito pouco em língua portuguesa. Constatei que muita dessa bibliografia recorria a fontes japonesas. Dessa forma optei por recorrer maioritariamente à bibliografia inglesa, mais próxima das fontes japonesas.

Fazendo um breve apanhado do estado da arte, devem ser mencionados de antemão vários historiadores que já trabalharam sobre o tema das relações luso-nipónicas, destacando-se: Charles Ralph Boxer (1904-2000) que publicou várias obras entre as quais *The Christian Century in Japan 1549-1650* (1951), *The Great Ship from Amacon* (1959) ou *The Portuguese Seaborne Empire* (1969); os autores J.F.Moran com o livro *The Japanese and the Jesuits: Alessandro Valignano in Sixteenth Century Japan* (1993) e Olof G. Lidin com *Tanegashima: the Arrival of Europe in Japan* (2002). É também impossível não referenciar os estudos de Michael Cooper S.J. compostos por obras como *They Came to Japan: An Antology of European Reports on Japan, 1543-1640* (1965), *Rodrigues the Interpreter: An Early Jesuit in Japan and China* (1974) ou *The Southern Barbarians: the First Europeans in Japan* (1971).

Não se pode deixar de referir os trabalhos de José Wicki S.J., que editou a *Historia de Japam* de P. Luís Fróis S.J, compilada em 5 volumes no início dos anos 80. Merece também especial menção o embaixador Armando Martins Janeira (1914-88), que exerceu funções diplomáticas no Japão, a primeira vez entre 1952-55, como primeiro secretário da legação de Tóquio, a segunda como Embaixador de Portugal em Tóquio entre 1964-71. Esta sua presença no Japão permitirá ao autor deixar-nos uma extensa obra da qual destacamos alguns títulos como *Nô, Teatro Lírico Japonês* (1954), *O Impacto Português sobre a Civilização Japonesa* (1970) ou *Japão, a construção de um país moderno* (1985) sendo estes só alguns exemplos de uma vastíssima obra que nos legou.

Não posso terminar sem referenciar uma das mais recentes publicações em Portugal, de Novembro de 2014, do livro *História da Expansão e do Império Português* coordenado por João Paulo Oliveira e Costa, José Damião Rodrigues e Pedro Aires de Oliveira. De João Paulo Oliveira e Costa destacam-se vários livros publicados como *Portugal e o Japão: o século Nanban* (1993), *Em torno da criação do bispado do Japão* (1993), *A descoberta da civilização japonesa pelos portugueses* (1995), *O Japão e o Cristianismo no século XVI: ensaios de História luso-nipónica* (1999). Merece ainda referência a compilação de várias cartas jesuíticas presentes nos 12 volumes intitulados *Documentação para a História das Missões do Padroado Português do Oriente Índia* (1943-56), de António da Silva Rego, ou os

3 volumes intitulados *Documentação para a História das Missões do Padroado Português do Oriente Insulíndia (1954-55)*, de Artur Basílio de Sá bem como várias publicações feitas em anos recentes pelo Apostolado da Oração de Braga.

O presente estudo pretende ser interdisciplinar, conjugando História, um conceito das Relações Internacionais, um pouco de Geografia e de Filosofia Política. Em termos metodológicos, a base deste estudo será a recolha, leitura e análise de fontes (primárias e secundárias) e de bibliografia existente acerca desta temática. Como já foi referido, este estudo pretende abordar as relações luso-nipónicas dos séculos XVI e XVII, interpretando-as como um caso de paradiplomacia. Parece-me pertinente esta abordagem dada a sua concreta utilidade para compreender que Japão foi encontrado pelos Portugueses, que impactos foram provocados devido a este contacto e como a história, a cultura e certos aspetos regionais do Japão foram tocados e em alguns casos alterados.

Este trabalho divide-se em duas partes: a primeira será designada por Contextualização Teórico-Histórica, onde são apresentados alguns modelos conceptuais de paradiplomacia, seguido da apresentação dos protagonistas destas relações paradiplomáticas, a saber os *daimyō* japoneses, os mercadores portugueses e os missionários jesuítas.

Entrar-se-á de seguida na segunda parte onde abordarei alguns casos por mim entendidos como exemplos de ação paradiplomática no contexto do processo de unificação político-militar do Japão, do comércio português e dos seus rivais e da Missão jesuíta do Japão.

Finalmente, procurarei concluir se é legítimo aplicar um conceito contemporâneo às relações luso-nipónicas nos séculos XVI e XVII.

Ao longo deste trabalho optei por apresentar as designações de cargos japoneses em itálico pois são palavras japonesas romanizadas. Todas as referências geográficas e nomes aparecem romanizados, mas seguindo o fonema japonês – dessa forma, Kyūshū, Kyoto ou Honshū aparecerão com esta grafia, mas não em itálico, o mesmo sucedendo com nomes de família, como Ōmura, Mōri ou Hōjō.

Parte I - Contextualização Teórico-Histórica

Capítulo 1 – O conceito de Paradiplomacia.

Antes de avançar torna-se importante explicar o conceito de paradiplomacia, visto que será à luz dos seus modelos teóricos que serão identificados vários casos como podendo ser analisados como paradiplomáticos. Julgo que a História, como uma ciência viva, está em constante mudança, seja porque se adquirem novos conhecimentos, resultantes de novos dados, fontes e obras que se julgavam perdidas e foram descobertas, ou novas informações presentes em coleções privadas finalmente reveladas, seja porque está sempre aberta à reinterpretação de dados já conhecidos à luz de novos avanços sociais e tecnológicos. Todas estas formas mantêm a história como uma força viva e em constante mudança. Temos, por isso, que acrescentar novas teorias ou novas perspectivas de abordagem resultantes do mundo atual. Ao abrigo da anterior afirmação insere-se a paradiplomacia: um conjunto de atividades ou iniciativas do âmbito das Relações Internacionais, realizadas por entidades regionais, locais ou não ligadas ao governo central, nomeadamente da sociedade civil, para promoção dos seus interesses.

O termo paradiplomacia foi introduzido nos anos 80 pelo professor canadiano Panayotis Soldatos, tendo depois como um dos seus principais teorizadores o professor Ivo D. Duchacek (1913-1988). No Iº capítulo da obra intitulada *Federalism and International Relations, the role of subnational units* (ed. Michelmann, Hans J. and Soldatos, Panayotis 1990), o professor Duchacek, num artigo intitulado “Perforated Sovereignties: Towards a Typology of New Actors in International Relations” identifica seis formas através das quais os governos regionais conseguem defender e promover os seus interesses no exterior e tornarem-se atores dominantes no plano externo³, a saber: em primeiro lugar, através do estabelecimento de legações em capitais ou centros estrangeiros de comércio e indústria para os representar no exterior. Mantendo depois estas legações, o governo regional procura alcançar dois objetivos: o primeiro, encorajar o investimento estrangeiro e o comércio promovendo atividades e negociações diretas com estrangeiros, seja a título privado ou com instituições governamentais; em segundo, para servir de formação aos oficiais provinciais ou estatais, para compreenderem e negociarem com estrangeiros, com vista a receberem informação de forma a realizar mais eficazmente o seu comércio e rentabilizar o investimento; em segundo lugar,

³ Michelmann, Hans J. e Soldatos, Panayotis (ed.), *Federalism and International Relations, the Role of Subnational units*, Oxford University Press, New York, USA, 1990, pp. 14-15.

através da realização de viagens de autopromoção ao estrangeiro, bem publicitadas por parte dos governos regionais; em terceiro lugar, curtas viagens ao exterior, de âmbito profissional, por parte de oficiais do governo regional; em quarto lugar, a organização de feiras de comércio ou de investimento, onde se mostram os produtos regionais e o conhecimento tecnológico, indo desde campanhas públicas para promover o investimento estrangeiro até às oportunidades de negócio e turismo; em quinto lugar, no estabelecimento de zonas de comércio estrangeiro; por fim, na participação de representantes regionais em conferências e organizações ou como representantes formais, a nível diplomático, do seu governo central.

Duchacek caracteriza de seguida a paradiplomacia sob três formas: paradiplomacia regional transfronteiriça, na qual os contactos transfronteiriços são institucionais, formais, mas acima de tudo informais, sendo condicionados pela proximidade geográfica e focados na procura de soluções para problemas comuns. Este primeiro conceito significa, na essência, contactos transfronteiriços institucionais, formais, mas principalmente informais, entre áreas geograficamente próximas.

Num segundo nível podem detectar-se contactos paradiplomáticos transregionais (ou macrorregionais), ou seja, ligações e negociações entre entidades regionais que não são vizinhas, mas cujo governo nacional é.

Por fim, num terceiro nível, existe a paradiplomacia global. O professor Duchacek caracteriza-a como contactos político-funcionais com nações distantes, o que faz com que as autoridades locais e regionais entrem em contacto a nível comercial, industrial ou cultural, com centros em outros continentes, mas também com vários ramos ou agências de governos nacionais estrangeiros ou organizações não-governamentais⁴.

Também o professor André Lecours distingue três camadas de paradiplomacia, num artigo de 2008. Segundo ele, a primeira camada relaciona-se com assuntos económicos, e neste contexto, os governos regionais procuram desenvolver uma presença internacional, com o propósito de atrair investimento estrangeiro, chamando companhias internacionais para a região e procurando atingir novos mercados para as suas exportações. Esta camada não possui uma dimensão política explícita, nem se preocupa com questões culturais, pois é simplesmente um instrumento de competição económica global; a segunda camada envolve a cooperação, seja ela cultural, educacional, técnica, tecnológica ou outra - aqui, a paradiplomacia assume-se como mais extensa e multidimensional, pois não está focada somente nos benefícios económicos; a terceira camada já envolve aspetos políticos - neste campo, muitas vezes está presente o desejo de exprimir uma identidade própria, diferente da

⁴ Idem, ibidem, para uma descrição mais detalhada, vide pp. 16-27.

projetada pelo governo central, como se pode verificar atualmente no Québec, na Flandres, na Catalunha ou no País Basco. Neste quadro os governos locais e regionais procuram desenvolver um conjunto de relações internacionais, afirmando a sua própria cultura, a sua autonomia política ou o carácter nacional da comunidade que representam, mas como é óbvio, as considerações políticas não precisam de ter associadas questões de identidade. Os governos regionais podem ter outros objetivos políticos, e mais do que ganhar reconhecimento como uma comunidade distinta ou nação, podem, por exemplo, simplesmente desejar influenciar o comportamento de regiões vizinhas. A paradiplomacia assume-se assim como algo multifuncional e multifacetado⁵.

À luz destes conceitos que acabámos de apresentar, é minha opinião que os modelos da paradiplomacia podem ser aplicados na análise de casos históricos, não se cingindo às relações internacionais contemporâneas. Partilho assim a ideia de Noé Cornago no artigo intitulado “Perforated Sovereignities, Agonistic Pluralism and the Durability of (Para)Diplomacy”⁶

(...) Iremos explorar uma realidade bastante discreta e pouco espetacular, nomeadamente o crescente envolvimento dos governos subnacionais nas relações internacionais (...) Mas será errado considerar esta realidade como algo novo no campo da diplomacia. Na realidade, ao contrário da visão convencional que prevalece nas correntes maioritárias de introdução à diplomacia, a participação de diversos atores no comércio externo, gestão de recursos naturais, trocas culturais ou negociações políticas para além dos canais oficiais dos seus estados-mãe, ou impérios, foi uma característica prevalente e comum nas relações diplomáticas ao longo da história. Floresceu na Idade Média e na Renascença, tendo sobrevivido no mais restritivo sistema diplomático Pós-Vestefaliano, e mesmo durante a Era das Revoluções. Foi igualmente praticada na antiga China, no Sacro-Império-Romano-Germânico, na Espanha imperial, tal como nos impérios Otomano e Britânico. Foi também posteriormente praticada nos Estados Unidos, Chile, Colômbia e Canadá nas suas fases como estados independentes incipientes. O mais importante a destacar é que estas antigas relações diplomáticas não eram só prática comum no passado, mas foram cruciais na formação do estado soberano moderno, que procurou suprimir a pluralidade das vozes, tomando-as como um mera cacofonia e não servindo os interesses do estado. (tradução livre do autor).

Veremos na segunda parte até que ponto a aplicação do conceito será exequível.

⁵ Lecours, André, “Discussion Papers in Diplomacy”, *Political Issues of Paradiplomacy: lessons from the Developed World*, Netherlands Institute of International Relations ‘Clingendael’, December of 2008, pp. 2-4.

⁶ Constantinou, Costas M. and Derian, James Der (ed.) *Sustainable Diplomacies*, Palgrave MacMillan, New York, USA, 2010, pp. 89-108.

Capítulo 2 – Contextualização Histórico-Política.

2.1 - Breve descrição da Ásia no século XVI.

Torna-se importante, antes de avançar para a apresentação dos três protagonistas das relações luso-nipónicas nos sécs. XVI e XVII, mostrar o que era a Ásia no séc. XVI.

Segundo Boxer⁷, na época em que os portugueses chegaram ao Índico foram afortunados, porque as cidades-estado suaílis mais importantes ao longo da costa da África Oriental em 1500, Quíloa, Mombaça, Melinde e Pate, tinham atingido um elevado grau de florescimento cultural e de prosperidade comercial, embora o seu grau de islamização variasse entre a veneração superficial e a devoção mais austera. Culturalmente eram predominantemente árabes, pese embora muitos lhe atribuíssem uma origem persa. A sociedade estava profundamente africanizada devido a gerações de casamentos e concubinação com mulheres bantas vindas do interior. O ouro, o marfim e os escravos eram os seus principais produtos que obtinham de bantos ou cafres (descrentes) e que eram trocados por contas, têxteis e outras mercadorias trazidas por comerciantes árabes e guzarates do golfo Pérsico, do mar Vermelho e da Índia. Avançando para norte, encontramos o Império Mameluco, que compreendia o Egito, a Síria e o Hejaz e que era ainda visivelmente próspero, prosperidade que se devia às taxas cobradas pelos governantes mamelucos sobre as rotas terrestres do comércio de especiarias para a Europa, respetivamente do golfo Pérsico, via Alepo e Alexandreta, e do mar Vermelho, via Suez, Cairo e Alexandria. A maior parte da Arábia (da fronteira meridional do Hejaz à parte superior do golfo Pérsico) era uma região árida, habitada por beduínos nómadas e rodeada por vários Estados e tribos, algumas estabelecidas na costa norte com uma vaga obediência ao xá de Ormuz. Este potentado dizia governar as costas da Arábia e da Pérsia em frente da pequena ilha situada à entrada do golfo onde se erguia a sua capital, mas na realidade a sua autoridade limitava-se a esta ilha árida e à ilhota vizinha de Quêixome. A cidade de Ormuz, apesar de situada numa ilha que não produzia senão sal e enxofre, era um dos entrepostos mais ricos do mundo, sendo quase todo o comércio entre a Índia e a Pérsia escoado por esta ilha, o mesmo acontecendo com grande parte do comércio das especiarias da Indonésia e dos cavalos da Arábia. As suas moedas, o xerafim (*xarifi*) de ouro e o larim de prata, circulavam em todos os portos da Índia, Pérsia, Arábia até Malaca. Na Pérsia propriamente dita, o fundador da dinastia sufi (Sefávidas), o xá Ismael I estava a expandir os

⁷ Boxer, C. R., *O Império Marítimo Português 1415-1825*, Edições 70, Lisboa, Portugal, 2015, pp. 55-59. Ver mapa 1 e 2 em apêndice IV.

seus territórios em todas as direções e encontrava-se prestes a entrar em confronto com os Turcos Otomanos nas fronteiras ocidentais. O choque que se deu em 1514 foi exacerbado pelo fato do grande sufi ser um xiita fervoroso, enquanto o grão-turco era um partidário da corrente sunita do Islão.

Então, como agora, a Índia estava profundamente dividida entre hindus e muçulmanos. Os chamados Mogóis ou *Mughals* (na realidade, Turcos da Ásia Central) não tinham ainda atravessado o Hindo-Kush para invadir as planícies do Indostão; mas a maior parte da Índia setentrional fora conquistada por invasores maometanos anteriores, cujos descendentes governavam os poderosos principados de Guzarate, Deli e Bengala. Se bem que a Índia setentrional, à exceção da poderosa confederação Rajaputra, fosse politicamente governada por muçulmanos, contava uma numerosa população hindu que resistia passivamente a todas as tentativas que os conquistadores faziam para lhe impor a sua religião. O mesmo se passava, até certo ponto, no Decão, onde cinco sultanados maometanos se digladiavam entre si e lutavam em simultâneo com o grande império hindu de Vijayanagar, a sul. Este, denominado Bisnaga pelos Portugueses, era o Estado indiano mais extenso e poderoso na altura em que Vasco da Gama chegou à Índia. Mas não tinha acesso direto ao mar na costa ocidental, enquanto um dos reinos do Decão, Bijapur, possuía um porto florescente em Goa.

As regiões costeiras de Canara e de Malabar, a sul de Goa, estavam afastadas do interior pela cordilheira dos Gates Ocidentais e divididas entre um certo número de insignificantes rajás hindus independentes, dos quais o samorim de Calecut era o mais importante. Se a Índia Meridional era politicamente hindu, ao contrário da Central e Setentrional, havia muitas comunidades pacíficas de comerciantes árabes e de outros maometanos espalhados pelos Estados hindus, onde eram muito respeitadas e tinham grande influência. O Ceilão era povoado fundamentalmente por cingaleses budistas e compreendia, a norte, o reino tâmil hindu de Jafna. Os muçulmanos nunca tinham invadido a ilha, mas havia alguns mercadores maometanos de origem indiana ou árabes estabelecidos em Colombo e noutras zonas costeiras.

As regiões que correspondem ao Myanmar, ao Sião (Tailândia) e à Indochina estavam ocupadas por vários Estados guerreiros cujas mudanças caleidoscópicas de destino não podem ser descritas aqui, nem sequer resumidamente. A forma Hinayana do budismo dominava em Pegu (Myanmar meridional), no Sião e no Camboja, mas encontrava-se impregnada por uma série de práticas hindus, especialmente no Camboja, onde a influência brâmane era ainda forte. O Império Khmer, na Indochina, pertencia ao passado e Angkor era uma ruína coberta de vegetação na selva. Champa cedia constantemente terreno ao avanço para sul dos

Anamitas (ou Vietnamitas) que se dirigiam à costa oriental. Estes eram mais influenciados por contactos culturais e religiosos com os Chineses do que com os Indianos, mas mostravam-se relutantes em conceder mais do que uma suserania puramente simbólica aos ocupantes do trono do Dragão em Pequim.

Descendo a península da Malásia em direção ao arquipélago da Indonésia, encontramos os reinos de Patani, Singora e Ligor, sob influência política siamesa mas também afetados por contactos culturais e comerciais com os Chineses. Malaca era a capital do sultanado mais rico da Península e um grande empório do comércio de especiarias com as Molucas, recebendo navios de zonas tão distantes como as ilhas Léquias [Ryūkyū] ou a Arábia. Os seus governantes tinham-se convertido ao islamismo no séc. XIV, mas os comerciantes tâmiles hindus do Coromandel eram tão bem recebidos como os muçulmanos de Guzarate, Java e Samatra. Europeus que visitaram Malaca na sua época áurea de prosperidade, exatamente antes da ocupação portuguesa, escreveram descrições líricas deste florescente porto, repetidas por Tomé Pires na sua *Suma Oriental* de 1515: *Não se conhece nenhum outro porto comercial tão grande como o de Malaca, nem nenhum outro local onde se encontrem mercadorias de tão boa qualidade e tão valiosas. Existem aqui todos os produtos do Oriente e vendem-se produtos de todo o Ocidente. Fica no fim das monções e encontra-se lá tudo o que se quer e por vezes mais do que se procura.* Ormuz, numa extremidade do Índico, e Malaca, na outra, eram os dois grandes entrepostos asiáticos para a recolha e distribuição dos produtos de luxo, entre os quais figuravam as especiarias indonésias que chegavam por vezes à Europa via Levante.

Samatra, a segunda maior ilha do arquipélago indonésio, estava dividida num número variável de Estados insignificantes, quase todos islamizados. Acheh estendendo-se para norte e para sul, a partir da ponta noroeste da ilha, tornou-se o Estado mais importante de Samatra na 2ª metade do séc. XVI. As mercadorias mais valiosas exportadas desta ilha para Malaca, Índia e China eram a pimenta, o benjoim e o ouro, mas havia produtos florestais e géneros alimentícios disponíveis em muitos portos de Samatra. Em Java, o império hindu de Madjapahit, que em tempos (1330-1400) controlara a maior parte do arquipélago, estava agora reduzido a um reino em progressivo declínio; na zona central e oriental de Java, ainda não tinha sido suplantado pela ascensão do império muçulmano de Mataram, mas o Islão estava a estender rapidamente a sua influência na ilha, especialmente nos reinos costeiros. As ilhas de Sunda, mais pequenas, tinham pouca importância para o mundo exterior, com exceção de Timor, devido ao sândalo que era uma mercadoria muito apreciada na China. Os sultanados muçulmanos de Ternate e Tidore, de onde os mercadores traziam as especiarias,

competiam entre si pela suserania das Molucas, produtoras do cravo-da-índia e das ilhas adjacentes desde as Celebes à Nova Guiné, sendo o sultanado de Ternate bastante mais poderoso do que o seu rival. Bornéu possuía um pequeno Estado, o sultanado de Brunei, situado na costa norte, mas a maior parte da ilha era mais ou menos floresta virgem, habitada por tribos de caçadores de cabeças, imunes à influência islâmica. Os comerciantes muçulmanos, viajando para o norte a partir dos Estados islamizados da Indonésia, tinham já chegado ao arquipélago conhecido hoje por Filipinas e haviam convertido os habitantes de várias ilhas. O seu progresso para norte foi depressa detido pela fixação dos espanhóis em Cebu e Luzon (1565).

Esta breve panorâmica da Ásia dos princípios do séc. XVI deve ser concluída com uma breve referência à China. A dinastia Ming desistira da sua expansão político-marítima anterior e as frotas chinesas já não navegavam no Índico como tinham feito anteriormente, atingindo o golfo Pérsico e a Somalilândia no tempo de Marco Polo e do célebre almirante Zheng He. As razões para o abandono desta política marítima aventureira não são muito claras, mas os ataques constantes dos piratas japoneses na costa oriental e a permanente ameaça dos Mongóis e Manchus nómadas na fronteira norte da China podem ter que ver com o facto. Os mercadores e marinheiros das províncias costeiras de Fukien e de Kwantung, com ou sem a conivência das autoridades locais, continuavam a comerciar com algumas das ilhas das Filipinas e da Indonésia, por vezes com Malaca, mas não era um comércio em larga escala e as suas atividades eram ignoradas ou negadas pelo governo imperial. A Coreia vivia num isolamento pacífico, simbolizado no título de reino eremita, e os seus governantes reconheciam a suserania da China.

Foi neste mosaico intrincado que se moveram os governadores e vice-reis da Índia portuguesa, assim como muitos capitães, soldados, marinheiros, mercenários, aventureiros, comerciantes e missionários europeus.

2.2 - O Arquipélago Japonês

O Japão de 1543 era diferente do Japão de 1639, quando o governo Tokugawa expulsou definitivamente os comerciantes e mercadores portugueses e cessou os contatos entre os dois povos. A chegada dos portugueses ao Japão acontece no final de uma época de fraqueza e

agitação social. O exercício do poder pelo *Shogunato* Ashikaga⁸, assente na hegemonia militar, viu-se desde o início limitado administrativamente pelo apoio insuficiente dos senhores regionais, em função da diluição dos laços familiares e clientelares que haviam caracterizado o anterior regime de Kamakura. O poder central começou a perder autoridade para poderes locais e regionais.

Os poderes anteriormente delegados aos *Shugo*⁹ pelos *Shōgun* Kamakura aumentaram a partir de 1346, quando o governo de Muromachi concedeu mais dois poderes: o primeiro dava-lhes o direito de lidar e punir o corte ilegal de colheitas, o segundo permitia-lhes confiscar e/ou redistribuir os direitos sobre as terras. Estas leis vão permitir que os *Shugo* passem a exercer grande autoridade judicial e fiscal nos seus domínios, autoridade que, até aquele momento, era exercida por órgãos ou oficiais do governo central. Para além dos *Shugo*, existia uma rede de guardiães militares da terra (*Jitō*) que tinham contribuído para a preponderância dos governantes Kamakura sobre o país, mas que agora passavam a exercer esse poder em nome dos *Shugo* provinciais. Outros impostos que começaram a passar para as mãos dos *Shugo* foram os extraordinários que eram cobrados às províncias (*ikkoku heikin no yaku*), sendo o mais comum, o *tansen*, usado para pagar as cerimónias de coroação ou abdicação imperiais ou para a reconstrução de palácios e templos importantes. Inicialmente, os *Shugo* eram simplesmente executores do *Bakufu*, mas a prática evoluiu no sentido de a poderem autorizar, por sua livre iniciativa; assim o *tansen* passou, em muitos casos, de um imposto extraordinário para um regular. Assim que o *tansen* se tornou um direito privado, o *Shugo* podia atribuí-lo a um vassalo, como uma benesse, em vez de terra, consolidando uma relação senhor-vassalo. Assim os mecanismos que os *Shugo* irão usar para tomar o controlo das províncias não se centrarão na aquisição de propriedades, mas sim em recrutar famílias militares locais como vassalos, usando para tal os amplos poderes que detinham, conseguindo distribuir terras ou atribuir cargos a essas famílias nesse território, sendo auxiliados também pelos poderes judiciais ou pelo poder conceder o *hanzei*¹⁰ ou o *tansen* a terceiros, começam a

⁸ O *Bakufu* de Muromachi foi o segundo dos três governos militares que deteve o poder no Japão entre 1185-1868, sendo fundado entre 1336 e 1338 por Ashikaga Takauji (1305 – 58), retirando o seu nome do distrito de Kyoto onde se localizava a residência e a sede administrativa dos Ashikaga desde 1378. Os três regimes são: o *Bakufu* de Kamakura (1185/1192-1333), o de Muromachi (1336-1573/88) e o de Edo (1600/1603-1868) (o termo *Bakufu* deve ser sempre entendido (幕府) literalmente: "Governo por trás das cortinas ou Governo da Tenda").

⁹ Administradores provinciais, vassalos da casa shogunal, e que durante o shogunato Kamakura tinham a sua autoridade limitada a certos aspetos do recrutamento militar, da ação política, policial e judicial e ao envio de pagamentos estatais para as províncias.

¹⁰ Meio-imposto cobrado para fins militares sobre a produção total. Uma evolução do *hyoro-mai* e do *hyoro-ryosho*.

aparecer assim os chamados *daimyō* ou os *Shugo daimyō* (designação usada por historiadores contemporâneos) que possuíam um elevadíssimo poder regional¹¹.

Esta fragmentação do poder central levou a que os governantes Ashikaga tivessem que aceitar alguma variação na sua interação com poderes regionais. Na região de Kantō (na costa leste da ilha de Honshū, na região onde se insere atualmente Tóquio) o sentimento de autonomia era forte visto ser o berço do regime militar de Kamakura, tendo os senhores locais sido instrumentais na destruição desse regime, esperando agora ser recompensados por isso. Como resposta, Takauji criou um regime bicéfalo sediado em Kamakura e entregou a um dos seus filhos, nomeado como *Kantō Kanrei*¹². Este regime não funcionou, originando uma série de conflitos entre os *Shōgun* e este ramo colateral, levando a uma crescente autonomia em relação a Kyoto. A região só será controlada pelo governo após a campanha de Odawara (Maio-Agosto 1590) quando é conquistada por Toyotomi Hideyoshi.

A região de Ōu ou Tōhoku, composta pelas províncias remotas de Dewa e Mutsu, era ainda mais remota que a região de Kantō e durante o governo de Muromachi nenhuma delas entrou no sistema *Shugo*, pelo que o governo Ashikaga nunca conseguiu aí exercer a sua autoridade, prosseguindo a sua história separada até ser integrada no Japão pelas forças de Toyotomi Hideyoshi em 1591-92.

A área do Kyūshū apresentava aos Ashikaga diferentes problemas de controlo. O Japão ocidental nunca fora dominado efetivamente por regimes militares baseados no Japão central ou oriental – historicamente, as províncias do Kyūshū e de Honshū Ocidental eram domínios de casas militares resilientes como os Shimazu de Satsuma e Ōsumi, os Shōni de Higo, de Buzen e de Chikuzen, os Ōtomo de Bungo e os Ōuchi de Suō¹³. Takauji e os seus sucessores não tiveram outra possibilidade a não ser reconhecer estas poderosas famílias como *Shugo*. A realidade é que Kyoto nunca conseguiu governar o Japão ocidental, que era fundamental para o comércio, no séc. XIV, com a China e depois, durante o séc. XVI, com os portugueses. Refira-se que vários *Shugo* da região acabaram por se mudar para a capital para tomarem parte na sua ativa vida cultural, mas a região permanecerá independente do governo central até à sua integração militar durante o governo de Toyotomi Hideyoshi em 1587-88.

Evidentemente a área mais crítica para o governo Ashikaga localizava-se entre a região de Kantō em Honshū oriental e o norte do Kyūshū, constituindo as quarenta e quatro províncias do Japão central e sobre as quais o governo de Muromachi exercia um controlo

¹¹ Yamamura, Kozo (ed.), *The Cambridge History of Japan*, volume 3: Medieval Japan, Cambridge University Press, New York, USA, 2008, pp. 175-177 e pp. 197-201.

¹² Ver glossário em apêndice VI, listas de governantes no V.

¹³ Ver notas biográficas em apêndice II e mapa 4 em apêndice IV.

mais efetivo. As nomeações de *Shugo*, nestas províncias, provinham de vinte e duas casas, sendo a maioria ramos colaterais dos Ashikaga e as restantes aliados por casamento ou por juramento de fidelidade, sendo considerados senhores externos (*tozama*). Manter o equilíbrio entre a nomeação de *Shugo* não era fácil. Estas casas eram competitivas e a guerra entre as cortes do norte e do sul, que ocorreu nos primeiros cinquenta anos, desde o estabelecimento do *Bakufu* de Muromachi, fazia com que estas famílias pudessem mudar rapidamente as suas lealdades, desde que isto servisse os seus interesses privados. Durante os primeiros anos do governo de Muromachi, Takauji e o seu irmão Tadayoshi terão no Intendente Geral (*shitsuji*) o principal chefe administrativo da região central, cargo para o qual foram nomeados vários vassallos hereditários da família Ashikaga, como Kō Moronao (m.1351). O posto de *shitsuji* foi rebatizado em 1362 de *Kanrei*, passando este novo posto a ser atribuído a líderes das principais casas colaterais do *Bakufu* com o objetivo de colocar os *Shugo* centrais mais próximos do governo. Mas este cargo tinha limitações: ao *Kanrei* não era permitido influenciar as decisões do *shōgun*, ao contrário do que sucedera em Kamakura onde, após a extinção da linha principal de Minamoto Yoritomo, o cargo de conselheiro fora monopolizado por uma única família. Este cargo de *Kanrei* nunca será monopolizado por uma única família até ao fim do séc. XV, mas tornou-se prática corrente a rotação no cargo entre as três mais proeminentes famílias de *Shugo* das regiões centrais os Shiba, os Hosokawa e os Hatakeyama¹⁴, que passaram a ser conhecidos como *Sankan* (os três *Kanrei*), sendo que entre elas, durante o tempo de Yoshimitsu, controlavam dezassete províncias das quarenta e quatro no total. O *Kanrei* tinha duas funções: era o líder da assembleia de *Shugo* seniores (*yoriai*), dando-lhes uma sensação de estarem envolvidos nos assuntos do governo, e apresentava ao *shōgun* os seus pontos de vista, aconselhando o governante para que este não tomasse decisões que pudessem pôr em causa a cooperação *shōgun-shugo*.

A obrigação de residir em Kyoto parece ter caído exclusivamente nos *Shugo* das províncias centrais; aos *Shugo* do Kantō esperava-se que eles residissem em Kamakura e, no Japão ocidental, o *Kyūshū tandai*¹⁵ nunca exigiu que os senhores do Kyūshū se estabelecessem na capital. Forçar os *Shugo* a estarem longe das suas províncias obrigou-os a administrá-las indiretamente através de subordinados, sendo prática comum esta ser entregue a um *Shugo* delegado (*Shugodai*) que era usualmente recrutado entre os vassallos mais próximos. Com muita frequência estes delegados eram chamados a Kyoto, tornando-se assim necessário nomear um subdelegado (*shugomatadai*). Percebe-se, assim, que os *Shugo* que viviam em

¹⁴ Ver notas biográficas em apêndice II.

¹⁵ Ver glossário em apêndice VI e mapa 4 no apêndice IV.

Kyoto tenham perdido a capacidade de manter uma cadeia de comando entre a capital e as províncias. Os *shugodai* tornaram-se assim os principais atores nessa comunicação, podendo auxiliar os seus senhores ou miná-los. Esta situação levará a que muitas famílias, mais tarde, assumam o poder nas províncias em detrimento dos seus senhores, assumindo elas próprias as prerrogativas do poder e originando novas casas locais, que durante o Sengoku (1467-1603), se tornarão as casas de *daimyō* provinciais deste período.

A partir de 1441, o cargo de *Kyoto Kanrei* passou a ser disputado pelos Hosokawa e pelos Hatakeyama. Após esta data, o cargo estava praticamente esvaziado das suas funções, sendo visto simplesmente como um meio de se exercer influência sobre o *shōgun* reinante¹⁶. Devido a este acontecimento, o *Bakufu* de Muromachi começou a entrar em colapso. Foi durante o reinado de Yoshimasa que se deu a guerra Ōnin (1467-77), travada dentro da capital e nas províncias em redor. Com o arrastar da guerra as grandes famílias militares aperceberam-se que lutar na capital não tinha importância, tendo em conta o que estava a suceder nas províncias, onde o seu poder se eclipsava em favor dos seus subordinados. Estes *Shugo*, regressando às províncias, aperceberam-se de que já não podiam contar com o governo Ashikaga e a sua não-intervenção sancionou, na essência, a prática da guerra privada. Quando os conflitos se iniciaram em várias províncias onde tiveram que defender as suas posições, muito poucos *Shugo* as conseguiram manter perante ataques de novas famílias, muitas das quais eram seus antigos vassalos ou ramos colaterais. Estes novos governantes locais eram os senhores da terra ou *daimyō*, que irão desempenhar um grande papel nos próximos quatrocentos anos da história japonesa. Os domínios destes *daimyō* não eram tão grandes como os domínios anteriores, mas apesar de mais pequenos, eram naturalmente unidades compactas, sendo fácil de defender permitindo um controlo apertado sobre a área que dominavam. Autossustentáveis, os primeiros *daimyō* do Sengoku não tinham praticamente contato com a capital e faziam as suas próprias regras de governo nas terras que controlavam e protegiam¹⁷.

O período de Muromachi irá encerrar-se num período de caos, de guerra e de desagregação do resto das estruturas política. Embora haja vários historiadores que consideram o início da guerra em 1467 como sendo o início do período Sengoku jidai¹⁸, este não é um período autónomo da história do Japão, mas sim o fecho da época Muromachi sendo

¹⁶ Yamamura, Kozo (ed.), *The Cambridge History of Japan*, volume 3: Medieval Japan, Cambridge University Press, New York, USA, 2006, pp. 201-11.

¹⁷ Mason, R.H.P. e Caiger, J. G., *A History of Japan (revised edition)*, Tuttle Publishing, Tokyo, Japan, 1997, pp. 144-57.

¹⁸ Literalmente “período do país em guerra”. Período histórico que decorre entre 1467 e 1573 quando Oda Nobunaga expulsa de Kyoto o último *shōgun* Ashikaga e inicia o período Azuchi-Momoyama que terminará em 1603 com o estabelecimento do *Bakufu* de Edo, ou Shogunato Tokugawa.

um período de fragmentação do poder, ao qual os últimos governantes Ashikaga¹⁹ não conseguiram pôr cobro; por um lado, porque não estavam interessados em lidar com o problema e afastaram-se cada vez mais da vida política nacional, fechando-se nos seus palácios ou dedicando-se a actividades intelectuais e artísticas; por outro lado, porque já não detinham verdadeiramente as rédeas do poder. Foi um período em que os poderes locais e regionais se fragmentam por várias centenas de senhores da guerra que controlavam os territórios (*daimyō do Sengoku*), que lutavam constantemente entre si.

Em última instância, no fim deste período, apesar de se assistir a uma reemergência de famílias de grandes *daimyō*, que adquiriram preponderância regional ou nacional, continuaram a existir muitos pequenos domínios a nível provincial até à restauração Meiji. Homens como Takeda Shingen, Date Masamune, Uesugi Kenshin, e tantos outros, não conseguiram atingir a dominação nacional com que sonhavam, mas abriram caminho para que Oda Nobunaga e Toyotomi Hideyoshi iniciassem o processo de unificação, criando mecanismos de controlo administrativo e de integração territorial, tendo como consequência a recriação dum governo nacional, que permitiu por fim a Tokugawa Ieyasu finalizar o processo²⁰. Este foi o Japão que os portugueses encontram, e no qual se movimentaram até 1639. Os *daimyō* assumem-se assim como os primeiros protagonistas nas relações luso-nipónicas.

2.3 – Os Portugueses do Índico ao Sudoeste da Ásia

Foi no reinado de Manuel I (1495-1521) que, a 8 de Julho de 1497, partiu de Lisboa a armada de Vasco da Gama (c. 1469-1524) sendo precisos dois anos para que os sobreviventes regressassem com a notícia de que tinham estado em Calecute e com os porões cheios das tão desejadas especiarias. Esta viagem permitiu a definição da Rota do Cabo, ficando definido o trajeto a seguir pelas naus, os pontos de apoio essenciais e a data mais propícia para a partida quer de Lisboa, quer da Índia, em função dos ventos de monção que determinavam a navegação à vela no oceano Índico. O desconhecimento quase absoluto do sistema mercantil oriental e das civilizações que ocupavam o Índico provocou vários equívocos: os portugueses não levavam prendas para o samorim adequadas às práticas diplomáticas da região, pois a expedição fora organizada na expectativa de que se poderia alargar à Índia o modelo de

¹⁹ Ver glossário em apêndice VI.

²⁰ Tsutsui, William M (ed.), *A Companion to Japanese History*, Blackwell Publishing, Oxford, UK, 2007, pp. 69-85. Ver mapa 3 no apêndice IV.

comércio pacífico praticado ao longo da costa ocidental africana, desconhecendo-se o elevado grau de sofisticação e de luxo nas cortes asiáticas. Contudo, o resultado económico da viagem foi considerado promissor.

O conhecimento do Atlântico sul ainda precisava de uns ajustes, mas o assunto foi resolvido com a partida da segunda armada para a Índia, que zarpou em Março de 1500 sob o comando de Pedro Álvares Cabral (1467/68-1520). A riqueza do mercado asiático e a oposição dos muçulmanos levaram o rei a enviar uma frota numerosa, composta por 13 navios: dez destinados à Índia para a carga das especiarias e com capacidade para guerrear os inimigos, dois navios com o objetivo de explorar a costa oriental africana sob comando de Bartolomeu Dias (m. 1500 ao largo do Cabo da Boa Esperança), e um navio de apoio, que regressará a Portugal comandado por Gaspar de Lemos, com a notícia do achamento do Brasil em Abril desse ano. A armada continuou a sua missão e, após reforçar os laços com o rei de Melinde, avançou para Calecute, onde foi autorizada a erguer uma feitoria, mas os muçulmanos provocaram a sua destruição e massacraram a guarnição; Cabral ripostou fazendo destruir navios muçulmanos e demonstrando a sua superioridade militar. O rei de Cochim, ao saber do conflito, convidou os portugueses para o seu território, estabelecendo-se uma aliança duradoura. Estando Cabral na cidade recebeu também convite do rei de Cananor, outro rival de Calecute.

A segunda armada sofreu perdas significativas, devido a naufrágios, mas regressou com pimenta suficiente para recuperar o investimento e com a garantia de que o negócio poderia continuar; os vizinhos de Calecute viram na chegada dos portugueses uma oportunidade para alterar (a seu favor) o equilíbrio de forças que durava há várias décadas no Malabar. Cabral regressou em Julho de 1501, com uma notícia importante: havia cristãos na Índia, mas eram uma minoria e o samorim, tal como a maioria dos indianos, professava outra religião desconhecida. Na primavera de 1501, Manuel I enviou outra armada comandada por João da Novoa (c. 1460-1509), tendo só 4 navios; as mensagens deixadas por Cabral fizeram-no rumar a Cochim e a Cananor onde comprou especiarias; com o regresso de Cabral, a corte portuguesa ficou finalmente esclarecida acerca da realidade indiana. Na primavera de 1502, partiram vinte navios para a Índia com cerca de 2000 homens, sob o comando de Vasco da Gama. Iniciou-se assim a política de imperialismo marítimo português no Índico²¹, cuja descrição surge no livro intitulado *Relações da Carreira da Índia*²². Como transmite o texto

²¹ Costa, João Paulo Oliveira e (cord.), *História da Expansão e do Império Português*, Esfera dos Livros, 2014, Lisboa, Portugal, pp.88-98.

²² Albuquerque, Luís de (Dir.), *Relações da Carreira da Índia*, Publicações Alfa, Lisboa, Portugal, 1989, pp. 9 e 10. Ver descrição em documento II no apêndice I.

da *Relação*, doravante a coroa vai ter um papel ativo e procurar afirmar o seu poder militar no Índico e na Índia, poder este que é reforçado nas armadas enviadas sob comando de Lopo Soares de Albergaria (1504) e Francisco de Almeida (1505)²³. Com o objetivo claro de colocar as rotas do Índico sob seu controlo, este esforço de criar a talassocracia portuguesa será continuado nos anos de 1506, 1508, 1509, 1510 e 1511²⁴, quando homens como Tristão da Cunha, Afonso de Albuquerque, Jorge de Aguiar, o marechal Fernando Coutinho, Diogo Mendes de Vasconcelos ou Garcia de Noronha são enviados para o Índico comandando armadas significativas. Percebemos assim como foi possível a Portugal tomar Goa (1510) e Malaca (1511), já sob o governo de Afonso de Albuquerque (1509-15), de que resultou a fundação do Estado da Índia. O processo foi concluído com a tomada de Ormuz (1515), embora a hegemonia plena não tenha sido conseguida devido ao fracasso das operações contra Áden (1513), não se logrando assim o encerramento das rotas do Índico ao comércio muçulmano²⁵. Deve-se destacar, por iniciativa de Afonso de Albuquerque, o envio de Rui Nunes da Cunha como embaixador ao reino do Pegu (atual Myanmar), que teve resposta quando o rei do Pegu enviou um embaixador a Cochim em 1514, e de Duarte Fernandes, que foi enviado ao Sião (Tailândia), resultando desta missão o estabelecimento de relações amigáveis com esse reino.

Os primeiros contatos entre chineses e portugueses aconteceram em Malaca, em 1509, quando mercadores chineses, que não tinham um bom relacionamento com os governantes da cidade, contactaram com portugueses, que tinham sido enviados com a missão de conhecer as redes comerciais e marítimas dos *chijns*. Posteriormente, em 1511, aquando da tomada de Malaca pelos portugueses, liderados por Afonso de Albuquerque, mercadores chineses emprestaram um grande junco, que foi determinante na ofensiva, contribuindo para a derrota final das forças que defendiam a cidade. Os mercadores chineses procuraram manter uma boa relação com os novos senhores da cidade e aceitaram transportar um embaixador português para o Sião (Tailândia).

2.3.1 – As relações sino-portuguesas e o estabelecimento de Macau

As primeiras viagens dos portugueses às costas chinesas são pouco conhecidas, mas houve uma primeira viagem feita por Jorge Álvares, entre 1513-14, e uma segunda, feita pelo ítalo-português Rafael Perestrelo em 1515-16, que fez a viagem num junco de Malaca, sendo

²³ Albuquerque, Luís de (Dir.), Idem, ibidem, pp. 11-12.

²⁴ Albuquerque, Luís de (Dir.), Idem, ibidem, pp. 12, 14-16.

²⁵ Boxer, C. R., *O Império Marítimo Português 1415-1825*, Edições 70, Lisboa, Portugal, 2015, pp.60-64.

provável que Álvares tenha feito o mesmo. Ambos comerciaram em Tunmen, no estuário de Cantão, obtendo lucros consideráveis²⁶. Foram estas as primeiras de muitas visitas esporádicas aos portos do sul da China por parte de homens que os chineses viam como sendo apenas uma nova espécie de Bárbaros dos Mares do Sul. O comércio nesta região revelou-se, no entanto, tão atraente que, em 1517, o rei português Manuel I enviou Tomé Pires como primeiro embaixador de Portugal à corte dos Ming, para conversações sobre o alargamento do espaço comercial à China, enquanto Fernão Peres de Andrade, o governador de Goa, foi enviado como chefe de uma missão exploratória ao longo da costa chinesa²⁷. Ambos chegaram a Cantão em Setembro de 1517, conduzindo uma pequena frota de seis navios. À chegada, para grande alarme dos chineses, fizeram disparar os canhões, em jeito de saudação. Pires levava uma carta do rei mas os mandarins de Cantão, que nada sabiam da Europa, olharam para eles como se fossem apenas mais um grupo de piratas e o governador pediu autorização para os repelir. Os funcionários de Pequim também se recusaram a receber a embaixada. Após alguns subornos foi-lhes permitido viajar para a capital. Mas aí foram confrontados com acusações por parte de um enviado do sultão de Bantam, em Java, relatando que os portugueses tinham raptado e escravizado naturais da região. Apareceram também notícias de Cantão, a comunicar que os navios de Andrade estavam a construir fortificações e a raptar mulheres e a desferir ataques verbais e físicos contra funcionários chineses na costa. O imperador fez regressar os portugueses a Cantão, proibindo-os de fazerem o comércio. Sendo tratados como piratas, alguns foram presos, torturados e mesmo executados.

Um dos últimos actos da política manuelina relativamente ao Império do Meio consiste na nomeação de Martim Afonso de Melo em Março de 1521 para o cargo de capitão da fortaleza a levantar na China pois, estimulado pelas notícias de Peres de Andrade, o monarca idealizara a construção de uma fortaleza no litoral chinês. Ao chegar ao litoral de Guangdong, Afonso de Melo viu-se confrontado com uma realidade diferente da que imaginara. Confessando escrevendo a João III (r. 1521-57), e não se demora mais de quinze dias na área, não conseguindo atingir nenhum dos seus objetivos. Este fracasso explica-se pelo progressivo esboroar das relações luso-chinesas, para o qual contribuíra o comportamento de Simão de Andrade, cujas atividades na região em 1519-20 tinham posto em causa a autoridade do *Filho do Céu*. A cisão definitiva entre chineses e portugueses parece ter ocorrido quando, em 1521,

²⁶ Twitchett, Denis and Fairbank, John K. (ed.), *The Cambridge History of China*, volume 8, The Ming Dynasty: 1368-1644, part 2, Cambridge University Press, New York, USA, 1998, pp. 335-37. Flores, Jorge Manuel, Macau: os anos da “gestação”, *História dos Portugueses no Extremo Oriente*. Volume 1; tomo II: de Macau à periferia, séculos XVI-XVII, Fundação Oriente, 2000, pp. 152-53.

²⁷ Albuquerque, Luís de (Dir.), *Idem*, *ibidem*, p.18.

os homens dos juncos de Diogo Calvo, Jorge Álvares e Duarte Coelho insistiram em prosseguir os seus negócios depois de ser conhecida em Cantão a notícia da morte do imperador Zhengde. Este conflito repetiu-se em Agosto de 1522, quando se deu um combate entre os navios de Afonso de Melo e juncos chineses. A partir de meados de 1522, os portugueses abandonam Guangdong, não só devido aos reveses no terreno ou devido às alterações políticas verificadas em Lisboa, mas também porque os chineses, desafiados por outros bárbaros (piratas japoneses), instauraram no ano seguinte um bloqueio ao comércio marítimo. Após 1523 devido a um conflito em Ningbo as relações entre a China e o Japão são interrompidas²⁸.

Após alguns anos, os portugueses retomam a partir de Malaca o contacto com o litoral chinês, como revela a carta de Jorge Cabral a João III em Setembro de 1527. A iniciativa pertence a particulares, guiados por chineses ultramarinos que os introduzem nas novas rotas comerciais e a quem se associam nos negócios. Durante duas décadas, os Portugueses frequentarão as costas das províncias de Fujian e Zhejiang, seja como comerciantes ou como piratas. Lisboa limita-se a ratificar concessões de viagens à China a alguns fidalgos, sem procurar impor qualquer presença oficial. Quanto aos japoneses, após 1523 dedicam-se à pilhagem e ao comércio ilegal, frequentando esses mesmos portos, sendo que o seu sucesso depende do conluio com as populações locais. Neste contexto instaura-se na corte chinesa um debate acerca da defesa da costa entre dois grupos: o proibicionista, que defendia a proibição do comércio marítimo; e o abolicionista, que defendia a existência de um comércio regular controlado. A China só adopta uma política agressiva em 1547, com a nomeação de Zhu Wan para o cargo de grande coordenador da defesa costeira, que nos dois anos seguintes erradica os piratas nessa zona. Os portugueses, que tinham optado por manter atividades de contrabando na costa de Fujian, provocaram represálias chinesas, como a apreensão de dois juncos portugueses em 1547.

Em Maio de 1549, Zhu Wan é afastado, suicidando-se em Janeiro do ano seguinte. Em 1553, um dos portugueses capturados, Galeote Pereira, conseguiu comprar a sua libertação com um suborno e escreveu o relato das suas experiências, dos costumes e do funcionamento do governo chinês. Na província de Zhejiang, os Portugueses frequentaram sobretudo Shuangyugang, estabelecimento nas imediações de Ningbo a que dão o nome de Liampó. No Fujian encontramo-los nos portos vizinhos de Quanzhou e Zhangzhou, genericamente designados pelo termo Chinchéu. Os últimos anos da década de 40 foram particularmente gravosos para os interesses privados portugueses: em 1547 são atacados em Zhangzhou, em

²⁸ Flores, Jorge Manuel, *idem*, *ibidem*, pp. 154-160.

1548 Liampó é desmantelado, e as fontes chinesas registam outras acções envolvendo portugueses, sendo a mais importante a de Zoumaji, no sul do Fujian, em Março de 1549²⁹.

Não é tarefa fácil seguir cronologicamente os passos de regresso ao Guangdong nos anos que precedem a fundação de Macau. Durante este curto período, os Portugueses frequentam em simultâneo Shangchuan (Sanchoão) e Langbaigang (Lampacau), que utilizam como bases sazonais para o comércio com o Japão. Estamos a falar de homens como Diogo Pereira, Guilherme Pereira, Manuel Chaves, Duarte Gama, Diogo Vaz Aragão, alguns dos quais ajudariam a dar forma ao primeiro rosto de Macau. O marco deste segundo fôlego no Guangdong é o assentamento de 1554, negociado por Leonel de Sousa, representante da nobreza de serviço. Nomeado capitão de duas viagens ao litoral chinês, e auxiliado por Simão de Almeida, assegura verbalmente o retorno dos portugueses aos negócios de Guangdong. O acordo prevê o pagamento de taxas alfandegárias de 20%, o mesmo valor aplicado às transacções dos mercadores siameses. Leonel de Sousa não foi o único responsável deste sucesso - o seu interlocutor, Wang Bo, *haidao* (vice-rei) de Guangdong, é um dos que se batem pela abertura ao comércio externo. Assim, o reatar das relações luso-chinesas deve-se à persistência dos interesses privados na região.

Estes sucessos particulares levarão a que Lisboa e Goa despertem para a importância do Extremo Oriente. O ano de 1552 é marcado pela fracassada embaixada de Diogo Pereira à China, a primeira iniciativa após trinta anos de interregno, sendo também o ano em que se intensificam as relações com o Japão, mas o acordo do assentamento manteve intocável a soberania chinesa. Nos vinte anos seguintes, os chineses aceitaram tacitamente a presença portuguesa e a crescente monopolização do comércio externo dessa área. Entretanto, o governo chinês já levantara a proibição relativa ao comércio marítimo, que também não fora muito eficaz, tendo indicado um porto próximo da atual Amoy para sede dessa atividade, que se tornará posteriormente no porto de Macau.

O estabelecimento dos portugueses em Macau foi um processo lento - os primeiros anos não tiveram características diferentes daquelas que marcam a presença portuguesa em Langbaigang ou em Shangchuan: em ambos os casos, transitoriedade e sazonalidade são as palavras que explicam o fenómeno. Os últimos anos de 1550 e os primeiros da década seguinte foram os anos de fixação e de afirmação de uma comunidade embrionária que só começará a esboçar a sua moldura política, administrativa e jurídica ao longo dos anos 60, reforçando-se no vinténio seguinte. Macau conseguiu conquistar um lugar próprio no tecido económico da região e funcionou como anteporto de Cantão, cidade que desempenhava duas

²⁹ Flores, Jorge Manuel, *idem*, *ibidem*, pp. 160-165.

funções: era em primeiro uma cidade administrativa, que projectava o poder de Pequim sobre um espaço agrícola; e em segundo, era uma cidade mercantil, fazendo parte da teia de portos que existiam no mar da China. A relação de Macau com a Cantão dos negócios foi um caso de sucesso onde dominam os meios mercantis e, apesar das divergências, os interesses eram comuns. Mas a relação com a Cantão política foi mais espinhosa - braço da autoridade de Pequim, procurou submeter Macau à burocracia celeste³⁰, gerando até ao séc. XVII conflitos entre as autoridades portuguesas de Macau e as autoridades civis chinesas de Cantão.

2.3.2 - A chegada ao Japão

Ainda antes da chegada a Tanegashima, já existia um conhecimento daquelas ilhas, como o demonstra uma das primeiras visões portuguesas do arquipélago. Consta da *Suma Oriental* de Tomé Pires³¹:

A ilha de Jampom segundo todos os chijs dizem que e maior que a dos léquios e o Rei mais poderoso e maior e nom e dado a mercadaria nem seus naturais, e Rei gentio vassalo do Rei da china tratam na China poucas vezes por ser longe e eles nom terem Juncos nem serem homens do mar. Os léquios em sete ou oito dias vão a Jampon e levam das ditas mercadorias e resgatam ouro e cobre, todo o que vem dos léquios trazem os leqos de Jampon e tratam os léquios com os de Jampon em panos Luções e outas mercadorias.

A chegada dos portugueses ao Japão deu-se quando um junco danificado numa tempestade teve que aportar numa pequena ilha, Tanegashima. O junco fora empurrado pelos ventos para o cabo Kadokura, no extremo sul da ilha, tendo ancorado em Maenohama, e sendo detetado por camponeses a 23 de Setembro de 1543. O chefe da aldeia, Nishimura Oribenjojō, foi chamado ao local onde encontrou um chinês e dois homens estranhos. Este encontro foi de tal importância que, nesse mesmo dia, o chefe da aldeia dirigiu-se a Akōgi, onde informou o 14º senhor da ilha, Tanegashima Tokitaka (1528 – 79), e o seu pai Shigetoki (1503 – 67), que abdicara anos antes. Como o junco fora danificado, ficou decidido que seria rebocado para Akōgi, que possuía um bom porto. Após algumas dificuldades operacionais devidas à época dos tufões, o junco entrou na capital da ilha a 25 de Setembro.

Os portugueses foram convidados pelo senhor da ilha a virem à sua presença, pois estava muito curioso acerca de um estranho objeto trazido por esses homens, o arcabuz. Perante essa

³⁰ Gelber, Harry G., *O Dragão e os diabos estrangeiros, a China e o mundo, de 1100 a.C. até à atualidade*, Edições Guerra e Paz, Lisboa, Portugal, 2008, pp.124-26. Flores, Jorge Manuel, idem, ibidem, pp. 166-70.

³¹ Cortesão, Armando (Leitura e notas), *A Suma Oriental de Tomé Pires e o Livro de Francisco Rodrigues*, Universidade de Coimbra, Portugal, 1978, pp.373-74. Ver mapa 3 do Japão no séc. XVI em apêndice IV.

curiosidade, arranhou-se uma demonstração, a arma foi carregada, e fez-se uma demonstração de fogo, que atingiu o alvo a 100 pés de distância. Tokitaka compreendeu que eram desnecessárias mais explicações: a arma que ele precisava para reconquistar a ilha de Yakushima aparecera. Uma das armas terá sido comprada e foi decidido que o mecanismo da mesma deveria ser produzido localmente - afinal a ilha exportava ferro para Sakai e Negoro. A missão de copiar a nova arma foi atribuída ao ferreiro Yaita Kinbee Kiyosada - apesar das dificuldades técnicas, uns meses depois terá sido feito o primeiro arcabuz em solo japonês.

A 27 de Janeiro de 1544, as forças de Tokitaka tomaram a ilha de Yakushima e, provavelmente pela primeira vez terão sido usadas armas de fogo numa operação militar no arquipélago japonês. As notícias acerca do mosquete de Tanegashima espalharam-se rapidamente chegando aos ouvidos dos senhores de Satsuma, a família Shimazu, que governava a partir de Kagoshima. Ao mesmo tempo, um mercador de Sakai, que se encontrava na ilha durante a chegada dos estrangeiros, de nome Tachibanaya Matasaburō, levou o arcabuz para a sua cidade natal, iniciando aí a sua produção. Em 1544, de acordo com a *Teppōki*³², Tsuda Kenmotsu no jō (Kazunaga)³³ levou também um exemplar para Negoro, introduzindo assim a arma de fogo na região de Kii.

Um português, que provavelmente chegou num dos navios que rapidamente apareceram no Japão (após a notícia destas terras ter chegado ao enclave português de Ningbo com notícias de boas possibilidades comerciais), foi convidado a fazer uma demonstração da nova arma para o senhor de Bungo (no Kyūshū), Ōtomo Yoshiaki (1502-50), provavelmente em 1545. Como consequência, o arcabuz tornou-se parte do arsenal militar dos Ōtomo de Bungo, que por um tempo detiveram a hegemonia sobre o norte do Kyūshū (1556 a 78). Rapidamente a produção se iniciou em outras partes do Japão. Yaita Kinbee Kiyosada, que criou o primeiro *tanegashima teppō*³⁴, teve sorte, pois noutra navio que chegou da China, em 1544, veio um ferreiro português que ensinou o seu colega japonês a aplicar um parafuso no fundo do cano, técnica que eliminou o risco da arma explodir - por fim o ferreiro japonês conseguira aprender a totalidade da técnica. Diz-se que este pretendia manter o segredo da mesma, mas Tokitaka tinha outros planos, estando disposto a partilhar o conhecimento de forma a obter reconhecimento, especialmente do *shōgun* em Kyoto. Mas não podemos excluir a possibilidade de o arcabuz ter sido introduzido em algumas províncias, sem o conhecimento ter derivado obrigatoriamente de Tanegashima. Os piratas wakō provavelmente já teriam

³² Para português a Crónica da Espingarda, foi escrito pelo monge zen Nampo Bunshi (1556-1620), natural de Satsuma em 1606 e onde se conta a chegada dos europeus ao Japão e a introdução da arma de fogo, foi republicado em 1625 e 1650.

³³ Ver notas biográficas em apêndice II.

³⁴ Nome por que ficaram conhecidas as primeiras armas de fogo produzidas no arquipélago japonês.

conhecimento da arma antes dos portugueses terem chegado, e poderiam tê-la introduzido em outros portos. Investigações futuras podem vir a revelar que a arma-de-fogo chegou ao Japão através de outras rotas, sendo Tanegashima simplesmente mais uma. É também possível que japoneses em outros locais tenham aprendido a técnica diretamente através de portugueses que chegaram nos anos seguintes. Independentemente da forma como esse conhecimento foi introduzido, esta arma mudou definitivamente o curso da história japonesa. Entretanto, até serem apresentadas provas em contrário, Tanegashima deve ser considerado o local onde primeiro chegaram os portugueses e onde foi introduzido o arcabuz³⁵. Neste assunto dou credibilidade preferencial à *Teppōki* ao invés da versão de Fernão Mendes Pinto. Posicionamentos idênticos têm Olof Lidin, C.R. Boxer, Schurhammer, Cooper S.J. e mesmo Janeira, considerando, como estes autores, que Mendes Pinto terá estado no Japão em 1544, 1545 ou 1546, mas que não fez parte do grupo que chegou em 1543. Discordo assim da posição defendida por Armando Cortesão, Samuel Purchas e Dorothy Osborne, que dão primazia a Pinto.

2.3.3 – O comércio entre Macau e o Japão e o papel do Capitão-Mor

Os portugueses dominaram o comércio marítimo na Ásia durante cerca de cem anos devido à sua supremacia naval. Os grandes navios portugueses podiam percorrer os mares da Índia e da China sem serem desafiados por Árabes, Malaios ou Sino-Japoneses. De todas as rotas feitas a mais rentável era a rota entre a Índia, China e Japão, representada pela viagem anual entre Goa, Macau e Nagasaki. O comando deste navio anual era inicialmente cedido e depois leilado pela Coroa a um nobre merecedor ou a um rico comerciante. O capitão-mor da viagem agia como governador de Macau durante 10 ou 11 meses, e tanto na China como no Japão era a autoridade suprema para todos os portugueses, estando em pé de igualdade com os oficiais nativos. Por fim, recolhia dez por cento da carga de seda transportada tornando possível que um capitão-mor enriquecesse numa única viagem³⁶. O primeiro a ser nomeado para superintendente desse comércio foi Leonel de Sousa, capitão-mor da rota da China e do Japão em 1546-47. O primeiro capitão-mor que foi ao Japão foi Francisco de Mascarenhas em 1556. No ano seguinte Leonel de Sousa foi a Hirado.

O comércio com o Japão vai assumir grande relevância para Portugal, não só porque o Japão possuía minas de prata, mas porque era muito atrativo para mercadores e aventureiros

³⁵ Lidin, Olof G., *Tanegashima: the Arrival of Europe in Japan*, NIAS Press, Copenhagen, Denmark, 2002, pp.1- 6.

³⁶ Boxer, C. R., *The Christian Century in Japan 1549-1650*, Carcanet Press Limited, 1993, Manchester, UK, pp. 104-106.

portugueses devido à forte procura japonesa por seda chinesa. Esta atração aparece num excerto da carta do irmão Fernão Mendes Pinto para os padres e irmãos de Portugal datada de Malaca a 5 de Dezembro de 1554³⁷. O comércio volta a ser mencionado em outras cartas jesuíticas, como na carta do padre Melchior Nunes, datada de 20 Janeiro de 1566, escrita em Cochim³⁸, e onde este recorda a sua ida ao Japão, podendo ver-se nestas cartas quão profundamente os jesuítas estavam envolvidos neste comércio. Encontra-se novamente referência a este comércio numa carta escrita pelo padre Gomes Vaz ao provincial da Companhia, padre Leão Henrique, datada de Goa de 29 de Novembro de 1566³⁹. Esta carta é interessante pois menciona o costume da oferta de presentes (comum no Japão), e também menciona Ōmura Sumitada, mostrando assim a relação especial que este detinha com os jesuítas.

As viagens ao Japão terminaram pela primeira vez em 1609 devido ao incidente do *Madre de Deus* na baía de Nagasaki. Foram restabelecidas em 1612 pelo capitão-mor Pedro Martins Gaio, que chegou no galeão *São Felipe e Santiago* acompanhado por Horácio Nerete, que comandara a viagem em 1600. Este navio fora vendido à cidade de Macau por Diogo de Vasconcelos⁴⁰, que fora capitão-mor dos galeões de vigilância da China entre 1610-11. Este recomeço foi uma confirmação do acordo prévio feito por Nuno de Sotomaior com as autoridades de Nagasaki em 1611.

O *Bakufu* mostrou estar recetivo à ideia graças à intervenção de Honda Kodzuke-no-sukê e Goto Shōsaborō, chefe da casa do cunho, sendo emitido um passaporte de Selo Vermelho que confirmava que os *kurofune* (navios negros) podiam vir a Nagasaki e fazer comércio como tinham feito antes de se ter perdido o Grande Navio de André Pessoa. Em 1613 João Serrão da Cunha⁴¹, que arrematara a viagem em Goa, não foi capaz de a realizar. Foi em Junho deste ano que os ingleses chegaram a bordo do *Glove* comandados por John Saris e fundaram um posto comercial em Hirado. Finalmente, em 1614, João Serrão da Cunha conseguiu chegar a Nagasaki, onde foi informado do decreto da expulsão por parte do governo japonês, sendo que a proibição era dirigida aos missionários, continuando os comerciantes a ser bem-vindos desde que limitassem as suas atividades a assuntos

³⁷ Rego, António da Silva, *Documentação para a História das Missões do Padroado Português do Oriente*, Índia 5º volume (1551-54), Agência Geral das Colónias Divisão de Publicações e Biblioteca, Lisboa, 1951, Portugal, pp. 373-74.

³⁸ Rego, António da Silva, *Documentação para a História das Missões do Padroado Português do Oriente*, Índia 10º volume (1566-68), Agência Geral das Colónias Divisão de Publicações e Biblioteca, Lisboa, 1953, Portugal, p.22.

³⁹ Rego, António da Silva, *idem*, *ibidem*, pp. 85-86.

⁴⁰ Ver notas biográficas em apêndice II.

⁴¹ Ver notas biográficas em apêndice II.

comerciais⁴². Em 1615 *A Nossa Senhora da Vida* regressou a Nagasaki comandada por Martim da Cunha.

Entretanto, a Coroa procurou ter um controlo mais efetivo sobre Macau, e em Março de 1616 o rei enviou um fidalgo euro-asiático chamado Francisco Lopes Carrasco como governador de Macau, com o título de *capitão de guerra e ouvidor, que na ausência ou na presença do Capitão-Mor da viagem ao Japão atuaria completamente independente da sua jurisdição*, que doravante se limitaria à viagem. A sua permanência no posto seria curta e meses depois regressou a Goa em desgraça devido às numerosas queixas contra a sua má conduta, nomeadamente por não ter feito nada para fortificar Macau e por o Capitão-Mor se ter recusado a reconhecer a sua jurisdição e autoridade. Diz-nos Boxer que em Fevereiro a Coroa escreveu ao vice-rei lamentando que muitos dos arrematadores da viagem ao Japão: *fossem pessoas de poucas posses e pouco aptas para o desempenho do cargo, que requer autoridade e experiência, como já deve ter compreendido; daí resultam muitos inconvenientes e muitas perturbações para o serviço, e para que isto seja remediado tão pronto quanto for possível, com muito empenho o encarrego e confio em si que o tente, assegurando que estas arrematações vão cair em pessoas que possam desempenhar capazmente as funções da capitania e possuam a autoridade necessária para a ocuparem*. Começa aqui a verificar-se uma maior atenção da Coroa para os assuntos do Sudoeste da Ásia. Mas como estas viagens eram vendidas por ordem da Coroa ao maior licitante em Goa, o vice-rei nada podia fazer para pôr em vigor a ordem de 20 de Fevereiro de 1615⁴³.

A viagem de 1616 não se realizou devido a uma luta legal entre Serrão da Cunha e os seus credores, e quando a viagem foi novamente leiloadada e vendida a Lopo Sarmento de Carvalho⁴⁴, a falta de ventos favoráveis impediu-a. Lopo Sarmento de Carvalho tornou-se e continuou a ser o português mais importante ligado ao comércio do Japão até ao seu término. Fez a sua primeira viagem ao Japão como capitão-mor em 1617, e durante a sua estadia chefiou uma missão à corte do *shōgun* para protestar contra a proteção concedida aos holandeses no país, e interceder no sentido de os missionários jesuítas voltarem. A missão falhou porque o *shōgun* rejeitou os pedidos e recusou-se a conceder autorização para os portugueses estabelecerem um armazém permanente em Nagasaki. Apesar destas dificuldades e do intensificar da competição holandesa e inglesa, os comerciantes de Macau continuaram a manter um lucrativo comércio com Nagasaki e com Manila. Diz-nos Boxer citando o cronista

⁴² Boxer, Charles Ralph, *O Grande Navio de Amacau*, Fundação do Oriente e Museu e Centro de Estudos Marítimos de Macau, 1989, pp. 70-75.

⁴³ Boxer, Charles Ralph, *idem*, *ibidem*, p. 77.

⁴⁴ Ver notas biográficas em apêndice II.

António Bocarro (c.1594-1642): *Nesta época tanto os lucros da viagem ao Japão como a riqueza dos habitantes de Macau tinham aumentado consideravelmente devido à grande quantidade de capitais japoneses que se tinham habituado a pedir emprestados, alguns para serem usados em comissão, outros em respondência, e também porque começaram a fazer algumas viagens da China para Manila, embora em grande segredo, visto que a cidade as proibia e lhes aplicava multas severas, devido ao prejuízo que delas provinha, como ficou muito claro quando Sua Majestade mais tarde as proibiu e ordenou que fossem feitas por sua conta.*

Os cidadãos de Macau tiveram também um problema com os cantoneses devido à sua real ou alegada desobediência e desrespeito pelas leis chinesas. Foram entregues às autoridades locais memorandos pedindo a sua expulsão total, mas o *haidao* (vice-rei) contentou-se em publicar um édito em que proibia os macaenses de manter escravos japoneses, comprar *mui-tsai* (criadas domésticas chinesas), fazer comércio clandestino e construir novas casas, mas como acontecera com um édito semelhante em 1613, o suborno criterioso transformou o édito em letra-morta⁴⁵. Em 1622, após o falhanço do ataque holandês a Macau, os vencedores desentenderam-se. Os inimigos de Lopo Sarmiento receberam poderes de Goa para o desapossarem da capitania das duas viagens ao Japão que ainda tinha para fazer, argumentando que a cidade precisava de fundos para as fortificações e necessitava que as próximas viagens fossem feitas por sua conta. O cancelamento das viagens significou que Lopo ficava automaticamente privado da capitania da cidade. O governo terá sido exercido entre 22 de Julho de 1622 a 15 de Julho de 1623 pelo Senado da Câmara (nas figuras de Pero Fernandes de Carvalho e Agostinho Lobo). Questões internas e a presença da esquadra holandesa na ilha dos Pescadores impediram a viagem ao Japão. Quanto a Lopo Sarmiento, não faltaram defensores e detratores. A contenda foi levada a Goa para onde Lopo Sarmiento partiu em Novembro. Os representantes em Goa do Senado de Macau requereram ao vice-rei e à Coroa a substituição de Lopo Sarmiento por um governador cujas funções fossem completamente diferentes das do capitão-mor, argumentando que o capitão-mor não tinha cumprido o seu dever no dia do ataque holandês e que procurava esconder a sua má conduta.

Insistiam que ele nunca mais devia ser autorizado a regressar a Macau, onde a sua presença era uma fonte permanente de dissensão interna, e que as viagens ao Japão deveriam ser encargo da cidade e ser administradas por ela para pagar as suas fortificações e uma guarnição de soldados. Lopo Sarmiento, por seu lado, procurou mostrar que fora injustamente desapossado das viagens não cumpridas ao Japão por um grupo de descontentes amotinados, e

⁴⁵ Boxer, Charles Ralph, *idem*, *ibidem*, pp. 78-82.

argumentou que a cidade podia pagar as suas fortificações com as receitas das taxas locais arrecadadas para esse efeito, e com os lucros das viagens a Manila, se fossem bem administrados. A questão era mais complicada por haver membros das ordens religiosas apoiando cada um dos lados. Em suma, o caso de Lopo Sarmiento estava imbuído de questões pessoais e sectárias⁴⁶.

O vice-rei da Índia, Francisco da Gama, e o Conselho de Estado, depois de ouvirem os argumentos de Lopo Sarmiento e dos Procuradores de Macau, resolveram o litígio da seguinte forma: Francisco de Mascarenhas foi nomeado governador e capitão-geral de Macau, sendo-lhe dado o comando de uma companhia de soldados regulares que constituiria a guarnição da cidade, e paga por ela. O governador seria a única autoridade em assuntos militares, mas partilharia com o Senado as suas competências em assuntos civis, sendo-lhe recomendado que não interferisse com a jurisdição legal do Ouvidor ou juiz. Com esta nomeação a capitania de Macau foi separada de uma vez por todas das viagens ao Japão, e doravante não seria atribuída ao capitão-mor da viagem qualquer jurisdição em terra. Ficou ainda decidido que a cidade de Macau deveria fazer a viagem que lhe tinha sido concedida para as suas fortificações com precedência sobre todas as outras, e a viagem teria que ser feita nesse ano (como sucedeu). Lopo Sarmiento faria então a sua segunda viagem. Após alguma hesitação do vice-rei e do conselho, a petição do Senado para Lopo Sarmiento não voltar à China foi rejeitada, mas a decisão final acrescentava que Lopo Sarmiento *não teria qualquer jurisdição ou precedência, nem cadeira na igreja, nem outra distinção, nem se deveria ocupar em aquilo que não fosse navio ou embarcação em que fizesse a viagem.*

Francisco de Mascarenhas chegou a Macau sem problemas e tomou posse a 17 de Julho, mas a galeota em que Lopo Sarmiento embarcou foi capturada por um navio holandês nos estreitos de Singapura e ele foi levado como prisioneiro para Batávia⁴⁷.

Quando Agostinho Lobo fez a sua segunda viagem ao Japão em 1625 os espanhóis tinham sido oficialmente expulsos do Japão, enquanto em Macau Francisco de Mascarenhas não foi bem aceite pelos comerciantes. Esta agitação transformou-se numa revolta que foi suprimida com dificuldade. Os macaenses pediram a restauração do antigo sistema mas não obtiveram uma resposta favorável. Quando em 1626 Luís Pais Pacheco fez finalmente a viagem e chegou com seis galeotas a Nagasaki as condições para os comerciantes tinham-se tornado difíceis. Os japoneses haviam intensificado a perseguição aos cristãos locais, e os portugueses eram sujeitos a repetidas humilhações e buscas, sendo obrigados a assinarem uma

⁴⁶ Boxer, Charles Ralph, idem, ibidem, pp. 91-93.

⁴⁷ Boxer, Charles Ralph, idem, ibidem, pp. 93-95.

declaração em que afirmavam que não trariam qualquer missionário para o país e que não dariam ajuda ou apoio a qualquer missionário.

No ano de 1627 não houve viagem ao Japão porque a esquadra holandesa bloqueou a barra de Macau durante os meses de verão. O bloqueio foi eventualmente levantado por cinco galeotas que iam para o Japão aparelhadas como navios de guerra. Antes do levantamento do bloqueio, os portugueses tinham pedido a Manila que escoltasse as galeotas que aí faziam comércio, e os espanhóis forneceram dois galeões, *o San Ildefonso* e *o Nuestra Señora de la Peña de Francia* em troca do pagamento de 20,000 cruzados. Estes navios eram comandados por Juan de Alcaraso, mas quando chegaram a Macau já o bloqueio fora rompido⁴⁸. No ano de 1628 António Monteiro Pinto fez a viagem com cinco galeotas, mas encontrou sérias dificuldades em Nagasaki porque Juan de Alcaraso partiu para o golfo do Sião após chegar a Macau para vingar a morte de Fernando da Silva e a perda do seu navio em 1624. Como resposta a este ultraje, Alcaraso tomou e saqueou vários navios siameses e queimou imprudentemente um junco do selo vermelho em Maio, após ter morto vários membros da guarnição e ter queimado a bandeira e o passaporte do *shōgun*. Quando a notícia chegou ao governo do *Bakufu* este reagiu vigorosamente e as três galeotas que ainda estavam ancoradas em Nagasaki foram embargadas, sendo comunicado aos portugueses que as suas vidas e mercadorias responderiam pelo ultraje sofrido caso não viesse rapidamente um pedido de desculpas de Manila. Os portugueses argumentaram que não eram responsáveis pelos desmandos espanhóis, mas o governo japonês argumentou que, se Espanha e Portugal eram uma monarquia dual, os súbditos das duas coroas deviam ser responsabilizados conjuntamente.

Em 1629, confrontado com a perda do comércio com o Japão, o Senado de Macau pediu ao governador das Filipinas que salvasse as vidas e os bens dos seus compatriotas. Por outro lado em Macau discutia-se se a viagem devia ser feita ou não. Os compradores da viagem e os que tinham interesses nela eram a favor enquanto o Reitor dos Jesuítas, samurais cristãos exilados e outros consideravam sensato enviar um enviado especial para dar as explicações necessárias e pedir desculpa pela ocorrência. Prevaleceu o primeiro ponto de vista, e António de Oliveira Aranha foi enviado como capitão-mor com duas galeotas que foram apresadas assim que chegaram a Nagasaki. O embargo japonês teve como consequência o incremento do comércio chinês.

⁴⁸ Boxer, Charles Ralph, *O Grande Navio de Amacau*, Fundação Oriente e Museu e Centro de Estudos Marítimos de Macau, 1989, pp. 95-98.

Quando o novo vice-rei, Miguel de Noronha, partiu de Lisboa para Goa em Abril de 1629, levava com ele instruções secretas para que as viagens de Macau-Nagasaki e Macau-Manila passassem a ser feitas com supervisão da Coroa. Os lucros que daí resultassem seriam postos de lado para as despesas de manutenção do arsenal de Goa e da esquadra da Ásia. As instruções ordenavam que às pessoas ou instituições a quem já tivessem sido concedidas viagens ao Japão deveriam ser pagas indemnizações adequadas. Como nos diz Boxer, estas ordens não foram cumpridas pelas autoridades locais e numa sessão do conselho de Estado a 16 de Novembro foi decidido por unanimidade que seria mais vantajoso ignorar as ordens do Rei, seja devido a interesses pessoais ou porque não existiam as condições necessárias para essas ordens serem executadas. As três viagens que não estavam atribuídas foram postas a leilão, como sucedia usualmente. Foram em 28 de Novembro arrematadas por Lopo Sarmiento de Carvalho (que fora libertado do cativo holandês em data desconhecida) por 306,000 xerafins ou seja 102,000 por viagem. Segundo nos diz Boxer, Lopo Sarmiento ficou com o contrato de 1629⁴⁹. Este contrato é interessante porque na essência privatiza o comércio, porque nele a Coroa cede todo e qualquer direito ao contratualizante e força todos os que desejassem fazer comércio nesta área a garantir a autorização prévia de Lopo Sarmiento.

Lopo Sarmiento chegou a salvo a Macau em 1630, mas o novo capitão-geral Jerónimo da Silveira aliou-se ao Senado para o impedir de fazer a viagem, usando como desculpa o embargo japonês e os navios que estavam retidos. Ficou decidido que a questão só se resolveria mandando um emissário especial ao Japão, e Jerónimo da Silveira concordou em desempenhar a missão embora não estivesse autorizado a deixar o seu posto⁵⁰ sem licença do vice-rei. Silveira deixou o irmão como governador em exercício mas foi forçado a regressar após encontrar ventos contrários.

No regresso reconsiderou a decisão anterior, porque chegara a notícia de um ataque holandês e 300 homens tinham partido entretanto para a China para auxiliar o imperador Ming a conter uma invasão Manchu. Gonçalo da Silveira ofereceu-se para ir no lugar do irmão ao Japão e partiu em Julho. A sua missão foi um sucesso e conseguiu obter o levantamento do embargo, apesar de ser obrigado a ficar no Japão, com o anterior capitão-mor António Aranha e uma galeota, como garantia das dívidas em que tinham incorrido os comerciantes de Macau, avaliadas entre 200,000 a 600,000 cruzados⁵¹.

Em 1631 Lopo Sarmiento não conseguiu novamente fazer a viagem e apelou para o governo de Goa. O vice-rei enviou um dos seus parentes, Manuel da Câmara de Noronha,

⁴⁹ Boxer, Charles Ralph, *idem*, *ibidem*, pp. 101-103. Ver excerto no doc. XI no apêndice I.

⁵⁰ Ver lista de governantes no apêndice V.

⁵¹ Boxer, Charles Ralph, *idem*, *ibidem*, pp. 103-106.

para substituir Jerónimo da Silveira como capitão-geral de Macau, com ordens claras para garantir o cumprimento do contrato. Ao mesmo tempo, a dívida dos comerciantes de Macau agravou-se consideravelmente entre 1631 a 1632. No ano de 1632, com um ultimato japonês a respeito dos devedores insolventes, o capitão-mor e o Senado deliberaram e decidiram que todos aqueles que tinham débitos em responsabilidade deveriam ser mandados a Nagasaki para pagar as suas dívidas, se fosse possível, e caso não fosse possível, para estabelecer os acordos que pudessem com os seus credores.

O aparecimento dos devedores portugueses apaziguou os ânimos e muitos conseguiram acordos com os credores, enquanto muitos outros prometeram pagar em 1633. Apesar de todos estes problemas, a primeira viagem do contrato de Lopo Sarmiento acabou por ser lucrativa, mas o capitão-mor foi obrigado a invernar no Japão para completar o carregamento. Esta resolução explica a razão de os comerciantes japoneses de Hakata e de Nagasaki voltarem a investir em prata emprestada aos portugueses como penhor ou responsabilidade apesar das imensas dívidas por solver⁵².

As eleições para o Senado de Macau realizaram-se em Janeiro de 1633. Aparentemente, os vereadores eleitos eram inimigos de Lopo Sarmiento, pois quando chegou a monção de Junho, e aproveitando-se da sua ausência e da do seu cunhado António Fialho Ferreira em Manila, voltaram à velha questão de que a viagem deveria ser feita por sua conta e chegaram a ameaçar o governador. O capitão-geral, com ameaças e persuasão, acabou por conseguir carregar dois navios com carga valiosa nas condições do contrato e fê-las partir a 26 de Julho.

O endividamento da cidade piorara e os portugueses pediam emprestado em larga escala a comerciantes e prestamistas japoneses para pagarem o que deviam a outros. Os credores japoneses finalmente perceberam, e num dia combinado em Nagasaki fizeram um pedido único de liquidação de todas as dívidas existentes. O resultado foi um desastre e apenas alguns portugueses puderam pagar as dívidas. Entre os que não conseguiram havia aqueles que deviam quantias na ordem dos 200,000, 300,000 e 400,000 taéis. Os falidos não podiam dar garantias a não ser a promessa de que com a chegada das galeotas desse ano contavam receber mercadoria suficiente para pagar o que deviam, mas quando os navios chegaram verificou-se que havia pouco e em alguns casos nada. Muitos dos endividados acabaram por ser entregues a Lopo Sarmiento para serem extraditados para Macau com rigorosas instruções para que as suas casas, mercadorias, propriedades móveis e imóveis fossem vendidas e que deveriam voltar no ano seguinte com o produto das vendas a fim de pagarem aos seus credores.

⁵² Boxer, Charles Ralph, *idem*, *ibidem*, pp. 106-111.

O comércio Macau-Manila também encontrou dificuldades este ano, porque o governador das Filipinas extorquiu um empréstimo forçado de 90,000 pesos aos comerciantes de Macau em Manila, e embora o comércio de Macau e Manila tivesse sido encorajado pelos capitães-gerais de Macau após 1623 e contado com a conivência de vários vice-reis da Índia, a Coroa só o sancionou relutantemente em 1629, mas rapidamente voltou a proibi-lo em 1633 quando chegaram a Macau e Manila ordens reais, mas as motivações económicas voltaram a provar ser mais fortes do que a vontade do Rei⁵³.

No ano de 1634 Manuel da Câmara de Noronha, capitão-geral e governador de Macau, previu que a terceira viagem de Lopo Sarmiento se revelasse a mais lucrativa, mas vicissitudes várias fizeram com que só o navio-almirante, *o Santo António*, com o próprio Lopo Sarmiento a bordo, chegasse a Nagasaki no fim de Agosto. Mesmo nesta adversidade Lopo Sarmiento fez uma viagem lucrativa porque o *Bakufu* tornara mais rigorosos os regulamentos que regiam os navios do selo vermelho e poucos foram licenciados, o comércio entre o Japão e a Formosa fora proibido, e os holandeses notificados que não deveriam perder tempo com qualquer navio japonês que aí aportasse. Este ano foi também o último do contrato de Lopo Sarmiento, mas a questão acerca dos resultados financeiros destas viagens iria durar por mais dez anos, e independentemente das questões financeiras que decorreram do contrato, um dos principais objetivos das viagens foi conseguido, ou seja, foi possível abastecer com cobre japonês as fundições de canhões de Macau e de Goa.

Apesar da quantidade de cobre recebida, o vice-rei estava pouco satisfeito com a forma como Lopo Sarmiento conduzira as viagens, e a 5 de Abril de 1634 reuniu-se o conselho do Estado da Índia para discutir o futuro das viagens ao Japão. Após considerar várias propostas, o vice-rei e o conselho decidiram que as viagens ao Japão deveriam ser feitas no futuro por conta da Coroa, como ordenavam as instruções de 1629. A Coroa pagaria a guarnição de Macau com os proveitos das viagens que seriam controlados e efetuados por um capitão-mor da viagem a Nagasaki e por um administrador da viagem residente em Macau. Estes postos deixaram de ser vendidos, mas eram atribuídos a quem o vice-rei nomeasse com um salário fixo de 2000 taéis para o capitão-mor e 1500 taéis para o administrador. Quanto à reiterada proibição da viagem de Macau a Manila, o vice-rei e o conselho decidiram que a proibição da Coroa não podia ser cumprida nas presentes circunstâncias, e o que se podia fazer era limitar a viagem a uma pinaça⁵⁴ por ano, carregada com munições para a guarnição de Manila, e

⁵³ Boxer, Charles Ralph, idem, ibidem, pp. 111-116.

⁵⁴ Nome dado a uma pequena embarcação à vela ou a remos que era utilizada como embarcação de apoio a navios de guerra ou mercantes, o seu nome resulta da utilização quase exclusiva de madeira de pinho na sua construção, aparecendo referenciada em diversas formas nos idiomas europeus.

levando apenas as sedas que fossem suficientes para consumo local nas Filipinas, de forma a impedir a sua reexportação para o México. A partir de 1635, as viagens até ao epílogo das relações luso-nipónicas em 1639 passaram a ser feitas em benefício da Coroa⁵⁵.

Os comerciantes portugueses serão vistos como os segundos protagonistas das relações paradiplomáticas do período Nanban.

2.4 – A Companhia de Jesus

Quando Xavier chegou a Kagoshima, em Agosto de 1549, a Sociedade ainda não tinha uma década⁵⁶. Formalmente fundada pela Bula *Regimini militante Ecclesiae* (datada de Setembro de 1540), a instituição refletia, desde o início, um carácter de disciplina militar que fora gravado na organização pelo seu fundador, amigo e companheiro de Xavier, Ignacio de Loyola (c.1491-1556). Na tradução latina das constituições originais, aprovadas pelo Papa, a palavra espanhola de companhia foi traduzida por *Societas*; assim, o corpo dos Jesuítas foi chamado de Companhia ou Sociedade por portugueses e espanhóis. Diz-se que o Papa Paulo III terá dito, quando aprovou a sua criação, que *o dedo de Deus está aqui*, mas independentemente do papel desempenhado por Deus, a influência dos instintos militares de Loyola e o seu treino são evidentes. Disciplina rígida e obediência absoluta⁵⁷ eram princípios cardeais inculcados nos membros da Companhia, cuja organização refletia um espírito militar: o geral jesuíta era um comandante em chefe de facto e não só em nome⁵⁸. As antigas ordens monásticas e mendicantes (Benedictinos, Dominicanos, Franciscanos e outros) tinham um modelo no qual os seus superiores eram eleitos e serviam por um período limitado, tendo os seus poderes controlados por reuniões de capítulos, que eram frequentes, e a casa principal exercia um forte controlo sobre as suas outras casas. Na Companhia de Jesus, o Geral era eleito, mas assim que escolhido, era-o para a vida, e exercia o poder total sobre todas as atividades da Companhia e as suas casas subsidiárias a partir do seu quartel-general em Roma. Somente ele detinha o poder para fazer nomeações para qualquer cargo na Companhia, podendo nomear ou remover os provinciais como entendesse, tal como os vice-provinciais e *rectores*, da mesma forma que um comandante militar podia nomear ou despedir os seus subordinados em tempo de guerra.

⁵⁵ Boxer, Charles Ralph, idem, ibidem, pp. 116-119 e 120-123. Janeiro, Armando Martins, *O Impacto Português sobre a Civilização Japonesa*, Publicações Dom Quixote, Lisboa, Portugal, 1988, pp.119-20.

⁵⁶ Para uma descrição da chegada dos primeiros jesuítas à Índia ver doc. III no apêndice I. Ver mapa 4 em apêndice IV.

⁵⁷ Höpfl, Harro, *Jesuit Political Thought: the Society of Jesus and the state, c. 1540-1640*, Cambridge University Press, New York, USA, 2004, pp. 26-30.

⁵⁸ Höpfl, Harro, idem, ibidem, pp. 34-37.

Enquanto alguns mendicantes como franciscanos e dominicanos tendiam a passar as suas vidas nos conventos ou nas suas imediações, a mobilidade e a atividade missionária eram a essência da Companhia de Jesus, vista pelo fundador como sendo a cavalaria da Igreja, preparada para ir a qualquer lado ou fazer tudo assim que ordenado pelo Pontífice Romano⁵⁹.

Quanto aos membros da Companhia, ou aos aspirantes a entrarem na mesma, estavam organizados em oito categorias ou grupos. Os noviços estavam classificados como escolásticos ou coadjutores temporários, de acordo com o seu destino final como padres ou irmãos leigos. Numa fase inicial tinham que fazer um duro retiro de um mês, estando completamente isolados. Durante esse tempo, tinham que estudar intensamente os *Exercícios Espirituais* de Loyola. Após este primeiro contato, entravam num noviciado por dois anos, passado em estudos diários, em trabalho de hospital e como catequistas de crianças e pobres. Se tivessem sucesso avançavam para o grau de escolásticos aprovados ou coadjutores temporários aprovados, tomando os três votos simples diferentes dos três solenes. Os que eram aprovados tinham que estudar gramática, humanidades e retórica, por dois anos ou mais, antes de poderem fazer o curso de filosofia de quatro anos, onde se incluíam as ciências naturais, a metafísica e ética. A este estudo juntava-se a experiência prática de ensino de noviços. Este curso de quatro a seis anos formava o núcleo da potencial carreira académica dos escolásticos aprovados.

O treino de coadjutores temporários não era tão rigoroso, visto que estavam destinados a exercer as funções de irmão leigo (trabalho de artesão e técnico), mas mesmo eles tinham que trabalhar dez anos para a Sociedade antes de serem admitidos como coadjutores temporários formados. Não eram admitidos às Ordens Sagradas que estavam reservadas para os coadjutores formados espiritualmente ou escolásticos formados espiritualmente. Embora alguns destes coadjutores temporários formados pudessem aspirar ao grau de professo dos três votos solenes, poucos poderiam eventualmente deter o grau de professo dos quatro votos solenes.

O núcleo da Companhia era formado pelos coadjutores formados espiritualmente. O quarto voto era um voto especial de obediência direta ao Papa, prometendo ir, para fins missionários, quando e para onde fossem enviados, sendo que esta ordem repousava na mão do Geral, que podia enviar ou chamar de volta um missionário, desde que assim o entendesse⁶⁰. Este último grau raramente era atingido por um Jesuíta antes dos seus quarenta e

⁵⁹ Boxer, C. R., *The Christian Century in Japan 1549-1650*, Carcanet Press Limited, 1993, Manchester, UK, pp.45-46. Ver Constituições no doc. I apêndice I.

⁶⁰ Coelho S.J., António José (tradução), *Autobiografia de Santo Inácio de Loyola*, Editorial A.O., Secretariado Nacional do Apostolado da Oração, Braga, Março 2005, pp. 109-110.

cinco anos, mesmo para aqueles que se tinham tornado noviços aos catorze anos. Este percurso era diferente das outras ordens, onde os três votos solenes eram tomados após um ano de noviciado.

Em termos territoriais, a Companhia estava organizada em Províncias e vice-províncias. A Província de Portugal foi fundada em 1540, a de Goa em 1542, e a do Japão em 1549, bem como a vice-província da China em 1583. Tanto os provinciais como os vice-provinciais estavam subordinados diretamente ao Geral de Roma, que exercia controlo sobre as províncias e vice-províncias pelo envio periódico de visitantes.

O funcionamento eficaz desta rígida hierarquia foi facilitado por um sistema de correspondência periódica, onde se explicava o que sucedia nas províncias e vice-províncias, assim como as atividades das casas de professos e de cada indivíduo da Companhia. Esta era a máquina instituída, ainda não há dez anos, quando Xavier chegou ao Japão. Talvez se possa explicar algum do sucesso dos Jesuítas no Japão por uma certa semelhança no treino entre os soldados da cruz e os samurais que estudavam o caminho do guerreiro. O paralelo não deve ser exagerado, mas a seguinte passagem dos *Exercícios Espirituais* tanto poderia vir das *Meditações* de Marco Aurélio ou do *Legado* de Tokugawa Ieyasu:

Temos que nos tornar indiferentes acerca de todas as coisas criadas, de modo que nós não desejamos a saúde em vez da doença, de riquezas em vez de pobreza, de honra em vez de opróbrio, de uma vida longa em vez de uma curta.

Devemos ter presente que, para os Jesuítas, era condição fundamental libertarem-se dos vícios terrenos de forma a agirem conforme a vontade divina, tal como os samurais sacrificavam tudo, incluindo a vida, pelo seu senhor⁶¹.

2.4.1 – A Missão do Japão

Os mercadores e os missionários foram os primeiros responsáveis pela fixação das rotas comerciais no Extremo Oriente. A informação da chegada da primeira missão jesuítica à Índia aparece-nos no livro intitulado *Relações da Carreira da Índia*⁶² e, em Macau, os Jesuítas

⁶¹ Boxer, C. R., idem, ibidem, pp. 46-49. Para mais informação sobre a Companhia de Jesus ver: Brodrick, James, *The Origin of the Jesuits*, London, 1940. Fülöp-Miller, René, *The Power and Secret of the Jesuits*, London, 1930. Rodrigues, Francisco, S.J., *A Formação Intellectual do Jesuíta*, Oporto 1917. Boxer, C.R. *The Portuguese Padroado in East Asia and the Problem of the Chinese Rites, 1576-1773*, Boletim do Instituto Português de Hong-Kong, vol. I (1948), Macao. Camara Manoel, J.P.A., *Missões dos Jesuítas no Oriente nos séculos XVI e XVII*, Lisbon, 1894. Höpfl, Harro, idem, ibidem, pp. 30-34.

⁶² Albuquerque, Luís de (Dir.), Idem, ibidem, p. 28. Ver o doc. III apêndice I.

participaram ativamente nas negociações que autorizaram a fixação definitiva portuguesa nos anos 60 do séc. XVI⁶³.

Apesar de haver algumas provas de que o Cristianismo nestoriano possa ter chegado ao arquipélago japonês, a missão católica romana do séc. XVI representa o primeiro encontro documentado entre o Cristianismo e os Japoneses. O início da missão é importante, visto que ocorreu após muitos anos de guerra civil, caos social e fomes. As instituições budistas encontravam-se também num mau momento, pois tinham perdido grande parte da sua capacidade de conseguirem responder às necessidades do povo, tendo-se envolvido nos conflitos políticos e militares desse tempo.

A missão iniciou-se em 1549, em Kagoshima, no sul do Kyūshū. Se durante a década de 1540 do séc. XVI chegavam essencialmente mercadores, a 15 de Agosto de 1549 aportarão a Kagoshima o padre Francisco Xavier, os padres Cosme de Torres e Juan Fernández. Xavier⁶⁴, tendo os missionários partido com boas expectativas, como pode ser lido numa carta do padre Cosme de Torres a Inácio de Loyola, datada de 25 de Janeiro de 1549, e enviada do colégio da Santa Fé em Goa⁶⁵.

O facto de o Japão ser uma nação dividida vai favorecer a conversão de alguns *daimyō*, seguidos de conversões em massa do seu povo, explicando, em parte, o rápido crescimento da missão no Japão. Deve-se referenciar que os missionários, por sua iniciativa, investiam recursos consideráveis em educação e apoios sociais⁶⁶. Numa carta de Francisco Xavier ao rei de Portugal, João III, datada de Cochim a 20 de Janeiro de 1548, diz-nos o missionário em relação às ilhas nipónicas:

Eu, Senhor, não estou de todo determinado a ir a Japão, mas vai-me parecendo que sim, porque desconfio muito que não ei de ter verdadeiro favor na índia pera acrescentar a nossa santa fé, nem pera conservação da cristandade que está feita⁶⁷.

Numa carta de Baltasar Nunes aos Irmãos de Coimbra, escrita em Trevancor a 18 de Novembro de 1548⁶⁸, temos um testemunho indireto acerca da partida para breve de

⁶³ Costa, João Paulo Oliveira e (cord.), *História da Expansão e do Império Português*, Esfera dos Livros, 2014, Lisboa, Portugal.

⁶⁴ Cooper S.J., Michael (ed.), *The Southern Barbarians, the first Europeans in Japan*, Kodansha International, 1971, Tokyo, Japan, p. 36.

⁶⁵ Rego, António da Silva, *Documentação para a História das Missões do Padroado Português do Oriente*, Índia 4º volume (1548-50), Agência Geral das Colónias Divisão de Publicações e Biblioteca, Lisboa, 1950, Portugal, pp. 265-67. Ver excerto em apêndice I em doc. IV.

⁶⁶ Carvalho S.J., Valentim de Carvalho, *Apologia do Japão*, introdução e transcrição por José Eduardo Franco, Centro Científico e Cultural de Macau, Lisboa, 2007, pp. 65-71.

⁶⁷ Rego, António da Silva, *Documentação para a História das Missões do Padroado Português do Oriente*, Índia 4º volume (1548-50), Agência Geral das Colónias Divisão de Publicações e Biblioteca, Lisboa, 1950, Portugal, p. 19.

Francisco Xavier para o Japão. Numa outra carta do padre Paulo Camerino S.J. ao padre Simão Rodrigues S.J., datada de Goa em princípios de Dezembro de 1548⁶⁹, podemos ler uma referência ao japonês Paulo da Santa Fé, que acompanhará Francisco Xavier e o primeiro grupo de missionários ao Japão, sendo bastante elogiado pelo autor da mesma. Este elogio ou reconhecimento de um japonês e das suas capacidades será depois aplicado por todos os missionários envolvidos na primeira fase da missão japonesa aos seus mais diretos colaboradores japoneses. Por fim, numa carta escrita por Francisco Xavier ao padre Simão Rodrigues, datada de Cochim a 20 de Janeiro de 1549⁷⁰, temos a notícia da partida do grupo de Francisco Xavier. Como parte do relatório feito pelo padre Baltasar Gago aos Irmãos de Coimbra, datado de Goa, entre 14 a 20 de Outubro de 1549⁷¹, intuímos a movimentada atividade dos Jesuítas pelos territórios asiáticos e, uma vez mais, compreendemos como eles executavam o seu voto de disponibilidade para ir para qualquer lugar em qualquer altura, desde que assim lhes fosse ordenado pelo seu Superior ou pelo Papa.

Esta ideia da disponibilidade de um padre jesuíta se deslocar para onde lhe fosse ordenado pelo Geral ou pelo Papa é reforçada por uma carta enviada pelo padre António Gomes, reitor do Colégio de Goa, a Inácio de Loyola, datada de Goa a 25 de Outubro de 1549⁷². Esta carta, um relatório das atividades jesuíticas do Oriente enviado ao Geral da Companhia, reforça a ideia de que o controlo de todas as actividades era detido pelo Geral da Companhia, que por sua vez só respondia diretamente ao Pontífice Romano, demonstrando isto a enorme autonomia com que a Sociedade actuava.

Em meio século de actividade foram estabelecidas escolas religiosas em cerca de 200 localizações no Japão ocidental, contando-se entre elas um noviciado para o treino de candidatos, escolas de educação primária, um seminário e um colégio, havendo também espaços para cuidar dos doentes, dos velhos e dos órfãos. O número de padres no país nunca excedeu os 137, o que significa que a razão entre padres e convertidos era desequilibrada (1 para 412, em 1588, e 1 para 3061, em 1614). O que tornou a expansão da Igreja possível foi o papel desempenhado por catequistas japoneses e por assistentes leigos (*dōjuku*) que viviam com os padres. Em 1603, cerca de 500 leigos japoneses tinham sido treinados para apoiar a missão, onde se incluía adquirir competências para fazer traduções de obras, ensino e pregação. Também se encontravam mulheres leigas em trabalhos sociais e médicos, como

⁶⁸ Rego, António da Silva, idem, ibidem, pp.122-23. Ver excerto em doc. V apêndice I.

⁶⁹ Rego, António da Silva, idem, ibidem, pp.146-47. Ver excerto em doc. VI apêndice I.

⁷⁰ Rego, António da Silva, idem, ibidem, pp.248-49 existindo no mesmo outra versão nas pp.234-36. Ver excerto em doc. VII apêndice I.

⁷¹ Rego, António da Silva, idem, ibidem, pp.324-26. Ver excerto em doc. VIII apêndice I.

⁷² Rego, António da Silva, idem, ibidem, pág. 336.

membros das misericórdias. Em 1614, estes homens e mulheres geriam sete hospitais, lares de idosos e casas para órfãos e crianças. Os convertidos, por esta altura, rondariam os 300,000. O século cristão terminaria abruptamente com a unificação política realizada pelo Bakufu de Tokugawa⁷³.

Para os Jesuítas e para a propagação do Cristianismo, a condição caótica do País do Sol Nascente tinha as suas vantagens e desvantagens. Por um lado, significava que os missionários não ficavam à mercê de um governo central que pudesse decretar a sua expulsão, como na China. Se um *daimyō* se mostrava hostil à pregação, estavam certos que seriam bem recebidos por um outro, seu vizinho, ou quando eram expulsos de um território podiam mudar-se facilmente para outro vizinho. Por outro lado, a falta de uma estabilidade política e administrativa, que resultava das mudanças rápidas que se podiam verificar de um dia para o outro, indicava que as suas missões podiam ser destruídas do dia para a noite, se o território onde trabalhavam fosse tomado por um poder hostil. É, no entanto, de registar que nunca um jesuíta perdeu a vida devido a estas rápidas mudanças, embora pudessem ser maltratados⁷⁴.

O cristianismo começou a ser hostilizado no Japão em 1587, quando Toyotomi Hideyoshi promulgou o primeiro édito anticristão, mas como os *daimyō* e o próprio governo japonês não estavam interessados em perder os ganhos proporcionados pela nau do trato⁷⁵, continuaram a aceitar a presença de missionários no país. A chegada dos espanhóis, vindos das Filipinas, não alterou a situação, pois os mercadores de Manila também se faziam acompanhar por missionários. Desiludido, Hideyoshi pôs fim à primeira missão dos franciscanos de Manila com o martírio de Nagasaki⁷⁶.

A partir de 1587 há um interesse manifesto da parte das autoridades japonesas no comércio, mas este desejo entra em choque com o Cristianismo professado pelos portugueses e espanhóis, tal como muitos japoneses, mas não havendo ainda alternativas viáveis de comércio externo as relações comerciais mantem-se. Por fim, a chegada dos primeiros holandeses em 1600 irá despertar o interesse de Tokugawa Ieyasu, que após a vitória de Sekigahara era o senhor incontestado do Império. Os holandeses irão instalar-se em Hirado em 1609 e os ingleses irão também manter uma feitoria nesse porto entre 1613 a 1622.

O aparecimento de uma alternativa comercial levará a que, em 1614, Ieyasu decretasse a expulsão definitiva dos missionários e ordenasse aos seus súbditos que abandonassem o

⁷³ Phan, Peter C. (ed.), *Christianities in Asia*, Wiley-Blackwell, Oxford, UK, 2011. pp. 198-200.

⁷⁴ Boxer, C.R., *The Christian Century in Japan 1549-1650*, Carcanet Press Limited, Manchester, UK, 1993. pp. 41-42.

⁷⁵ Ver glossário em apêndice VI.

⁷⁶ Costa, João Paulo Oliveira e (cord.), Rodrigues, José Damião e Oliveira, Pedro Aires, *História da Expansão e do Império Português*, Esfera dos Livros, Lisboa, Portugal, 2014, p. 179.

Cristianismo⁷⁷. Entramos assim na última fase das relações luso-nipónicas e que se manterá até à expulsão definitiva em 1638. Durante este período, o comércio com Macau manteve-se, mas os mercadores macaenses apoiavam os Jesuítas, transportando religiosos nos seus navios, que se introduziam clandestinamente no Japão, assim como a correspondência da missão. A população cristã manteve-se fiel à sua fé e escondeu os missionários enquanto pôde, conseguindo alguns escapar aos perseguidores até à sua morte, como sucedeu com os padres Juan Batista Baeza S.J. e Mateus de Couros S.J. No entanto, a perseguição sistemática acabou por impedir a entrada de novos clérigos e levou à captura de quase todos os restantes. Em 1632, o jesuíta Cristóvão Ferreira apostatou e a partir dessa data a população cristã de Nagasaki passou a vincular-se oficialmente aos templos budistas, embora muitos perseverassem clandestinamente na fé cristã, tendo algumas comunidades de cripto-cristãos sobrevivido até à segunda metade do séc. XIX, quando o Japão finalmente se abriu ao mundo.

Quanto ao financiamento inicial a missão jesuítica recebeu fundos privados em forma de doação por parte de fidalgos podendo referir o capitão de Malaca que ajudou Francisco Xavier em 1549 ou a entrada de noviços ricos como Fernão Mendes Pinto e Luís de Almeida que trouxeram com eles a sua fortuna quando entraram, mas esta ocorrência era rara. Data de 1556 a 1ª menção em que os jesuítas aparecem a participar no comércio Macau-Nagasaki, quando a fortuna de 4000 ducados de Luís de Almeida S.J. foi investida em seda, este facto segundo Francisco Cabral, superior da missão então, marcou o fim do início da pobreza evangélica da missão. Contudo a missão ainda dependia de apoio monetário régio, de apoio papal ou do capital próprio da Companhia. Da coroa portuguesa deveria receber inicialmente 500 cruzados provenientes das taxas alfandegárias pagas em Malaca. Este valor foi aumentado para 1000 durante o reinado de Sebastião (r. 1557-78) e Filipe I de Habsburgo (r. 1581-98) adicionará mais 1000 ducados. Mas este dinheiro apesar de prometido ou devido muitas vezes não chegava a ser entregue ou chegava muito esporadicamente⁷⁸.

As remessas de Roma eram raras, podendo-se destacar um envio de 4000 ducados por parte do papa Gregório XIII em 1583. Por fim os próprios jesuítas atribuíram 1200 ducados retirados das suas propriedades na Índia. Estes valores eram claramente insuficientes pois rondavam os 7700 ducados enquanto as despesas da missão no Japão oscilavam entre 10000 a 12000 ducados.

Em 1578 para suprir esta falta de dinheiro crónica Valignano colocou o negócio numa base mais definida para que uma receita fixa pudesse ser garantida à missão e garantisse a sua

⁷⁷ Costa, João Paulo Oliveira e (cord.), Rodrigues, José Damião e Oliveira, Pedro Aires, Idem, ibidem, pp. 178-179.

⁷⁸ Carvalho S.J., Valentim de, *Apologia do Japão*, introdução e transcrição de José Eduardo Franco, Centro Científico e Cultural de Macau, Lisboa, 2007, pp. 66-67e 73-75.

autonomia financeira. O senado de Macau⁷⁹ autorizou os jesuítas a investir anualmente em 90 (depois reduzidos para 50) pículos⁸⁰ de seda. As condições eram favoráveis, pois ficou decidido que mesmo que a carga não fosse totalmente vendida, a parte dos jesuítas seria sempre considerada como vendida e paga no seu valor total. Este contrato com os mercadores de Macau introduziu os Jesuítas na rota de comércio da seda entre Macau-Nagasaki.

Determinava-se ainda que uma parte da carga e do que resultasse da sua venda seria deixado em Nagasaki. Devido a este acordo os lucros para os Jesuítas contabilizavam-se entre 4000 a 6000 ducados por ano ao qual acresciam lucros menores provenientes de outros produtos vindo de Malaca, da Índia ou da Europa podendo resultar num rendimento anual de 12000 ducados. Este acordo foi ratificado pelo vice-rei da Índia, Francisco de Mascarenhas em 1584, pelo Senado de Macau em 1588, pelo geral dos Jesuítas Cláudio Aquaviva, pelo papa Gregório XIII e por Filipe II (I), rei de Espanha e Portugal em 1582-83⁸¹.

A participação dos Jesuítas no comércio entre o Japão e Macau viria a ser proibida em 1610 por decreto régio e pelo arcebispo de Macau, mas esta proibição será depois revogada em 1611. Para além dos investimentos em seda existia uma indesejável relação entre o comércio estrangeiro e a presença de missionários facto que preocupa o bispo Luís Cerqueira⁸² em 1607:

(...) pressuposto que o Xogun [Tokugawa Ieyasu] ocupa a Companhia como também o fez Taico [Toyotomi Hideyoshi] nos negócios da nau e deste comércio, e se há por afeição que tenha a nossa Santa Lei, ou os ministros dela, senão por lhe parecer que são úteis para este comércio. Por ora não se vê outro melhor meio humano de se conservarem nesta cristandade, e importa tanto para a bem das almas, conservação e aumento dela, o ter benévolo e contente o Senhor da terra, de que tudo depois de Deus depende, que digo assim seja em quanto Deus N. Sr nos não mostrar outro caminho julgo que não convém à Comp^a nem ao serviço de Deus lançar-se fora disto, ante que e bom que continue⁸³.

A preocupação do bispo tinha razão de ser como veremos mais à frente neste trabalho quando explorarmos as formas de missionação e depois a vida de um dos mais importantes jesuítas da Missão japonesa João Rodrigues S.J.

⁷⁹ Ver glossário em apêndice VI.

⁸⁰ Ver glossário em apêndice VI.

⁸¹ Boxer, C.R., idem, ibidem, pp. 116-119 e Cooper, S.J., Michael, *Rodrigues, o intérprete: um jesuíta português no Japão e na China do século XVI*, Quetzal Editores, Lisboa, Portugal, 2003, pp.272-73, embora para uma ideia mais completa se recomende a leitura da totalidade do capítulo das pp.267-276.

⁸² Ver lista de governantes em apêndice V.

⁸³ Janeira, Armando Martins, *O Impacto Português sobre a Civilização Japonesa*, Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1988, pp. 125-129.

Parte II - Casos de paradiplomacia no período Nanban

Capítulo 3 – A Missionaçã

O Papa concedeu a Portugal o monopólio sobre o comércio marítimo a este do Mar Vermelho até dezassete graus a este das Molucas. Este monopólio estava associado à pregação do cristianismo mas devido ao direito do padroado⁸⁴ só missionários autorizados pela coroa portuguesa podiam embarcar nos seus navios. Assim durante cerca de meio século somente os jesuítas pregaram no Japão devido à cooperação entre a Coroa e a Companhia pois só navios portugueses comerciavam em portos japoneses. Este monopólio português resultou numa relação privilegiada entre a Companhia de Jesus e o estado português (mas não de submissão da Companhia à Coroa, pois como explicado anteriormente os Jesuítas deviam obediência última ao Pontífice Romano e ao Geral da Ordem e não a qualquer poder temporal laico) este monopólio comercial foi confirmado após 1580 quando Espanha e Portugal ficaram unidos sobre o governo de Filipe II de Espanha (I de Portugal 1580-98). Quanto ao monopólio jesuíta na missionaçã desta zona foi concedido pelo Papa Gregório XIII em 1585 mas Franciscanos, Dominicanos e Agostinianos ressentiam-se dele.

Tal como noutras regiões do arquipélago japonês onde emergiram poderosos *daimyō* como Takeda Shingen (1521-73), Uesugi Kenshin (1530-78), Hōjō Ujijyasu (1515-71) ou Mōri Motonari (1497-1571) (entre tantos outros que marcarão o Sengoku Jidai) também o Kyūshū teve três famílias que se destacaram neste período: a família Shimazu, centrada em torno de Kagoshima, no sul, e liderada por Shimazu Takahisa⁸⁵ (1514-71), a família Ōtomo, centrada em torno de Funai, no Este, e liderada por Ōtomo Sōrin (1530-87) e, por fim, a família Ryūzōji, centrada em torno de Saga, no Nordeste e liderada por Ryūzōji Takanobu (1530-84). Esta foi a realidade encontrada pela missão que chegou a Kagoshima, a sul do Kyūshū, a 15 de Agosto de 1549, constituída por Francisco Xavier (1506-1552), Cosme de Torres (1510-1570), o irmão Juan Fernández (m.1567) e mais três japoneses incluindo o seu tradutor Anjirō ou Yajirō⁸⁶, que após o batismo se tornou Paulo de Santa Fé, ficando este a cargo da missão de Kagoshima após a partida de Francisco Xavier em 1550⁸⁷. Porém, o cristianismo nunca irá adquirir um forte apoio na região de Satsuma e, dois anos após a

⁸⁴ Ver glossário em apêndice VI.

⁸⁵ Ver notas biográficas em apêndice II.

⁸⁶ Ver notas biográficas em apêndice II.

⁸⁷ Cobbing, Andrew, *Kyushu, gateway to Japan, a concise history*, Global Oriental, 2009, Kent, UK, pp. 153-55.

partida de Xavier, a comunidade cristã na cidade é descrita como estando sem pastor⁸⁸. Semanas após chegarem a Kagoshima, os missionários foram recebidos por Shimazu Takahisa e requereram autorização para pregar. A audiência decorreu num ambiente amistoso, visto que Takahisa contava que a presença de Xavier e companheiros atraísse os mercadores portugueses e o seu lucrativo comércio para o seu território, sendo-lhes concedida autorização. Xavier começou o seu trabalho tornando-se amigo dos monges budistas locais e instruindo os familiares e amigos de Paulo, logrando batizar cerca de cem pessoas. A missionação de Xavier em Kagoshima chegou ao fim quando os monges budistas o começaram a ver como um rival e começaram a pressionar o *daimyō* Takahisa para proibir a propagação do cristianismo. Este percebeu que Xavier não seria uma mais-valia para concretizar o seu desejo comercial e retirou-lhe o apoio, embora não tenha permitido que os missionários abandonassem o seu território. Durante estes meses de inatividade, as cartas escritas por Xavier demonstram os seus esforços para compreender o povo e a sua maneira de pensar, mas também indicam que, apesar da hostilidade, os japoneses tinham-no cativado⁸⁹. Finalmente, Xavier e o seu grupo foram autorizados a sair de Kagoshima em Setembro de 1550. Paulo foi também substituído por um japonês convertido, de nome cristão Bernardo⁹⁰.

Esta primeira ação dos missionários é um exemplo de ação paradiplomática, podendo ter paralelo com a primeira camada de Lecours relativa a assuntos económicos, pois é clara a intenção do *daimyō* Takahisa de se introduzir nas rotas comerciais portuguesas, procurando que o seu domínio atinja novos mercados. Encontramos também um paralelo com ações paradiplomáticas de grau político-cultural, uma vez que os missionários também procuravam criar bases para a evangelização sob a forma de boas relações institucionais.

A segunda fase da missão de Xavier irá decorrer em Hirado, no norte do Kyūshū. Os missionários foram bem recebidos pelo *daimyō* Matsuura Takanobu⁹¹, inspirado pela presença de um navio mercante português, que estava ancorado no seu porto. Mas Xavier optou por não se demorar nesta zona visto que tinha agora com ele um bom interprete, na figura do irmão Juan Fernández, que conseguia exprimir-se em japonês. Acompanhado por Fernández e Bernardo prosseguiu viagem para Kyoto, a capital onde o Imperador (*Dairi*) residia. Antes de sair de Hirado batizou a família Kimura, que o recebera durante a estadia. Desta família surgirão cristãos e mártires entre os quais Sebastião Kimura (1563-1622), o primeiro padre

⁸⁸ Moffett, Samuel Hugh, *A History of Christianity in Asia, volume II: 1500-1900*, Orbis Books, New York, USA, 2005, pp. 102-103.

⁸⁹ Xavier, São Francisco, *Obras Completas*, Secretariado Nacional do Apostolado da Oração, Braga e Edições Loyola, São Paulo, Brasil, Abril 2006, pp. 502-533.

⁹⁰ Ver notas biográficas em apêndice II.

⁹¹ Ver notas biográficas em apêndice II.

jesuíta japonês, que será morto nos grandes martírios de Nagasaki, em 1622⁹². Dirigiu-se depois à cidade de Yamaguchi, a próspera capital de Ōuchi Yoshitaka (1507-51), que se destacava na região a nível comercial e cultural e aí permaneceu entre Outubro e Novembro de 1550. Xavier chegou a encontrar-se com o *daimyō* mas não conseguiu grandes sucessos e a sua prédica confrontou-se com uma oposição sistemática.

A jornada entre Yamaguchi e Kyoto foi feita no pico do Inverno e seguiu a rota por terra até Iwakuni, fazendo o restante percurso por mar até Sakai. O frio e a perseguição de piratas foram duros para Xavier, mas ao chegar à capital o seu desapontamento foi total: a cidade fora devastada pelas lutas entre as forças de Miyoshi Chōkei (1522-64) e Hosokawa Harumoto (1519-63) que procuravam controlar o shōgun Ashikaga Yoshiteru (1536-65). Xavier não logrou ser recebido pelo Imperador, mas a ter existido essa entrevista de nada teria servido, uma vez que Go-Nara (1495-1557 e r.1526-57) era uma figura simbólica sem qualquer peso político. Desapontado por constatar que nem o Imperador nem o *shōgun* possuíam algum tipo de poder Xavier optou por regressar ao Kyūshū em Janeiro de 1551. Na primavera, regressou a Yamaguchi e conseguiu persuadir o *daimyō* Yoshitaka a ceder-lhe o templo de Daido-ji onde se estabeleceu. O missionário regressara ao Kyūshū com o conhecimento adquirido pela experiência de que para o trabalho da missão ter sucesso, não era preciso o apoio da corte imperial mas sim dos *daimyō* locais. Apesar de um progresso lento, o número de cristãos foi aumentando, muitos deles samurais. Mas a principal aquisição para a missão foi a conversão de um músico parcialmente cego e nativo de Hirado que abandonou a sua profissão e decidiu seguir Xavier; passará para a história da missão como irmão Lourenço e exercerá um papel fundamental na evangelização do Japão⁹³. Em Setembro de 1551, o navio do capitão-mor Duarte da Gama⁹⁴ chegou a Funai trazendo notícias da Índia e com o objetivo de se encontrar com o capitão português e tentar converter Ōtomo Yoshishige ou Sōrin (1530-87) Xavier deixou Torres e Fernández em Yamaguchi e dirigiu-se para Bungo. Não logrou converter o *daimyō* e preocupado com a situação na missão da Índia decidiu partir. A sua partida marcou o fim da missão inicial sendo o seu trabalho prosseguido por Torres e Fernández⁹⁵. Pouco antes de partir, no fim de Setembro recebeu a notícia de que a cidade de Yamaguchi fora devastada por uma rebelião. Coube a Xavier lançar os alicerces para a missão do Japão e o

⁹² Ver glossário em apêndice VI.

⁹³ Costa, João Paulo Oliveira e, *O Japão e o Cristianismo no século XVI: ensaios de história luso-nipónica*, Sociedade Histórica da Independência de Portugal, Lisboa, 1999, pp. 86-106.

⁹⁴ Ver lista de governantes em apêndice V.

⁹⁵ Cooper S.J., Michael (ed.), *The Southern Barbarians, the First Europeans in Japan*, Kodansha International Ltd., Tokyo, Japan e Palo Alto, Calif., USA, 1971, pp.36-37.

seu sucessor Cosme de Torres trabalhará diligentemente durante os próximos vinte anos para garantir o seu sucesso⁹⁶.

Vimos nesta parte como Xavier além de perceber a realidade local estabeleceu as premissas para o funcionamento inicial da missão. Observamos também como o interesse dos *daimyō* japoneses se centrava em preocupações económicas procurando atrair o comércio estrangeiro para os seus territórios entrando dessa forma nas redes de comércio do Sudoeste da Ásia e como os jesuítas se aproveitam disso para iniciarem a evangelização ligando o comércio e a evangelização, servindo de ponte, entre senhores regionais japoneses e os mercadores portugueses que atuavam nessa geografia. Parece existir portanto um exemplo de paradiplomacia global como conceptualizado por Duchacek, pois os jesuítas começam a atuar no território japonês como na actualidade se comportam certas organizações não-governamentais, que fundam nos dias de hoje escolas, hospitais e outras infraestruturas em áreas ou regiões de países independentes.

Entre 1551-70 os missionários liderados por Torres propagarão o cristianismo a Kuchinotsu em Arima, às ilhas Hirado, às ilhas Gotō, a Shiki, a norte de Amakusa; ao porto de Fukuda nas terras Ōmura. Torres morrerá em Shiki, a 2 de Outubro de 1570, tendo-lhe sucedido, em Julho, Francisco Cabral, que assumiu o controlo da missão⁹⁷. Cosme de Torres foi fundamental para o estabelecimento da missão do Japão. Seguindo o exemplo de Xavier não confiou em ideias preconcebidas e planos rígidos, mas esteve sempre em movimento, estabelecendo a sua base de operações onde era possível, sendo um pioneiro na adaptação e em lograr transmitir esse espírito aos seus colegas.

Após a destruição de Yamaguchi, começou uma vez mais o trabalho na cidade, mantendo aí a sede da missão até 1556, quando uma nova rebelião entregou o poder a Mōri Motonari⁹⁸. Torres usou a cidade como base, ministrando nas comunidades cristãs de Hirado e Bungo e, com a ajuda de dois bonzos convertidos, tentou fundar uma missão em Kyoto, mas não teve sucesso. Neste ano, entrou para a companhia o médico e mercador Luís de Almeida⁹⁹, que doou a sua considerável fortuna à missão. O seu dinheiro foi investido no comércio com Macau, providenciando o capital necessário para a missão e iniciando também a controversa participação dos jesuítas no comércio da seda. Almeida fundará um hospital para os pobres em Funai, introduzindo a cirurgia ocidental e formando os seus auxiliares. Além disso, praticava medicina chinesa e trabalhava com médicos japoneses. Era também responsável

⁹⁶ Cooper S.J., Michael (ed.), *idem*, *ibidem*, pp.36-37.

⁹⁷ Cooper S.J., Michael (ed.), *idem*, *ibidem*, pp. 37-40.

⁹⁸ Ver notas biográficas em apêndice II.

⁹⁹ Ver notas biográficas em apêndice II.

pelo financiamento e recebia generosas contribuições dos mercadores portugueses. Contudo, o hospital fazia demorar a conversão dos samurais de Bungo, que não apreciavam a preocupação dos missionários com os mais pobres, e acabou por ter que abandonar a sua direção em 1562. Três anos depois, um novo período de instabilidade no Kyūshū fez com que os jesuítas se concentrassem em Bungo, mas Torres, habituado à instabilidade japonesa, adaptou-se às novas circunstâncias: enviou o jesuíta Gaspar Vilela e o irmão Lourenço novamente para Kyoto e estabelecerem uma missão na cidade. Desta feita, foram bem-sucedidos e em Novembro de 1559 conseguiram uma audiência com o *shōgun* Yoshiteru. Contudo, os seus influentes adversários, apoiados por Matsunaga Hisahide¹⁰⁰, forçaram Vilela a refugiar-se em Sakai. O missionário aí se estabeleceu construindo a comunidade cristã até Setembro de 1562.

Neste ano, Almeida deixou a direção do hospital e iniciou um apostolado itinerante em Hirado, depois em Bungo, e por fim em Kagoshima onde recebeu uma convocatória para se dirigir a Yokoseura. A pequena vila pertencia a Ōmura Sumitada¹⁰¹, que não era um *daimyō* importante nem com domínios ricos, mas era um homem de visão - após ter negociado várias vezes com os portugueses em Hirado, optou por os convidar para o seu território. Contudo, o convite era pouco comum, pois vinha acompanhado de uma proposta: oferecia o porto de Yokoseura aos missionários e prometia isentar os mercadores portugueses de taxas por dez anos. Em Julho de 1562, o navio de Pedro Barreto entrou no porto e em meados do mês chegou Almeida com plenos poderes para negociar com Sumitada, em nome de Torres e dos jesuítas japoneses. O acordo foi concretizado em alguns dias, e no mês seguinte Torres e Fernández chegaram com vários auxiliares japoneses. O porto desenvolveu-se rapidamente.

Tal como anteriormente, podemos ver aqui a motivação económica de um *daimyō* japonês, podendo uma vez mais fazer o paralelo com um dos aspectos caracterizadores da paradiplomacia segundo Lecours. Mas existem ainda motivações político-religiosas, e nota-se o desejo de Sumitada influenciar comportamentos nas regiões vizinhas que não eram tuteladas por ele, podendo a sua ação ser compreendida como uma ação de paradiplomacia global segundo preconizado por Duchacek.

Os missionários começaram o seu trabalho nas terras de Ōmura e ministravam nas comunidades de Hirado e regiões vizinhas. Na primavera de 1563, Almeida estendeu o trabalho missionário às terras Arima e em Junho Ōmura Sumitada foi batizado juntamente com vinte dos seus mais importantes oficiais, tornando-se assim o primeiro *daimyō* cristão.

¹⁰⁰ Ver notas biográficas em apêndice II.

¹⁰¹ Ver notas biográficas em apêndice II.

Contudo, a agressividade de Sumitada contra os budistas e a conspiração de Gotō Takaakira fizeram com que a esperança no sucesso do porto de Yokoseura chegasse ao fim. A 17 de Agosto de 1563 rebentou uma rebelião nas terras Ōmura, e no fim de Novembro o porto foi destruído. A importância deste evento reside no facto de a história de Yokoseura ter sido o protótipo de outra experiência que adquirirá fama, a fundação da cidade de Nagasaki.

A destruição de Yokoseura levou a que os missionários se dispersassem, passando os anos seguintes a reorganizar as comunidades cristãs em Hirado e a estabelecer a igreja nas terras dos Arima. Enquanto a missionação parava em Yokoseura, o trabalho nas regiões em torno de Kyoto prosseguia, aonde Matsunaga Hisahide enviou três oficiais para conduzirem um inquérito judicial a Vilela e ao irmão Lourenço. O veredito estava decidido, mas a eloquência de Lourenço levou a melhor, e os três oficiais converteram-se ao cristianismo. Um destes era Takayama Hida-no-kami, que umas semanas depois recebeu o batismo com a família e passou a ser conhecido como Dario. Entre os novos cristãos estava um rapaz de 12 anos de nome Justo, seu filho e herdeiro. A partir deste momento Vilela e Lourenço, assistidos após 1565 por Luís de Fróis, conseguiram evangelizar com muito mais segurança nas províncias centrais, trazendo à conversão muitos membros da classe dos samurais, sejam oficiais militares ou senhores de pequenos territórios.

A missão ficava assim dividida em duas áreas distintas. A primeira concentrava-se em Kyoto e nas terras centrais, onde a pregação era feita entre as famílias de samurais e conduzida por homens talentosos. Nestes primeiros anos temos Vilela e Fróis assistidos pelo irmão Lourenço, cujo trabalho foi depois prosseguido por Organtino Gnechi S.J. (1530-1609), Gregório Céspedes S.J. (1551-1611, que se tornará o primeiro padre ocidental a entrar na Coreia em 1593), Pedro Morejón S.J. (1562-após 1633) e um grupo seletivo de irmãos japoneses. Vilela era um homem prático e determinado, enquanto Fróis era mais intelectual e tinha uma boa percepção dos valores culturais japoneses. Vilela ganhou o favor do *shōgun* Ashikaga, enquanto Fróis ganhou a amizade de Oda Nobunaga.

A segunda área centrava-se no Kyūshū, onde o apostolado era feito por grupos de missionários itinerantes dirigidos por Torres, tendo como objetivo a conversão de áreas inteiras no sentido de obter estabilidade e conversões em massa. Este trabalho missionário avançou de vários centros como Kuchinotsu em Arima, das ilhas Hirado (onde morreu Juan Fernández em 1567), das ilhas Gotō, de Shiki, a norte de Amakusa, e de Fukuda, o novo porto português em Ōmura. Em 1567, Luís de Almeida S.J. começou a trabalhar numa pequena vila de nome Nagasaki. Em 1568, Torres conseguiu finalmente estabelecer uma base na capital dos Ōmura. Com a colaboração de Sumitada desenhou os planos para o novo porto, mas não

viu a frutificação da ideia: adoeceu com gravidade na primavera de 1570 e, em Julho, recebeu as notícias da chegada do seu sucessor, Francisco Cabral S.J. (1529-1609) a Shiki. Reuniram-se aí todos os missionários para discutir o futuro, e Torres aí morrerá a 2 de Outubro de 1570. É também neste ano que Vilela regressa à Índia¹⁰².

Como vimos, estes primeiros contactos realizaram-se com senhores locais, que foram permitindo a pregação dos Jesuítas por sua própria iniciativa sem consultarem qualquer poder central. Procuravam alcançar objetivos económicos e inserirem-se nas redes comerciais do Sudoeste da Ásia, embora o caso de Sumitada, além de servir esse propósito, seja também motivado por aspetos político-religiosos, devido à sua conversão convicta e desejo de contribuir para expandir o cristianismo para as regiões vizinhas. Esta fase incipiente da missionação é um primeiro exemplo das relações paradiplomáticas que se manterão nestes moldes no Kyūshū até 1587, quando a ilha é integrada militarmente ao estado japonês pelo *kampaku*¹⁰³ Toyotomi Hideyoshi.

3.1 - A Fundação de Nagasaki

Uma busca constante dos portugueses no Kyūshū foi um porto que pudesse servir de base comercial para fazer a ligação com as áreas frequentadas nas costas da China. Kagoshima, a sul, não reunia os requisitos e em 1544 o navio de Jorge de Faria aportou a Funai. Por algum tempo este porto foi usado mas não reunia as condições para proteger os navios das tempestades além de possuir a desvantagem de se situar na costa oriental da ilha. Assim o comércio português desviou-se para o porto de Hirado que oferecia proteção contra os tufões e possuía boas instalações. A hostilidade do *daimyō* Matsuura em relação aos cristãos levou a que o capitão-mor Fernão de Sousa e 16 dos seus homens fossem mortos num confronto em 1561, o que fez com que os portugueses o abandonassem. O próximo porto usado como base em 1562 e 1563 foi Yokoseura que acabou por ser destruído. Hirado foi frequentado pela última vez em 1564. Após o fiasco em Yokoseura em 1565 Ōmura Sumitada destinou o porto de Fukuda para o comércio com os portugueses. Mas as vias de comunicação por terra eram deficitárias, a cidade estava mal localizada e não possuía defesas naturais contra os fortes ventos do sul. Kuchinotsu, um pequeno porto a sul, acabou por assumir essa função até 1570. A partir desta data foi Nagasaki que funcionou como local de comércio com os navios

¹⁰² Cooper S.J., Michael (ed.), *The Southern Barbarians: the first Europeans in Japan*, Kodansha International Ltd., Tokyo, Japan and Palo Alto, California, USA, 1971, pp.37-40.

¹⁰³ Ver *Sesshō* e *Kampaku* no glossário em apêndice VI.

portugueses¹⁰⁴. A cidade de Nagasaki nunca foi uma cidade colonial, mas funcionou durante décadas como a ponta mais oriental da rede de comércio tutelada pelo Império Português. Nunca esteve aí um soldado português nem tão pouco qualquer autoridade colonial, cabendo ao capitão da nau do trato zelar pelos interesses portugueses enquanto permanecia na cidade.

Na carta que Alessandro Valignano, o visitador geral para as missões do Oriente, escreve de Nagasaki ao geral da Companhia de Jesus, Everardo Mercuriano¹⁰⁵, datada de 15 de Agosto de 1580, podemos perceber os motivos que levaram à aceitação da doação da cidade por parte dos Jesuítas: como primeiro motivo destaca-se o medo de Ōmura Sumitada perder a cidade para Ryūzōji Takanobu e os dividendos do comércio daí resultantes pois os rendimentos do comércio, das taxas e os impostos revertiam para o *daimyō*, exceto as taxas resultantes da ancoragem que eram entregues aos Jesuítas e, como segundo motivo a cidade seria um refúgio para Sumitada e a sua família caso o seu território fosse conquistado por rivais. Valignano acrescenta depois que após discutir isto com os restantes missionários aceitou a cidade por cinco motivos: no primeiro dá razão ao *daimyō* e reconhece que se Takanobu tomasse a cidade adquiriria rendimentos que lhe permitiriam conquistar o norte do Kyūshū e destruir os Ōtomo, que eram os principais aliados dos jesuítas entre as grandes famílias no território; em segundo, Valignano reconhece que a cidade pode servir de refúgio para todos os cristãos perseguidos; em terceiro serviria de refúgio para os missionários que fossem perseguidos; em quarto afiança que os rendimentos da cidade são importantes para manter a missão com autonomia financeira, e que este dinheiro recebido seria dividido em três partes (para a manutenção do porto, para persuasão de outros *daimyō* e uma terceira parte para a residência jesuítica de Ōmura); por fim, alude à criação de um bispado japonês e depreende-se das suas palavras que é seu desejo que Nagasaki se torne a sede do bispado.

Depois alude-se na carta à questão da aplicação da justiça, que diferia entre o Japão e o Ocidente:

O principal problema é que sendo agora senhores deste lugar temos que administrar justiça. Não podemos deixar isso para o senhor desta área porque não é o costume, e porque a sua justiça não é satisfatória. Eles não fazem distinção entre casos civis e criminais, nem entre casos eclesiásticos e seculares. Mas é normal para os senhores darem a administração da terra a yakunin. O senhor é o dono, mas o yakunin tem plenos poderes, e não tem que pedir autorização ou recorrer ao senhor. Assim fizemos que D. Bartolomeu fizesse leis justas, para serem observadas neste porto, modificando as leis Japonesas o melhor que conseguimos para as tornar justas. Ele concedeu a autoridade a quem quer que nós nomearmos como yakunin deste porto para administrar justiça, incluindo a pena de morte, de

¹⁰⁴ Cooper S.J., Michael (ed.), *idem*, *ibidem*, pp. 49-50.

¹⁰⁵ Moran, J.F., *The Japanese and the Jesuits, Alessandro Valignano in sixteenth-century Japan*, Routledge, 1993, New York, USA, pp. 201-03. Ver doc. IX em apêndice I. Ver notas biográficas em apêndice II.

acordo com essas leis. Uma vez que é o senhor que confere poder sobre a vida e a morte. O *yakunin* deve ser mudado todos os anos, para que o superior do Japão possa lidar com ele se não estiver satisfeito, mudando-o ou repreendendo-o.

Diz-nos Cooper S.J. em *Southern Barbarians* que o texto deste código de leis não foi preservado, mas que através de outras cartas de Valignano podemos perceber o que esse código tinha de inovador. Passou a haver uma distinção entre casos civis e criminais e entre a jurisdição eclesiástica e secular, tal como as penas de punição japonesas foram mitigadas; o Superior dos Jesuítas no Japão escolhia o *yakunin* (governador da cidade) por um ano e este seria assistido pelos *otona* (chefes de alas). Este oficial ficava obrigado a governar a cidade em conformidade com as leis desenhadas por Sumitada (D. Bartolomeu nome cristão), e Valignano advertia o superior para não interferir na administração da justiça. Esta primeira influência da lei Romana na legislação japonesa nem sempre resultou numa suave gestão, pois os homens que frequentavam o porto nem sempre sentiam o mesmo respeito em relação ao código de leis mais benevolente da cidade visto estarem habituados à justiça sumária japonesa. A população da cidade não era constituída por samurais, mas por mercadores e trabalhadores, que formavam uma comunidade homogénea, unida acima de tudo pela sua fé cristã. Os cidadãos mais importantes eram membros da Misericórdia, cujas regras e organização eram idênticas à fundada em Macau em 1569 pelo bispo Carneiro. Europeus e japoneses viviam juntos e gozavam dos mesmos direitos e liberdades, os estrangeiros podiam mover-se livremente na cidade e aí se estabeleceram muitos portugueses e espanhóis, casando-se com mulheres locais¹⁰⁶.

Vemos neste caso um bom exemplo de aplicação do conceito de paradiplomacia porque, em primeiro lugar, a cidade foi fundada por vontade do *daimyō* Sumitada com o objetivo de criar uma base para o comércio português, do qual retirava dividendos e fazia aumentar o seu poder na região. Em segundo, os jesuítas aparecem uma vez mais como intermediários entre uma autoridade local japonesa e os mercadores portugueses, mas também com o objetivo de terem uma base no arquipélago, aspirando a torná-la sede de um bispado controlado pela Companhia. Pode aplicar-se a este caso o conceito de paradiplomacia global conceptualizado por Duchacek mas também se pode identificar aqui as motivações económicas como conceptualizado por Lecours, além de haver um desejo de cooperação cultural, educacional e tecnológica, identificando-se também o desejo de projeção de uma identidade própria, diferente das regiões vizinhas.

¹⁰⁶ Cooper S.J., Michael (ed.), *idem*, *ibidem*, pp. 51-52.

3.2 – Valignano, a embaixada Tenshō e Oda Nobunaga

No fim do ano de 1581 Valignano estava de volta a Nagasaki, após ter sido recebido por Oda Nobunaga entre Março a Agosto em Azuchi¹⁰⁷. Diz-nos Fróisacerca de Nobunaga¹⁰⁸:

A origem de Nobunaga e o estado de suas couzas temos já tratado em outra parte [primeira parte], o qual sendo senhor somente de ametade de hum reino, por nome Voari [Owari], por sua indústria e cavalaria o conquistou todo, e tomou logo o reino de Mino que era seu vizinho. Dai a alguns anos veio meter de posse de Miaco [Kyoto] ao Cubosama [Xogun], que hé a segunda pessoa depois do Dairi, rei e senhor de todo Japão. E como por ele ser intrépido na guerra, de ânimo generoso, de grandes ardis e prudência natural, com que sabia predominar os ânimos dos japões, excluindo depois ao mesmo Cubo do Miaco, começou a conquistar os reinos confins que se chamam a Tenca, que quer dizer a monarquia de Japão. E por ter nisto próspero sucesso foi dilatando seu nome, fama e estado, de maneira que conquistou e meteu debaixo de seu império passante de quarenta reinos de Japão, matando alguns dos reis que conquistava¹⁰⁹.

Oda Nobunaga, senhor da província de Owari, aparece após 1560 numa posição de força nas províncias centrais do Japão, e após concluir uma aliança com Matsudaira Motoyasu (futuro Tokugawa Ieyasu), iniciou o chamado processo de unificação. Em termos de política nacional garantia ao povo trazer-lhe a paz, criar uma nova sociedade secular liberta da opressão budista e com oportunidades para todos independentemente da sua classe social. Para tal, promoveu e implantou várias políticas como a introdução da medicina ocidental, a construção de cidades-castelo que davam oportunidades a empreendedores que desejassem montar um negócio, estabeleceu mercados livres (*rakuichi, rakuza*) e destruiu as barreiras alfandegárias entre as províncias (*sekisho*). Durante a sua vida, além de ter sido o general que melhor entendeu o papel da arma de fogo introduzida pelos portugueses em Tanegashima, mostrou ser um homem tolerante para com os missionários jesuítas¹¹⁰. Por detrás dessa tolerância estava certamente o desejo de usar o cristianismo para contrabalançar o poder dos templos budistas, seus inimigos declarados. As medidas tomadas por ele serão depois continuadas pelos seus sucessores imediatos¹¹¹.

Valignano, presidindo a um encontro com todos os missionários, resumiu os frutos de três anos da visitação (iniciada em 1579). Nele se ratificou a aceitação de Nagasaki. Vários participantes, como Melchior de Figueiredo S.J. (1528-97), que esteve no Japão entre 1564-

¹⁰⁷ Ver notas biográficas em apêndice II. Ver mapa 5 em apêndice IV.

¹⁰⁸ Ver notas biográficas em apêndice II.

¹⁰⁹ Fróis S.J., Luís, *Historia de Japam*, edição anotada por José Wicki, S.J., Volume III, Ministério da Cultura e coordenação científica Secretaria de Estado da Cultura, Biblioteca Nacional de Lisboa, Portugal, 1982, pp. 329-30, embora se recomende a leitura integral até à p. 337.

¹¹⁰ Costa, João Paulo Oliveira e, *O Japão e o cristianismo no século XVI: ensaios de história luso-nipônica*, Sociedade Histórica da Independência de Portugal, Lisboa, 1999, pp. 112-128.

¹¹¹ Hall, John Whitney (ed.), *The Cambridge History of Japan, Early Modern Japan*, volume 4, Cambridge University Press, 2008, New York, USA, pp. 40-45. Ver mapa 4 em apêndice IV.

86, Tristão Vaz da Veiga e Luís de Almeida tinham participado ativamente na fundação do porto dez anos antes¹¹². Por esta altura, o visitador planeava o envio de uma embaixada ao Papa composta pelos *daimyō* cristãos do Kyūshū¹¹³. Este projeto já o acompanhava há algum tempo, mas a decisão final só foi tomada pouco antes da sua partida do Japão. A embaixada seria composta pelos jovens Mâncio Itō (1570-1612), representante de Ōtomo Sōrin¹¹⁴ (inicialmente, tinha sido escolhido Jerónimo Itō, mas como o jovem estava no seminário em Azuchi, optou-se pelo seu primo), Miguel Chijiwa (c.1569-1633), representante dos *daimyō* de Arima e Ōmura, respetivamente Arima Harunobu¹¹⁵ e Ōmura Sumitada, parente de ambos os governantes, Julião Nakaura (martirizado em Nagasaki a 21 Novembro 1633) e Martinho Hara (m. em Macau em 1629). Dois outros japoneses acompanharam os jovens como criados, Constantino Dourado e o irmão Jorge Loyola.

A embaixada tinha o propósito duplo de criar uma atmosfera favorável nas cortes de Madrid e Roma, onde pretendia obter favores para a missão e informar os japoneses do poder e da glória da Europa através do que relatariam quando regressassem. A rapidez com que a embaixada foi preparada deu azo à especulação de que Valignano preparara tudo sem a aprovação dos *daimyō* envolvidos. O visitador admitiu que a ideia fora sua, mas aquando do seu regresso seis anos depois (a 21 Julho de 1590) com as respostas e presentes do Papa, a receção dada aos jovens por Arima Harunobu, Ōmura Yoshiaki e Ōtomo Yoshimune demonstra que os *daimyō* os consideravam seus representantes. No caso de Ōtomo é ainda mais relevante este gesto, porque por esta altura já tinha renunciado à fé cristã. Resultou também desse encontro a substituição de Francisco Cabral, superior que sucedera a Cosme de Torres, por Gaspar Coelho. Valignano não ficou contente com a escolha, mas admitiu que na altura não havia um melhor candidato para ocupar o cargo. A embaixada partiu a 20 de Fevereiro de 1582 no navio de Ignacio de Lima, num ambiente de expectativa em relação a um futuro risonho para a missão do Japão. Tal não sucedeu, pois após a morte de Nobunaga, em Junho, a cidade de Azuchi foi destruída durante a rebelião de Akechi Mitsuhide, e com ela foi destruído o seminário criado por Valignano. Os estudantes conseguiram fugir, sendo levados por Organtino para Takatsuki¹¹⁶, governado pela família Takayama.

¹¹² Costa, João Paulo Oliveira e, idem, ibidem, pp. 145-153. Cooper S.J., Michael (ed.) *The Southern Barbarians, the first Europeans in Japan*, Kodansha International Ltd., Tokyo, Japan and Palo Alto, Calif., USA, 1971, p. 58.

¹¹³ Para uma informação mais completa ver *Tratado dos Embaixadores Japões* do Padre Luís Fróis, Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, introdução e notas de Rui Loureiro, Lisboa, Portugal, 1993.

¹¹⁴ Ver notas biográficas em apêndice II.

¹¹⁵ Ver notas biográficas em apêndice II.

¹¹⁶ Cooper S.J., Michael (ed.), idem, ibidem, pp.57-59.

Também neste episódio podemos identificar alguns aspetos paradiplomáticos. Vemos um exemplo de paradiplomacia regional transfronteiriça na medida em que temos três *daimyō* condicionados pela proximidade geográfica que tomam conscientemente a decisão de enviar embaixadores à Europa, demonstrando uma frente comum cristã no norte do Kyūshū. Pode também aplicar-se aqui o conceito de paradiplomacia global, visto que se procura um contacto de entidades regionais com nações distantes, para o reforço de relações comerciais, industriais (armas nomeadamente) e culturais, usando como intermediários uma instituição que se comportava como uma organização não-governamental dos nossos dias (i.e. Companhia de Jesus). Ambas ideias encontram-se presentes nos modelos conceptualizados por Duchacek e Lecours. Por outro lado, Valignano e a Companhia de Jesus usaram esta oportunidade para fazer propaganda da Missão do Japão, de forma a mover vontades na Europa para apoiarem este esforço, apresentando tanto a embaixada como a fundação de Nagasaki como vitórias jesuítas, e posicionando-se como os únicos intermediários fidedignos entre os *daimyō* japoneses e os europeus; além de procurarem retificar a participação da Companhia no comércio da seda, apresentando essa actividade como fulcral para a sobrevivência e manutenção da Missão.

Capítulo 4 – Toyotomi Hideyoshi, João Rodrigues S.J. e Tokugawa Ieyasu

As interações entre os três indivíduos que dão nome a este capítulo constituem um exemplo de actividade paradiplomática como abaixo se verá. A vida de João Rodrigues S.J. no Japão, em especial, dificilmente pode ser dissociada do primeiro. Julgo assim necessária uma abordagem sucinta à vida do *kampaku* (regente) Toyotomi Hideyoshi¹¹⁷ e ao seu projeto político para o Japão. Diz-nos Luís de Fróis S.J acerca dele que era natural de Mino e tinha origens humildes:

(...) e que veio o rei de Mino [Oda Nobunaga] a pôr os olhos nele e servir-se dele nas cousas da guerra. E depois que Nobunaga veio a acrescentar em renda e opinião em sua corte¹¹⁸

Prossegue de seguida com uma descrição física pouco abonatória mas descreve também a sua personalidade como:

¹¹⁷ Ver notas biográficas em apêndice II. Ver mapa 6 em apêndice IV.

¹¹⁸ Fróis S.J., Luís, *Historia de Japam*, edição anotada por José Wicki S.J., volume IV, Ministério da Cultura e coordenação científica Secretaria de Estado da Cultura, Biblioteca Nacional de Lisboa, Portugal, 1983, pp. 398-99 e 406-07, ver a carta na íntegra; pp. 397-407.

(...) sagaz, ardiloso, soberbo em supremo grau, de todos os seus e dos estranhos, é malquisto e raramente se acha quem não lhe tenha ódio, nenhum conselho nem razão admite e fora do que determina de seu próprio moto, não há pessoa nenhuma que se atreva a lhe dizer uma só palavra que discrepe de seu gosto. É supra modo ingrato e desconhecido a todos os serviços que se lhe fazem, e ordinariamente aos mais qualificados, neste género, remunera com desterros, injúrias e opróbrios. Na cobiça excessiva, tem feito cruel, invejoso, falso, enganador, mentiroso, mudável e faz cada dia tantas injustiças e tiranias. É muito fingido e cheio de versúcias, e jacta-se em fazer enganos, submerso em vícios sensuais e desonestidade¹¹⁹.

Esta descrição é assaz importante para percebermos como lhe foi possível concluir o processo de unificação, mas também muitas das suas dúbias atitudes em relação aos missionários no Japão. Estes traços de personalidade registados por Fróis eram conhecimento comum entre os jesuítas, tal como entre os *daimyō* japoneses. Entre 1583 e 1585 Hideyoshi foi adquirindo cada vez mais poder, consolidando o seu controlo sobre as terras Oda, lidando com potenciais rivais com sucesso. Ordenou depois a invasão do Shikoku em 1585, integrando essa ilha nos seus domínios. A aliança forjada com Mōri Terumoto (1553-1625), senhor da região de Chūgoku, garantia-lhe o controlo de grande parte da ilha de Honshū (a principal ilha do arquipélago), pois controlava diretamente e indiretamente toda a região central e a região mais ocidental¹²⁰. O ano de 1586 foi crítico nas relações entre Hideyoshi e os europeus, porque tanto em Kyoto como em Osaka as conversões entre os samurais atingiram uma grande escala, o que alarmou Hideyoshi, profundamente envolvido em levar a termo a unificação do país. Entretanto, na ilha do Kyūshū, Shimazu Yoshihisa tinha ocupado Nagasaki e ameaçava a província de Bungo, pertencente aos Ōtomo que, encurralados, apelaram para Hideyoshi, dando-lhe o pretexto que necessitava para intervir nesta área.

Também o novo superior dos Jesuítas, o padre Gaspar Coelho, se deslocou a Osaka para apresentar os seus cumprimentos. Mas a ingenuidade do padre perante a astúcia de Hideyoshi (que durante este encontro referiu o seu desejo de conquistar a Coreia e a China) levou a que o padre se oferecesse para intervir a seu favor e pedir aos portugueses para o auxiliarem na campanha contra a China. Contudo, durante a conversa, Coelho cometeu o erro de mencionar que iria também assegurar a colaboração de todos os *daimyō* cristãos na futura campanha contra o Kyūshū. Takayama Ukon e outros *daimyō* cristãos ficaram alarmados com as promessas, pois Hideyoshi obtivera assim a confirmação da estreita relação entre os missionários e os senhores cristãos japoneses. Quando Hideyoshi chegou ao Kyūshū, a sua

¹¹⁹ Idem, *ibidem*.

¹²⁰ Hall, John Whitney (ed.). Idem, *ibidem*, pp. 45-49.

vanguarda, liderada pelo cristão Kuroda Yoshitaka, forçara as forças Shimazu a retirar. Hideyoshi liderou a restante campanha até à sua conclusão em 1587.

As duas famílias em disputa sofreram perdas consideráveis nos seus territórios. Os Ōtomo continuaram a governar Bungo, a partir de Funai, mas perderam todas as suas possessões a norte. Os Shimazu, por seu lado, perderam todas as possessões a sul, com exceção das províncias de Satsuma e Ōsumi, e o seu líder Shimazu Yoshihisa foi forçado a resignar, entrando num mosteiro, onde morrerá de doença em 1611. Entretanto, Hideyoshi procedeu à redistribuição das terras conquistadas entre os seus vassallos. Estabeleceu os senhores cristãos Konishi Yukinaga em Uto, Kuroda Yoshitaka em Nakatsu e Mōri Hidekane em Kurume¹²¹. Como contrapeso atribuiu o domínio de Kumamoto a Katō Kiyomasa (1561-1611), inimigo de Konishi e um discípulo fervoroso da seita budista Nichiren.

Coelho dirigiu-se a Hakata para congratular Hideyoshi pela vitória, mas cometeu novamente um erro, ao optar por chegar numa fusta armada. Hideyoshi inspecionou o navio e depois requereu a Coelho para falar com o capitão-mor Domingos Monteiro, que comandava a nau do trato, ancorada em Hirado, no sentido de este trazer o seu navio para o porto de Hakata, pois desejava vê-lo. Até esse momento a relação entre Hideyoshi e os mercadores portugueses era distante e superficial, mas a expedição ao Kyūshū fizera-lhe perceber as vantagens e os ganhos que podiam advir do comércio português. Monteiro veio pessoalmente explicar ao governante japonês que não estava familiarizado com o porto de Hakata e temia que o navio pudesse naufragar.

Hideyoshi aceitou esta versão, mas na madrugada de 25 de Julho de 1587 escreveu uma carta a Coelho com quatro perguntas: porque empregavam a força para fazer conversões? Porque destruíam templos budistas e xintoístas? Porque matavam e comiam animais úteis como os cavalos e os bois? Porque é que os mercadores portugueses comerciavam escravos? Esta última pergunta não dizia respeito aos missionários mas aos mercadores portugueses em geral, e aos seus cúmplices japoneses que vendiam escravos japoneses na Ásia. Coelho, na sua resposta, afirmou que os Jesuítas eram contra esta prática e que já tinham ameaçado de excomunhão os nela envolvidos. Alegou, no entanto, que competia ao governo japonês pôr fim a este abuso. Atribuiu a destruição dos templos ao excessivo zelo dos convertidos e negou a prática de conversão forçada. Em relação ao consumo de carne, prometeu moderação no respeitante à de vaca, e negou o uso da de cavalo.

Hideyoshi na manhã seguinte enviou cópias do decreto da expulsão ao padre Coelho e ao capitão Monteiro. Nele prescindia de algumas acusações, mas justificava-o com base na

¹²¹ Ver notas biográficas em apêndice II.

destruição dos templos e na incompatibilidade do Cristianismo com as religiões tradicionais do Japão, como veremos a seguir:

Determinação do senhor da Tenca [da Terra do Japão]

1º Porquanto Japão é reino de camis [deuses], e de reino dos cristãos vem [missionários] cá dar uma lei dos demónios, em grandíssima maneira é coisa mal feita.

2º Vindo estes [missionários] aos reinos e estados de Japão, fazem a gente de sua seita, para o qual destroem os templos dos camis e fotoques [templos e santuários xintoístas e budistas], e isto é coisa agora nem dantes nunca vista nem ouvida em Japão. E quando o senhor da Tenca [a terra do Japão] dá aos homens reinos, lugares, vilas e rendas, não é mais que pelo tempo presente, e eles são obrigados a guardar inteiramente as leis e determinação da Tenca; mas fazer gente plebeia, outras perturbações semelhantes a estas, é coisa digna de castigo.

3º Se o senhor da Tenca tiver por bem que, segundo a vontade e intensão dos cristãos, os Padres procederão com sua lei de sabedoria (assim como temos dito atrás), se ficam quebrantando as leis de Japão; e sendo isto coisa tão mal feita, determino que os Padres não estejam nas terras de Japão. Pelo que de hoje a vinte dias, consertando suas coisas, se tornem para seu reino; e se neste tempo alguém lhe fizer algum mal será por isso castigado.

4º Porquanto a não vem fazer sua fazenda, e é coisa mui diferente, poderá fazer sem impedimento.

5º Daqui por diante não somente mercadores, mas quaisquer outras pessoas que vierem da India, e não fizerem estorvo às leis dos camis e fotoques, podem vir livremente a Japão, e assim o saibam.

Aos 15 anos da hera de Tenshō, aos 19 dias da sexta lua¹²².

Aos missionários foram dados 20 dias para abandonarem o Japão. Coelho alegou ser impossível e Hideyoshi ordenou que todos os missionários se juntassem em Hirado para aguardar navios que os levassem para fora do país. O governante regressou a Osaka e os decretos resultantes ou associados ao decreto da expulsão nunca foram plenamente aplicados. Ficaram no papel, pois a Hideyoshi interessava manter a relação comercial com os portugueses, como se vê no ponto 4 e 5 do decreto. Os missionários voltaram eventualmente ao seu trabalho de missão. Quando Hideyoshi regressou a Kyoto enfrentou outros problemas mais importantes do que a Missão cristã - tinha que prosseguir as suas reformas (a da moeda, a da confiscação das armas, variada legislação social que distinguia o soldado do camponês e a submissão das províncias do este e do norte.). A sua mente manteve-se ocupada com estes assuntos até 1590, e o édito de expulsão não foi aplicado nem levantado. Coelho morreu nesse ano e, sob a direção do seu sucessor, Pedro Gómez, a missão continuou a expandir-se no Kyūshū, mas também entre a classe samurai em Osaka e Kyoto. O seminário e o colégio foram restabelecidos em Arima e Amakusa, enquanto Nagasaki, que Hideyoshi

¹²² Wicki S.J., José (edição anotada), *Historia de Japam* de P. Luís Fróis, S.J., Volume IV, Ministério da Cultura e coordenação científica Secretaria de Estado da Cultura, Biblioteca Nacional de Lisboa, Portugal, 1983, pp. 406-07, ver a carta na íntegra; pp. 397-407.

colocara sob controlo estatal, voltou para controlo dos Ōmura e continuou a ser o centro da igreja japonesa¹²³.

A partir de 1587, com o decreto da expulsão de Toyotomi Hideyoshi, o paradigma da não intervenção do governo japonês altera-se, visto que a partir dessa data já existe um esboço de um estado centralizado japonês. Obviamente esta unificação militar só será concluída em 1590 com a submissão da família Hōjō¹²⁴ do Kantō. Após a campanha do Kantō em 1590, e com a submissão dos senhores do norte Date Masamune (1566-1636) e Nambu Nobunao (1546-99), a unificação militar (mas não política) do país terminou em 1591¹²⁵.

O retorno da embaixada Tenshō verificou-se em 1590, podendo ler-se em Fróis:

Neste ano de 1590 chegou a nau de Henrique da Costa a Nangasáqui aos 18 de Julho, e nela vinha o Padre Visitador com os quatro fidalgos que foram a Roma, japões, scilicet, Dom Mansio, Dom Miguel, Dom Martinho e Dom Julião e Fróis prossegue informando que na mesma nau, como em um junco que então veio da China, vinhão repartidos doze Padres da Companhia e quatro Irmãos [os que tornavam ao Japão: A. Valignano, Belchior de Mora, João de Milão, António Álvares, Diogo de Mesquita, Manuel Borrvalho; os que entravam de novo: Padres Morejón, João Baptista, António Cordeiro, Nicolau de Avila, e os Irmãos: Gaspar de Paiva, Mateus de Couros, Francisco Luís e Amador Gonçalves]¹²⁶.

Fróis continua dando-nos a perceber que os embaixadores que agora regressavam eram vistos pelos *daimyō* do Kyūshū como seus emissários pessoais, demonstrando uma vez mais a existência de relações paradiplomáticas entre os senhores japoneses e os jesuítas:

Ao segundo dia, depois da chegada da nau ao porto de Nangazaqui, veio de Vomura [Ōmura] Dom Sancho [Ōmura Yoshiaki], filho de Dom Bartholomeo [Ōmura Sumitada], com seus irmãos e a maior parte de seus parentes e fidalgos visitar a Dom Miguel seu primo com os mais companheiros; e ao dia seguinte veio também Dom Protazio de Arima [Arima Harunobu] e seu irmão Dom Leão com grande número de fidalgos a fazer o mesmo (...) Despedindo-se Arima-dono do Padre Visitador e dos mais, fez grande instância, que a primeira saída do Padre Visitador e dos quatro fidalgos fosse a Arima¹²⁷.

Quando ainda contava com o favor de Hideyoshi, o vice-provincial Gaspar Coelho escreveu a Valignano, então na Índia, sugerindo que fosse enviada uma embaixada de Goa

¹²³ Cooper S.J., Michael (ed.), idem, *ibidem*, pp. 61-64 e Samson, George, *A History of Japan 1334-1615*, Stanford University Press, Stanford, California, USA, 1961, pp.346-51.

¹²⁴ Ver notas biográficas em apêndice II.

¹²⁵ Turnbull, Stephen, *Toyotomi Hideyoshi: Leadership, Strategy and Conflict*, Osprey Publishing, Oxford, UK, 2010, pp. 50-54.

¹²⁶ Fróis S.J., Luís, *Historia de Japam*, edição anotada por José Wicki S.J., volume V, Ministério da Cultura e coordenação científica Secretaria de Estado da Cultura, Biblioteca Nacional de Lisboa, Portugal, 1984, pp. 186-87 e 189-90, recomendando-se a leitura da carta integral; das pp. 186-92.

¹²⁷ Idem, *ibidem*. Esta receção em Arima só acontecerá após a receção da missão por Hideyoshi após a sua vitória na Campanha de Odawara, como mencionado acima, os presentes, a receção e o banquete podem ser lidos em pleno em Fróis S.J., Luís, idem, *ibidem*, Volume V, pp.290-320.

para agradecer ao líder japonês a proteção dada aos missionários. O vice-rei Duarte de Meneses (no cargo entre 1584 e 1588) concordou com a sugestão e, sabendo que Valignano regressaria ao Japão, nomeou-o embaixador pessoal confiando-lhe uma carta e presentes. Quando o grupo chegou a Macau, a 28 de Julho de 1588, tiveram conhecimento do édito da expulsão.

Embora o governo de Hideyoshi não o fizesse aplicar, a chegada do visitador oficial das missões jesuítas e de vários novos missionários não passou despercebida. Valignano entendeu ser providencial ter sido nomeado representante de Duarte de Meneses, pois o seu estatuto diplomático permitia-lhe regressar ao Japão como embaixador em vez de missionário. O capitão-mor Jerónimo Pereira¹²⁸ já partira para o arquipélago antes da chegada do visitador, mas como se sabia da sua próxima chegada, o capitão-mor prometeu inquirir sobre a possibilidade de Hideyoshi receber Valignano em audiência oficial. Após a nau ter chegado foram enviadas mensagens a funcionários amigos na corte, pedindo-lhes que sondassem Hideyoshi sobre a projetada visita. Este anuiu em conceder uma audiência a Valignano na qualidade de embaixador do vice-rei da Índia. As notícias foram enviadas para Macau, mas como não se realizou a viagem em 1589, só a 21 de Julho de 1590 é que a embaixada regressou ao solo japonês no navio de António da Costa. O visitador e companheiros foram calorosamente recebidos pelas gentes, principalmente por Arima Harunobu e o seu irmão, enquanto os restantes *daimyō* do Kyūshū enviaram mensagens de felicitações pela conclusão da embaixada à Europa.

Mal desembarcou, Valignano escreveu a Kuroda Yoshitaka e Asano Nagamasa¹²⁹, dois *daimyō* influentes e favoráveis aos cristãos, pedindo-lhes que obtivessem a audiência. Ambos responderam que era possível, mas aconselhassem o visitador a adiar a deslocação a Miyako (Kyoto) até poderem estar presentes e encarregarem-se do assunto pessoalmente, pois encontravam-se envolvidos na campanha de Odawara.

O visitador aproveitou a ocasião para se deslocar discretamente aos territórios cristãos de Arima e Ōmura, onde entregou aos *daimyō* cartas de felicitações do Papa. No fim de Novembro foi recebida a mensagem a autorizar a sua deslocação à capital. Por recomendação dos *daimyō* Ōmura e Arima, Valignano limitou o número de missionários que o acompanhavam, levando quatro padres (incluindo Organtino e Diogo Mesquita), três irmãos e os portugueses Ambrósio Fernandes e João Rodrigues, que deveriam servir de intérpretes. Acrescentavam-se ao grupo os jovens emissários, e uma dúzia de mercadores ricamente

¹²⁸ Ver lista de governantes apêndice V.

¹²⁹ Ver notas biográficas em apêndice II.

vestidos foram incluídos na delegação. O visitador esforçou-se por reunir um grupo que causasse impressão, pois fora prevenido pelo general cristão Konishi Yukinaga que o regente começara a suspeitar que o visitador não era na realidade um verdadeiro embaixador, e que estava a usar um pretense estatuto diplomático como pretexto para retomar a evangelização do Japão (o que era verdade).

Após uma viagem longa, a embaixada entrou na capital em 27 de Fevereiro de 1591, realizando-se um cortejo grandioso pelas ruas a 3 de Março. Valignano, ao chegar ao palácio, foi cumprimentado pelo sobrinho do regente e seu herdeiro presuntivo, Hidetsugu¹³⁰, que o conduziu até à sala de audiência. No decorrer da audiência a carta do vice-rei foi primeiro lida em português e depois traduzida para japonês. Hideyoshi ordenou que se sentassem, ocupando o visitador lugar entre os nobres, enquanto os restantes membros se sentaram distribuídos na sala de audiência. Procedeu-se de seguida à cerimónia do *sakazuki* (uma taça de *saké* foi entregue ao regente que bebeu e depois, em sinal de amizade, enviou-a ao visitador). Trocaram-se os presentes e alguns nobres dirigiram-se ao visitador e, em nome de Hideyoshi agradeceram as ofertas. O regente retirou-se pouco depois, ficando o seu sobrinho encarregue de distrair os convidados. Quando regressou conversou amigavelmente com Valignano, tendo como interprete João Rodrigues. Falou depois com os jovens emissários e, após um espetáculo musical, os visitantes foram levados aos jardins por cortesãos. Após a visita Hideyoshi encontrou-se com o grupo e despediu-se, prometendo voltar a convidá-los, dizendo a Valignano que podia permanecer no Japão onde quisesse, mas pediu-lhe que deixasse Rodrigues em Miyako para receber a resposta à carta do vice-rei.

A visita fora um sucesso pois, de acordo com o costume japonês, conceder uma audiência a uma pessoa em desfavor era equivalente à reconciliação e à restauração de relações amigáveis. As conclusões a tirar da forma como decorreu o encontro pareciam claras: enquanto os missionários continuassem a viver e a trabalhar no Japão sem importunar e sem dar origem a problemas, Hideyoshi estava disposto a ignorar ou mesmo tolerar a sua presença, por forma a manter o comércio com os portugueses.

O custo da embaixada apresentava-se assim justificado. Em 24 de Março, e após vários encontros com personagens proeminentes do Estado japonês e de duas conversas pessoais entre Hideyoshi e Rodrigues, os membros da embaixada abandonaram a capital e regressaram ao Kyūshū. Ficou na capital Rodrigues, um irmão japonês e alguns europeus. Por pedido dos cristãos locais, Organtino e outro irmão ficaram secretamente para se ocuparem das necessidades espirituais dos fiéis. A 27 de Março, quando o regente regressou, mostrou-se

¹³⁰ Ver notas biográficas em apêndice II.

menos amigável, declarando na corte que embora estivesse ansioso por encorajar o comércio com estrangeiros não queria ter no Japão missionários pregando contra os Deuses budistas e xintoístas, e destruindo templos e santuários.

Começaram então a circular notícias segundo as quais a embaixada era falsa, espalhando-se o rumor de que Valignano não teria abandonado o país desde 1579. A par desta situação despoletou-se uma crise em Nagasaki - um navio português que aí atracou a 19 de Agosto foi cercado por forças dos dois governadores da cidade. O capitão Roque Pereira de Melo recusou a intimidação e enviou a 23 de Agosto uma carta a Hideyoshi. A 6 de Outubro Hideyoshi respondeu confirmando o comércio livre e ameaçando castigar os oficiais que não cumprissem as suas ordens.

Entretanto, em Setembro, na sequência de uma entrevista entre Rodrigues e Hideyoshi, a dúvida sobre a embaixada ser falsa acabou por ser clarificada. Finalmente, a 12 de Setembro, foi entregue a Rodrigues a carta de resposta e os presentes oficiais para o vice-rei da Índia. Hideyoshi encontrou-se novamente com Rodrigues e repetiu o seu desejo de encorajar o comércio português, explicando as razões por que entendia não ser o cristianismo apropriado para os japoneses.

Antes de partir com o padre Organtino, Rodrigues encontrou-se com Maeda Munehisa, que lhe entregou uma carta para Valignano, na qual Hideyoshi autorizava dez missionários a ficar em Nagasaki até que fosse recebida uma resposta do vice-rei. Estes padres não deveriam tentar pregar aos japoneses nem convertê-los ao cristianismo, devendo restringir as suas atividades a ministrar os portugueses residentes e visitantes. O navio português foi forçado a passar o inverno de 1591-92 no porto de Nagasaki, devido a dificuldades em vender a carga acrescidas pelas dificuldades decorrentes do início da guerra na Coreia. Rodrigues passou algum tempo em Nagoya, o quartel-general estabelecido por Hideyoshi no Kyūshū para coordenar a invasão à Coreia.

No verão de 1592 ocorreu uma nova crise entre Hideyoshi e os portugueses. Em Novembro de 1591, o *kampaku* enviara uma carta ao governador espanhol das Filipinas, exigindo fidelidade e submissão. Gómez Pérez Dasmariñas, o governador das Filipinas, enviou o dominicano Juan Cobo com uma carta para o governante. Quando Cobo desembarcou em Julho de 1592 encontrou-se com um espanhol de nome Juan de Solis, que tinha um conflito financeiro com mercadores portugueses de Nagasaki. Solis, que acompanhou a missão espanhola como intérprete, aproveitou a ocasião para se queixar dos

portugueses a Hideyoshi. Como resposta, Terazawa Hirotaka¹³¹ foi novamente enviado para Nagasaki a 29 de Agosto, e iniciou a demolição de vários edifícios jesuítas. Após investigar as acusações começou a ter dúvidas, e transmitiu-as ao *kampaku*. Os membros da embaixada filipina partiram para Satsuma e daí embarcou Cobo em Novembro. Mas o navio que o transportava naufragou ao largo da costa da Formosa. Este foi o primeiro confronto entre jesuítas e dominicanos no Japão, não augurando nada de bom para as relações entre os jesuítas e as ordens mendicantes bem como entre portugueses e espanhóis.

Por sugestão de Harada, e devido à morte de Cobo, uma nova missão partiu de Manila em Maio de 1593, liderada pelo padre Pedro Bautista e três outros franciscanos. Assumindo a função de enviados oficiais, conseguiram contornar o édito que bania cristãos, como fizera Valignano. Na sua segunda visita os franciscanos ofereceram-se para ficar reféns até chegar uma resposta de Espanha, e acabaram por estabelecer em Kyoto uma igreja e um convento em Osaka. Hideyoshi não tomou medidas contra os franciscanos até 1596¹³². Os frades franciscanos estavam a violar o édito de 1587, mas estavam convencidos do favor do governante, como se pode ler numa carta de Bautista: *enquanto este rei [Hideyoshi] viver, podemos estar seguros pois é como um pai para nós; deu-nos comida assim como aos pobres e também permissão para construir um mosteiro e uma igreja*¹³³.

No início de 1593, já após a partida de Valignano, Pedro Gómez ordenou a Rodrigues e ao irmão Cosme Takai que visitassem o governador de Nagasaki, Hirotaka, para estabelecer boas relações. Foram ajudados no intento por António Murayama, um rico cristão da cidade, visto que era em sua casa que o governador costumava alojar-se quando visitava a cidade. O intento foi favorável e gradualmente os lugares dos jesuítas foram sendo devolvidos. O governador estava ansioso por manter boas relações com os missionários, pois corria o rumor que os mercadores tinham ficado tão ofendidos com a destruição da propriedade jesuíta que não voltariam. Os japoneses não se tinham ainda apercebido de que o comércio mútuo era muito mais importante para Macau do que para o Japão. Se era desejado pelos japoneses, era vital para os portugueses de Macau. Por fim, no verão de 1593 a nau de Gaspar Pinto da Rocha chegou a Nagasaki¹³⁴.

A igreja do Japão também se continuou a expandir e cerca de 5000 pessoas, principalmente no Kyūshū, receberam o batismo. Um grupo seletivo de jesuítas trabalhava em

¹³¹ Ver notas biográficas em apêndice II e listas de governantes no V.

¹³² Sansom, George, *A History of Japan 1334-1615*, Stanford University Press, Stanford, California, USA, 1961, pp. 371-74.

¹³³ Cooper, S.J., Michael (ed.), *The Southern Barbarians, the first Europeans in Japan*, Kodansha International Ltd., Tokyo, Japan and Palo Alto, Calif., USA, 1971, pp. 73-75 e Cooper, S.J., Michael, *Rodrigues, o intérprete: um jesuíta português no Japão e na China do século XVI*, Quetzal Editores, Lisboa, Portugal, 2003, pp.201-09.

¹³⁴ Cooper, S.J., Michael, *Rodrigues, o Intérprete: um jesuíta português no Japão e na China do século XVI*, Quetzal Editores, Lisboa, Portugal, 2003, pp. 75-108.

Kyoto e Osaka, dirigidos por Organtino, e a sua influência entre as famílias de *daimyō* cresceu. Neste período foram convertidos altos membros da nobreza japonesa como Grácia Hosokawa (1563-1600), filha de Akechi Mitsuhide e mulher de Hosokawa Tadaoki (1563-1646), o *daimyō* Kinoshita Katsutoshi (1569-1649), sobrinho de Hideyoshi, Sō Yoshitoshi ou Yoshitomo (1568-1615) de Tsuchima, Hosokawa Okimoto (1564-1619), irmão de Tadaoki e Tsutsui Sadatsugu (1562-1615) de Iga. Em 1595 o movimento de conversão foi tão intenso que Fróis escreveu: *Nunca até agora foram tantos nobres batizados nas regiões de Kyoto*. Entre estes neófitos encontravam-se o neto e herdeiro de Oda Nobunaga: Hidenobu (1580-1605), os filhos de Maeda Gen'i, Kyōgoku Takatomo (1571-1621) e vários parentes próximos de Ukita Hideie (1573-1655). Todos estes convertidos tinham duas características: eram novos e estavam ligados a Hideyoshi por laços políticos ou familiares.

A 19 de Outubro de 1596 o galeão espanhol *San Felipe* afundou-se no porto de Urado no Shikoku. O *daimyō* de Urado, Chōsokabe Motochika (1539-99) apossou-se da carga por ordem do regente e os espanhóis protestaram através de Pedro Bautista. Este evento coincidiu com a visita do bispo Pedro Martins (m. a 5 de Fevereiro de 1598 no estreito de Singapura), que chegara em 1596 ao Japão com a carta de resposta a Hideyoshi, enviada através de Rodrigues aquando da visita de Valignano, e que também usou o pretexto diplomático para ser recebido. A atmosfera na corte estava tensa, e foram dadas ordens para se compilar uma lista de todos os cristãos que viviam na capital. As diferenças entre os jesuítas e franciscanos e portugueses e espanhóis agravaram-se e, no dia seguinte (a 7 de Dezembro), enquanto Martins embarcava de Sakai para Nagasaki, os franciscanos e o seu rebanho foram presos. A sentença de morte foi dada a 31 de Dezembro, e após sofrerem a mutilação de uma orelha desfilaram pela capital. Foram depois levados para Osaka e Sakai, marchando para Nagasaki a 9 de Janeiro. A marcha chegou ao fim a 5 de Fevereiro de 1597 e os 26 mártires foram crucificados à vista da cidade e lancetados¹³⁵. As verdadeiras razões para a execução nunca foram explicadas, mas no édito de 8 de Janeiro de 1597 são apresentadas razões religiosas, nomeadamente a violação do édito de 1587. Rodrigues esteve como padre entre os mártires, a confortá-los enquanto passavam pelo martírio, pois apesar de não ter havido autorização para haver confissões, o governo japonês permitira a presença de alguns jesuítas no local.

Os mártires de Nagasaki aparecem como um presságio para o intensificar das perseguições, mas nada mais se seguiu após estas mortes visto que Hideyoshi, debilitado, se focou em garantir que o seu filho de cinco anos, Hideyori, herdaria o seu poder e riqueza. Ao lado do governante nos últimos momentos de vida estava João Rodrigues, que fora chamado

¹³⁵ Ver Martírio de Fevereiro de 1597 no glossário em apêndice VI.

ao castelo de Fushimi por ordem de Hideyoshi (entre outros amigos próximos de si). O governante que fizera a unificação militar do país morreu em Fushimi a 16 de Setembro de 1598¹³⁶.

A notícia da morte de Hideyoshi foi recebida com alívio pelos jesuítas em Nagasaki e Valignano referiu-se às boas novas enquanto o bispo Luís Cerqueira exprimia a opinião de que devido à morte do governante as condições iriam melhorar para os missionários como é evidente neste excerto da carta de Luís Cerqueira ao Rei datada de 24 de Outubro de 1598:

Depois desta escrita tivemos aqui novas certas das partes de Miaco que Tajcosama e morto seja Deus Nosso Senhor muito louvado que desapreciou esta cristandade, de quem uai em doze anos que a perseguia esperamos agora que nos dê nosso Senhor bonança pro amis quibus inditaus mala E ainda aentalada [sic] a tribulação passada como ele o tem per costume que e Rico em fazer misericórdia. Deixou de posse do Reino a hum menino filho seu asi assignando lhe certos governadores [os regentes] E sustentem neste império, mas Deus sabe quanto o gozara¹³⁷.

Antes da sua morte Toyotomi Hideyoshi criou um conselho de regência, designado por conselho dos cinco anciãos (*go-tairō*), pretendendo garantir a sucessão do seu jovem filho Hideyori. Com esse objetivo, forçou os vários membros a fazer juramento de que assim seria após a sua morte. Na verdade, a ideia do conselho poderia ter funcionado caso o jovem tivesse mais de cinco anos, mas não era este o caso. O risco de grave desavença entre os membros não foi pensado e o próprio Hideyoshi não deixou nenhuma ordem escrita para resolver esse tipo de situação, caso viesse a suceder.

À morte de Hideyoshi o poder no Japão distribuía-se não por títulos mas sim numa hierarquia por rendimento disponível, da seguinte forma: Tokugawa Ieyasu possuía um rendimento na ordem dos 2.500.000 *koku*¹³⁸, seguiam-se Mōri Terumoto e Uesugi Kagekatsu com 1.200.000 *koku*, Maeda Toshiie com 800.000 e Ukita Hideie¹³⁹ com 500.000, perfazendo um total de 6.200.000 nas mãos dos membros do conselho. Tendo em conta que a maioria dos rendimentos de todos os feudos do Japão ficava abaixo de 20.000.000, os membros do conselho tinham à sua disposição um terço da riqueza nacional.

Logo a seguir vinham os cinco comissários (*go-Bugyō*), que não decidiam sobre as grandes questões nacionais, mas lideravam os órgãos executivos que levavam a cabo as

¹³⁶ Cooper, S.J., Michael (ed.), *The Southern Barbarians, the first Europeans in Japan*, Kodansha International Ltd., Tokyo, Japan and Palo Alto, Calif., USA, 1971, pp. 73-75 e Cooper, S.J., Michael, *Rodrigues, o intérprete: um jesuíta português no Japão e na China do século XVI*, Quetzal Editores, Lisboa, Portugal, 2003, pp.201-09.

¹³⁷ O texto integral em CHAM e Brotéria: Jesuítas Portugueses no Extremo Oriente nos séculos XVI e XVII. <http://www.cham.fcsh.unl.pt/ext/jesuitasnoorient/files/16100305.pdf>.

¹³⁸ *Koku*: medida japonesa equivalente a 4,96 alqueires ou 180 litros, os rendimentos dos daimyō e os ordenados dos funcionários eram calculados em kokus de arroz no Japão feudal.

¹³⁹ Ver notas biográficas em apêndice II.

ordens do conselho. Este grupo era composto por Asano Nagamasa, Maeda Gen'i, Mashita Nagamori, Ishida Mitsunari e Natsuka Masaie¹⁴⁰, que tinham sido recompensados com feudos de moderado valor devido aos serviços prestados ao governo de Hideyoshi, mas a sua receita total não ultrapassava 1 milhão de *koku*. Havia outros grandes senhores como Date Masamune em Sendai e Kobayakawa Hideaki (1577-1602) em Chikuzen, que tinham cerca de 1 milhão e que favoreceriam Ieyasu e o conselho caso houvesse alguma guerra de sucessão. Por fim, existiam *daimyō* que, apesar de neutrais, eram hostis a Ieyasu, como os Shimazu em Satsuma, os Satake em Hitachi, os Nabeshima em Hizen, Katō Kiyomasa em Higo e os Chōsokabe em Shikoku, que tinham um total de menos de 2 milhões de *koku*¹⁴¹.

De todos estes indivíduos o principal inimigo de Tokugawa Ieyasu era Ishida Mitsunari, um indivíduo com grande talento e ambição, que começou a procurar criar uma aliança anti-Ieyasu com Maeda Toshiie, mas quando este morreu a 27 de Abril de 1599, os seus vassalos passaram-se para o lado de Ieyasu. A Toshiie sucedeu o seu filho Toshinaga (1562-1614) que assumiu o lugar do pai no conselho de regência e regressou ao seu feudo. Devido a este percalço, Mitsunari começou a sondar outros grandes *daimyō*, contudo Ieyasu conseguiu o apoio de Katō Kiyomasa (1561-1611) e Fukushima Masanori (1561-1624), dois dos mais fiéis vassalos Toyotomi. O conselho estava enfraquecido, ficando ativo só com a presença de Ieyasu, Terumoto e Hideie, embora o poder de decisão estivesse concentrado na mão de Tokugawa Ieyasu¹⁴². Uesugi Kagekatsu possuía grandes ambições territoriais que Mitsunari encorajou, e abandonou a capital, regressando a Aizu para onde fora transferido, e Mōri Terumoto e Ukita Hideie não eram de confiança.

A revolta de Mitsunari parecia estar bem encaminhada quando este procurou assassinar Ieyasu, por duas vezes, em 1599. Na segunda tentativa foi forçado a pedir asilo a Ieyasu, visto que Katō e outros generais tinham descoberto a conspiração e pretendiam eliminá-lo. Após ser salvo, Ieyasu enviou-o para o seu castelo de Sawayama (Hikone), na província de Ōmi, ordenando-lhe o não envolvimento em mais conspirações. Expulsou de seguida de Fushimi os outros comissários, Maeda Gen'i e Natsuka Masaie, que eram os guardiões de Hideyori, nomeando o seu filho Yūki Hideyasu (1574-1607) como novo guardião, e mudou-se para Osaka. A situação geral no país irá manter-se calma embora o futuro político se mostrasse incerto, não se podendo prever quem seria o novo governante.

As possibilidades de Ishida Mitsunari e Tokugawa Ieyasu eram consideradas igualmente boas. Valignano, que chegara para a sua terceira visita, vai reorganizar as suas hostes. Com

¹⁴⁰ Ver notas biográficas em apêndice II.

¹⁴¹ Samson, George, *A History of Japan 1334-1615*, Stanford University Press, Stanford, California, USA, 1961, pp. 387-88.

¹⁴² Samson, George, *idem*, *ibidem*, pp. 389-91.

este objetivo decidiu incumbir o experiente Rodrigues de fazer uma série de visitas a funcionários e nobres influentes, aproveitando para anunciar o seu regresso oficial e solicitar, ao mesmo tempo, a sua boa vontade e favor. O intérprete deslocou-se assim a Hakata (atual Fukuoka), no norte do Kyūshū, onde fora em Outubro Ishida, um dos cinco comissários, para supervisionar a evacuação das tropas japonesas da Coreia¹⁴³. Ishida recebeu amigavelmente o missionário e, após uma conversa de algumas horas, aconselhou os missionários a manterem-se discretos até a situação política estabilizar. Como prova do seu favor, ofereceu a Rodrigues um pedaço de terra e algumas casas em Hakata.

O intérprete visitou depois outros senhores, como Mōri Hidemoto, que prometeu apoiar os jesuítas e lhes ofereceu um lugar para construírem uma igreja na sua cidade principal. O volátil Terazawa, governador de Nagasaki, escreveu da corte a Valignano, dando-lhe as boas vindas. Mas as esperanças de entendimento com este senhor caíram novamente por terra quando em 1599 foi informado que Organtino regressara à capital sem a sua autorização. Rodrigues deslocou-se novamente à corte, e graças aos cristãos Konishi Yukinaga e Arima Harunobu, a crise foi resolvida. Na corte visitou Tokugawa Ieyasu e, por instrução de Valignano, solicitou autorização para os missionários viverem livremente no país. Ieyasu recebeu-o cordialmente, não se comprometendo. Repetiu o conselho de que os jesuítas deviam ser prudentes porque tudo se resolveria posteriormente.

Como Ieyasu e Ishida, os dois mais poderosos *daimyō* do país, e potenciais governantes, prometeram proteção, o intérprete tinha todos os motivos para ficar satisfeito. Deslocou-se por fim a Bungo, para onde Terazawa fora enviado por ordem de Ieyasu. Aquele tratou o enviado jesuíta com a maior simpatia, por estar inseguro quanto à sua posição futura como *bugyō* (governador) de Nagasaki¹⁴⁴ - convinha-lhe ter o apoio dos cristãos que viviam na cidade onde se incluíam os padres jesuítas¹⁴⁵.

Uma afronta de Uesugi Kagegatsu a Tokugawa Ieyasu serviu de pretexto para o conflito eminente entre os lealistas Toyotomi, liderados por Ishida Mitsunari e as forças Tokugawa. Ieyasu deu assim início a uma campanha militar desde a sua base, em Edo (actual Tokyo), em direcção a Kyoto e Osaka, no centro do Japão, onde se concentravam os lealistas. O momento fulcral do conflito, e que dará nome à campanha, foi a batalha de Sekigahara, a 21 de Outubro

¹⁴³ Ver Invasões japonesas à Coreia no glossário em apêndice VI.

¹⁴⁴ Ver apêndices V em lista de governantes e glossário no VI.

¹⁴⁵ Cooper, S.J., Michael, *Rodrigues, o intérprete: um jesuíta português no Japão e na China do século XVI*, Quetzal Editores, Lisboa, Portugal, 2003, pp. 211-14.

de 1600, que termina com uma vitória decisiva de Tokugawa Ieyasu¹⁴⁶. Após a conclusão da campanha de Sekigahara, Ieyasu absteve-se de exercer uma vingança generalizada sobre os seus adversários, mas na batalha vários indivíduos proeminentes perderam a vida, entre os quais Ishida Mitsunari e o influente *daimyō* cristão Konishi Yukinaga, frequentemente mencionado como Don Augustino nas cartas dos jesuítas, sendo mais do que uma vez um precioso auxílio para os missionários. Outros *daimyō* cristãos foram igualmente afetados pelo desfecho de Sekigahara: Arima Harunobu, que apoiou o lado vencedor, conseguiu manter os seus domínios, mas Ōmura Yoshiaki (1568-1615) não teve a mesma sorte, e foi forçado a entregar a liderança da família ao seu filho Sumiyori, embora continuasse a controlar o poder até à sua morte.

O padre Organtino, que estava em Miyako, enviou um jesuíta visitar o vencedor a Osaka. Rodrigues seguiu uma vez mais para a corte em representação dos jesuítas, tendo sido tratado com amabilidade por Ieyasu. Durante a audiência um dos cortesãos presentes fez questão de elogiar os missionários afirmando, com ou sem verdade, que os jesuítas o tinham apoiado na sua luta pelo poder. Ieyasu mostrou-se contente e assinou dois documentos oficiais confirmando as residências dos jesuítas em Miyako, Osaka e Nagasaki. Com a emissão deste documento, o estatuto dos missionários ficava regularizado, embora a sua posição ainda fosse precária.

Rodrigues voltou de seguida a sua atenção para o governador de Nagasaki, Terazawa Hirotaka, dado que ainda não lhe tinha sido comunicada a chegada do novo bispo Luís Cerqueira. Deslocou-se ao castelo de Karatsu, em Hizen, no noroeste do Kyūshū, levando cartas de Valignano e Cerqueira. Tendo em conta a recente receção de Ieyasu, o governador não levantou quaisquer objeções e escreveu cartas amigáveis a Valignano e ao bispo, e quando se deslocou à cidade de Nagasaki visitou a residência dos jesuítas e a casa do bispo.

Mas a boa vontade de Terazawa era mais aparente que real, e embora Sekigahara tivesse sido uma vitória notável, os Shimazu de Satsuma tardaram a reconhecer a hegemonia Tokugawa. Ieyasu ordenou a Terazawa para levantar um exército e subjugar Satsuma. A luta não chegou a acontecer porque os Shimazu pediram a paz. Como recompensa pelos serviços prestados, o governador de Nagasaki pediu o feudo de Ōmura. Como este era contíguo a Nagasaki, argumentava que a sua união facilitaria a administração do território, e sugeriu que o *daimyō* de Ōmura podia ser compensado concedendo-se-lhe as ilhas de Amakusa. Rodrigues, que estava na corte, informou Ōmura Sumiyori e Arima Harunobu, que usaram

¹⁴⁶ Para uma visão mais completa recomenda-se a leitura de Bryant, Anthony J., *Sekigahara 1600: The final struggle for Power*, Osprey Publishing, Oxford, UK, 1995, pp.7-23. Samson, George, *A History of Japan 1334-1615*, Stanford University Press, Stanford, California, USA, 1961, pp. 391-95. Ver mapa 6 em apêndice IV.

toda a sua influência para alterar a decisão. O governador Terazawa soube do ocorrido e doravante aproveitou todas as oportunidades para virar Ieyasu contra os jesuítas. No verão de 1601 aconteceu o incidente mais grave, no qual algumas igrejas foram destruídas em Ōmura devido às manipulações de Terazawa, ainda que a situação não tivesse escalado, dado que os *daimyō* Ōmura Sumiyori e Arima Harunobu, haviam devolvido o favor do ano anterior aos jesuítas e conseguiram acalmar a situação¹⁴⁷.

Ao longo deste período crítico da história japonesa, entre os últimos momentos de vida de Toyotomi Hideyoshi e as consequências de Sekigahara, nas quais se incluem as maquinações de Terazawa, e onde João Rodrigues apareceu próximo dos acontecimentos e, em ocasiões, interferindo nos mesmos, podem ser vistas acções paradiplomáticas, visando salvaguardar situações favoráveis, como se vê no caso dos Jesuítas, pela cooperação de João Rodrigues com dois senhores regionais.

Durante o verão de 1601, Rodrigues viu-se novamente envolvido numa questão na corte. Segundo os relatos dos jesuítas, o governador Terazawa enviou um funcionário para comprar seda ao navio de Horácio Nerete, representando Tokugawa Ieyasu mas desobedecendo às ordens deste para procurar o conselho e auxílio de Rodrigues. O funcionário optou por fazer as aquisições da seda através dos seus contactos. Contudo, após inspecionar a compra, Ieyasu ficou descontente com a sua qualidade e preço pago. O funcionário acusou o jesuíta e o governante ficou irritado. Terazawa não fez nada para o acalmar, pois ainda estava ressentido com a questão de Ōmura do ano anterior, no entanto alguns funcionários amigos dos missionários convenceram-no de que o jesuíta não estivera ligado ao negócio. O Intérprete foi chamado à corte como acontecera em 1591, e uma vez mais não foi admitido à presença do governante, sendo interrogado por dois oficiais que acabaram por elaborar um relatório favorável. Rodrigues foi de seguida convidado a ir à presença de Ieyasu, que demonstrou o seu agrado com os jesuítas e manifestou o seu descontentamento com Terazawa. Acabou por nomear João Rodrigues como seu agente comercial nos assuntos da nau do trato. Ser nomeado agente comercial do governante era um sinal de honra mas trazia muitas responsabilidades e no mundo brutal do comércio internacional tal posição não deixou de criar rivalidades e inimigos, o que era natural devido às negociações que era necessário fazer entre os mercadores e os funcionários japoneses. Rodrigues tinha consciência de que Ieyasu não era um homem acostumado a ver as suas ordens desobedecidas e recusar a nomeação podia ter

¹⁴⁷ Cooper, S. J., Michael, *Rodrigues, o intérprete: um jesuíta português no Japão e na China do século XVI*, Quetzal Editores, Lisboa, Portugal, 2003, pp. 215-20.

implicado o fim abrupto da missão. O governante tolerava os missionários não porque lhes tivesse simpatia, mas porque serviam as suas conveniências comerciais.

A ação dos missionários começou de novo a prosperar, e Organtino visitou o governante por duas vezes, tendo sido recebido cordialmente, sendo-lhe atribuído um lote de terreno em Fushimi para se construir uma igreja. Quanto a Rodrigues, voltou a Nagasaki e manteve-se ocupado na sua dupla função de procurador da missão e de agente comercial do governo japonês. Esteve presente numa consulta convocada por Valignano em Nagasaki a 8 de Agosto de 1602. Nela foram abordadas as presentes dificuldades financeiras da missão, sendo provável que, como procurador, Rodrigues tivesse sido chamado a prestar informações, para se expor com clareza as necessidades ao Papa em Roma e ao rei em Madrid. Rodrigues foi encarregado de fazer um requerimento formal ao bispo Cerqueira, presente no encontro, e de recolher declarações sobre juramento de Francisco Pasio, que sucedera a Pedro Gómez como vice-provincial¹⁴⁸ em 1600 e dos reitores das várias casas de jesuítas.

A 8 de Janeiro de 1603 Rodrigues apresentou ao bispo Cerqueira os cinco documentos elaborados sobre juramento, e requereu-lhe a elaboração de cópias autenticadas para serem enviadas para a Europa. Estava em Nagasaki quando o visitador partiu do Japão pela última vez a 15 de Janeiro de 1603. Os dois não se voltariam a encontrar, e não fosse a escolha de Rodrigues como intérprete em 1591 por Valignano para a sua audiência com Hideyoshi, a carreira do missionário teria sido certamente diferente. Cinco dias antes da partida, Rodrigues fizera ainda parte da consulta onde se discutira se a missão da China e do Japão devia ser separada da missão da Índia. Nesta fase, Rodrigues era um dos membros mais influentes da missão visto, que o catálogo de 1603 o indica como um dos três ou quatro conselheiros com os quais o superior da missão tinha obrigação de discutir todas as questões importantes¹⁴⁹.

Alguns dias após a partida de Valignano, Rodrigues seguiu para a corte acompanhado por Murayama Tōan¹⁵⁰ para apresentar cumprimentos de ano novo¹⁵¹ a Ieyasu, em nome dos jesuítas, dos portugueses de Nagasaki e da tripulação da nau de Paulo de Portugal, que chegara o ano anterior. O objetivo desta visita não se prendia só com apresentar cumprimentos. Pretendia-se resolver um problema que surgira com mercadores japoneses que

¹⁴⁸ Ver lista de governantes em apêndice V.

¹⁴⁹ Cooper, S. J., Michael, *Rodrigues, o intérprete: um jesuíta português no Japão e na China do século XVI*, Quetzal Editores, Lisboa, Portugal, 2003, pp. 221-24.

¹⁵⁰ Ver notas biográficas em apêndice II.

¹⁵¹ Apresentar os cumprimentos de ano novo aos governantes: é uma importante tradição japonesa. Associando-se a isto, tinha-se que saber que tipo de presentes se podia oferecer e a forma correta de os receber, sendo também importante saber receber um convidado, ser hospitaleiro e o tipo de banquete a oferecer à visita antes de partir. Não só João Rodrigues mas todos os outros missionários seguiam estes costumes e os comerciantes portugueses tal como os capitães-mores que se deslocavam ao Japão conheciam estes protocolos. Para uma visão mais completa ver *This Island of Japon: João Rodrigues' Account of 16th century Japan*, traduzido e editado por Michael Cooper S.J., Kodansha International Ltd., Tokyo, Japan e New York, USA, 1973, pp. 143-48, 161-71 e 185-94.

se tinham deslocado a Nagasaki para comprar seda - tinham havido queixas contra os preços praticados e rutura de estoque. Estas queixas foram levadas à corte por dois funcionários, mas os seus testemunhos foram depois desacreditados porque se revelou o seu envolvimento em negócios financeiros pouco claros.

Quando Rodrigues chegou a Fushimi, provavelmente na primeira metade de Fevereiro, o assunto desaparecera e ele foi bem recebido pelo governante do país. Entretanto Terazawa caiu em desgraça e foi demitido do cargo de governador, sendo nomeado como governador não residente Ogasawara Ishian. Murayama foi nomeado *daikwan* (administrador residente), posto ocupado por Ogasawara enquanto Terazawa era o governador, mas devido a mudanças nas responsabilidades, o cargo de *daikwan* tornara-se mais importante. Tratava-se de boas notícias para os jesuítas, porque durante vários anos Terazawa lhes dificultara a vida. Agora a cidade passava a ser governada *de facto* por Murayama acompanhado por quatro *machi-toshiyori* (anciãos) cristãos.

Durante esta visita o Intérprete visitou Honda Masazumi¹⁵², conselheiro particular de Ieyasu, que viria a ter a alcunha de *codskin* dada pelo inglês Richard Cocks¹⁵³. Tratava-se de um homem influente e que, tal como Maeda (m. 1602), tinha ajudado frequentemente nas questões com Hideyoshi. Honda demonstrou repetidamente a sua amizade ao tratar dos problemas dos jesuítas na corte. Os jesuítas elogiavam a sua honestidade e integridade, elogio compartilhado por Sebastian Vizcaino¹⁵⁴ e por John Saris. Esta atitude contrastava com a do responsável pela cunhagem da moeda, Gotō Shōsaborō, que nunca demonstrou idênticas atitudes quando tratava de assuntos com europeus. Durante a visita, Honda avisou o Intérprete de que Ieyasu continuava a ser anticristão e que era adverso à conversão de nobres, embora não fosse desfavorável à conversão de gente humilde. Prometeu auxiliar os missionários, mas aconselhou prudência e discrição. Esta promessa foi cumprida e quando alguns cortesãos comentaram com Ieyasu que os missionários não eram necessários no Japão e que estavam a fazer conversões em Miyako, interveio afirmando que a sua presença era vital para manter o comércio português.

Os jesuítas continuaram nas boas graças do governante e um bom exemplo disso é a primeira de duas visitas que Rodrigues faz à corte em 1604. No fim de Julho de 1603 a nau de Gonçalo Rodrigues de Sousa fora capturada por forças holandesas perto de Macau. A perda do navio colocou os jesuítas e os portugueses de Nagasaki numa grave situação financeira. Durante esta visita Ieyasu ofereceu-lhes um presente de 350 taéis e emprestou-lhes mais de

¹⁵² Ver notas biográficas em apêndice II.

¹⁵³ Ver notas biográficas em apêndice II.

¹⁵⁴ Ver notas biográficas em apêndice II.

5000 que deveriam ser pagos da forma que fosse mais conveniente aos missionários. Pouco se sabe da segunda visita, mas é provável que o Intérprete tenha acompanhado os mercadores que chegaram no navio de João Caiado de Gamboa. Houve viagens em 1605 e 1606, sendo provável que em ambas as ocasiões Rodrigues se tenha deslocado à corte, embora nestes anos pouco se saiba das suas atividades. O seu nome aparece em algumas consultas feitas em Nagasaki¹⁵⁵.

No verão de 1600 o navio holandês *Liefde* naufragara junto à costa de Bungo. Entre os poucos sobreviventes encontrava-se o piloto inglês William Adams¹⁵⁶ que ficou retido no Japão. Quando se apercebeu que não lhe seria permitido partir devido aos seus conhecimentos sobre o desenho e construção de navios, instalou-se no país e adaptou-se tão bem ao ambiente que John Saris, comandante do navio inglês que anos depois abrirá as relações entre os ingleses e os Tokugawa, se irá referir a ele como naturalizado japonês. Na altura do naufrágio fora enviado um jesuíta de Nagasaki para investigar a origem dos marinheiros. De acordo com Adams, o testemunho desfavorável do jesuíta pusera a sua vida em sério risco. Desconhece-se quem era este missionário, mas Adams viria posteriormente a encontrar outro membro da Companhia, sendo possível que tivesse sido João Rodrigues.

O homónimo do intérprete, João Rodrigues Girão¹⁵⁷, que escreveu várias cartas ânuas, descrevendo o progresso da missão, tinha o hábito de não identificar pelos nomes os missionários a que se referia nos seus relatórios. Na sua carta de 1605 informa que um jesuíta de Nagasaki foi visitar Ieyasu a Miyako, tendo sido bem recebido pelo governante e pelo governador da capital, dado ser bem conhecido por ambos. De seguida viajou pela Tōkaidō e chegou a Edo, aí o padre verificou que o trabalho de construção do castelo prosseguia, sendo cordialmente recebido por Hidetada, filho de Ieyasu. O viajante falava japonês fluentemente e não precisava de intérprete. Esta descrição de João Rodrigues Girão parece indicar que se tratava de João Rodrigues.

O autor da carta prossegue afirmando que o jesuíta encontrou um grupo de meia dúzia de mercadores holandeses e um inglês (provavelmente William Adams) e fez o possível por convertê-los ao catolicismo. O indivíduo mais importante era o inglês, a quem o jesuíta ofereceu um salvo-conduto do bispo Cerqueira se quisesse viajar para Nagasaki e partir do Japão. O inglês, ou como o classifica Girão, *o obstinado herético*, declinou a oferta e, apesar de não ter muitos estudos, travou-se entre ele e o jesuíta uma discussão, durante a qual cada

¹⁵⁵ Cooper, S. J., Michael, *Rodrigues, o intérprete: um jesuíta português no Japão e na China do século XVI* ibidem, pp. 224-28.

¹⁵⁶ Ver notas biográficas em apêndice II.

¹⁵⁷ Ver notas biográficas em apêndice II.

um procurava converter o outro com base nas escrituras. Em conclusão, Adams continuou a ser um bom protestante (mas com muitos amigos católicos) até ao fim da vida, enquanto João Rodrigues (se era ele o jesuíta em questão) continuou a ser um bom papista.

Foi durante este período, no qual os contactos com a corte decorriam satisfatoriamente, que a missão sofreu um sério revés no Kyūshū, quando um dos seus mais fortes aliados passou de protetor a perseguidor.

Os acontecimentos podem ser resumidos da seguinte forma: graças à prosperidade resultante do comércio com os portugueses e outros estrangeiros, Nagasaki cresceu até ao ponto em que a cidade atingiu os territórios Ōmura. O *daimyō* Yoshiaki foi abordado e concordou com o estabelecimento nos seus territórios de um novo aldeamento, denominado de Omuraryo Nagasaki-mura (aldeia de Nagasaki no território de Ōmura). O novo espaço foi rapidamente ocupado por novos edifícios e constituiu-se uma vila, fazendo crescer os limites da cidade para território Ōmura. O *daimyō* Yoshiaki cobrava impostos nestes subúrbios, contudo surgiram dificuldades administrativas pois as leis de Nagasaki diferiam das dos territórios vizinhos: os desordeiros passavam de uma jurisdição para a outra conforme lhes convinha, e a manutenção da lei e da ordem era dificultada. Nagasaki também não possuía fontes próprias de alimento, madeira, pedra ou mesmo água potável, sendo estes bens importados de Ōmura, e os funcionários locais não hesitavam em explorar essas necessidades em proveito próprio.

O *bugyō* Ogasawara visitou a cidade em 1604 para se ocupar de negócios referentes ao comércio e fazer uma inspeção. Durante a sua permanência as autoridades municipais referiram as dificuldades resultantes da presente situação e citaram o caso de alguns falsificadores de moeda que não podiam ser levados à justiça. Apercebendo-se dos inconvenientes de uma dupla administração, Ogasawara elaborou um mapa completo da cidade e um relatório que apresentou a Ieyasu, sugerindo que a parte da cidade que se estendia pelos territórios Ōmura fosse incorporada à cidade e que o *daimyō* fosse compensado da perda sendo-lhe concedido o distrito contíguo de Orakami.

Ieyasu aprovou o plano e enviou funcionários ao Kyūshū para o aplicar em 1605. Tanto o *daimyō* Yoshiaki como Rodrigues estavam na corte e, conhecendo a influência do intérprete, o *daimyō* assumiu que fora ele o responsável pela mudança administrativa. Esta opinião foi incentivada por parentes e amigos anticristãos como Katō Kiyomasa, *daimyō* de Higo, Matsuura Shigenobu de Hirado e Gotō Harumasa (g.1603-12), *daimyō* das ilhas Gotō. Neste contexto Yoshiaki escreveu para os seus domínios, proibindo os seus súbditos de frequentarem igrejas cristãs ou de ter qualquer tipo de contacto com os missionários. Os

parentes cristãos do *daimyō*, assim como Cerqueira e Rodrigues, tentaram convencê-lo de que os jesuítas não tinham nada a ver com a decisão, mas não tiveram sucesso, mesmo quando Ogasawara lhe garantiu que a ideia fora sua e que Rodrigues o procurara dissuadir. O *daimyō* recusou-se a mudar de opinião e quando escreveu a Pasio a 24 de Fevereiro de 1606 ordenou-lhe que fizesse sair todos os jesuítas dos seus territórios, acrescentando que esta era a vontade de Ieyasu. Apesar das suspeitas se terem vindo a dissipar, a realidade é que Yoshiaki se perdeu para a causa cristã¹⁵⁸.

Neste ano verificou-se outro revés para os missionários no Japão central. A questão iniciou-se no início do ano com a morte da filha do *daimyō* Kyōgoku Takatsugu¹⁵⁹ e da sua mulher, que era cristã. O *daimyō* pretendia celebrar um funeral budista mas foi persuadido a realizar um funeral cristão. Feita queixa a Ieyasu, devido a esta atitude dos missionários o governante mostrou-se desagradado, mas comentou não ter objeções desde que os seus nobres não se convertessem ao cristianismo. Esta posição moderada não satisfez a tia da falecida Yodogimi, que desde Osaka protestou. Desta circunstância resultou um decreto de Ieyasu datado de 26 de Maio de 1606, proibindo os nobres de se converterem ao cristianismo. A má vontade desapareceu com a chegada de Rodrigues à corte em Setembro. A nau portuguesa de Diogo de Vasconcelos chegara a 14 de Agosto mas as negociações para a compra da carga tinham sido complicadas, só se concluindo devido à intervenção do Intérprete. Para reverter a situação de desagrado o missionário ofereceu um relógio como presente a Ieyasu, este acedeu a receber o bispo Cerqueira, que desde 1598, aquando da chegada de Valignano, vivia discretamente no Kyūshū, e desejava regularizar a sua situação.

O governador Ogasawara Tamemune ou Ishian foi fundamental para organizar a audiência. Posteriormente será acusado de algumas irregularidades, acabando por ser demitido das suas funções e exilado. Sucedeu-lhe Hasegawa Shigeyoshi em 1604 que rapidamente foi substituído pelo seu irmão Hasegawa Sahyoe ou Fujihiro (1567-1617) que entrara ao serviço dos Tokugawa em 1602 e era hostil aos missionários. Contudo, a visita do bispo não deixou de ser um pequeno triunfo para Rodrigues e para o agora exilado Ogasawara, visto que tanto Valignano em 1591 como o bispo Pedro Martins em 1596 tinham sido recebidos por Hideyoshi porque se tinham apresentado na condição oficial de embaixadores e mensageiros pessoais do vice-rei da Índia. O bispo Cerqueira não detinha tal posição e seria recebido como líder da Igreja no Japão. A audiência decorreu no início de Outubro de 1606, e quando terminou o governante ordenou que fossem mostrados ao bispo o

¹⁵⁸ Cooper, S. J., Michael, idem, ibidem, pp. 228-32.

¹⁵⁹ Ver notas biográficas em apêndice II.

castelo de Fushimi e os palácios da capital, tendo ainda pedido ao governador da capital, Itakura Katsushige¹⁶⁰, que organizasse, para o bispo, uma visita aos templos. Durante a sua permanência na capital, o bispo, acompanhado por Rodrigues, visitou Itakura e Honda Masazumi, sendo bem recebido por ambos. No seu regresso a Nagasaki aproveitou para visitar Hosokawa Tadaoki no castelo de Kokura, em Buzen, onde foi bem recebido. O vice-provincial Pasio, observando a recepção que o bispo obtivera, escreveu a Honda e Gotō inquirindo sobre a possibilidade de também ser recebido. Ieyasu tinha-se retirado entretanto de Miyako para a sua cidade favorita, Sunpu, em Suruga (hoje Shizuoka), onde manterá a sua corte até à sua morte em 1616, enquanto o seu filho Hidetada residia em Edo. Honda, num momento oportuno, expôs o assunto a Ieyasu que aceitou receber o vice-provincial.

Pasio deixou Nagasaki por barco a 5 de Maio de 1607 e chegou a Osaka em 11 dias. No dia seguinte visitou Itakura obtendo deste um documento que lhe assegurava as provisões necessárias para fazer a viagem por terra até Suruga, e levou consigo dois padres e três irmãos japoneses. Quando estava a cinco léguas da cidade foi-lhe ordenado que aguardasse. Recebeu uma mensagem três dias depois informando-o que prosseguisse viagem sem demora, sendo recebido por Gotō. Encontrou-se depois com Rodrigues, que chegara uns dias antes para organizar os pormenores da visita. A 4 ou 5 de Junho recebeu uma outra mensagem informando que a hora da audiência fora alterada sendo aconselhado por Honda a dirigir-se rapidamente para o castelo. Acompanhado por Morejón, Rodrigues, o irmão Paulo e o irmão Fabião, o vice-provincial foi recebido por Honda e levado à presença de Ieyasu, sendo bem recebido, e viu o trabalho do intérprete ser elogiado. O governante sugeriu a Honda que talvez Pasio gostasse de ir a Edo, e ficou satisfeito quando o conselheiro o informou que o vice-provincial também tinha essa intenção. A audiência terminou cordialmente e Pasio foi acompanhado por Honda e Gotō até ao portão do castelo¹⁶¹. A recepção dos jesuítas em Edo foi correta, pois Honda enviara cartas de apresentação para o seu pai Masanobu, que ocupava uma posição similar à sua junto de Hidetada. A audiência com o agora *shōgun* Hidetada foi organizada e no dia determinado Pasio, acompanhado por Rodrigues e pelos outros jesuítas, foi recebido. Após se despedir do vice-provincial, Hidetada reteve o Intérprete e o irmão Paulo para discutir o funcionamento de um relógio ocidental que fora adquirido em Nagasaki. Nesse dia, acompanhado por Rodrigues, o vice-provincial fez visitas de cortesia a Honda e Ōkubo Tadachika¹⁶², ofereceu-lhes os presentes habituais e acentuou no decurso das conversas com os dois altos-funcionários que o cristianismo, ao invés de ser uma doutrina

¹⁶⁰ Ver notas biográficas em apêndice II.

¹⁶¹ Cooper, S. J., Michael, idem, ibidem, pp. 233-38.

¹⁶² Ver notas biográficas em apêndice II.

subversiva, pregava a lealdade para com os superiores legítimos. Pasio permaneceu uma semana em Edo e seguiu depois para Suruga pelas estradas do interior. O irmão Paulo ficou para regular o relógio e Rodrigues partiu para visitar as minas de prata de Izuro em substituição de Pasio. Em Suruga, o vice-provincial obteve autorização para regressar a Nagasaki, passando por Miyako. Dali seguiu para Osaka, visitando Hideyori no grande castelo da cidade. A audiência foi um sucesso e não há indicações de que Rodrigues tenha estado presente. Yodogimi exprimiu o seu pesar pelo édito anticristão e explicou que insistira com Ieyasu no sentido da sua publicação porque acreditava que ele ficara enfadado com as notícias do funeral cristão da sua sobrinha. Afirmou que agora que se apercebera que Ieyasu não se tinha importado, iria fazer todo o possível para auxiliar a causa cristã. No fim desta audiência, Katagiri Katsumoto¹⁶³ perguntou a Pasio se podia fornecer alguns meios de divertimento para o jovem. No dia seguinte, um grupo de *dōjuku* (catequistas laicos) chegaram ao castelo e brindaram o jovem com um concerto. A exibição agradou e Hideyori analisou cuidadosamente os instrumentos tal como o seu pai fizera no passado.

Depois de deixar Osaka, Pasio visitou Hiroshima, Kokura, Hakata e Yanagawa, e em cada um destas paragens foi bem recebido por *daimyō* como Kuroda Nagamasa em Hakata e Tanaka Yoshimasa em Yanagawa. Graças aos arranjos feitos por Rodrigues, a viagem de Pasio foi um sucesso tendo durado mais de cinco meses e custado cerca de 4000 cruzados, mas era opinião comum que o dinheiro fora bem aplicado.

Convém ter-se em conta que as várias audiências concedidas a Rodrigues por Ieyasu eram de extrema importância, dado ser considerada uma grande honra ter-se acesso à presença física do governante, para não referir o facto de falar-lhe informalmente - como regra apenas os mais altos funcionários eram admitidos à sua presença, enquanto os restantes tinham que resolver os seus assuntos recorrendo a intermediários¹⁶⁴.

Em 1608 não se realizou a viagem oficial, devido ao facto de navios hostis patrulharem os estreitos da Formosa. João Rodrigues, o intérprete, visitou Ieyasu no fim da primavera em Suruga mas não regressou de imediato a Nagasaki, embora o governador Hasegawa Sahyoe, governador desde 1605, quisesse que Rodrigues o acompanhasse. Esta animosidade do governador para com Rodrigues devia-se ao papel que o missionário desempenhava nas questões da cidade, e receava que a sua estadia prolongada na corte pudesse fomentar más vontades contra ele. Mas o Intérprete obteve autorização para ficar e dedicou alguns dias aos cuidados espirituais e orientação dos cristãos residentes. Os fiéis da cidade estavam

¹⁶³ Ver notas biográficas em apêndice II.

¹⁶⁴ Cooper, S. J., Michael, idem, ibidem, pp. 233-43.

organizados em confrarias que exerciam forte influência sobre um funcionário da corte e uma dama-de-companhia, a zelosa Júlia Naito, que anos depois será enviada para o exílio. O Intérprete batizou dois neófitos celebrando missa na mansão de Gotō Shōsaburō (1571 – 1625), cuja casa era governada pelo sobrinho e por pedido insistente deste batizou-o com o nome de Paulo. Rodrigues deixou a corte a 20 de Maio iniciando a viagem de regresso percorrendo a estrada de Tōkaidō em direção a Miyako. Deteve-se em Okazaki, uma cidade de Mikawa onde nascera Ieyasu, governada por Honda Masazumi, visitou-o por duas vezes acompanhado por um irmão japonês, e as conversas versaram sobre o conceito de salvação da alma. Nestes encontros estava presente o secretário de Honda, um cristão chamado Okamoto Daihachi, batizado Paulo, que foi preso alguns anos depois por estar envolvido num esquema de falsificação de documentos que visava aumentar o território de Arima Harunobu. Ao ser condenado à morte, forneceu provas acerca de algumas operações duvidosas provocando a queda do *daimyō* e a sua execução em 1612.

O ano de 1609 é notável na história das relações comerciais do Japão com o Ocidente pois tanto holandeses como espanhóis apareceram na corte e com eles apareceram novas possibilidades comerciais para Ieyasu. Porém foi o ano em que a oposição a Rodrigues e ao seu trabalho atingiram o auge e conduziram à sua perda de favor.

A sua posição de agente comercial de Ieyasu tinha provocado o inevitável ressentimento de oficiais japoneses em Nagasaki e na corte, e pressões para o afastar tinham vindo a verificar-se há vários anos mesmo entre os jesuítas. Os religiosos tinham dúvidas sobre se as suas atividades estariam de acordo com a vocação de um padre e missionário. Já em 1603 o bispo Luís Cerqueira escrevera para Roma resumindo as dificuldades que rodeavam o trabalho de Rodrigues. Segundo o bispo, o principal problema era o sistema da pancada através do qual o preço global da carga de seda era fixado cada ano. Os japoneses obviamente procuravam manter o preço o mais baixo possível, enquanto os portugueses pretendiam manter o preço o mais alto possível; o valor final era fixado em Nagasaki por um funcionário de Macau chamado feitor, mas como Rodrigues estava profundamente envolvido nas negociações, seja como intérprete seja como agente comercial do governo, tinha de desagradar a uma das partes ou mesmo às duas.

Em Março de 1607, Organtino, vivendo já retirado em Nagasaki, manifestou as suas dúvidas numa carta para Roma, e o velho missionário afirmou com dureza que todos os problemas experimentados pelos jesuítas nos anos anteriores se deviam à intervenção de Rodrigues nas questões temporais de Nagasaki, referindo que em 1605 dois importantes funcionários tinham ido ao porto para comprar seda e, acreditando que a sua tarefa fora

dificultada por Rodrigues, tinham apresentado a Ieyasu um memorando de 48 pontos contra Rodrigues, em particular, e contra a Sociedade em geral. Hasegawa também apresentara um documento em nove pontos sobre a insatisfatória situação em Nagasaki. Entretanto, o governador avisou o bispo Cerqueira e o vice-provincial Pasio que começaria a perseguir os cristãos a menos que Rodrigues deixasse o país.

O bispo também escreveu uma carta umas semanas antes onde expunha as suas preocupações sobre o papel de João Rodrigues na questão da nau e do seu comércio, assim como em outras matérias referentes à cidade de Nagasaki. O bispo terminava afirmando que praticamente todos os problemas e tribulações que a Sociedade sofrera no Japão nos últimos anos se deviam ao papel ambíguo que os jesuítas desempenhavam em Nagasaki e que, devido aos negócios, tanto Rodrigues como o vice-provincial Pasio tinham sido acusados de interferirem na administração da cidade, não deixando os governadores exercerem livremente as suas funções.

Outras narrativas contemporâneas dão ampla evidência do afastamento de Rodrigues do seu antigo amigo e companheiro Murayama Tōan. Em 1605, numa carta, Diogo Mesquita S.J. (1551-1614) informava Roma que a participação de Rodrigues na administração de Nagasaki só tinha causado problemas e devia terminar. Na sua opinião, infelizmente, nem Rodrigues nem Pasio compreendiam a globalidade dos perigos que advinham de tal interferência. Solicitava assim instruções do Geral da Sociedade para remediar esta situação. Dois anos depois, o mesmo Mesquita escreveu outra carta para Roma, explicando que Murayama não suportava Rodrigues e Pasio embora não parecesse ter nada contra os outros missionários, visto que o administrador da cidade entendia que os dois homens interferiam indevidamente na administração da mesma e que fazia de tudo para provocar uma rutura entre eles e o bispo Cerqueira. Esta evidência é confirmada por Pasio, que comunica que Murayama era o principal agente por detrás dos esforços governamentais para se ver livre do intérprete. O vice-provincial comunica ainda que Murayama encontrara um aliado fácil em Hasegawa que era abertamente anticristão.

Pasio estava descontente com as ações do administrador, que aparentemente teria perdido a fé embora se continuasse a comportar como cristão, sendo o descontentamento do vice-provincial aumentado pelo facto de ter sido Rodrigues que recomendara Murayama a Ieyasu.

Por outro lado, os cronistas dominicanos elogiam o zelo cristão do administrador, seja por mandar construir uma igreja para o seu filho Francisco (o primeiro padre diocesano japonês ordenado em 1604 por Cerqueira, vindo a morrer em Osaka em 1615, pois estava entre os defensores do castelo) seja por auxiliar padres perseguidos, tendo morrido como um mártir

em Dezembro de 1619, quando ele e dois dos seus filhos foram decapitados (sendo que entre 1619-20 sete dos seus filhos foram executados). Não há dúvida que Murayama teve um período menos recomendável, sendo a sua conduta criticável e havendo provas de abundantes irregularidades na narrativa de Bernardino de Ávila Girón (m. c. 1619), um laico espanhol que chegara em 1594 a Nagasaki que partiu em 1598 para uma longa viagem pelo sudoeste da Ásia, regressou em 1607 e aí se estabeleceu de forma definitiva. De forma sensata, o espanhol manteve-se afastado das controvérsias religiosas, mas não hesitou em referir a vida dissoluta de Murayama após ser nomeado administrador em 1605.

Na mesma linha, o inglês Richard Cocks acusa o administrador *por assassinar dezassete ou dezoito japões sem lei ou justiça e entre estes uma família, porque os pais não consentiam que ele tivesse a filha deles e a própria jovem teve o mesmo destino*. Percebe-se a animosidade dos jesuítas em relação a Murayama, pois para além de tentar livrar-se de Rodrigues e Pasio levava uma vida de escândalo público perante os cidadãos da cidade. Independentemente dos motivos que levaram ao afastamento de Tōan e Rodrigues - que embora tivesse talento e poderosos amigos na corte, tinha-se envolvido profundamente no comércio português em Nagasaki e na administração municipal da cidade- este envolvimento objetivamente teria sido difícil de evitar, visto que a missão dependia da vontade política de Ieyasu e financeiramente dependia do comércio com Macau.

Conforme diz um relatório posterior a seu respeito, Rodrigues tinha um excelente talento para lidar com pessoas e era indubitavelmente dotado neste campo, mas ao ver-se envolvido, independentemente das suas boas intenções, nas complexas questões do comércio internacional e da política municipal no momento crítico que se vivia no país, pode ter influenciado pessoas mas não fez amigos¹⁶⁵. O visitador Francisco Vieira¹⁶⁶ afirmava em 1619 que Rodrigues era o melhor linguista da missão e conhecedor dos costumes e tradições do país, prosseguindo o seu equilibrado relatório da seguinte forma:

É hábil solícito e de bom juízo. Teve grande entrada com Taiko Sama [Hideyoshi] e com este Imperador [Tokugawa Ieyasu] e com todos os senhores do Japão de modo que pela sua diligência se conservaram os padres no Japão. Errou em entremeter-se em coisas seculares e no governo de Nagasaki. Tomou com isto alguma liberdade e criou muitos inimigos como Tōan e Hasegawa. Estes perseguiram-no, creio que injustamente, e forçaram-no a sair do Japão¹⁶⁷.

¹⁶⁵ Cooper, S.J., Michael, *Rodrigues, o intérprete: um jesuíta português no Japão e na China do século XVI*, Quetzal Editores, Lisboa, Portugal, 2003, pp. 277-300.

¹⁶⁶ Ver lista de governantes em apêndice V.

¹⁶⁷ Cooper, S.J., Michael, *idem*.

Embora a sequência de eventos que levou à queda de João Rodrigues S.J. só possa ser estabelecida parcialmente, é dada como a seguinte segundo Cooper S.J.¹⁶⁸: apesar da crescente tensão, o Intérprete visitou a corte como de costume em 1609, sendo provável que tivesse acompanhado como intérprete Mateus Leitão, que chefiava a delegação da nau portuguesa *Nossa Senhora da Graça* (melhor conhecida como *Madre de Deus*) que chegara a Nagasaki a 29 de Julho, comandada pelo capitão-mor André Pessoa. Como não se realizara a viagem do ano anterior, transportava um carregamento de seda especialmente rico. Embora esta fosse a primeira viagem do capitão-mor ao Japão, já tivera vários contactos com japoneses, pois lutara a seu lado contra holandeses durante um cerco a Malaca três anos antes e tivera que lidar com eles, por motivos mais desagradáveis, devido a um incidente que ocorrera no ano anterior - um junco pertencente a Arima Harunobu invernara em Macau e a tripulação japonesa, juntamente com marinheiros de outro junco japonês, agiam de forma provocadora percorrendo as ruas em grupos de 30 ou 40 homens, completamente armados com espadas e espingardas. Os chineses, que não apreciavam os japoneses, protestaram junto das autoridades da cidade por esta conduta. Neste contexto, os portugueses pediram aos japoneses para se absterem desse comportamento, mas não foram atendidos, até que, a 30 de Novembro, e devido a uma disputa comercial, se deu um motim e desordem generalizada.

André Pessoa, como capitão-mor, mobilizou as milícias municipais para resolver o problema e restaurar a ordem. Nesse processo cerca de 40 japoneses que se tinham barricado numa casa foram mortos antes que o bispo e alguns jesuítas tivessem chegado e organizado uma trégua. Os restantes 50 japoneses foram presos, por pouco tempo, mas o seu líder foi executado em segredo. Quando Pessoa chegou a Nagasaki foi mal recebido por Hasegawa, vendo ser colocadas restrições pouco usuais ao desembarque da carga. André Pessoa apresentou ao governador o documento que exonerava os portugueses do incidente em Macau, mas o governador recomendou que o assunto não fosse levado a Ieyasu pois só iria provocar complicações desnecessárias. Pessoa concordou e enviou-se a habitual delegação com presentes, liderada por Mateus Leitão. Os portugueses foram obrigados a esperar até que os representantes de dois navios holandeses ancorados em Hirado fossem recebidos em audiência. Apesar de os portugueses terem chegado antes, este facto significava que o monopólio do comércio com o Japão fora quebrado. O grupo de Mateus Leitão foi recebido na última semana de Agosto e Ieyasu foi amável e publicou a 24 de Agosto um decreto a proibir os japoneses de viajarem para Macau, mas nada foi dito sobre o incidente, pois Gotō

¹⁶⁸ Cooper, S.J., Michael, *Rodrigues, o intérprete: um jesuíta português no Japão e na China do século XVI*, Quetzal Editores, Lisboa, Portugal, 2003, pp. 291-300.

também avisara os portugueses para não mencionarem o assunto. Porém, antes de abandonarem a corte, a delegação entregou a um dos secretários de Honda, provavelmente Okamoto, uma descrição do incidente com o pedido de ser mostrado a Ieyasu se o governante ouvisse falar do assunto.

Em Nagasaki, a irritação de Pessoa aumentava com as restrições e preparava-se para ir a Suruga em pessoa para se queixar do tratamento recebido e informar do incidente. Foi dissuadido do intento por Hasegawa e por Cerqueira, que entendiam que essa ida só tornaria a situação mais difícil. Neste contexto gerou-se um conflito entre o governador e os jesuítas. Os religiosos foram acusados de persuadir o capitão-mor a seguir para a corte e de tomarem sempre o partido dos portugueses. Os sobreviventes da tripulação do junco chegaram entretanto, queixando-se do tratamento recebido. Arima Harunobu levou um dos sobreviventes para a corte e queixou-se a Ieyasu, que decidiu prender André Pessoa, sendo esta decisão reforçada pela circunstância de o comércio já não estar na mão dos portugueses. Por ordem de Ieyasu, Gotō escreveu a Cerqueira, a Pasio e a Rodrigues pedindo que persuadissem o capitão-mor a vir a Suruga e a explicar o incidente. Pessoa apercebeu-se da armadilha e recusou vir a terra mesmo para ouvir missa e começou a preparar-se para partir. Arima recebeu ordens para se apoderar do navio e chegou à cidade em 1 de Janeiro de 1610 convidando Pessoa para vir discutir o preço da pancada da carga de seda enquanto dispunha 1200 soldados na cidade. O capitão-mor foi informado da movimentação e começou a chamar a tripulação de terra. Ao terem conhecimento destas movimentações Hasegawa e Arima enviaram mensagens a Ieyasu que perante a situação parece ter ameaçado executar todos os portugueses em Nagasaki e expulsar os jesuítas. Entre 3 e 5 de Janeiro as forças de Arima atacaram o navio mas foram repelidas. Contudo a 6 de Janeiro um marinheiro que se preparava para lançar uma granada foi atingido, a bomba caiu no convés e provocou um incêndio. Percebendo que a tripulação não podia combater os japoneses e o incêndio o capitão-mor tomou uma tocha e desceu para o porão do navio lançando fogo ao paiol. A explosão abriu o navio ao meio que se afundou rapidamente levando 30 marinheiros ao fundo. Arima e Hasegawa deslocaram-se a Suruga para relatar a pouca gloriosa vitória.

O futuro do comércio mostrava-se incerto mas as relações comerciais foram restabelecidas e Nagasaki foi visitada em Agosto de 1612 pela nau *São Filipe e Santiago*. Quando Arima e Hasegawa chegaram à corte a sensatez tinha prevalecido e Ieyasu reconsiderara a decisão de ordenar a morte todos os portugueses. Morejón seguiu imediatamente de Miyako para Suruga onde conferenciou com Honda e Gotō que lhe

asseguraram que Ieyasu concedera um perdão generalizado a todos os jesuítas mas que Pasio deveria retirar-se de Nagasaki para Arima.

Quando Hasegawa regressou na segunda semana de Março alegou que Ieyasu tinha insistido na expulsão de Pasio e Rodrigues para Macau. O governador acrescentou que Pasio não precisava de partir pois iria protegê-lo, mas o tempo de João Rodrigues no Japão esgotara-se: na segunda metade de Março, um junco deixou Nagasaki levando para Macau mercadores portugueses que tinham ficado sem transporte, e com eles seguia o Intérprete, que ia para o exílio após 33 anos a viver no Japão. Sucedeu-lhe como intérprete junto da corte e como representante para as questões comerciais, de forma não oficial, William Adams. Rodrigues passará os restantes 23 anos da sua vida na China, morrendo em Macau a 1 de Agosto de 1633. De acordo com Valentim de Carvalho S.J. (1560-1631)¹⁶⁹, Ieyasu recebeu ainda os jesuítas em audiência várias vezes, mas o papel da Sociedade estava cada vez mais enfraquecido, visto que uma das consequências deste incidente foi a execução de Arima Harunobu em 1612.

Como forma de equilibrar o favor dado aos missionários por Honda Masazumi e Itakura Katsushige, Ieyasu vai nomear o monge zen Ishin Sūden (1569-1633) e o neoconfuciano Hayashi Razan (1583-1657) como conselheiros, vindo os dois homens a formular as políticas anticristãs dos Tokugawa. Vários decretos anticristão foram promulgados em Kyoto, revivendo os éditos anteriores e demitindo ou punindo os cristãos ao serviço de Ieyasu. A pregação do cristianismo foi igualmente proibida em Edo, e foram exilados ou expulsos cerca de 300 japoneses que, conduzidos por Justo Takayama¹⁷⁰, abandonaram o país por se recusarem a abjurar a sua fé. A 27 de Janeiro de 1614, Ieyasu emitiu um decreto de expulsão ordenando a todos os missionários que deixassem o Japão, *o país dos Deuses e de Buda*, e a 14 de Fevereiro outro édito ordenava aos missionários na capital para se reunirem em Nagasaki e aguardarem transporte para os levar para o exílio. Entre 7 e 8 de Novembro, 88 dos 115 jesuítas que então viviam no Japão embarcaram para Macau ou Manila, enquanto os restantes passaram à clandestinidade e começaram a exercer as suas funções secretamente. Sobre estes acontecimentos escreve Richard Cocks: *O Imperador do Japão baniu todos os jesuítas, padres, frades e freiras de todos os seus domínios, alguns tendo seguido para as*

¹⁶⁹ Um dos mais proeminentes jesuítas no Japão nesta época, e que nos deixou a obra *Apologia do Japão*, e também vice-provincial da missão entre 1611-17, assim como várias cartas acerca dos anos iniciais da perseguição

¹⁷⁰ Ver notas biográficas em apêndice II.

Filipinas e o resto para Amacau na China. A missão viu-se ainda em caos maior, pois a 16 de Fevereiro de 1614 o bispo Luís Cerqueira faleceu¹⁷¹.

Poderá parecer excessivo dedicar tão longo capítulo a João Rodrigues S.J., mas este missionário e a sua experiência no Japão conceptualiza, a nosso ver, um exemplo excelente das ações de um verdadeiro agente paradiplomático, que esteve ativo durante os anos de 1590 a 1610. O papel que desempenhou como intérprete e mediador entre os vários mercadores que se deslocavam ao Japão para comerciar; a sua rede de amizades pessoais, desenvolvida desde o topo da sociedade japonesa, seja com Toyotomi Hideyoshi ou Tokugawa Ieyasu e muitos outros altos oficiais do estado, mas também a sua amizade com homens como Alessandro Valignano, Luís Cerqueira ou Francisco Pasio, fazem dele por definição um agente paradiplomático. Assistimos à sua ascensão e à sua queda e concluímos que foi vitimado pelo seu sucesso ou pela sua ingenuidade. Numa outra perspectiva, é certo que os ocidentais constituíram sempre um problema, pois não estavam familiarizados com os costumes japoneses, tinham comportamentos estranhos e apesar do seu comércio ser benéfico, tal como a sua tecnologia e conhecimentos em várias áreas, eram vistos como uma ameaça à estabilidade do regime Tokugawa, que adotou uma política para lidar com esse problema. No interesse da missão, os jesuítas acreditaram relutantemente ser conveniente sujeitar-se aos desejos das autoridades japonesas e cooperar ativamente no desenvolvimento do comércio com os portugueses. Diz-nos Janeira que o acompanhamento deste assunto era feito pelo procurador dos jesuítas em Nagasaki, e o seu trabalho envolvia um aparente conflito de interesses: a influência do procurador da missão no porto era tal, que um inglês contemporâneo da situação escreveu: *os jesuítas têm a administração do comércio de Portugal no Japão*. No início do séc. XVII o jesuíta que ocupou este cargo foi João Rodrigues¹⁷².

Como remate dos capítulos anteriores, o período que vai de 1543 até 1614 é um período de relações paradiplomáticas pois, como vimos, os missionários irão agir e pregar tendo em conta, por um lado, as situações e alterações nas dinâmicas da política local e regional, demonstrando a capacidade de se adaptarem às situações que enfrentam e, por outro, os mercadores portugueses demonstram claramente o seu interesse pelo comércio com o arquipélago, encontrando a mesma vontade nos seus interlocutores japoneses, com a capacidade de mediação na mão de jesuítas como Rodrigues. Vimos que o Japão entrou neste

¹⁷¹ Cooper, S.J., Michael, *Rodrigues, o intérprete: um jesuíta português no Japão e na China do século XVI*, Quetzal Editores, Lisboa, Portugal, 2003, pp. 277-300 e Cooper, S.J., Michael (ed.) *The Southern Barbarians: the first Europeans in Japan*, Kodansha International Ltd., Tokyo, Japan and Palo Alto, Calif., USA, 1971, pp. 76-79.

¹⁷² Cooper S.J., Michael, *Rodrigues, o intérprete*, idem, ibidem, pp. 274-76.

período no processo unificatório, inicialmente tutelado pelo ambicioso Oda Nobunaga, e depois continuado por um dos seus principais generais, Toyotomi Hideyoshi. A missão, na forma como foi pensada e feita, acabou por ter como corolário a fundação de Nagasaki por japoneses e missionários, e como segundo exemplo, a embaixada Tenshō, que embora pensada pelo visitador Valignano, não se teria verificado sem o apoio dos senhores cristãos do Kyūshū, demonstrou o poder destas famílias num quadro local-regional, procurando projectá-lo internacionalmente. Estas autoridades locais e regionais agem de acordo com os seus interesses, não são representantes de um governo central japonês, antes seguem os seus próprios objetivos: sejam eles económicos (como formar de atingir novos mercados e entrarem nas redes do comércio do Sudoeste da Ásia); industriais (esperando com isso terem acesso a armas de fogo e outras tecnologias) que lhes permitam projetar o seu poder para as áreas vizinhas; culturais (procurando novos conhecimentos e auxiliando a fundação de seminários, tipografias, colégios e hospitais); e por fim entrar em contacto com uma realidade mundial ou procurando juntamente com os seus aliados resolver problemas comuns, como sucedeu com os *daimyō* cristãos do Kyūshū. Por outro lado, João Rodrigues representa uma espécie de organização não-governamental, que segue as suas próprias ideias, toma as suas decisões, funciona como um decisor político e influencia as políticas regionais e depois nacionais do Japão, principalmente em relação ao comércio. Os modelos propostos por Ivo Duchacek e André Lecours parecem assim válidos para qualificar não só a vida de João Rodrigues, mas a própria vida da Missão do Japão.

Capítulo 5 – O Epílogo das Relações Luso-Nipónicas

O cristianismo representou para o governo militar Tokugawa a ameaça do Ocidente levando a uma intensificação das perseguições no início de seiscentos. Os missionários cristãos foram formalmente expulsos em 1614, mas foi permitido aos mercadores continuarem a comerciar e a viver no país. A partir de 1635 o governo de Edo vai emitir vários decretos do *sakoku*¹⁷³, que impedem os japoneses de se deslocarem para o estrangeiro e proibindo todos os que estavam fora de regressar ao país sob pena de morte. A construção de navios de grande porte, capazes de realizar viagens transoceânicas também foi proibida. Em 1639, todos os ocidentais tinham sido expulsos, ou tinham partido voluntariamente, com exceção dos Holandeses em Deshima. Estes, a par dos coreanos e chineses, foram os únicos

¹⁷³ Ver glossário em apêndice VI.

estrangeiros a quem foi permitido comerciar formalmente com o Japão. Após esta data o país entrará no *Sakoku Jidai* (Período do País Fechado) que só terminou na década de 50 do século XIX¹⁷⁴.

Os *shōgun* e os seus ministros determinaram o rumo das relações entre o Japão e o mundo exterior entre 1600 e os anos de 1850, assumindo o dever de proteger a corte e manter a paz no país através do controlo dos *daimyō* e impedir qualquer ameaça estrangeira. Os primeiros Tokugawa seguiram a política de Hideyoshi favorecendo o comércio com os bárbaros do sul. O costume de enviar navios comerciais licenciados, que se iniciara nos anos de 1590 continuou a florescer após a viragem do século¹⁷⁵. Estes navios tinham passaportes especiais com o selo do *shōgun* autorizando-os a fazer comércio no estrangeiro. Sem este documento os mercadores japoneses não podiam legitimamente participar neste comércio. A maioria dos navios que possuía este selo navegava para o Vietnam ou para as Filipinas e alguns iam até à Tailândia (território com o qual o comércio se manteve ativo até aos anos de 1630). Transportavam cargas compostas por espadas, caixas de laca, metais preciosos, cereais, peixe e cavalos e em troca traziam sedas, produtos chineses, incenso e madeira preciosa. O *Bakufu* usava este sistema de licenças para aumentar as suas receitas seja recolhendo taxas, autorizando membros da família reinante a envolver-se no comércio ou estipulando que uma parte do lucro da viagem entrasse diretamente para os cofres do estado. Por fim apoiando este sistema o governo poderia exercer controlo sobre o contrabando e a pirataria.

Tokugawa Ieyasu bastante mais culto que Hideyoshi gostava de aprender sobre o mundo e desejava incentivar o comércio externo para o país não ficar dependente dos estrangeiros, além de dividir os benefícios deste comércio internacional com os japoneses, procurava também assim evitar os problemas religiosos que tinham chegado com os portugueses e os espanhóis.

Durante cerca de 50 anos portugueses, espanhóis, chineses e japoneses estiveram envolvidos no comércio do sudeste da Ásia e após 1600 juntaram-se-lhes os holandeses e ingleses (povos em guerra com os ibéricos) que estabeleceram feitorias em Hirado. Como vimos anteriormente, os portugueses procuraram que eles fossem executados como piratas.

Entretanto a situação interna no Japão começou a ser desfavorável aos cristãos porque um grupo significativo de samurais cristãos combateu pelos Toyotomi durante a Campanha de

¹⁷⁴ Henshall, Kenneth, *História do Japão*, Edições 70, 2008, Lisboa, Portugal, pp. 84-87.

¹⁷⁵ Ver Shuinsen ou navios do selo vermelho no glossário em apêndice VI.

Osaka¹⁷⁶. A queda desta fortaleza teve repercussões podendo ser vista como uma das causas que levou à proibição do cristianismo no arquipélago, devido à presença de vários padres e numerosos samurais cristãos entre os defensores, facto que não passou despercebido ao governo e fez crescer o sentimento anticristão de Ieyasu e do seu filho, o *shōgun* Hidetada¹⁷⁷. Na batalha por Osaka só um dos capelões não-oficiais, o padre japonês Francisco Murayama morreu em combate. Os restantes lograram escapar graças aos muitos simpatizantes cristãos que combateram do lado vitorioso¹⁷⁸. Em 1614 Ieyasu emitiu um decreto de expulsão contra todos os padres e frades estrangeiros e proibiu o cristianismo no Japão. Tokugawa Ieyasu sobreviveu à vitória de Osaka um ano, que passou segundo a carta ânua de 1618, em Suruga e gozando o seu passatempo favorito, a caça. Ieyasu não teve pressa em aplicar o édito de 1614 e após a agitação resultante de Osaka os missionários escondidos gozaram um breve período de alívio.

Os sucessores de Ieyasu não possuíam a sua visão e devotaram grande parte dos seus esforços a fortalecer a autoridade Tokugawa sobre o país: enfraqueceram a posição da nobreza, distribuindo estrategicamente os domínios (*han*) e transferindo frequentemente os *daimyō* ligados à casa reinante (*fudai daimyō*), enquanto colocavam elevados fardos económicos sobre os restantes, que não eram vassallos hereditários da casa Tokugawa (*tozama daimyō*); procurando assim esmagar toda a oposição ao governo do *Bakufu*.

O primeiro passo do epílogo foi tomado por Hidetada, após a morte do pai em 1616, quando promulgou um decreto limitando o comércio aos portos de Nagasaki e Hirado. Shimazu Tadatsune em Kagoshima, que pretendia desenvolver relações comerciais com Manila e Date Masamune em Sendai, que aguardava o regresso da embaixada *Keichō* de Hasekura Tsunenagaviram a sua política expansionista ser cortada pelo governo e os meios para adquirir mais riqueza postos em causa¹⁷⁹. O decreto bipolarizou o comércio entre Nagasaki, centro do comércio português e espanhol e Hirado, centro do comércio inglês e holandês.

A situação melhorou para os cristãos em Nagasaki quando em 1615 Hasegawa Sahyoe ou Fujihiro foi substituído pelo seu sobrinho Hasegawa Gonroku ou Fujimasa. Em 1617 Murayama Tōan acusado de ter ordenado a morte de vários japoneses como *daikwan* foi afastado tendo-lhe sucedido Juan Suetsugu Heizō (m.1629) no cargo. Os holandeses e

¹⁷⁶ Ver glossário em apêndice VI. Ver mapa 6 em apêndice IV.

¹⁷⁷ Ver notas biográficas em apêndice II.

¹⁷⁸ Cooper, S.J., Michael (ed.), *The Southern Barbarians: the first Europeans in Japan*, Kodansha International Ltd., Tokyo, Japan and Palo Alto, Calif., EUA, 1971, p. 80.

¹⁷⁹ Ver notas biográficas em apêndice II. Janeira, Armando Martins, *O Impacto Português sobre a Civilização Japonesa*, Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1988, pp. 112-113.

ingleses, cuja rivalidade comercial fora violenta durante os anos de 1618-19, fizeram uma frente comum contra os seus inimigos ibéricos e celebraram um Tratado de Defesa que foi firmado em Londres em Junho de 1619.

Quando as notícias deste acordo chegaram a Batávia em Abril de 1620, as duas Companhias das Índias Orientais concordaram em se associar no comércio das Ilhas das Especiarias. O acordo tinha as seguintes condições: dois terços das especiarias foram atribuídos aos holandeses e um terço aos ingleses; cada companhia ficava obrigada a manter nas águas do extremo Oriente doze navios, que constituiriam uma Esquadra de Defesa conjunta tendo como base principal de operações Hirado; todas as presas deveriam ser divididas igualmente entre holandeses e ingleses; ficando ainda acordado que os juncos chineses e japoneses que se dirigiam ao Japão não deveriam ser molestados, mas todos os navios chineses que iam para as Filipinas ou de lá regressassem deveriam ser considerados boa presa.

Assim que a notícia deste acordo foi recebida no Japão, os feitores de Hirado enviaram uma delegação de dois holandeses e dois ingleses para explicarem a nova política ao *shōgun* Hidetada e procuraram também que fossem retirados os passaportes de selo vermelho aos navios japoneses que faziam comércio com Macau e as Filipinas. A resposta japonesa não ficou registada, mas no ano seguinte quando o Senado de Macau escreveu ao Bakufu queixando-se das atividades de pirataria, receberam como resposta: *no que diz respeito aos piratas, estão rigorosamente proibidos por ordem do senhor do Japão de cometer pirataria nos mares adjacentes*¹⁸⁰.

A viagem ao Japão de 1618 foi feita pela primeira vez por galeotas¹⁸¹ comandadas por António de Oliveira Morais. Este tipo de navios irá manter-se até ao fim do comércio Macau-Nagasaki em 1640. Apesar da confusão que reinava em Nagasaki por causa das perseguições anticristãs e de uma violenta disputa entre as duas principais autoridades locais o carregamento das galeotas encontrou prontamente mercado¹⁸². Após 1618 iniciou-se uma forte perseguição partindo a iniciativa do *shōgun* Hidetada e do seu filho Iemitsu¹⁸³. Todos os *daimyō* tiveram que acompanhar este movimento realizando perseguições nos seus domínios. O objetivo deste reinado de terror era dissuadir os Jesuítas e outros de procurarem entrar secretamente no Japão. O governo não procurava o martírio dos cristãos japoneses mas a sua

¹⁸⁰ Boxer, Charles Ralph, *O Grande Navio de Amacau*, Fundação do Oriente e Museu e Centro de Estudos Marítimos de Macau, 1989, pp. 84-86.

¹⁸¹ Galé de dimensões reduzidas e com artilharia proporcionalmente inferior em número e calibre ou ainda galé alla sensile com dois remadores por banco (birremes).

¹⁸² Boxer, Charles Ralph, *idem*, *ibidem*, pp. 82-84.

¹⁸³ Ver notas biográficas em apêndice II.

renúncia e várias centenas renunciaram perante as torturas a que foram submetidos, mas muitos outros, incluindo mulheres e crianças morreram como mártires. Outros, perseguidos, acabaram por abandonar o país, partindo para o exílio em Macau, para o Vietnam ou para as Filipinas.

Após os golpes de 1617 e 18, os missionários gozaram de alguma tranquilidade, mas a 22 de Julho de 1620 uma fragata inglesa intercetou na costa da Formosa um junco japonês que fazia a rota Manila-Nagasaki. A bordo encontraram dois espanhóis que foram levados para Hirado e apesar da tortura os dois homens não confessaram ser missionários. Iniciou-se assim um julgamento presidido pelo governador de Nagasaki, Hasegawa Gonroku e pelo *daimyō* de Hirado, Matsuura Takanobu¹⁸⁴. O inglês Richard Cocks, o holandês Jacques Specx¹⁸⁵ representantes dos interesses ingleses e holandeses também participaram, tal como vários mercadores espanhóis liderados por Álvaro Muñoz e portugueses liderados por Luís Martins de Figueiredo, vindos de Nagasaki. O apostata Suetsugu Heizō e o padre renegado Tomás Araki também estavam presentes tal como a tripulação do junco e o seu capitão Joaquín Díaz Hirayama, um japonês de Manila. Da prisão de Suzuta foram trazidos o jesuíta Carlo Spínola, que se tornara procurador da missão após a expulsão de Rodrigues, o dominicano Francisco de Morales e o franciscano Pedro de Ávila.

O julgamento chegou ao fim quando os dois prisioneiros, o espanhol agostiniano Pedro de Zuñiga, filho do vice-rei do México e o dominicano flamengo Luís Flores admitiram que eram padres. O caso foi remetido ao *shōgun* para decisão final, contudo para agravar a delicada situação, o dominicano Diego Collado com a ajuda de alguns japoneses cristãos procurou libertar Flores da prisão, mas a tentativa falhou. Através dos documentos recolhidos vários portugueses de Nagasaki viram-se implicados no caso. Hidetada condenou à morte os dois padres, Hirayama e a tripulação do junco assim como todos os cristãos presos em Suzuta e Nagasaki. As execuções foram realizadas entre Agosto e Setembro de 1622 e o grande martírio deu-se a 10 de Setembro. Na sequência deste acontecimento Hidetada irá ordenar o fim dos contactos com Manila e com o México. O capitão-mor Jerónimo Macedo será internado na prisão de Ōmura acusado de transportar missionários para o país morrendo em prisão domiciliária no Japão 1632.

No ano de 1621 os navios da esquadra de defesa anglo-holandesa não foram bem-sucedidos nas suas operações pois não conseguiram interceptar nenhuma das galeotas de Macau para o Japão ou para as Filipinas. Neste ano os portugueses enfrentavam as suas

¹⁸⁴ Ver notas biográficas em apêndice II.

¹⁸⁵ Ver notas biográficas em apêndice II.

próprias dificuldades, Cocks anota no seu diário a 20/30 de Agosto, que o *bugyō* e os comerciantes de Nagasaki tiveram uma grave disputa com os portugueses por causa da quantidade de seda que tinha chegado nas galeotas, e que o *bugyō* alargara a pancada de forma a incluir todas as mercadorias. Apesar da situação adversa o dividendo do comércio de Macau com o Japão em Nagasaki ainda ofuscava o dos holandeses de Hirado. Foi ainda neste ano que o governo japonês promulgou um édito em que proibia rigorosamente a exportação de armas para o estrangeiro.

O padre dominicano Diego Collado (1587-1636/41) OP, que trabalhava secretamente no Japão desde 1619 e visitou várias vezes o porto de Hirado era uma das fontes que mantinha informado o governo de Madrid. O frade aconselhava o governo a estabelecer uma base fortificada na Formosa para se conduzirem operações contra os anglo-holandeses servindo também para intimidar os japoneses. Defendia que os portugueses de Macau deveriam ser autorizados a comerciar com Manila, sendo da opinião que deveriam ser retirados do comércio com o Japão até que o governo japonês revogasse os éditos contra os cristãos, salientando que a ordem só poderia ser restabelecida se de Espanha fosse enviada uma poderosa armada que formasse o núcleo de uma esquadra com base em Manila para manter o Mar da China livre de heréticos; criticava ainda a má atuação dos líderes da Índia portuguesa e a sua relutância em se unirem aos espanhóis contra os inimigos comuns¹⁸⁶.

No ano de 1622 o prognóstico de Richard Cocks segundo o qual *seria bastante certo que com pouco perigo a nossa Esquadra de Defesa tome e saqueie Amacau, na China, habitado por portugueses* foi posto à prova com o resultado inesperado que ele regista numa carta de 7 ou 17 de Setembro¹⁸⁷.

Em 1623 Iemitsu sucedeu ao pai como *shōgun* e desde o início demonstrou a sua atitude adversa ao cristianismo¹⁸⁸. Este ano é um dos anos mais importantes, a meu ver, nas relações entre os portugueses e os japoneses. A viagem ao Japão usurpada a Lopo Sarmiento, foi feita por Domingos (Diogo) Cardoso de Melo que chegou a Nagasaki com sete galeotas tendo conseguido evitar a frota holandesa passando ao leste da Formosa. As galeotas iam bem carregadas mas tiveram que competir com as cargas de trinta a quarenta juncos chineses e alguns juncos japoneses vindos da Indochina. A missão portuguesa enviada pelo capitão-mor à corte foi recebida com frieza, segundo relatos de comerciantes holandeses e registados nos documentos da feitoria de Hirado, as queixas dos portugueses contra os holandeses foram rejeitadas, e segundo Boxer, as mesmas fontes holandesas informam que foi promulgado um

¹⁸⁶ Boxer, Charles Ralph, *idem*, *ibidem*, págs. 86-91.

¹⁸⁷ Ver excerto em doc. X no apêndice I.

¹⁸⁸ Cooper, S.J., Michael (ed.), *idem*, *ibidem*, págs. 89-92.

édito que determinava que nenhum português poderia residir no Japão quando a estação comercial acabasse tendo que voltar nas galeotas para Macau. Os que fossem casados com mulheres japonesas podiam levar os filhos mas tinham que deixar as mulheres e as filhas no Japão, *tendo este rigoroso édito do Imperador causado grande pranto e lamentação entre marido e mulher, e pai e filhos, que tinham assim que se separar uns dos outros*, como aparece num dos registos de Hirado. Determinava-se ainda que os comerciantes portugueses que viessem futuramente a Nagasaki não poderiam ficar alojados com os cristãos locais mas teriam que ficar com japoneses que não fossem cristãos. Outras proibições promulgadas, neste ano: impediam os juncos japoneses de tomarem pilotos portugueses, proibiam-se os comerciantes japoneses de irem a Manila e expulsaram-se os japoneses cristãos e os comerciantes chineses cristãos; quando uma embaixada espanhola vinda de Manila desembarcou em Satsuma foi presa. Esta política deixava claro que os povos ibéricos eram vistos pelo *Bakufu* com cada vez mais aversão e desconfiança¹⁸⁹.

A aliança anglo-holandesa e a esquadra de defesa desintegraram-se neste ano porque os ingleses não conseguiam fornecer a sua quota-parte de navios, embora a principal razão tenha sido porque o governador holandês de Amboína mandou executar alguns ingleses por traição. No Japão a feitoria inglesa de Hirado fechou no fim do ano e Richard Cocks e os seus colegas embarcaram no *Bull* para Batávia¹⁹⁰.

No princípio do ano de 1635 foi discutido no *Rōjū* ou Conselho de Estado a questão de atacar Macau. Os holandeses apresentaram um plano de ataque conjunto mas o Conselho acabou por rejeitar a ideia, contudo foram colocados espiões e informadores entre os comerciantes portugueses de Nagasaki¹⁹¹. Apesar das condições locais adversas, os portugueses fizeram bons negócios e apesar dos preços da seda serem relativamente baixos, as três galeotas de Gonçalo da Silveira partiram no fim de Outubro levando a bordo 1500 arcas de barras de prata. Neste ano os juncos chineses foram proibidos de entrar noutra porto que não Nagasaki, a decisão do governo japonês tinha por objetivo impedir a entrada de novos missionários de Manila e Macau, que podiam ser desembarcados num porto isolado do Kyūshū (como sucedera noutras ocasiões). Foi também em 1635 que o vice-rei da Índia concluiu uma trégua com os ingleses em Janeiro e fretou um navio da Companhia das Índias Orientais, o *London* do capitão Matthew Willis para ir de Macau a Goa e transportar os

¹⁸⁹ Boxer, Charles Ralph, *O Grande Navio de Amacau*, Fundação do Oriente e Museu e Centro de Estudos Marítimos de Macau, 1989, pp. 93-94.

¹⁹⁰ Boxer, Charles Ralph, *O Grande Navio de Amacau*, Fundação do Oriente e Museu e Centro de Estudos Marítimos de Macau, 1989, pp. 94.

¹⁹¹ Para esta rejeição creio que ainda estava presente na mente dos governantes holandeses e o caso de Peter Nuyts. Para alguma informação extra sobre Nuyts ver notas biográficas.

canhões, o cobre e outras mercadorias que aí estavam à espera de transporte. Os portugueses iludiram assim o bloqueio cerrado dos estreitos de Malaca feito por navios holandeses: o *London* chegou a Goa a salvo e descarregou a sua carga. O sucesso desta viagem levou os portugueses e ingleses a repetirem a experiência até que os holandeses apresaram o *Bonne Esperance* em 1643.

Gonçalo da Silveira regressou ao Japão como capitão-mor no ano seguinte (1636) com quatro galeotas e o comércio entre Macau e Nagasaki teve um novo incremento quando o *Bakufu* promulgou um édito em Junho proibindo todo o comércio com o ultramar a todos os japoneses, incluindo-se nele todos aqueles que residissem no estrangeiro. Apesar do édito se destinar principalmente às comunidades japonesas do Sião e da Indochina, constituídas na sua maioria por convertidos ao cristianismo (ou por cristãos) este foi o primeiro passo da política isolacionista que iria culminar no estabelecimento da política do *sakoku* dois anos depois; a este decreto juntou-se um outro que ilegalizava os navios do selo vermelho. Os portugueses beneficiaram destas decisões, mas o benefício foi de curta duração, pois os comerciantes de Macau aperceberam-se que não tinham capacidade para acorrer a todas as ocasiões de negócio. Quando as galeotas chegaram a Nagasaki a 8 de Agosto esperava-as outra surpresa: os mercadores portugueses foram revistados e instalados na pequena ilha artificial de Deshima (que tinha sido conquistada ao mar durante os últimos dois anos) e que se localizava ao largo da cidade, assim os portugueses ficavam instalados num único lugar vigiados 24 sobre 24 horas. Outras das novidades deste ano, foi ser ordenado ao capitão-mor que ficasse em terra depois da partida das galeotas e fizesse a deslocação anual à corte de Edo pessoalmente, devendo depois regressar a Nagasaki e esperar a chegada do seu substituto em Julho ou Agosto do ano seguinte, ou seja o capitão-mor passava a ser considerado um refém de forma a induzir o bom comportamento dos portugueses. No caso de Macau, o problema da liquidação das dívidas dos comerciantes era uma perpétua dor de cabeça para as autoridades locais e as ordens repetidas de Goa para acabar com a prática da respondência eram tão inúteis como as tentativas para proibir o comércio entre Macau e Manila. Em Fevereiro de 1635 o Senado de Macau admitia que o valor que os cidadãos deviam aos credores japoneses excedia 600,000 cruzados e que alguns comerciantes individuais deviam ainda mais. As medidas tomadas pelas autoridades locais para se poderem pagar as dívidas eram impopulares e derivavam muitas vezes em tumultos.

Porém este problema português foi simplificado pela atitude do governo Tokugawa em relação à questão das dívidas privadas, em 1637 o *shōgun* Iemitsu promulgou instruções para os funcionários locais, ordenando-lhes que não o deviam fazer perder tempo (dele e dos seus

conselheiros) submetendo assuntos tão sórdidos às autoridades superiores e que deviam simplesmente ignora-los. Quando as galeotas partiram em Outubro desse ano levavam cerca de 287 homens, mulheres e crianças que eram parentes ou servidores de portugueses anteriormente domiciliados no porto que eram exilados para Macau por ordem do *Bakufu*.

O novo vice-rei da Índia, Pêro da Silva informado da morte de António de Távora, que devia comandar as viagens ao Japão, nomeou Francisco de Castelbranco como capitão-mor da viagem pelo período de três anos - este fidalgo servia na Ásia desde 1614 e tinha a experiência necessária pois já tratara com chineses e com japoneses e já tinha estado no país como capitão de uma galeota. O bloqueio holandês ao estreito e cidade de Malaca era tão apertado que o vice-rei providenciou que as galeotas fossem escoltadas até Singapura por uma forte esquadra de embarcações a remo (armada de remos) comandada por Francisco Coutinho Cavaco¹⁹². A armada encontrou os navios holandeses, *Couckerken* e *Wieringen* ao largo de Malaca, mas conseguiu forçar a passagem a 3 de Junho numa batalha noturna em que os dois navios holandeses foram destruídos, mas perdeu-se o líder da esquadra portuguesa¹⁹³.

Francisco de Castelbranco devido ao sacrifício feito no estreito de Malaca conseguiu chegar a salvo a Macau. Viu porém a sua partida para o Japão em 1637 atrasar-se devido a uma disputa com as autoridades de Cantão, que retiveram a seda para a carga das galeotas até os seus pedidos de “extorsão” serem satisfeitos. A agravar esta situação deu-se a presença indesejada de quatro navios de guerra ingleses, comandados pelo capitão-de-mar-e-guerra James Wedell, na rada¹⁹⁴ de Macau entre Julho a Dezembro e temeu-se que quisessem reabrir o comércio inglês com o Japão. Castelbranco acabou por sair a 2 de Agosto com seis galeotas bem carregadas chegando a Nagasaki no fim do mês.

Neste ano os portugueses tiveram que competir com as importações de 64 juncos chineses e com as cargas de 12 navios holandeses em Hirado. Durante o mês de Outubro, o problema da respondência, causou um grave incidente o que demonstra que as autoridades locais não partilhavam a indiferença do *shōgun*: um comerciante português foi abordado por um japonês que lhe pediu para pagar uma dívida de 8 arcas de prata emprestadas no ano anterior a outro comerciante que as não tinha devolvido, o comerciante português argumentou que nada tinha a ver com essa dívida e recusou a responsabilidade de a pagar, o comerciante japonês apelou para o *bugyō* que ordenou que o português fosse amarrado de pés e mãos e colocado na rua, onde qualquer samurai que passasse e quisesse experimentar a sua espada o pudesse fazer. O português foi obrigado a prometer pagamento imediato, mas como não tinha

¹⁹² Ver glossário em apêndice VI.

¹⁹³ Boxer, Charles Ralph, *idem*, *ibidem*, págs. 123-129.

¹⁹⁴ Ver glossário em apêndice VI.

dinheiro suficiente o incidente só se resolveu quando os seus colegas fizeram uma subscrição para conseguir a importância requerida e pagar a dívida. Um incidente mais grave ocorreu de seguida: quando um frade agostinho que fora apanhado confessou sob tortura que tinha recebido dinheiro e ajuda de quatro comerciantes portugueses revelando os seus nomes. O único que estava no Japão era Duarte Correia, que comandava uma das galeotas. O *bugyō* convocou Gonçalo da Silveira, Francisco de Castelbranco e o feitor Simão Vaz Pereira e ordenou-lhes que prendessem Duarte Correia e o condenassem à morte por infringir as leis anticristãs e que depois o entregassem para ser executado. Os portugueses protestaram mas foram forçados a entregar Duarte Correia às autoridades japonesas para ser julgado.

Apesar das dificuldades os portugueses fizeram bons negócios e Gonçalo da Silveira partiu a 6 de Novembro de Nagasaki. No fim do mês o capitão-mor Castelbranco seguiu para a corte em Edo. A sua chegada coincidiu com a eclosão da rebelião de Shimabara¹⁹⁵. O *shōgun* e o *Rōjū* (Grande Conselho) hesitaram se deveriam receber o português e acabaram por chegar a um compromisso: aceitaram os presentes que ele trouxera mas recusaram-se a recebê-lo pessoalmente, o capitão-mor recebeu ordem para voltar a Nagasaki, onde foi tratado como prisioneiro devido à suspeita de estar implicado na rebelião.

No ano de 1638, diz-nos Boxer que apesar da última viagem ter sido proveitosa, o tratamento dado aos portugueses levava-os a crer que já não eram desejados no país. Por sua vez o comércio com Manila experimentou dificuldades porque Sebastian de Hurtado de Corcuera, que chegara como novo governador em Julho de 1635 tinha proibido os galeões de partir para Acapulco, usando como pretexto o argumento de que o porto estava a abarrotar de produtos chineses e no ano seguinte quando dois galeões partiram de Manila pagaram impostos tão altos que assustaram os comerciantes e investidores mexicanos e o fluxo da prata diminuiu consideravelmente o que levou a que os manilinhos não pagassem as suas dívidas aos credores chineses e macaenses que voltaram falidos da viagem a Manila de 1637-38.

Todos estes percalços levaram a que só duas galeotas partissem a 2 de Agosto de 1638 comandadas por João Pereira que chegou no fim do mês e todos os tripulantes foram sujeitos a uma busca rigorosa antes de serem autorizados a desembarcar em Deshima. A carga incluía 2100 arcas de artigos de seda e uma boa quantidade de seda de Tongking. Dos 230 picos de seda crua que as galeotas traziam, não menos de 100 vinha por conta de Heizō Hiyetsugu¹⁹⁶, os portugueses tiveram sorte porque os preços estavam altos visto que neste ano tinham vindo ao Japão poucos juncos chineses. Após a chegada do capitão-mor Pereira, Francisco de

¹⁹⁵ Costa, João Paulo Oliveira e (cord.), Rodrigues, José Damião e Oliveira, Pedro Aires, Idem, ibidem, pp. 178-180.

¹⁹⁶ Ver notas biográficas em apêndice II.

Castelbranco foi libertado e transferido para Deshima para se juntar aos seus compatriotas e partir em Outubro. Mas alguns dias antes de as galeotas partirem chegou uma mensagem de Edo ordenando para Pereira e Castelbranco serem detidos em Nagasaki, as galeotas partiram a 20 de Outubro comandadas pelo feitor Pêro Fernandes de Carvalho e não tiveram autorização para fazer as salvas do costume quando partiam.

Na chegada a Macau o feitor entregou uma mensagem do *bugyō* e do *daikwan* onde se dizia categoricamente que se fossem mais religiosos (ou leigos) das Filipinas para o Japão as galeotas de 1639 seriam queimadas com todos os que estivessem a bordo. Os japoneses acrescentaram que a desculpa de que Macau não tinha controlo sobre as Filipinas era frívola e não relevante porque se os espanhóis e portugueses eram súbditos do mesmo rei seriam responsabilizados em conjunto e qualquer infração às leis japonesas feita pelos espanhóis de Manila teriam retaliação nos comerciantes de Macau. De facto o zelo missionário estava ao rubro devido às notícias do martírio do jesuíta italiano Marcello Mastrilli (a 17 de Outubro de 1637) que tinha desafiado os torturadores afirmando que independentemente das torturas infligidas os seus colegas não deixariam de vir de Manila e de Macau e não descansariam enquanto não convertessem o Japão, o *shōgun* foi levado à loucura por essas afirmações e acabou por abandonar o projeto da conquista das Filipinas devido à fraca atuação das forças governamentais na campanha de Shimabara¹⁹⁷.

No ano de 1639 o *Bakufu* pôs finalmente em execução as medidas lógicas para as quais a sua política isolacionista tendia: foi decidido acabar com o comércio de Macau proibindo os portugueses de terem mais relações com o Japão. Os constantes argumentos holandeses ajudaram o *shōgun* e os conselheiros a decidirem-se, mas a principal razão para o pavor neurótico de Iemitsu eram os efeitos considerados subversivos da propaganda cristã e o receio de que a hegemonia da casa Tokugawa pudesse ser minada pela aliança entre os *rōnin* descontentes e os elementos cripto-cristãos encorajados secretamente por Macau.

A primeira vítima desta decisão foi Duarte Correia que foi queimado vivo em Nagasaki a 28 de Maio depois de ser torturado. Quanto aos portugueses apesar das contínuas dificuldades encontradas na feira de Cantão e tendo em vista o incerto futuro do seu comércio com o Japão conseguiram guarnecer quatro galeotas com um rico carregamento de seda para a viagem do capitão-mor Vasco Palha de Almeida. Deste grupo só navio-almirante e outro conseguiram chegar entre 17 e 26 de Agosto. À chegada os passageiros e a guarnição desembarcam em Deshima após serem rigorosamente revistados mas não lhes foi permitido descarregar qualquer mercadoria ou entregar os manifestos de carga às autoridades locais. As mercadorias

¹⁹⁷ Boxer, Charles Ralph, idem, ibidem, págs. 129-138.

trazidas por João Pereira para presentear o *shōgun*, no ano anterior e que não tinham sido aceites, foram vendidas para pagar a comida diária, a água e outras coisas essenciais, mas não foi permitido qualquer contacto dos portugueses com os japoneses.

No último dia de Agosto um comissário do *shōgun* chegou de Edo com o decreto que anunciava o fim do comércio português com o Japão e a 2 de Setembro, Francisco de Castelbranco e João Pereira foram trazidos da casa-prisão onde estavam e levados para a casa do *bugyō*. Juntou-se-lhes Vasco Palha de Almeida e quatro dos portugueses mais importantes das galeotas recém-chegadas. O narrador holandês François Caron, contemporâneo destes acontecimentos, que sem dúvida obteve a informação dos funcionários japoneses relata-nos esse momento¹⁹⁸, no mesmo dia todos os mestres de juncos chineses e os comerciantes mais importantes foram intimados à presença do comissário e do *bugyō* e lembrados que se trouxessem missionários ou propaganda cristã para o Japão, os juncos envolvidos seriam queimados com todos os que estivessem a bordo e que qualquer denunciante seria bem recompensado. No dia seguinte foi lida aos holandeses uma declaração semelhante, mas o seu representante Caron, respondeu que nunca tinham ajudado a disseminar a fé católica romana e lembrou o facto de terem sido os holandeses a descobrir Zuñiga e Flores, garantindo ao comissário que podia confiar que os holandeses procederiam da mesma forma no futuro. Semanas depois foi enviado de Edo o *metsuke* ou inspetor Kanematsu Yagoyemon Masanao para observar a reação dos portugueses. Estes perceberam o perigo e não fizeram mais protestos contra o édito da expulsão.

Os capitães-mores presos juntaram-se mais tarde aos seus compatriotas em Deshima e as galeotas partiram para Macau pela última vez a 17 de Outubro. O comércio de Macau com o Japão que durara quase um século chegara ao fim. A consternação foi grande em Macau quando as galeotas regressaram em fins de Outubro com os três capitães-mores expulsos e com a notícia de que o comércio com o Japão tinha terminado.

O Papa em Roma, o Rei em Madrid, o Vice-Rei em Goa e o Governador de Manila foram todos notificados do desastre e implorou-se-lhes que ajudassem como pudessem: à Coroa pediu-se em especial a legalização do comércio entre Macau e Manila e que se autorizasse a sua extensão a Acapulco; ao Governador das Filipinas que garantisse que não partiriam mais religiosos para o Japão, Sebastian de Hurtado e as autoridades eclesiásticas de Manila deram aos representantes macaenses garantias formais escritas sobre este ponto. Armados com uma cópia deste documento os macaenses resolveram tentar a sua sorte. Numa reunião plenária realizada na casa do Senado a 13 de Março de 1640 foi unanimemente decidido enviar uma

¹⁹⁸ Ver descrição em doc. XII no apêndice I.

embaixada extraordinária ao Japão para apelar o édito da expulsão e apresentar uma petição para a reabertura do comércio. Foram escolhidos quatro cidadãos importantes para falar pelo Senado com experiência no Japão e partiram numa galeota a 22 de Junho levando 6000 taéis de prata para pagamento das suas despesas mas não levavam nenhuma mercadoria. A galeota foi aprisionada à chegada a Nagasaki a 6 de Julho e todos os que iam a bordo foram desembarcados e presos em Deshima. O *bugyō* Baba Saburozayemon recebeu as cartas e petições dos enviados, não se mostrou hostil durante a audiência mas comunicou que não podia resolver nada à sua responsabilidade, mas que teria que mandar tudo ao Grande Conselho de Estado para decisão. Iemitsu e os conselheiros levaram menos de 24 horas a decidir: foram mandados dois comissários especiais com um édito assinado por todos os conselheiros do *Rōjū* condenando todos os membros da embaixada à morte com exceção de treze criados que seriam poupados para levarem a notícia a Macau. Os comissários fizeram a viagem de Edo a Nagasaki em dez dias. Poucas horas após chegarem convocaram os portugueses para uma audiência onde comunicaram a decisão. No dia seguinte os portugueses foram levados para o Monte dos Mártires em Nagasaki e decapitados, exceção feita aos trezes criados, que após assistirem à execução dos seus 61 companheiros e verem a galeota ser queimada foram marchados para a cidade e embarcados num pequeno junco chinês a 1 de Setembro. Levavam com eles uma mensagem insultuosa para o Senado informando-o do destino da sua embaixada e avisando-o para não tentar nada de semelhante no futuro.

Os cidadãos de Macau não viram frustradas todas as suas esperanças pois apesar de todos os esforços feitos posteriormente para reabrir o comércio com o Japão terem falhado a expansão do comércio existente com Macáçar, a Indochina e Timor fê-los sobreviver à crise até à paz com a Holanda em 1663 o que lhes permitirá comerciar novamente com Goa.

Quanto aos Holandeses que tinham celebrado uma missa de Ação de Graças em Batávia logo que souberam da expulsão dos portugueses do Japão viram-se confrontados com um grave crise comercial no Japão, embora temporária pois muitos dos mais importantes devedores da Companhia ficaram arruinados. O pior deu-se quando Iemitsu identificou os holandeses como cristãos. O inquisidor anticristão Inouye Chikugo no kami foi mandado pelo *shōgun* a Hirado com ordens para que os holandeses deitassem abaixo todos os edifícios que tinham datas da era cristã e para massacrar todos os holandeses de Hirado caso protestassem. François Caron¹⁹⁹ que conhecia bem a mentalidade japonesa executou as ordens prontamente em Novembro de 1640²⁰⁰.

¹⁹⁹ Ver notas biográficas em apêndice II.

²⁰⁰ Boxer, Charles Ralph, *idem*, *ibidem*, 138-146.

Após Portugal concluir a paz com a Holanda e ter feito um tratado de comércio com a França e a Inglaterra, João IV pensou em procurar restabelecer as relações com o Japão de forma a reabrir o comércio de Macau. Escolhendo como embaixador ao Imperador do Japão Gonçalo de Siqueira de Sousa. Este saiu de Lisboa em 5 de Fevereiro de 1644 com dois galeões, *o Santo André* e *o Santo António de Aveiro*, que levavam boa infantaria e marinagem. Segundo as crónicas do tempo, depois de vicissitudes várias o embaixador conseguiu chegar a Macau nos fins de Maio de 1645 com *o Santo André*. Devido a problemas o embaixador só conseguiu largar de Macau em 8 de Julho de 1647 com *o Santo André* e um novo galeão trazido de Goa, *o S. João Baptista*. Conseguiu chegar à vista de Nagasaki a 26 de Junho. Após uma troca de mensagens no dia 15 de Agosto os marinheiros viram os seus navios aprisionados. Entretanto o *bugyō* de Nagasaki enviou correios para Edo a levar as explicações e as respostas do embaixador referentes ao longo inquérito de que fora alvo. Por fim veio a resposta do *Rōjū* que começava por lembrar a proibição imperial da lei dos cristãos *que por ser falsa a mandou extinguir*; prosseguia dizendo que os portugueses, *mandando os padres com capa desta falsa lei, tomaram reinos alheios e que assim desejavam tomar o Japão*. Acrescentava que os navios portugueses haviam sido proibidos de vir ao Japão, sob pena de morte de todos que neles viessem, mas dado que *o imperador ouviu agora que o rei de Portugal lhe mandou embaixador por recobrar seu reino, e que o embaixador sem repugnância nem resistência entrou no porto de Nagasaki, não julga o dito embaixador por digno de morte*. Concluía dizendo que não haver razão para o Rei de Portugal desejar amizade com o Japão. Esta foi a primeira e última embaixada enviada diretamente pelo Rei de Portugal ao Imperador do Japão. O embaixador Siqueira de Sousa deixou uma boa impressão nos japoneses pela sua coragem, calma, prudência e pela dignidade com que respondeu às provocações. A última tentativa dos portugueses para restabelecerem relações com o Japão foi feita por Macau em 1685. Aproveitando um acidente com um junco japonês que deu à costa em Macau com treze naufragos as autoridades macaenses aproveitaram para os mandar para Nagasaki no barco *S. Paulo*, comandado por João Baptista Ferreira, as autoridades japonesas agradeceram aos portugueses mas lembraram uma vez mais que as leis anticristãs continuavam em vigor²⁰¹.

As perseguições alcançaram o seu objetivo de erradicar o cristianismo mas quando em 1637 se deu a rebelião de Shimabara²⁰² os Tokugawa tiveram dificuldade em reprimir a revolta e foram forçados a recorrer à ajuda holandesa. A disposição do governo contra o

²⁰¹ Janeira, Armando Martins, O Impacto Português sobre a Civilização Japonesa, Publicações Dom Quixote, Lisboa, Portugal, 1988, págs. 114-117.

²⁰² Ver glossário em apêndice VI.

cristianismo foi agravada porque muitos rebeldes o professavam. Após esmagar a revolta o *shōgun* Iemitsu e os seus ministros decidiram introduzir mais medidas restritivas conhecidas como *kaikin* (proibições marítimas) e culminaram no epílogo de 1639. A política do país fechado continuou durante cerca de 200 anos. Deve-se referir que durante este período houve autorização do *Bakufu* para comércio entre o *han* (domínio) de Satsuma (prefeitura de Kagoshima) e Okinawa (ilhas de Ryūkyū) com a China, entre o *han* de Tsushima (uma ilha no estreito entre o Japão e a Coreia) e o porto coreano de Pusan e entre o *han* de Matsumae (sul de Hokkaido) e os povos nativos no norte. A questão do comércio com o estrangeiro continuará a ser uma das preocupações do governo Tokugawa até meados do séc. XIX. Após a abertura formal do Japão e a restauração Meiji em 1868 o Japão voltará ao jogo internacional tornando-se uma das principais potências mundiais no fim do séc. XIX e primeiras décadas do séc. XX²⁰³.

²⁰³ Mason, R.H.P. e Caiger J.G., A History of Japan (revised edition), Tuttle Publishing, Tokyo, Japan, 1997. pp. 202-09.

Conclusão

Propus-me durante este trabalho a explorar o tema das relações luso-nipónicas no período que transcorre entre 1543 a 1639/40, procurando aplicar a este período histórico que durou quase um século o conceito de paradiplomacia. O Japão que os portugueses encontraram era um Japão radicalmente diferente de quando partiram: à chegada encontrou-se um país envolvido numa guerra civil crónica e endémica, o *Sengoku jidai*, onde o governo central japonês sediado em Kyoto perdera o controlo efetivo sobre os assuntos de estado e do território. A introdução das armas de fogo pelos Portugueses terá acelerado o processo de unificação e centralização, mas também devemos destacar outras áreas de troca e intercâmbio cultural, como a introdução da medicina ocidental, a criação de uma gramática da língua japonesa, que ainda hoje é uma fonte fundamental para perceber o japonês do séc. XVI e XVII, criada por João Rodrigues, e também muito dos seus usos e costumes japoneses. O cristianismo prosperou durante várias décadas e, mesmo proibido, sobreviveu até à segunda metade do séc. XIX.

Nas palavras de Armando Martins Janeira, que escreve no prefácio da 1ª Edição da sua obra intitulada *O Impacto Português sobre a Civilização Japonesa, com exceção do Brasil, em nenhum país Portugal exerceu tão profunda influência como no Japão*. A marca dos portugueses ficou impressa até na língua japonesa, onde encontramos inúmeras palavras de origem portuguesa ainda hoje. A doçaria de Nagasaki vai buscar as suas bases a este contacto da época Nanban. A relação dos portugueses com poderes locais e regionais foi de tal maneira forte, que ainda hoje há festivais que recordam a sua chegada, como na ilha de Tanegashima e em Nagasaki. Esta relação forte com poderes regionais trouxe para o seio do cristianismo famílias de maior ou menor importância que, em dado momento, foram fervorosamente cristãs (algumas perderam tudo por perseverar na fé, mas muitas outras foram destruídas e outras, consoante as circunstâncias, aproximaram-se ou afastaram-se do cristianismo).

Por outro lado além dos biombos, caixas de laca e até mesmo artefactos religiosos feitos no Japão que chegaram a Portugal, temos também várias palavras japonesas que entraram na nossa língua, como exemplo referimos: judo, quimono, chá, chávena ou catana. O que também demonstra no nosso lado quão rico e marcante foi o legado do período Nanban.

Julgo ter demonstrado neste trabalho que as relações luso-nipónicas foram relações paradiplomáticas, embora reconheça que a totalidade dos conceitos da paradiplomacia não possam ser aplicados integralmente, principalmente devido à contemporaneidade da ideia.

As relações paradiplomáticas luso-nipónicas irão viver várias fases. Durante os anos iniciais de 1543-87 assistimos a um período durante o qual mercadores, missionários e *daimyō* locais negociam de igual para igual, tendo em vista atingir os seus próprios objetivos económicos, políticos, militares e religiosos. É neste período que se iniciará o processo de unificação do país, iniciado por Oda Nobunaga de Owari, sendo também este o período áureo da missionação, que não depende de vontade maior (i.e. um governo central), a não ser a dos *daimyō* locais e regionais. Insere-se nesta época o auge das campanhas de missionação, a fundação da cidade de Nagasaki e o envio de uma embaixada local e regional que trouxe representantes de várias regiões ou entidades subnacionais japonesas à Europa, e que como procurei mostrar, são exemplos de acções paradiplomáticas em tudo semelhantes aos modelos apresentados por Ivo Duchacek e André Lecours.

Entre 1587 e 1614, numa situação inicial em que não havia alternativas ao comércio ibérico, e embora o governo de Hideyoshi se preocupasse com a presença dos cristãos no arquipélago e houvesse uma maior atenção sobre as suas comunidades, as relações comerciais mantiveram-se, visto que o comércio é o elemento que liga os três intervenientes presentes no arquipélago japonês. Este paradigma começa a alterar-se gradualmente com o aparecimento da concorrência holandesa e inglesa no início do séc. XVII. Insere-se ainda nestes anos a criação do sistema dos navios do selo vermelho, através do qual o Japão se tornou um dos atores do comércio internacional nas rotas comerciais do sudoeste asiático, começando a pôr-se em causa a hegemonia ibérica. Ao mesmo tempo assiste-se a um maior esforço de centralização no Japão, derivado de uma total unificação político-militar. Assistiu-se à ascensão de Tokugawa Ieyasu, que substituiu o regime Toyotomi e funda o *Bakufu* de Tokugawa em 1603. Vivemos neste período os anos intermédios das relações paradiplomáticas nos quais as preocupações comerciais estiveram presentes no novo governo central japonês, mas também na Missão do Japão, e que esta união que se verificou entre a missão jesuítica e as relações comerciais acaba por originar o fim da missão. Embora este não tenha sido o único fator explicativo, mas foi um dos principais que contribuiu para tal. Abordei aqui o percurso de um jesuíta, João Rodrigues S.J. que, desde que contactou com Toyotomi Hideyoshi e depois com Tokugawa Ieyasu e muitos outros nobres do mais alto escalão da sociedade japonesa, se tornou um exemplo de um agente paradiplomático por excelência. A sua ascensão e queda ao serviço da Companhia de Jesus ou ao serviço dos governantes do Japão é um caso exemplar para explicar o fim da missão do Japão.

Neste período continua a notar-se a preocupação comercial dos governantes do Japão, sejam eles locais ou regionais, numa fase inicial, e depois nacionais, mas esta preocupação é

também visível quando o monopólio português do comércio com o arquipélago é posto em causa, não só pelo aparecimento dos holandeses, seus inimigos declarados, mas também devido ao aparecimento dos ingleses. É agravado também pela interferência dos espanhóis, que assume também contornos de disputa religiosa, opondo franciscanos e dominicanos a jesuítas. Esta disputa religiosa causará fricções que os governantes japoneses não desejavam, pois gerava um foco de instabilidade no país e agravava o difícil equilíbrio que estava a ser paulatinamente construído. Verifica-se como culminar óbvio deste processo o édito da expulsão de 1614, embora se note de forma clara a manutenção do interesse comercial dos japoneses no comércio com Macau. Este período Paradiplomático começa a ser cada vez mais restritivo após 1614, mas esta restrição só se torna mais evidente após a morte de Tokugawa Ieyasu em 1616.

Quanto ao período entre 1614 e 1639, é uma época em que as relações se vão tornando mais restritivas, uma vez que o governo militar japonês aumenta a perseguição sobre as comunidades cristãs e começou a ser promulgada diversa legislação japonesa que vai restringir gradualmente os contactos comerciais, nomeadamente os decretos que levam à extinção dos juncos do selo vermelho, os decretos que proibiam a partida de japoneses para o estrangeiro, como soldados ou comerciantes, mas que também proibiam todos aqueles japoneses que estavam no estrangeiro de regressarem, e a execução ou exílio de muitos cristãos, sejam eles nobres ou pessoas humildes. Todas estas medidas inserem-se claramente num processo cada vez mais restritivo que culminará na aplicação e implementação definitiva da política do *sakoku*, ou país fechado. Os vários decretos do *sakoku* pelos quais se iam excluindo do comércio com o Japão os povos ibéricos são também acompanhados pela cada vez maior concessão de privilégios a holandeses e ingleses. Será já nesta conjuntura que o *daimyō* de Sendai, Date Masamune, enviará uma última embaixada à Europa. Os sucessores imediatos de Ieyasu, o seu filho Hidetada e o seu neto Iemitsu, tomarão estas medidas que culminarão na cessação do comércio com Macau em 1639/40, procurando no mesmo processo erradicar o cristianismo do arquipélago.

Após o abandono do comércio com o Japão por parte dos ingleses, e com a proibição de comércio com os espanhóis, restaram os portugueses e os holandeses na disputa comercial, sendo que é neste período que o comércio com Macau mais prosperou. Contudo, como consequência associada a esse sucesso, existiu a grave crise da respondência, que levou muitos portugueses e japoneses à falência.

No meu entender e como julgo ter sido demonstrado ao longo deste trabalho, os portugueses também não eram uma força unida. Acompanhei aqui, de uma forma muito

sucinta, a postura da cidade de Macau, dos seus cidadãos e dos próprios capitães-gerais e governadores que atuavam como entendiam, seja em relação ao Japão ou às Filipinas, sendo a meu ver, um exemplo claro de um poder local e regional forte, com várias características paradiplomáticas. Vi também que vários vice-reis da Índia não cumpriam as diretrizes da Coroa: seja porque discordassem delas ou simplesmente porque não havia forma de as aplicar. Vi ainda que foi preciso uma figura como Lopo Sarmento para criar as condições necessárias para haver uma atuação do vice-rei e do seu conselho de forma a dar cumprimento às decisões da Coroa. O conceito *paradiplomático* também se aplica tanto a comerciantes como aos próprios missionários, dado que, como mostrado, nessa extensa área não existia um controlo da Coroa. Observei ainda como só muito tardiamente a Coroa se preocupou em enquadrar os portugueses de Macau, que atuavam desde o Japão às costas da Indochina e da China até Malaca até às ilhas da atual Indonésia e Malásia.

Para além destes aspetos externos viu-se como a Companhia de Jesus, apesar de formalmente expulsa do arquipélago japonês em 1614, continuou como força atuante no território de forma não-oficial, e alvo de uma feroz perseguição conduzida pelo governo Tokugawa. Viu-se como para os Tokugawa o cristianismo era uma ameaça porque subvertia a nova ordem político-social, como a prática da respondência, apesar de minorada pelo governo japonês fez com que a confiança nos portugueses fosse diminuindo cada vez mais e levou muitos mercadores, tanto portugueses como japoneses à falência e foi um fator severo na perturbação das relações entre as autoridades locais de Nagasaki e os comerciantes macaenses. Os Jesuítas europeus ou japoneses, leigos japoneses ou europeus, franciscanos, dominicanos ou religiosos de outras ordens, ou simples membros do clero secular japonês acabaram por ser vítimas, tal como muitos crentes, da completa rejeição do cristianismo por parte dos governantes do *Bakufu*. Mesmo assim, no séc. XIX, quando foi levantada a proibição, ainda existiam algumas comunidades de *Kakure Kirishitan* (ou cristãos escondidos), que finalmente puderam exercer a sua fé em consciência e liberdade.

Quanto aos holandeses, em 1641 foram transferidos de Hirado para Deshima, ao largo de Nagasaki, após terem conseguido evitar um destino semelhante ao dos rivais portugueses: devido à sábia postura e decisão de François Caron, que liderava a feitoria holandesa em Novembro de 1640, acabaram por se manter como os únicos ocidentais com contacto com o Japão até meados do séc. XIX. Através dessa presença, os novos conhecimentos que se iam desenvolvendo na Europa do séc. XVIII continuaram a chegar ao Japão na forma de *rangaku* (aprendizagem holandesa). Evidentemente, o arquipélago continuou a manter contactos com

chineses e coreanos e, mais tarde, com russos, mas estes contactos nunca atingiram a dimensão dos que se tinham verificado durante a época Nanban.

Para concluir, e como se pode observar no último capítulo, só houve uma única embaixada oficial enviada ao Japão liderada por D. Gonçalo da Siqueira de Sousa, ou seja, esta foi a primeira e única vez que a Coroa portuguesa procurou conscientemente o estabelecimento formal de relações com o Império do Japão de Estado para Estado. A missão não teve sucesso e foi só em 1860 que, com a assinatura do Tratado de Paz, Amizade e Comércio, finalmente foi estabelecida uma relação formal entre os dois países que ainda hoje se mantem forte.

Termino afirmando que para mim as relações luso-nipónicas durante a Época Nanban podem ser vistas como relações Paradiplomáticas. Pedindo emprestadas as palavras de Alexander S. Kuznetsov²⁰⁴:

Eu defino o termo paradiplomacia neste livro e para referência de investigação futura como uma forma de comunicação política para atingir benefícios económicos, culturais, políticos ou outros, cujo centro consiste nas ações autossustentadas de governos regionais com governos estrangeiros e atores não-governamentais.

De acordo com a citação, ao concluir esta minha análise, estou convicto de que todas as relações estabelecidas com o Japão, neste período, podem ser classificadas como sendo paradiplomáticas. Como remate final julgo que a História enquanto ciência precisa de reforçar cada vez mais as suas competências de interdisciplinaridade com outras ciências como as Relações Internacionais, e creio que nada melhor faz a síntese disso como aplicar e analisar conceitos recentes, surgidos de uma ciência “nova” (i.e. as Relações Internacionais), em contextos históricos.

²⁰⁴ Kuznetsov, Alexander S, *Theory and Practice of Paradiplomacy: Subnational governments in international affairs*, Routledge, New York, USA, 2015, pp. 30-31.

Bibliografia

I – Fontes Utilizadas

Albuquerque, Luís de (Dir.), *Relação das Carreiras da Índia*, Publicações Alfa, Lisboa, Portugal, 1989.

Cortesão, Armando (Leitura e notas), *A Suma Oriental de Tomé Pires e o Livro de Francisco Rodrigues*, Universidade de Coimbra, Portugal, 1978.

Franco, José Eduardo (introdução e transcrição), *Apologia do Japão* do Padre Valentim de Carvalho S.J., Centro Científico e Cultural de Macau, Lisboa, Portugal, 2007.

Rego, António da Silva, *Documentação para a História das Missões do Padroado Português do Oriente, Índia 4º volume (1548-50)*, Agência Geral das Colónias Divisão de Publicações e Biblioteca, Lisboa, Portugal, 1950.

Rego, António da Silva, *Documentação para a História das Missões do Padroado Português do Oriente, Índia 5º volume (1551-54)*, Agência Geral das Colónias Divisão de Publicações e Biblioteca, Lisboa, Portugal, 1951.

Rego, António da Silva, *Documentação para a História das Missões do Padroado Português do Oriente, Índia 10º volume (1566-68)*, Agência Geral das Colónias Divisão de Publicações e Biblioteca, Lisboa, Portugal, 1953.

Wicki, S.J., José (edição anotada), *Historia de Japam do P. Luís Fróis, S.J., volume III*, Ministério da Cultura e coordenação científica Secretaria de Estado da Cultura, Biblioteca Nacional de Lisboa, Portugal, 1982.

Wicki, S. J., José (edição anotada), *Historia de Japam do P. Luís Fróis, S.J., volume IV*, Ministério da Cultura e coordenação científica Secretaria de Estado da Cultura, Biblioteca Nacional de Lisboa, Portugal, 1983.

Wicki, S. J., José (edição anotada), *Historia de Japam do P. Luís de Fróis, S.J., volume V*, Ministério da Cultura e coordenação científica Secretaria de Estado da Cultura, Biblioteca Nacional de Lisboa, Portugal, 1984.

II – Obras utilizadas

Boxer, C. R., *O Império Marítimo Português 1415-1825*, Edições 70, Lisboa, Portugal, 2015.

Boxer, C. R., *The Christian Century in Japan 1549-1650*, Carcanet Press Limited, Manchester, UK, 1993.

Boxer, C. R., *O Grande Navio de Amacau*, Fundação do Oriente e Museu e Centro de Estudos Marítimos de Macau, Portugal, 1989.

Bryant, Anthony J., *Sekigahara 1600: The final struggle for power*, Osprey Publishing, Oxford, UK, 1995.

Cobbing, Andrew, *Kyushu: gateway to Japan, a concise history*, Global Oriental, Kent, UK, 2009.

Coelho S.J., António José (Tradução), *Autobiografia de Santo Inácio de Loiola*, Secretariado Nacional do Apostolado da Oração, Braga, Março 2005.

Constantinou, Costas M. and Derian, James Der (ed.), *Sustainable Diplomacies*, Palgrave MacMillan, New York, USA, 2010.

Cooper, S.J., Michael (ed.), *The Southern Barbarians, the first Europeans in Japan*, Kodansha International Ltd., Tokyo, Japan and Palo Alto, California, USA, 1971.

Cooper, S.J., Michael, *Rodrigues, o intérprete: um jesuíta português no Japão e na China do século XVI*, Quetzal Editores, Lisboa, Portugal, 2003.

Cooper, S.J., Michael (trans. & ed.), *This Island of Japon: João Rodrigues' Account of 16th century Japan*, Kodansha International Ltd., Tokyo, Japan and New York, USA, 1973.

Costa, João Paulo Oliveira e, *O Japão e o Cristianismo no século XVI: ensaios de história luso-nipónica*, Sociedade Histórica da Independência de Portugal, Lisboa, Portugal, 1999.

Costa, João Paulo Oliveira e (cord.); Rodrigues, José Damião e Oliveira, Pedro Aires, *História da Expansão e do Império Português*, Esfera dos Livros, Lisboa, Portugal, 2014.

Gelber, Harry G., *O Dragão e os diabos estrangeiros, a China e o mundo, de 1100 a.C. até à atualidade*, Edições Guerra e Paz, Lisboa, Portugal, 2008.

Hall, John Whitney (ed.), *The Cambridge History of Japan, Early Modern Japan, volume 4*, Cambridge University Press, New York, USA, 2008.

Henshall, Kenneth, *História do Japão*, Edições 70, Lisboa, Portugal, 2008.

Höpfl, Harro, *Jesuit Political Thought: the Society of Jesus and the State, c. 1540-1640*, Cambridge University Press, New York, USA, 2004.

Janeira, Armando Martins, *O Impacto Português sobre a Civilização Japonesa*, Publicações Dom Quixote, Lisboa, Portugal, 1988.

Kuznetsov, Alexander S., *Theory and Practice of Paradiplomacy: Subnational governments in international affairs*, Routledge, New York, USA, 2015.

Lecours, André, *Discussion Papers in Diplomacy, Political Issues of Paradiplomacy: lessons from the Developed World*, Netherlands Institute of International Relations “Clingendael” and Antwerp University, December 2008.

Lidin, Olof G., *Tanegashima: the Arrival of Europe in Japan*, NIAS Press, Copenhagen S, Denmark, 2002.

Marques, A.H. de Oliveira (Dir.), *História dos Portugueses no Extremo Oriente*, 1º volume, *Tomo II: de Macau à periferia séculos XVI-XVII*, Fundação do Oriente, Lisboa, Portugal, 2000.

Mason, R. H. P. and Caiger, J. G., *A History of Japan (revised edition)*, Tuttle Publishing, Tokyo, Japan, 1997.

Michelmann, Hans J. and Soldatos, Panayotis (ed.), *Federalism and International Relations, the role of sub national units*, Oxford University Press, New York, USA, 1990.

Moffett, Samuel Hugh, *A History of Christianity in Asia, volume II: 1500-1900*, Orbis Books, New York, USA, 2005.

Moran, J. F., *The Japanese and the Jesuits: Alessandro Valignano in sixteenth-century Japan*, Routledge, New York, USA, 1993.

Phan, Peter C. (ed.), *Christianities in Asia*, Wiley-Blackwell, Oxford, UK, 2011.

Ribeiro, Madalena, *Samurais Cristãos: os Jesuítas e a nobreza cristã do sul do Japão no século XVI*, CHAM (Centro de História de Além Mar), Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa e Universidade dos Açores, Lisboa, Portugal, 2009.

Samson, George, *A History of Japan 1334-1615*, Stanford University Press, Stanford, California, USA, 1961.

Tsutsui, William M. (ed.), *A Companion to Japanese History*, Blackwell Publishing, Oxford, UK, 2007.

Turnbull, Stephen, *Toyotomi Hideyoshi: Leadership, Strategy and Conflict*, Osprey Publishing, Oxford, UK, 2010.

Twitchett, Denis and Fairbank, John K. (ed.), *The Cambridge History of China, volume 8, The Ming Dynasty 1368-1644, part 2*, Cambridge University Press, New York, USA, 1998.

Xavier, São Francisco, *Obras Completas*, Secretariado Nacional do Apostolado da Oração, Braga e Edições Loyola, São Paulo, Brasil, Abril de 2006.

Yamamura, Kozo (ed.), *The Cambridge History of Japan, Medieval Japan, volume 3*, Cambridge University Press, New York, USA, 2008.

III – Obras Consultadas

Bary, Wm. Theodore de (Compiled), *Sources of Japanese Tradition, volume I, from earliest times to 1600*, Columbia University Press, New York, USA, 2001.

Boxer, Charles R., *A Igreja e a Expansão Ibérica (1440-1770)*, Edições 70, Lisboa, Portugal, 2013.

Breazeale, Kennon (ed.), *From Japan to Arabia: Ayutthaya's Maritime Relations with Asia*, Toyota Thailand Foundation, Bangkok, Thailand, 1999.

Coelho S.J., António José (Organização e seleção), *Cartas de Santo Inácio de Loiola*, Secretariado Nacional do Apostolado da Oração, Braga, Abril 2006.

Companhia de Jesus Ontem, Hoje, Amanhã, VII Semana da Espiritualidade Inaciana, Editorial Apostolado da Oração, Braga, Portugal, 2008.

Cullen, L.M., *A History of Japan, 1582-1941: Internal and External Worlds*, Cambridge University Press, New York, USA, 2003.

Farris, William Wayne, *Japan to 1600: a social and economic history*, University of Hawai'i Press, Honolulu, USA, 2009.

Frédéric, Louis, *Japan Encyclopedia*, Harvard University Press, London, UK, 2002.

Gameiro, O.H., Aires, *Evangelização e mártires do Japão e Coreia*, Editorial A.O., Braga, Portugal, 1998.

Gunn, Geoffrey G., *History without Borders: the making of a Asian World Region, 1000-1800*, Hong Kong University Press, Hong Kong, 2011.

Gutman, Pamela, *Burma's lost Kingdoms: splendours of Arakan*, Orchid Press, Bangkok, Thailand, 2001.

Higashibara, Ikuo, *Christianity in Early Modern Japan: Kirishitan Belief and Practice*, Brill's Japanese Studies, Boston, USA, 2001.

Huffman, James L., *Japan in World History*, Oxford University Press, Oxford, UK, 2010.

Jansen, Marius B., *The Making of Modern Japan*, Belknap Press, Harvard University Press, Cambridge, USA, 2000.

Jayasuriya, Shihan de Silva, *The Portuguese in the East: a cultural history of a Maritime Trading Empire*, Tauris Academic Studies, London, UK, 2008.

Lachapelle, Guy and Paquin, Stéphane (ed.), *Mastering Globalization: New sub-states governance and strategies*, Routledge, New York, USA, 2005.

Levathes, Louise, *when China ruled the Seas: The Treasure Fleet of the Dragon Throne, 1405-33*, Oxford University Press, London, UK, 1997.

Mattoso, José (Dir.), *História de Portugal, volume III: no alvorecer da modernidade (1480-1620)*, coordenação Joaquim Romero Magalhães, Editorial Estampa, Lisboa, Portugal, 1993.

Mattoso, José (Dir.), *História de Portugal, volume IV: o antigo regime (1620-1807)*, coordenação António Manuel Hespanha, Editorial Estampa, Lisboa, Portugal, 1993

Monteiro, Anabela Nunes, *Macau e a Presença portuguesa seiscentista no Mar da China: interesses e estratégias de sobrevivência*, Universidade de Coimbra, Portugal, 2011.

Mostow, Joshua (ed.), *The Chronicle of Lord Nobunaga by Ōta Gyūichi*, Brill's Japanese Studies Library, Boston, USA, 2011.

Mullins, Mark R., *Handbook of Christianity in Japan*, Brill, Boston, USA, 2003.

Murdoch, James, *A History of Japan: during the century of early foreign intercourse (1542-1651)*, Published at the office of the "Chronicle", Kobe, Japan, 1903.

Phayre, Sir Arthur P., *History of Burma*, Trübner and Co., London, UK, 1883.

Saito, Hisho, *A History of Japan*, Kegan Paul, Trench, Tübner and Co. Ltd., London, UK, 1912.

Samson, George, *Japan: a short cultural History (revised edition)*, Cresset Press, London, UK, 1952.

Samson, George, *a History of Japan 1615-1867*, Cresset Press, London, UK, 1964.

Subrahmanyam, Sanjay, *O Império Asiático Português, 1500-1700: uma história política e económica*, DIFEL, Linda-a-Velha, Portugal, 1993.

Tarling, Nicholas (ed.), *The Cambridge History of Southeast Asia, volume I: from early times to c. 1800*, Cambridge University Press, New York, USA, 1994.

Turnbull, Stephen, *Japanese Fortified Temples and Monasteries: AD 710-1602*, Osprey Publishing, Oxford, UK, 2005.

Turnbull, Stephen, *Japanese Warrior Monks: AD 949-1603*, Osprey Publishing, Oxford, UK, 2003.

Turnbull, Stephen, *Osaka 1615: the last battle of the samurai*, Osprey Publishing, Oxford, UK, 2006.

Turnbull, Stephen, *Tokugawa Ieyasu: Leadership, Strategy and Conflict*, Osprey Publishing, Oxford, UK, 2012.

Turnbull, Stephen, *Samurai armies 1467-1649*, Osprey Publishing, Oxford, UK, 2008.

Turnbull, Stephen, *War in Japan 1467-1615*, Osprey Publishing, Oxford, UK, 2002.

IV – Consultas em webdomains

CHAM e Brotéria: Jesuítas Portugueses no Extremo Oriente nos séculos XVI e XVII, <http://www.cham.fcsh.unl.pt/ext/jesuitasnooriente/files/15981024.pdf>

(consultado pela última vez a 21 de Fevereiro de 2016).

Rodrigues, Helena in Nau do Trato, CHAM.

<http://www.fcsh.unl.pt/cham/eve/content.php?printconceito=1060>

(consultado pela última vez a 31 de Outubro de 2015).

Mapas retirados do webdomain:

WWW.samurai-archives.com

(consultado pela última vez a 28 de Maio 2016).

Apêndices

- I – Documentos, pág. 111
- II – Notas Biográficas, pág. 116
- III – A cronologia da Época Nanban, pág. 128
- IV – Mapas, pág. 134
- V – Lista de governantes, pág. 138
- VI – Glossário, pág. 167
- Índice remissivo, pág. 176

I – Documentos

Doc. I - Constituições da Companhia de Jesus (Parte VI, capítulo I).

Todos se exercitarão em obedecer com grande cuidado e nisso sobressairão, não somente nas coisas obrigatórias, mas também nas outras, quando, sem ordem formal, um Superior se limita a exprimir a sua vontade. O espírito deve ser dirigido para Deus nosso Senhor e Criador por amor do qual nós obedecemos a um homem. Nem o temor, nem a inquietação devem guiar-nos, mas somente o amor. É preciso esforçarmo-nos com perseverança em nunca ficar aquém da perfeição que se deve atingir com a graça de Deus, observando exatamente as Constituições e cumprindo aquilo que exige o carácter particular da Ordem. Todas as forças devem aplicar-se a esta virtude que é a obediência, devida, primeiro ao Papa, em seguida ao Superior da Ordem. Para tudo aquilo a que pode aplicar-se a obediência no amor, cada um, a uma palavra do chefe, como se essa palavra saísse dos lábios do próprio Cristo, se aprontará sem nenhuma tardança, renunciando a qualquer outra ocupação, mesmo a acabar uma letra do alfabeto começada. Todos os nossos pensamentos e todos os nossos esforços no Senhor devem tender a que em nós seja sempre mais perfeita a santa virtude da obediência, tanto na execução, como na nossa vontade e na nossa inteligência, enquanto com perseverança e alegria interior cumprimos voluntariamente tudo aquilo de que somos encarregados. Toda a ordem deve convir-nos. Renegaremos, pela nossa parte, toda outra maneira de ver e toda outra opinião, numa forma de obediência cega, e isto em tudo o que não seja pecado. Cada um deve estar convencido de que quem quer que viva na obediência deve deixar-se guiar e dirigir pela divina Providência, por intermédio dos seus superiores, como se fosse um cadáver que se pode transportar não importa onde e tratar não importa como, tal ainda como o bordão do velho que serve em toda a parte e para todos os usos.

Doc. II – Descrição da partida da segunda armada de Vasco da Gama em 1502. (Em Albuquerque, Luís de, Relações da Carreira da Índia).

D. Vasco da Gama, Almirante da Índia, Ano de 1502

D. Vasco da Gama, capitão-mor de quinze naus, partiu a dez de Fevereiro segunda vez. Capitães: D. Luís Coutinho Ramiro, Gil Fernandes de Sousa, Álvaro de Ataíde, Vicente Sodré, Brás Sodré, Gil Matoso, Diogo Fernandes Correia, Francisco da Cunha, Pedro Afonso de Aguiar, Rui de Castanheda, António do Campo, Lopo Mendes de Vasconcelos. E de caravelas: Fernão Roiz Bardaças, João Lopes Perestrelo, António Fernandes; Tomás de Cremona [e] João de Buonagracia, italianos, Lopo Dias. E por todas foram quinze embarcações, porque das caravelas foi capitão-mor [Estêvão da Gama]. D. Estêvão da Gama partiu em dez de Abril, e ficou por capitão-mor Vicente Sodré, que se perdeu com seu irmão nas ilhas de Curia e Muria, que estão no estreito do mar Roxo. Neste ano se fez tributário el-rei de Quíloa. Voltou o capitão-mor ao Reino com todas as naus carregadas.

Doc. III – Descrição da chegada dos primeiros Jesuítas à Índia em 1541. (Em Albuquerque, Luís de, Relações da Carreira da Índia).

Martim Afonso de Sousa, governador, ano de 1541

Martim Afonso de Sousa, capitão-mor e governador, partiu a sete de Abril. Capitães: D. Álvaro de Ataíde da Gama, Francisco de Sousa, Álvaro Barradas e Luís Caiado; todos invernaram em Moçambique. Este ano vieram os primeiros padres da Companhia, e Francisco Xavier por superior deles; e a primeira casa que fundaram foi no Colégio da Santa Fé, Colégio de S. Paulo, em Goa. A nau do governador, indo para a Índia, na monção de Maio, varou no rio da ilha das Cabras, junto a Baçaim. Os mais voltaram a salvamento. Nestas naus veio o governador D. Estêvão da Gama, que sucedeu no governo por morte do vizo-rei D. Garcia de Noronha.

Doc. IV – Excerto de uma carta do padre Cosme de Torres a Inácio de Loyola, datada de 25 de Janeiro de 1549, enviada do colégio da Santa Fé em Goa. (Em Rego, António da Silva, Documentação para a História das Missões do Padroado Português do Oriente, Índia 4º volume).

E dando-me conta o Pe. Mestre Francisco de uma terra, por nome Japam, que Vossas Reverencias verão por apontamentos, da gente e qualidade dela, dizendo-me que desejava levar-me consigo, da volta que viesse do Comorim, eu me ofereci a isso e aceitei a mercê tamanha de Nosso Senhor, e estou oferecido acompanhar o Padre por onde quer que for, por tamanha caridade e lembrança que de mim teve, dando graças ao eterno Deus por quanta consolação dá a quem com algum desejo o busca. E pera a tamanha mercê de Nosso Senhor nom ser ingrato, lhe peço, Padres e Irmãos meus em Cristo, me ajudem a gratificar tamanhas mercês, assi da vocação como de Japam, porque me não atrevo eu doutra maneira. Neste colégio está hum homem mancebo, por nome Paulo, desta mesma terra, de que verão letra sua, o qual tem tão claro juízo e entrou tanto no conhecimento de Deus, e hé de tanta memoria e engenho, que agora lhe eide dar os Exercícios cedo, por mandado de mestre Francisco. Esperamos que Nosso Senhor com favor de Vossas Reverencia sobre muito nesta terra. Tenho-lhe declarado Sam Matheus duas vezes: da segunda lhe ficou todo desde o primeiro capítulo até ao derradeiro, e haverá seis meses que se fez cristão. Partiremos no mês de Abril de 1549 pera esta terra de Japam. Ate agora não está determinado quem mais há-de ir. Temos muita esperança que se há-de fazer muito serviço ao Senhor Deus, por duas cousas em especial: a primeira, porque tem eles quase como por maneira de profecia que hão de ter outra lei melhor da que eles tem agora, e a outra hé que os padres e religiosos daquela terra são mui honestos e desejosos de saber cousas novas e virtuosas. Isto dá a mestre Francisco grande esperança de se haver de frutificar muito. Rogo a Vossas Reverencias que nos encomendem assídua em seus sacrificios e orações. Nosso Senhor conserve esta santa Companhia pera aumento de sua santa fé católica.

Doc. V – Excerto de uma carta de Baltasar Nunes aos Irmãos de Coimbra, escrita em Trevancor a 18 de Novembro de 1548. (Em Rego, António da Silva, Documentação para a História das Missões do Padroado Português do Oriente, Índia 4º volume).

Vossas cartas, Irmãos, me deram a 10 de Outubro de 1548 anos, estando eu nesta costa do Cabo de Comorym mui desejoso de ouvir novas deles e prouve a Nosso Senhor que o portador, que mas trouxe de Goa a esta Costa, que foi o nosso tão amado e querido P. mestre Francisco (...) Aos Irmãos meos deixo de falar do prazer que recebi com as cartas que me mandastes e quero começar a dar novas do nosso bom Padre e pai. Deveis de saber que hé homem não muito baixo nem muito alto, da estatura do P. Manoel da Nóbrega, seu andar em boa maneira, de maneira que ho não sentis, seu rosto descoberto, os olhos sempre altos e cheios d'agoa, e a boca cheia de riso, as palavras poucas e movidas a chorar, em sua boca nunca, nunca ouvireis senão Cristo Jesus, a Santíssima Trindade, e dizendo estas cousas acode dizendo: «Ô Irmãos meos e meus companheiros, quão melhor Deus temos do que cuidamos; olhai e dai graças e muitos louvores a Deus, porque em tão breve tempo como há que a nossa santa Companhia hé confirmada, não havendo mais que sete anos, vemos nela quer o Senhor tanto obrar como vemos, meus muito amados companheiros, que uns estão em Roma, outros em Valença, outros em Gandia, outros em Coimbra, outros em Santa Fé de Goa, outros em Sacotorá, outros em o Cabo de Comorym, outros em Malaca, outros em Maluco, outros em Japão pera onde eu agora irei» (...).

Doc. VI – Excerto de uma carta do padre Paulo Camerino S.J. ao padre Simão Rodrigues S.J., datada de Goa em princípios de Dezembro de 1548. (Em Rego, António da Silva, Documentação para a História das Missões do Padroado Português do Oriente, Índia 4º volume).

Do Pe. Mestre Francisco não tenho língua pera declarar as infinitas mercês que Deus Nosso Senhor lhe quis fazer, e o fervor e graça que lhe tem dado em suas pregações e praticas, e o grande fruto que das suas confissões sai, e de suas doutrinas e ensinios; que todos os moços e moças, escravos e escravas ficam por ele perdido [s], pola grande saudade que dele tem e das pregações que faz aos ditos moços e moças, escravos e escravas em falia negra, e por melhor dizer, como em sua língua. Parece-me que nos á de deixar por nós outros não sermos dinos de tanto bem. Tem muita vontade de se ir pera Japão, do qual Japão está aqui hum que se fez cristão, o qual se chama Paulo [Paulo de Santa Fé]. Ao qual Deus N. S. tem feito muitas infinitas mercês e lhe tem dada particular graça, que em sete ou oito meses soube ler e escrever muito bem. Não é isto nada para o que lhe tem dado a

sentir nas cousas de nossa santa fé, do que cada dia escreve da vida e morte de Nosso Senhor; não somente escreve, mas ainda medita e contempla nele. Assi está em casa hum seu criado, o qual se chama Joanne; é muito bom filho e muito se aproveita; e outro moço por nome António, que deram ao Pe. Mestre Francisco, os quais ao de ir com ele a Japão, Deus querendo. Nosso Senhor lhe escolha o melhor e o que for para mais seu santo serviço de ir ou estar.

Doc. VII – Excerto de uma carta escrita por Francisco Xavier ao padre Simão Rodrigues, datada de Cochim a 20 de Janeiro de 1549. (Em Rego, António da Silva, Documentação para a História das Missões do Padroado Português do Oriente, Índia 4º volume).

(...) Eu pela muita informação que tenho duma ilha de Japão, que está alem da China duzentas léguas ou mais, por ser gente de muita arte e maneira e curiosa de saber, asi das cousas de Deus como doutras ciências, segundo me dão enformação os portugueses que daquelas partes vieram, e também por uns homens japões, que no ano passado vieram comigo de Malaqua e se fizeram cristãos no colégio de Santa Fé de Goa, me deram informação daquela ilha, e como vereis por hum caderno que lá vos mando, que foi sacado pela info [r] mação que nos deu Paulo de Santa Fé, homem de muita verdade,— ele tão bem vos escreve largamente da maneira que vejo e das grandes mercês que Deus lhe fez— detrimento este Abril que vem do ano de 1549 ir lá com hum Padre, por nome Cosmo de Torres, o qual também vos escreve largamente. Espero em Nosso Senhor que se há lá de acrescentar muito a nossa santa fé, e nesta terra com a vinda destes Padres não faço míngua tanto como isso, e mais porque espero que vós vireis, ou mandareis muitos em v [o] so nome; porem espero em Deus Nosso Senhor que vireis, e pera antão terei já escrito à índia cousas de Japão e a disposição dele. E prazera a Deus, depois de terdes dado ordem a muitas cousas na índia, que nos ajuntaremos no Japão, se for terra mais disposta pera a acrescentamento de nossa santa fé, como me parece que ho á de ser (...).

Doc. VIII – Excerto do relatório feito pelo padre Baltasar Gago aos Irmãos de Coimbra, datado de Goa, entre 14 a 20 de Outubro de 1549. (Em Rego, António da Silva, Documentação para a História das Missões do Padroado Português do Oriente, Índia 4º volume).

(...) De Pe. Maestro Francisco nos logramos pouco em este colégio, porque no e em ele descansar, posto que tivesse grandes desejos de nos consolar. Fez com la ajuda de Jesu sua viagem a Japón donde já estará. El qual partiu daqui em la semana de ramos deste ano de 1549 y avia de ser em Japón em Agosto do dito ano, mas dele no podemos haver recado menos de um ano. Primeiro que se partisse visito los Padres y Irmãos todos por las terras donde estavam. Á sua despedida, todos nos queríamos ir em sua companhia; mas como no podia ser, deixou-nos em esperança que, si Dios allá abrisse caminho, nos mandaria llamar a todos, levando-nos em seu pecho, consolando-nos y dizendo que la esparzida Companhia de Jesu se veria em la celestial Jerusalém junta, si nos no juntássemos. Y para tal obra y tao grande, conforme a sus desejos, grande iglesia se a de fazer a gloria de Jesus Cristo. Aparégense, Hermanos, porque la isla e de 600 legoas, como verán por cartas y son necessários muitos obreiros, y a de ser necessário acudir-lhe daqui com alguns fraquos. Fui com ele um Padre por nome Cosme de Torres, que allá escrevió de sua vocación y venida a estas partes de la India, y assi leva 3 japonês [Paulo da Santa Fé, João e António], principalmente de uno vereis sua habilidade y saber, y desejo que leva y confiança de se fazer mucha obra; y com todo lo necessário para celebrarem, y livros si forem necessários (aunque el Pe. maestro Francisco no lê nem estuda sino em seu libro [Intitulava-se Aí. Marli Opus de religiões vivenda instituente. Impresso em Colónia em 1531]. Em sua companhia também leva al Pe. Manuel de Moraes y al Pe. Afonso de Castro, que aqui se ordenaram de missa em Fevereiro de 1549, para quedarem em Maluco, com los Hermanos Joan Fernández, que nos era espejo y creio será por donde fuere, y Francisco Gonçalves: por este suspirou António Gomes, porque aproveitó aquí em grande maneira y deixo mucho edificado este colégio de fervores que leva, por serem naquela terra necessários. Los recados desta terra se recebem mui tarde. Teremos por novas que el Pe. Joam da Beira que nesta terra estava, o mataram, si ansy fuere, y como tereis recado por las naves que partiram para Enero de 1550, porque esta vai em um galeão que parte a 30 deste Otobre de 1549, porque hasta antonces esperamos que vendrá recado de Maluco y Malaca, que están cerca uno de outro, y ansy de la partida de maestro Francisco de Malaca para Japón; porque se no haze viagem por estas partes a todo tempo, porque esperam las monções, y por esta causa no pode venir a nos recado de lo que el Senhor obra em

Japón menos de um ano: para las naves que com ajuda de Jesus Cristo arribarem a esse reino nele de 1550 tereis, caríssimos, recado certo do que nesta terra de Japón passa.

Doc. IX - Carta de Alessandro Valignano ao Geral da Companhia de Jesus, Everardo Mercuriano, Nagasaki a 15 de Agosto de 1580 (em Moran, JF, *The Japanese and the Jesuits, Alessandro Valignano in sixteenth-century Japan.*)

Nesta carta desejo comunicar a Vossa Paternidade como e porque adquirimos o porto de Nagasaki. Assim que cheguei aqui encontrei-me com D. Bartolomeu, senhor de (O)mura que me pediu insistentemente para aceitar este porto para a igreja, que nos tinha dado e que desejava que aceitássemos por três razões: a primeira, porque temia que Ry(o)z(o)ji (um pagão que é agora senhor do reino de Hizen) lhe pedisse o porto, que deseja grandemente. Caso ele lho desse perderia o lucro dos navios, que precisa, e caso recusasse teria que ir para a guerra com ele, que é o que ele teme mais que tudo. Para escapar deste dilema pensou que seria uma boa solução dá-lo à Igreja. Mas manteria os seus direitos, e caso pertencesse à Igreja Ry(o)z(o)ji não o exigiria. Em segundo garantia de forma perpétua os lucros dos ditos navios, porque se Nagasaki pertencesse aos padres os portugueses nunca deixaria de aqui vir. Em terceiro pensou que isso asseguraria a sua pessoa e terra. Independentemente do que sucedesse poderia sempre refugiar-se ai e nunca perder a sua terra. Assim nos discutimos esta questão, não só com os que estavam aqui em Shimo mas também com todos os que estavam em Miyako e Bungo, e tirando uma ou duas exceções todos concordaram que não era só bom mas necessário aceitar pelas seguintes razões. A primeira dá razão a D. Bartolomeu pela urgência da situação. Pois se Ry(o)z(o)ji tomasse Nagasaki seria muito mais poderoso, tendo o proveito dos navios, e seria capaz de prosseguir a sua guerra com o rei de Bungo com muito mais eficácia. Isto seria muito mau para o Cristianismo. Em segundo a cidade poderia ser um refúgio para os Cristãos perseguidos, e senhores anticristãos, sabendo disto, seriam menos repressivos. Em terceiro seria um bom refugio para nós e um lugar seguro caso se torne necessário. Em quarto dar-nos-ia rendimento suficiente para mantermos as residências no reino de D. Bartolomeu. D. Bartolomeu deu-nos 1000 ducados que os portugueses pagam em taxas portuárias, e dividimos este valor em três partes, uma para a fortificação e manutenção do porto, outra que usamos para persuadir senhores Cristãos ou pagãos para favorecer ou não impedir as conversões, e uma outra para manter as ditas residências. Em quinto, eventualmente irá haver aqui um bispo, e Nagasaki, caso a Sociedade não a queira manter, será muito útil para ele. Assim decidi aceitar, e Nagasaki agora pertence-nos. D. Bartolomeu também nos deu Mogi, que fica a uma milha daqui. O principal problema é que sendo agora senhores deste lugar temos que administrar justiça. Não podemos deixar isso para o senhor desta área porque não é o costume, e porque a sua justiça não é satisfatória. Eles não fazem distinção entre casos civis e criminais, nem entre casos eclesiásticos e seculares. Mas é normal para os senhores darem a administração da terra a yakunin. O senhor é o dono, mas o yakunin tem plenos poderes, e não tem que pedir autorização ou recorrer ao senhor. Assim fizemos que D. Bartolomeu fizesse leis justas, para serem observadas neste porto, modificando as leis Japonesas o melhor que conseguimos para as tornar justas. Ele concedeu a autoridade a quem quer que nós nomearmos como yakunin deste porto para administrar justiça, incluindo a pena de morte, de acordo com essas leis. Uma vez que é o senhor que confere poder sobre a vida e a morte. O yakunin deve ser mudado todos os anos, para que o superior do Japão possa lidar com ele se não estiver satisfeito, mudando-o ou repreendendo-o. Apesar da oferta de Nagasaki ser incondicional, Eu aceitei na condição de que podemos desistir quando entendermos, seja por ordem do superior da Índia ou do superior do Japão. Isto deve ser assim pois as coisas no Japão podem mudar rapidamente, e poderemos ter que abandonar a cidade brevemente, e porque as coisas aqui não são como na Europa. Os senhores e outros aqui podem retomar o que deram e o que venderam, se por algum motivo isto suceder não pretendemos resistir, uma vez que aqui não há uma autoridade superior a que possamos recorrer. Além disso, estamos tão dependentes do navio, que caso falhe de aqui vir por dois ou três anos a nossa posição será completamente diferente. A propriedade aqui não significa o mesmo que na Europa, e não é possível agir com base nas mesmas assunções como na Europa. Vossa Paternidade deverá perguntar a Sua Santidade o Papa para emitir um breve dando-nos maiores competências, para que sem escrúpulos possamos exercer a jurisdição civil e criminal. Como por exemplo, fazer novas leis com a sanção da punição capital. Tudo isto parece muito estranho, mas as coisas verdadeiramente são diferentes no Japão.

Doc. X – Excerto de carta de Richard Cocks 7 ou 17 Setembro de 1622 (em Boxer, o Grande Navio de Amacau).

Os holandeses mandaram este ano uma nova esquadra de 14 ou 15 velas, grandes e pequenas, para tomar Amacau; mas foram repelidos, perdendo, dizem uns 300 homens, e dizem outros 500 e 4 dos seus navios arderam; o rei da China permitiu agora aos portugueses que fortificassem Amacau, no que nunca tinha sido consentido antes, e deu ordem ao Vice-Rei de Cantão para os ajudar com 100000 homens contra os holandeses, se houvesse necessidade disso. Havia 4 dos nossos 10 navios da Esquadra de Defesa patrulhando, em frente de Amacau, 2 ingleses e 2 holandeses antes de lá chegar a esquadra holandesa de 15 navios. Os navios ingleses eram o Palsgrave e o Bull, que quando passaram pelos holandeses os saudaram com trombetas, mas estes não responderam nem por palavra nem por outra forma, mas seguiram em silêncio; o que a princípio os fez ficar em dúvida se eram amigos ou não. Mas os holandeses contavam tomar a cidade ao 1º assalto, sem a ajuda dos nossos navios ou homens, e portanto não se dignaram falar com eles; contudo falharam no seu propósito, e desde então fortificaram-se numa ilha perto da Isla Formosa, chamada Isla de Pescadores, onde dizem que há um porto muito bom e com água suficiente para os maiores navios do mundo.

Doc. XI – Resumo do contrato de Lopo Sarmiento com o Estado da Índia (em Boxer, O Grande Navio de Amacau).

(...) 1) Lopo Sarmiento de Carvalho obriga-se a entregar a Macau 1200 picos do cobre japonês no fim de cada viagem, ao preço líquido de 20 xerafins por pico ou 24000 xerafins no total. O saldo devido à Coroa no fim de cada viagem, 78000 xerafins, deveria ser pago da seguinte forma: a) 30000 xerafins, em cada ano, como compensação por quem tiver obtido a capitania na viagem, b) 48000 xerafins seriam entregues anualmente ao Feitor da Coroa, em Macau, o total dos 102000 xerafins devidos à Coroa, no final de cada viagem, seria pago, parte em cobre e parte em dinheiro; 2) Lopo Sarmiento de Carvalho deveria fazer um pagamento adiantado de 50000 xerafins em dinheiro, desta quantia 48000 xerafins ser-lhe-iam creditados em conta do que deve ao fim da primeira viagem e os restantes 2000 deduzidos da quantia a ser paga no fim da segunda viagem; 3) Lopo Sarmiento obrigava-se a fornecer o cobre comprado no Japão ao Feitor da Coroa, em Macau, ao preço fixo de 20 xerafins por pico, mesmo que o preço de compra no Japão fosse superior; 4) A Lopo Sarmiento é concedido o monopólio de todo o cobre comprado no Japão, e nenhum outro português teria licença para o licitar, por outro lado teria que vender todo este cobre em Macau ao preço fixo de 20 xerafins por pico, qualquer que fosse o custo de aquisição, como já se disse anteriormente. Além disso, se não conseguisse trazer a quantidade de cobre prevista para cada viagem, pagaria direitos sobre o total que deveria ter trazido, e na viagem seguinte compensaria o que faltasse; 5) O próprio Lopo Sarmiento, os seus herdeiros e os seus sócios (António Fialho Correia e Gaspar Homem, em Macau, e Manoel de Moraes Sapico, em Goa) eram igualmente responsáveis, coletiva e individualmente, pelo estrito cumprimento deste contrato; 6) Se algum dos seus navios encalhasse ou perdesse a viagem ao Japão ou Manila, ser-lhe-ia permitida uma redução *pro rata* (segundo a proporção) que não se aplicaria se a perda for devida a negligência ou por ação de Deus. Para este efeito, o valor de cada viagem ao Japão era calculado em 72000 xerafins e o de cada viagem a Manila em 30000 xerafins. Lopo Sarmiento ainda se obrigava a mandar um mínimo de 13 navios ao Japão e 9 a Manila durante o período de três anos em que durasse este contrato, ou alternativamente 4 ao Japão e 3 a Manila em cada um dos anos, sendo as cargas distribuídas igualmente pelos navios de cada ano; 7) Não podia pedir um desconto nestes navios se as viagens fossem feitas sem perigo. Era pessoalmente responsável em obter o número estipulado de navios, e se não o conseguisse, perdia todos os seus direitos para a Coroa, por outro lado, poderia mandar ao Japão ou a Manila tantos navios quantos quisesse, acima e a mais do número estipulado, as cargas e os fretes destes navios junto com os lucros seriam unicamente receita sua e a Coroa não poderia reclamá-los; 8) Todos os navios para o Japão deveriam partir de Macau antes de 1 de Agosto, de outra forma não seriam tomados em consideração, esta cláusula poderia contudo ser revogada se um bloqueio holandês a Macau tornasse inevitável um adiamento da viagem. Neste caso, as galeotas poderiam partir em Agosto, sendo concedida uma compensação quanto aos navios perdidos nestas circunstâncias; 9) Lopo Sarmiento era provido de todos os necessários poderes e delegações, autorizando-o a fazer as viagens ao Japão, sem qualquer interferência por parte do capitão-geral de Macau. Todos os comerciantes e cidadãos de Macau poderiam, é claro, mandar os seus produtos nas galeotas que fossem ao Japão nos termos usuais e contra pagamento dos fretes normais; 10) Se Lopo Sarmiento viesse a morrer antes do termo

do seu contrato de três anos ter expirado, então os seus herdeiros e os seus sócios de Macau e de Goa eram conjunta e separadamente responsáveis pelo cumprimento rigoroso deste contrato; 11) Ninguém poderia mandar navios para o Japão ou para Manila sem licença de Lopo Sarmento durante o período de validade do seu contrato. Viagens subsidiárias como as que se fazem de Macau para a Indochina, Macáçar e Timor, também poderiam ser feitas por Lopo Sarmento, mas isso não lhe daria qualquer direito de pedir à Coroa qualquer desconto ou redução para as perdas em que incorresse; 12) No caso de alguma das viagens falhar devido a questões com as autoridades chinesas de Cantão ou com funcionários japoneses em Nagasaki, que não fossem culpa de Lopo Sarmento, então não seria obrigado a cumprir todas as cláusulas deste contrato, senão quando tivesse condições apropriadas para o fazer. Em tal eventualidade seria levantado logo um rigoroso inquérito judicial e submetido aos representantes da Coroa em Goa e Macau. Outras cláusulas estipulavam o pagamento de 30000 xerafins aos fiadores das viagens ao Japão, em Goa ou em Macau, conforme eles o desejassem; proviam a existência de fiadores em Macau; autorizavam-no a importar a quantidade total de 3600 picos de cobre do Japão para Macau no primeiro ano do seu contrato, se o pudesse ou quisesse fazer.

Doc. XII – A declaração que marca o fim da Época Nanban (Em Boxer, O Grande Navio de Amacau, segundo relato do feitor holandês de Hirado, François Caron).

(...) 1) Vocês e os vossos compatriotas têm continuado a trazer missionários para o país, apesar das leis severas contra essa prática; 2) Estes missionários e os que converteram têm recebido ajuda e conforto permanente de vós e dos vossos compatriotas, para os ajudar a cumprir os seus desígnios; 3) Isto deu como resultado que muitos dos nossos vassalos abandonassem os deveres a que estão ligados, causando assim a morte de muitos. Por todas estas razões todos vocês merecem a pena de morte e Sua Majestade Imperial devia em toda a justiça matar-vos, mas condescendeu em vos poupar as vidas, pelo que por esta forma vos ordena que devem partir do Japão e nunca mais voltar. Se vierem a desrespeitar esta ordem, serão infalivelmente punidos, como agora mereciam sê-lo (...) Os portugueses responderam com lágrimas a correr-lhes pela cara abaixo, dizendo: Tudo aquilo que Sua Majestade Imperial deseje, será feito, mas a nossa mágoa obriga-nos a dizer a Vossa Alteza que lhe pedimos que puna os infratores da lei japonesa com a pena de morte, e que permita aqueles de nós que são inocentes, a continuar este comércio. Pois Macau é alimentado pelo Japão, e se nós ficarmos privados deste comércio voltaremos a cair na maior miséria. Mas esta resposta foi ignorada, e foi ordenado que as três acusações dos seus crimes e a sentença da proscricção que os acompanhava fossem traduzidas para português e lhes fossem entregues, para que pudessem refletir maduramente nas razões da sua condição, o que foi feito imediatamente. Foi-lhes dada ordem para sair e assim os dois capitães-mores e os cinco portugueses chegados de novo separaram-se uns dos outros com lágrimas nos olhos.

II – Notas Biográficas

Akaza Naoyasu (m.1606): um dos generais que estava no exército de Ishida Mitsunari em Sekigahara e que acabou por o trair, por ordem de Ieyasu viu as suas terras confiscadas após Sekigahara.

Alessandro Valignano S.J. (1539-1606): missionário jesuíta napolitano enviado como visitador geral para as missões do Oriente em 1573 onde ficará até à sua morte em Macau. Em Macau fundará o Colégio Jesuíta de S. Paulo e estabeleceu o princípio que os missionários deveriam aprender a ler, a falar e a escrever chinês, exemplo que depois copiará para o Japão. Por sua intervenção os padres jesuítas, Michele Ruggieri (1543-1607), que permanecerá na China entre 1579-88 e Matteo Ricci (1552-1610), que morrerá em Pequim e será o responsável pela missão na China Ming, foram para o Oriente. Visitará o Japão por três vezes (1579-82, 1590-92 e 1598-1603), fundando vários seminários para a formação do clero nativo, aceitando a doação de Nagasaki e organizando uma embaixada japonesa à Europa, de vários *daimyō* cristãos do *Kyūshū*.

Anjirō ou Yajirō conhecido por Paulo da Santa Fé (m. no fim dos anos 1550): foi um samurai natural de Satsuma que conheceu Francisco Xavier quando vivia exilado em Malaca. Discípulo de Xavier converteu-se ficando conhecido como Paulo da Santa Fé. Após a partida de Xavier de Satsuma em 1550 ficou como encarregado da insipiente comunidade cristã aí estabelecida. Há dois relatos após este acontecimento relacionados com a sua vida. Um deles diz-nos que terá fugido para a China devido a uma perseguição ordenada

por Shimazu Takahisa e aí terá sido martirizado. O segundo diz-nos que para apoiar a sua família regressou à vida militar e terá morrido em ataques feitos contra a costa chinesa. De todas as formas em 1553 há relatos jesuítas que referem que a comunidade cristã de Satsuma se encontrava sem pastor nesta época. Conclui-se assim que Paulo terá provavelmente morrido nos últimos anos de 1550 na China.

Arima Harunobu (1567-1612): segundo filho de Arima Yoshisada (m. 1570), sucedeu ao irmão Yoshizumi aquando da morte deste em 1571. Foi batizado como Protásio pelo visitador Alessandro Valignano em 1579 no início da sua primeira visita ao Japão. Após a sua conversão começou a receber armas dos portugueses o que fortaleceu a posição da família no norte do Kyūshū. Fundou um seminário e um centro para treinar noviços nos seus domínios. Em 1582 foi um dos três daimyō que enviaram embaixadores à Europa. Neste ano perdeu o castelo de Shimabara para Ryūzōji Takanobu e requereu o apoio dos Shimazu de Satsuma. Em 1584 forças Shimazu e Arima derrotaram os Ryūzōji em Okitanawate e nessa batalha Takanobu foi morto originando uns anos depois a extinção desta família. Quando foi promulgado o édito anticristão de Toyotomi Hideyoshi muitos cristãos refugiaram-se nos seus domínios. Em 1587 na invasão do Kyūshū por Hideyoshi apoiou-o e manteve os seus domínios fazendo depois o mesmo em 1600 aquando da batalha de Sekigahara pois apoiou Tokugawa Ieyasu. Em 1609 liderou o ataque na baía de Nagasaki ao *Madre de Deus* após um incidente ocorrido em Macau com homens seus. Como recompensa pelo ataque ao *Madre de Deus* foi-lhe dada uma espada por Ieyasu. Posteriormente a situação complicou-se quando o governante lhe apresentou a sua neta Kunihime como mulher para o seu filho mais velho Naozumi. Este já era casado com uma rapariga cristã mas repudiou-a e aceitou o casamento. Desejando recuperar uns castelos recorreu a Okamoto Daihachi, um cristão ao serviço de Honda que apesar de ter aceitado os presentes nada fez. Harunobu levou o caso a Ieyasu mas foi denunciado pelo filho que o pretendia derrubar. Okamoto foi condenado à morte e Harunobu foi exilado para Kai, onde depois foi executado a 5 de Junho de 1612 por recusar o suicídio, o seu filho Naozumi assumiu o governo de Shimabara e iniciou uma perseguição anticristã entre 1612-1613. Percebendo que não conseguia erradicar o cristianismo pediu transferência para outro domínio (*han*) que governou até 1641 e durante a rebelião de Shimabara estará entre as forças que esmagaram a revolta.

Asano Nagamasa (1546-1611): cunhado de Hideyoshi e um dos seus principais conselheiros que participou em várias campanhas durante o regime Toyotomi, tendo combatido contra os Mōri, os Hōjō e nas campanhas da Coreia. Foi nomeado para a comissão dos cinco (*go-Bugyō*) juntamente com Ishida Mitsunari, Maeda Gen'i, Mashita Nagamori, Natsuka Masaie que tinham a seu cargo governar a capital Kyoto e as províncias em redor da mesma (*Kinai*), foi um dos arquitetos das políticas do levantamento fundiário do governo de Hideyoshi e de várias outras medidas tomadas durante o consulado do regente. Após a morte deste serviu Tokugawa Ieyasu e combateu a seu lado em Sekigahara, morreu em 1611 sendo sucedido pelo filho Yoshinaga.

Bernardo de Kagoshima (m. 1557): um japonês convertido por Francisco Xavier durante a sua estadia em Kagoshima. De origens humildes desconhece-se o seu nome original. Irá acompanhar Xavier durante o seu tempo no Japão com quem partirá do país em 1551 viajando para Goa. Aí embarcará para Lisboa e viajará até Roma. Durante o seu tempo na Europa entrará para a Companhia de Jesus e morre em 1557 em Coimbra quando se preparava para regressar ao Japão como missionário.

Chōsokabe Morichika (1575-1615): foi o quarto filho de Chōsokabe Motochika e sucedeu ao pai em 1599 como *daimyō* de Tosa, no Shikoku, perdeu as suas terras em 1600 após Sekigahara. Em 1614 juntou-se aos defensores de Osaka, sendo capturado após a queda da fortaleza, foi decapitado com os filhos a 11 de Maio de 1615.

Diogo de Vasconcelos (m.1640): em 1606 foi como capitão-mor da viagem do Japão, sendo depois enviado de Goa em 1610 com uma poderosa armada de seis galeões, uma pinaça e duas galeotas com ordens para proteger a navegação portuguesa dos ataques holandeses no Mar da China, mas também para colaborar com os espanhóis de Manila para expulsar os holandeses das Molucas. Apesar das ordens de D. Juan da Silva, governador das Filipinas, o comandante português recusou-se a sair de Macau, onde a sua má conduta provocou vários incidentes entre os seus homens e a população da cidade, além de várias disputas com as autoridades chinesas. Por se ter recusado a pagar os direitos de ancoragem, durante a sua estadia na Ásia acabou por perder quatro dos navios da sua esquadra ao largo da costa do Malabar entre 1611-12. Acabou por regressar a Portugal em 1615,

sem ter sido alvo de qualquer ação legal, sobrevivendo ao naufrágio da nau *Nossa Senhora da Luz*, ao largo do Faial, Açores. Em 1639 foi nomeado capitão de Moçambique e Sofala, morreu na tentativa de conquistar o Monomotapa, na África oriental, em Março de 1640.

Everardo Mercuriano (1514-80): de seu nome Everard Landinois, será o quarto geral da Companhia de Jesus (1572-80), sob a sua tutela foram aplicadas diversas reformas dentro da Companhia sendo também um homem que esteve profundamente envolvido nas missões para o Oriente.

Família Hatakeyama: foi uma das famílias que combateu ao lado dos Ashikaga contra a corte do sul e recebeu como recompensa a posição de *Shugo* das províncias de Yamashiro, Kii, Kawachi, Etchū e Noto no fim do séc. XIV e durante o séc. XV, alguns membros da família foram *Kyoto Kanrei* tendo uma grande influência na capital. Em 1467 deu-se uma divisão na família entre Masanaga (1442-93) e Yoshinari (c.1437-91) porque ambos desejavam ocupar o cargo. O conflito escalou, sendo uma das causas para a guerra Ōnin. A família apesar de enfraquecida conseguirá ainda força e unidade para se opor a Oda Nobunaga cem anos depois. Como últimos nomes proeminentes da família destacam-se Yoshifusa (1491-1545) líder dos Hatakeyama de Noto. Takamasa (m. 1576) líder dos Hatakeyama de Kawachi e Yoshitsugu (1552-86), líder dos Hatakeyama de Mutsu.

Família Hōjō tardia: foi uma das famílias mais poderosas durante o *Sengoku jidai* detendo vastos domínios na região de Kantō sendo também conhecidos como Odawara Hōjō, devido a que a sua capital era o castelo de Odawara na província de Sagami, presentemente prefeitura de Kanagawa. Comos seus líderes destacam-se: Hōjō Sōun (1432-1519), Hōjō Ujitsuna (1487-1541), Hōjō Ujiyasu (1515-71), Hōjō Ujimasa (1538-90) e Hōjō Ujinao (1562-91), sendo que o poder da família chegou ao seu término após a tomada de Odawara pelas forças de Toyotomi Hideyoshi em 1590.

Família Hosokawa: deteve muito poder no Japão durante o período Muromachi (1336-1467) e durante o período Sengoku (1467-1600) e manteve-se nos círculos do poder durante o período Edo (1603-1867). Sendo também uma das famílias que dominou o posto de *Kyoto Kanrei*. Durante o governo Ashikaga controlaram grande parte do Shikoku, sendo ainda *Shugo* de Awa, Awaji, Bitchu, Izumi, Sanuki, Settsu, Tamba, Tosa e Yamashiro. Um conflito entre Hosokawa Katsumoto (1430-73) e o seu sogro Yamana Sōzen (1404-73), acerca da sucessão do *Bakufu* provocou a guerra Ōnin. Após a queda do *Bakufu* a defesa da capital ficou a cargo da família. Hosokawa Masamoto (1466-1507), seu filho, acabou por ser assassinado levando a que a família perdesse muito poder devido a uma guerra civil. O que restou de poder à família concentrou-se em torno de Kyoto. Destaca-se como último grande nome da família, neste período, Hosokawa Harumoto (1519-63) e após a sua morte o que restava de poder da família eclipsou-se. Hosokawa Ujitsuna (m.1564) foi o último *Kyoto Kanrei* entre 1552-64, embora não fosse mais do que um mero fantoche de Miyoshi Nagayoshi ou Chōkei (1522-64).

Família Ōuchi: foi uma das mais importantes e poderosas durante o *Bakufu* de Muromachi. A sua capital localizava-se em Yamaguchi, tendo seis províncias sob o seu controlo no auge do seu poder. Apoiaram os Ashikaga durante o Nanboku-chō, mantendo o seu poder até 1557, quando Yoshinaga, o seu último líder se suicidou após a derrota em Miyajima perante os Mōri de Aki. O seu poder estendeu-se a partir da província de Suō vindo a controlar todo o Honshū ocidental. A família estava profundamente envolvida no comércio com a China e após a Guerra Ōnin (1467-77) desenvolveram uma forte rivalidade com a família Hosokawa. O monopólio do seu comércio com a China chegou ao fim em 1548, devido aos mercadores de *Sakai*. Francisco Xavier, na sua missão no Japão, passou algum tempo nos seus domínios em 1551. Como resultado da sua riqueza e contatos comerciais, a família era conhecida pelo seu mecenato às artes e à cultura. Os últimos líderes da família foram: Yoshioki (m. 1528), Yoshitaka (1528-51) e Yoshinaga (1551-57), após a morte do último líder os seus territórios passaram para os Mōri.

Família Shiba: teve a sua base de poder inicial na província de Mutsu e herdou o governo da província de Owari (atualmente prefeitura de Aichi). Shiba Takatsune (1305 – 1367) conseguiu expandir a influência da família apoiando Ashikaga Takauji (1305-58). Com o estabelecimento do governo de Muromachi em 1336 Takatsune foi nomeado *Shugo* de Echizen e Wakasa. Entre os elementos da família que chegaram a exercer o cargo de *Kyoto Kanrei* destacam-se: Yoshimasa (1350-1410), filho de Takatsune. O seu filho Yoshishige (1371-1418) e o seu neto Yoshiatsu (1397-1434). A família entrou em disputas internas em meados do séc. XV e esta

luta interna foi uma das causas da guerra Ōnin. No ano de 1550 eram representados por Yoshimune da província de Owari, este não era mais do que um fantoche do ramo Oda Iwakura, governando a partir do castelo de Kiyosu. Em 1554 Oda Nobutomo (m.1555) ordenou a sua execução, com a sua morte a família deixa de existir como um poder político. O seu filho Yoshikane (1540-1600) procurará recuperar o poder até ser expulso em 1572.

Família Shōni: foi uma família que descendia da família Fujiwara. Vários membros da família ajudaram a repelir as invasões mongóis em 1274 e 1281. Foram aliados de Ashikaga Takauji e da corte do norte durante o período Nanboku-chō no séc. XIV. Derrotados pela família Ōuchi em vários embates no séc. XIV e XV foram perdendo os seus territórios. Os últimos membros da família foram Sukemoto (1497-1532) que logrou derrotar os Ōuchi com apoio dos Ōtomo. Sucedeu-lhe o filho Tokinao que foi expulso de Chikugo por Ryūzōji Takanobu, em 1554. Morrendo em 1556 em combate quando tentava recuperar os seus territórios.

François Caron (1600-73): foi um refugiado huguenote francês que serviu na Companhia holandesa das Índias Orientais durante 30 anos, chegou ao Japão em 1619 e sendo um bom linguista, em 1627 viajou para Edo como intérprete da Companhia numa missão à corte, permaneceu no Japão entre 1619 a 41 tendo casado com uma japonesa e teve seis filhos, a família seguiu para Nagasaki quando os holandeses tiveram que abandonar Hirado e estabeleceram-se em Deshima em Junho de 1641, entre 1639 a 41 liderou a feitoria holandesa e quando saiu do Japão para Batávia a família acompanhou-o. O seu contrato expirou em 1641 e acabou por ser nomeado membro do Conselho das Índias Orientais, em 1643 combateu contra os portugueses em Ceilão e foi nomeado 8º governador da Formosa em 1644 posto que ocupou até 1646. Em 1651 saiu da Companhia com honra após vencer um processo judicial que lhe fora movido. Em 1665 por decisão de Colbert, que persuadiu Luís XIX, Caron foi nomeado como 1º diretor-geral da Companhia Francesa das Índias Orientais, cargo que desempenhou até à sua morte quando morreu num naufrágio ao largo de Lisboa.

Hasekura Rokuemon Tsunenaga (1571-1622) ou Francisco Felipe Faxicura: foi um samurai e vassalo de Date Masamune de Sendai que foi enviado como embaixador à Europa e liderando a chamada Embaixada *Keichō* entre 1613 a 1620, a embaixada foi recebida cordialmente na Europa, mas tendo em conta que o governo Tokugawa avançava com a supressão do cristianismo e a perseguição de cristãos Hasekura não conseguiu estabelecer acordos comerciais, após o seu regresso e obedecendo a ordens do governo Date Masamune iniciou a perseguição aos cristãos em Sendai. Hasekura morrerá a 7 de Agosto de 1622 de doença, a sua família contudo manteve o seu apoio e fé cristã, em Agosto de 1637 um dos seus servos e a mulher foram executados por serem cristãos e em 1640 outro dos servos foi executado com a mulher pelas mesmas razões, nesta ocasião Rokuemon Tsuneyori, filho de Hasekura, foi decapitado por albergar cristãos. O seu irmão mais novo Tsunemichi também foi condenado por ser cristão mas conseguiu escapar e desapareceu. O filho de Tsuneyori sobreviveu e dele descendente a família atual. Em 1640 os privilégios da família Hasekura foram abolidos pelo governo de Sendai e as suas terras e bens foram confiscados e mantidos sob custódia até serem redescobertos no séc. XIX, os livros perderam-se mas vários objetos com motivos cristãos estão expostos no Museu da cidade de Sendai e outros.

Honda Masazumi (1566-1637): filho de Honda Masanobu (1538-1616). Tanto o pai como o filho serviram Tokugawa Ieyasu. Masazumi esteve na principal força Tokugawa em Sekigahara, sendo feito *daimyō* em 1608, participou no cerco de Osaka assim como o pai. Masanobu morreu algumas semanas após Ieyasu. Masazumi em 1616 tornou-se *toshiyori* posição que passará a ser pouco depois conhecida por *Rōjū*, nesta posição trabalhou de forma muito próxima a Tokugawa Hidetada, em 1622 caiu em desfavor e foi exilado para o domínio de Kubota, onde morreu em 1637.

Ishida Mitsunari (1559-1600): foi um dos colaboradores mais próximos de Hideyoshi e o principal comandante do exército ocidental em Sekigahara. Sendo a principal força de oposição a Tokugawa Ieyasu liderará as forças Toyotomi em Sekigahara, após a derrota foi capturado sendo executado a 6 de Novembro de 1600.

Itakura Katsushige (1545-1624): foi o segundo *Kyoto Shoshidai* (representante do *shōgun* na cidade de *Kyoto*) entre 1601-19, tendo sucedido a Okudaira Nobumasa (1555-1615) que ocupou o cargo entre 1600-01. A Katsushige sucedeu o filho Shigemune como *Shoshidai* entre 1619-54, depois foi feito 1º senhor (Itakura) do domínio de Sekiyado em 1656-57, posto que os seus descendentes manterão até 1669.

Jacques Specx (1585-1652): foi um mercador holandês que fundou a feitoria holandesa de Hirado em 1609, graças à ajuda de William Adams, Specx conseguiu vários privilégios comerciais do governo Tokugawa, sendo responsável da feitoria holandesa entre 1609-12 e em 14-21, chegando a ser governador interino de Batávia entre 1629-32 vindo a morrer na Holanda em 1652.

João Lopo Sarmiento de Carvalho: nasceu em Bragança sendo filho de Lopo Rodrigues de Carvalho e de Maria Luísa Sarmiento. Bragança era conhecida pelo grande número de cristãos-novos ou marranos que aí viviam e analisando a longa carreira de Lopo Sarmiento no Extremo Oriente é provável que tivesse sangue judeu. Veio para a Índia em 1607 e serviu com distinção em vários combates especialmente em redor de Baçaim, em 1613, onde foi ferido com gravidade. Levou reforços a Malaca, em 1614, e um ano depois foi para Macau. Aí casou com uma rapariga euroasiática e se estabeleceu até à sua morte em 1645. Da sua família faziam parte 3 filhos e duas filhas, os seus dois filhos mais novos morreram em combate contra os holandeses em Ceilão, o mais velho Inácio Sarmiento de Carvalho, que defendera Cochim contra os holandeses entre 1659-63, foi assassinado em Goa pelo genro em 1676, com a sua morte a família extinguiu-se, pois o único sobrevivente era a Irmã Teresa de São José, freira no convento de Santa Mónica de Goa, onde morreu no fim do século.

João Rodrigues Girão S.J. (1558-1629): foi um religioso da Companhia de Jesus natural de Alcochete, partiu para a Índia em 1583 sendo aí ordenado sacerdote em 1585, chegou ao Japão em Agosto de 1586, esteve em Ōmura em 1589, depois em Kuri em 1592 e em 1600 foi enviado como superior para Kamigyō, mudou-se depois para Nagasaki onde foi secretário da vice-província e companheiro de Francisco Pasio e depois de Valentim de Carvalho, sendo autor de várias cartas anuais da missão nipónica, abandonou esta função em 1612, partiu para Macau em 1614 afetado por um problema de gota, pretendia regressar ao Japão, mas viria a morrer em Macau em 1629.

João Serrão da Cunha: era filho de Manuel Serrão e de Anna de Mendanha, combateu em Ceilão em 1598 e na defesa de Moçambique em 1606-07 indo para a Índia em 1623, terminou a carreira como governador de Cabo Verde, cargo que desempenhou entre 1638 até à sua morte em 1645. Neste cargo refez-se de parte das perdas resultantes da sua desastrosa viagem ao Japão de 1610-14, morreu um homem rico e tendo deserdado o filho por ter feito um casamento desigual. Deixou a sua fortuna à Misericórdia de Lisboa e ao irmão um breviário e um par de óculos, argumentando que esta herança chegava para um universitário.

Katagiri Katsumoto (1556-1615): foi nomeado guardião de Hideyori após Sekigahara, sendo expulso de Osaka por Yodogimi antes da campanha de Osaka, que desconfiava da sua lealdade, vindo a morrer vinte dias após a queda do castelo.

Kikkawa Hiroie (1561-1625): foi um importante daimyō que impediu que o grosso das forças dos Mōri comandadas por Hidemoto se envolvesse eficazmente na batalha de Sekigahara. Esta intervenção resultou de um acordo secreto com Ieyasu. Após a batalha Terumoto entregou uma parte dos seus reduzidos domínios a Hiroie em Iwakuni, mas ele e os seus descendentes nunca foram *daimyō* por direito próprio mas sim vassallos seniores dos Mōri até ao fim do *Bakufu Tokugawa*, quando o feudo de Iwakura se tornou um *han*. Em 1614 foi sucedido pelo filho Hiromasa vindo a morrer em 1625.

Kobayakawa Hideaki (1577-1602): filho de Kinoshita Iesada e sobrinho de Toyotomi Hideyoshi, foi adotado por Kobayakawa Takakage a quem sucedeu em 1597, traíndo as forças de Mitsunari durante a batalha de Sekigahara contribuiu para a vitória Tokugawa, morrerá louco em 1602, após a sua morte a família Kobayakawa desapareceu pois não havia um herdeiro.

Konishi Yukinaga (1555-1600): foi um dos principais daimyō cristãos sendo conhecido nas cartas jesuíticas como D. Agostinho, servirá Hideyoshi durante as campanhas da Coreia, durante a campanha de Sekigahara lutará ao lado de Ishida Mitsunari sendo executado após ser capturado no fim da batalha.

Kuroda Yoshitaka (1545-1604): foi um samurai e daimyō do clã Kuroda e um dos estrategistas-chefe de Hideyoshi, assumiu a liderança da família em 1567 e juntou-se a Hideyoshi enquanto este conduzia a campanha contra os Mōri por ordem de Nobunaga, sendo depois um dos generais que liderou o ataque ao Kyūshū juntamente com Takayama Ukon converteu-se ao cristianismo e foi batizado com o nome D. Simeão, mas

acabou por abjurar ao cristianismo em 1587, em 1595 passou a liderança da família para o filho, combateu na campanha de Sekigahara ao lado de Ieyasu procurando conquistar o Kyūshū, morreu em 1604.

Kutsuki Mototsuna (1549-1632): foi um dos generais do exército de Ishida Mitsunari em Sekigahara, sendo um dos que traiu a facção Toyotomi, após a batalha por ordem de Ieyasu foi um dos que perdeu as suas terras.

Kyōgoku Takatsugu (1560-1609): foi um daimyō da província de Ōmi e Wakasa, é reconhecido como o fundador da família atual, os seus antepassados tinham sido uma família poderosa desde o séc. XIII mas a sua fortuna e influência decaíra após a guerra Ōnin, aliou-se a Oda Nobunaga e após a sua morte tornou-se um daimyō fudai (vassalo hereditário) de Toyotomi Hideyoshi e foi-lhe entregue o castelo de Ōtsu, que foi tomado pelas forças ocidentais durante a campanha de Sekigahara, mas como *Ieyasu* emergiu vitorioso a perda do castelo foi uma perda menor, a família será considerada tozama (estrangeiros) durante o governo Tokugawa, Takatsugu casou-se em 1587 com Ohatsu (1570-1633), irmã mais nova de Yodogimi (1569-1615), concubina e segunda mulher de Hideyoshi e mãe de Toyotomi Hideyori e irmã mais velha de Oeyo (1573-1626), cujo terceiro marido foi Tokugawa Hidetada, sendo mãe do terceiro shōgun Tokugawa, Iemitsu. Ohatsu em 1609 após a morte do marido tornou-se uma monja budista. O seu filho Tadakata (1593-1637) sucedeu ao pai e combateu pelos Tokugawa durante Osaka, após a sua morte sem descendentes, os governantes Tokugawa reconheceram a adoção do seu sobrinho Takakazu, filho de Takatomo (1572-1622), irmão mais novo de Takatsugu que como o irmão apoiou os Tokugawa em Sekigahara, Takakazu será transferido para Marugame, em Sanuki, em 1658, os seus descendentes continuarão a governar o domínio até à abolição do sistema em 1871. A sua mãe foi Maria Kyōgoku (1543-1618) que fora batizada em 1581 juntamente com o marido Takayoshi (1504-81) em Kyoto, após a morte do marido foi uma pregadora do cristianismo sendo considerada pelos jesuítas como uma importante catequista, em 1606 ou 07 mudou-se para Wakasa, para ser protegida pelo filho mas em 1609 com a sua morte mudou-se para uma parte remota de Tango, para evitar perseguições e aí morreu em 1618.

Luís de Almeida S.J. (1525-83): foi um religioso da Companhia de Jesus. Pertencia a uma família de cristãos-novos e concluiu o curso de medicina em Lisboa em 1547, partiu para a Índia em 1548 participando no comércio em associação com Duarte da Gama. Foi ao Japão pela primeira vez em 1552 e conheceu Cosme de Torres em 1553. Entrou para a Companhia em 1556 em *Funai* (Oita) onde fundou um hospital e introduziu a medicina ocidental no país, a partir de 1561 trabalhou em várias regiões do Japão como Hakata, Hirado e Kagoshima, entre 1562-63 esteve em Yokoseura estando ligado à fundação do porto, depois foi para Arima e em 1565 estava no centro do Japão, visitou seguidamente as ilhas Goto e em 1567-68 estava em Nagasaki e em 1569 dedicou-se à evangelização de Amakusa e em 1575 transferiu-se para Arima, onde realizou muitas conversões, partiu para Macau em 1579 sendo ordenado em 1580 e voltou ao Japão, entre 1581-83 foi superior de Amakusa, onde morreu.

Luís Fróis S.J. (1532-97): nasceu em Lisboa e foi um missionário jesuíta no Japão e autor de uma das mais importantes obras históricas para se compreender o Japão do séc. XVI. Fróis chegou ao Japão em 1563 e em 1565 chegou a Kyoto onde conheceu o shōgun Ashikaga Yoshiteru, em 1569 travou amizade com Oda Nobunaga, tornando-se seu amigo e viveu vários anos do seu castelo de Gifu, em 1577 foi para o Bungo onde assistiu ao batismo de Ōtomo Sōrin e em 1581 torna-se secretário do vice-provincial Gaspar Coelho, iniciando nesta altura a sua *Historia de Japam*, a pedido de Valignano, acompanhando o vice-provincial Gaspar Coelho, como intérprete, na missão que leva ao decreto da expulsão, após o decreto continua a exercer a sua missão na clandestinidade, em 1592 viaja como secretário de Valignano para Macau onde termina o relato da organização da embaixada Tenshō, já num estado de saúde frágil e temendo que o seu trabalho se perca em Macau regressa ao Japão em 1595, deixa-nos como sua última obra o relato sobre os Mártires de Nagasaki (15 de Março de 1597), morrendo no colégio de S. Paulo de Nagasaki a 8 de Julho de 1597.

Mashita Nagamori (1545-1615): foi um importante conselheiro do regime Toyotomi, não participou na batalha de Sekigahara mas após ela o seu feudo foi confiscado. O seu filho combaterá em Osaka por Hideyori, onde morrerá. Devido a isto Nagamori foi forçado a suicidar-se por ordem de Ieyasu após a queda da fortaleza.

Matsunaga Hisahide (1510-77): foi um companheiro de Miyoshi Nagayoshi ou Chōkei (1522-64) e vassalo de Miyoshi Masanaga (1508-49). Dirigiu a conquista da província de Yamato nos anos 60 e em 1564 era um

daimyō independente. Submeteu-se a Nobunaga em 1568 quando este entrou em Kyoto pela primeira vez. Em 1577 rompeu com Nobunaga, que o cercou no seu castelo de Shigisan acabando por se suicidar. Foi um dos envolvidos no assassinato ou suicídio do shōgun em 1565.

Matsuura Takanobu (1529-99): foi senhor de Hirado (r.1541-68), rival da família Ōmura, competiu com Sumitada pelo comércio com os portugueses. Esta rivalidade perdurará até à cedência de Nagasaki aos Jesuítas em 1580. Embora tolerante para com os cristãos e tendo recebido amigavelmente Xavier em 1550. Em 1558 irá expulsar os missionários das suas terras, devido à destruição de três templos budistas.

Matsuura Takanobu (1592-1637): foi o 3º *daimyō* do *han* (domínio) de Hirado entre 1603-37, tendo sucedido ao seu pai Hisanobu (1571-1602) após a morte súbita deste, o seu avô era Matsuura Shigenobu (1549-1619) que se retirou em 1589 a favor do filho, sendo bisneto de Matsuura Takanobu (1529-99) que rivalizara com Sumitada pelo comércio português e se retirara em 1568 a favor do filho. Takanobu cultivou boas relações com os holandeses, sendo nomeado pelo governo Tokugawa intermediário comercial entre o governo e os holandeses.

Maeda Gen'i (1539-1602): foi um monge budista do monte Hiei que começou por servir Nobunaga e após a morte desde serviu Hideyoshi, esteve envolvido na construção do castelo de Fushimi e tinha também ao seu cargo a receção de presentes para o Imperador e os representantes dos Jesuítas no palácio de Jurakudai.

Mōri Hidekane (1567-1601): foi um *daimyō* e membro da poderosa família Mōri, casou com uma filha de Ōtomo Sōrin e converteu-se ao cristianismo. Depois de Sekigahara mudará o nome de Kobayakawa que usava então, pelo seu nome original de Mōri. Morreu jovem com 35 anos.

Mōri Motonari (1497-1571): foi um *daimyō* proeminente na região de Chūgoku ocidental durante o séc. XVI. Em 1523 sucedeu ao sobrinho como líder da família. Em 1551 Sue Harukata revoltou-se contra Ōuchi Yoshitaka, forçando-o a cometer suicídio e controlando a família e os exércitos assim como o novo líder Ōuchi Yoshinaga, que foi forçado a cometer *seppuku* em 1557 após a derrota de Sue em Miyajima (1555). Motonari conseguiu derrotar os Ōuchi e os Amago conseguindo assumir o controlo total sobre a região de Chūgoku, posteriormente derrotará, também os Ōtomo de Bungo. Teve três filhos: Mōri Takamoto (1523-63), Kikkawa Motoharu (1530-86) e Kobayakawa Takakage (1533-97).

Mōri Terumoto (1553-1625): filho de Takamoto e neto e sucessor de Mōri Motonari em 1571, combateu contra Hideyoshi mas depois aceitou a sua supremacia e tornou-se um dos seus mais importantes aliados, participou na campanha do Kyūshū em 1587 e por ordem de Hideyoshi construiu o castelo de Hiroshima, fundando a cidade, foi um dos cinco nomeados para o conselho de regência por Hideyoshi, opôs-se a Ieyasu em Sekigahara, mas não esteve presente na batalha, visto que ficara no castelo de Osaka a proteger Toyotomi Hideyori, o comando das forças Mōri ficou a cargo do seu primo Hidemoto, após a batalha entregou o castelo a Ieyasu e viu o seu feudo ser reduzido significativamente ficando só com as províncias de Nagato e Suō, sendo o primeiro *daimyō* do domínio de Chōshū, foi sucedido pelo seu filho Hidenari, em 1625 os domínios de Chōshū e Satsuma irão derrubar os Tokugawa e restabelecer o imperador durante a restauração Meiji.

Murayama Tōan (batizado António): foi *Nagasaki daikwan*, tendo nascido de uma família humilde em Nagoya. Sendo um homem próximo dos jesuítas, em 1602 o seu filho Francisco foi ordenado padre. Após uma discussão devido ao preço da seda, conseguiu regularizar o comércio criando o sistema da pancada (*ito-wappu em japonês*). Juntamente com Hasegawa Sahioye Fujihito, governador da cidade, entrou em várias disputas com os jesuítas. Em 1616, liderou uma expedição para tomar Taiwan mas a operação falhou. Em 1618, teve uma disputa com o mercador japonês cristão Suetsugu Heizō. Em 1619 foi julgado e executado por abrigar missionários cristãos, o mesmo sucedendo a grande parte da sua família.

Natsuka Masaie (1562-1600): foi um outro importante colaborador e conselheiro do regime Toyotomi, na batalha de Sekigahara as suas forças ficaram próximas de Mōri Hidemoto e Kikkawa Hiroie, impedido de lutar por Hiroie viu as suas forças serem derrotadas. Refugiou-se no castelo de Minakuchi que incendiou para não ser capturado e executado.

Oda Hidenobu (1580-1605): filho de Oda Nobutada e neto de Oda Nobunaga serviu como líder da família Oda entre 1582-1600, sendo colocado nessa posição com 2 anos devido ao apoio de Toyotomi Hideyoshi, perdeu o castelo de Gifu durante uma batalha com as forças leais a Ieyasu lideradas por Ikeda Terumasa (1565-1613) e Fukushima Masanori (1561-1624) a 23 de Agosto de 1600. Esteve presente em Sekigahara mas as suas forças não chegaram a ver combate, após a batalha os seus vassallos cometeram suicídio e ele perdeu as suas terras vindo a morrer cinco anos depois.

Oda Nobunaga (1534-1582):filho de Oda Nobunhide, daimyō da província de Owari, sucedeu ao pai em 1551. Entre 1551 a 1559 dedicou-se a unificar a província de Owari dividida entre vários membros da família Oda. Em 1560 derrotou as forças de Imagawa Yoshimoto em Okehazama que procurava marchar sobre a capital do país Kyoto. Nobunaga rapidamente concluiu uma aliança com Matsudaira Motoyasu (que entrará depois para a história com o nome de Tokugawa Ieyasu). Em 1567 pôs sob seu controlo a província de Mino, onde estabeleceu a sua capital em Gifu. A partir desta conquista passará a usar no seu selo a inscrição *tenka fubu* (todo o reino submetido ao poder militar) demonstrando assim a sua vontade de unificar pela força o país. Nobunaga acabará por entrar em Kyoto em 1568 estabelecendo Ashikaga Yoshiaki como *shōgun*. Com o controlo da capital irá estender rapidamente o seu poder a todas as províncias em torno da capital (região de *go-kinai*). Colocando igualmente sob seu controlo várias cidades comerciais importantes especialmente a cidade de Sakai, nomeou de seguida vários *daikwan* (administradores governamentais) para as cidades e áreas tomadas. Estas medidas serão mal aceites pelo *shōgun* que organizará uma coligação militar contra ele. Entre 1570-73 combateu contra uma aliança composta por Takeda Shingen de Kai, Asakura Yoshikage de Echizen, Asai Nagamasa de Ōmi e contra os monges-guerreiros budistas de Ishiyama Honganji (em Osaka). Derrotou as forças Asai-Asakura em Anegawa em 1570 e em Outubro de 1571 arrasou o templo de Enryaku-ji no monte Hiei perto da capital passando ao fio da espada todos os que aí se haviam refugiado. No fim do conflito as famílias Asakura e Asai foram destruídas e os seus territórios integrados nos domínios Oda. Durante a campanha Shingen morreu a 13 de Maio de 1573 por causas naturais o que libertou Nobunaga de um poderoso rival. Nobunaga voltou a sua atenção para Kyoto e expulsou o *shōgun* pondo fim a 230 anos de governo do *Bakufu* de Muromachi. Durante os anos seguintes Oda Nobunaga continuará a ter nos templos budistas os seus principais inimigos como se pode verificar quando destrói o templo-fortaleza de Nagashima em 1574 embora a sua campanha contra os monges-guerreiros do Japão só chegue ao fim com a rendição da fortaleza de Ishiyama Honganji em 1580 após 10 anos de cerco. Em 1577 ordenou o início da construção do castelo de Azuchi que será terminada em 1579. A 28 de Junho de 1585 juntamente com forças de Tokugawa Ieyasu derrotou Takeda Katsuyori na batalha de Nagashino onde se usaram armas de fogo em massa que dizimaram a cavalaria Takeda, acabou por liderar a sua última campanha contra os Takeda em 1582 destruindo-os como força política.

Dois meses depois em 21 de Junho de 1582 morreria no templo de Honnō-ji em Kyoto durante a rebelião de um dos seus principais generais Akechi Mitsuhide (1528-82). Durante a rebelião também o castelo de Azuchi foi destruído.

Ogawa Suketada (1549-1601): foi um daimyō japonês que traiu Ishida Mitsunari em Sekigahara, após a batalha viu as suas terras confiscadas por Ieyasu.

Ōkubo Tadachika (1553-1628): filho de Tadayo, um dos vassallos hereditários Tokugawa, entrou ao serviço como samurai com 11 anos e participou nas batalhas de Anegawa (1570), Mikatagahara (1573), Nagashino (1575), Komaki e Nagakute (1584) e Odawara (1590) sob o comando do pai, em 1593 tornou-se *Karō* (ancião conselheiro) de Tokugawa Hidetada e em 1594 tornou-se o líder da família após a morte do pai e daimyō de Odawara até 1614 quando caiu em desfavor e viu o seu território confiscado, foi-lhe atribuído um pequeno território em Ōmi, pouco depois retirou-se da vida pública e tornou-se monge budista.

Ōmura Sumitada (1533-87): foi um dos senhores do norte do Kyūshū, que se converteu ao cristianismo em 1563, sendo batizado na igreja de Yokoseura juntamente com vários dos seus vassallos. Membro da família Arima foi adotado pelo anterior líder da família Ōmura. Após o batismo tomará o nome de Bartolomeu. A sua postura radical, que incluía a destruição de templos budistas e santuários xintoístas assim como a destruição de imagens em sepulturas e a aplicação do princípio da conversão forçada a vassallos e ao seu povo, levarão a revoltas no seu território tal como a uma guerra permanente com a família Ryūzōji, que governava terras a norte

dos seus domínios. Eventualmente passará a liderança da família para o seu filho Yoshiaki (1568-1615), tendo morrido de tuberculose em Sakaguchi.

Ōtomo Sōrin (1530-87) ou Yoshishige: filho de Ōtomo Yoshiaki sucedeu ao pai em 1550 e manteve-se como senhor de Funai até 1576, um dos mais fortes apoios dos missionários jesuítas disputou a hegemonia regional do Kyūshū com as famílias Ryūzōji e Shimazu, passou a liderança da família para o seu filho Yoshimune em 1576, os Ōtomo perderão as suas terras em 1593 devido à cobardia demonstrada na campanha da Coreia por parte de Yoshimune, Toyotomi Hideyoshi aproveitará a situação para se livrar assim desta família e retirar-lhes o estatuto de daimyō. Sōrin tratado por rei do Bungo nas cartas jesuíticas era conhecido também pelo seu nome cristão D. Francisco.

Pieter Nuyts (1598-1655): foi o 3º governador da Formosa holandesa (1627-29), tendo entrado para a Companhia Holandesa das Índias Orientais em 1626 e partiu nesse ano para Batávia acompanhado pelo seu filho Laurens (n.c.1622) e em 1627 após uma viagem em que mapeou cerca de 1500 km da costa australiana, foi nomeado governador da Formosa e embaixador para o Japão, tendo falhado na sua missão diplomática à corte de Tokugawa Iemitsu. Na Formosa adquiriu uma péssima reputação e as tensões com os comerciantes japoneses atingiram o rubro em 1628 sendo sequestrado por Hamada Yahei. No fim deste incidente seu filho Laurens e outros seis holandeses foram enviados como reféns para o Japão. Laurens morrerá a 29 de Dezembro de 1631 na prisão de Ōmura e em 1632 após uma árdua negociação a Companhia extraditou Nuyts para o Japão para ser julgado por crimes cometidos contra japoneses na Formosa. Esteve como prisioneiro no Japão entre 1632-36, sendo libertado nesse ano e enviado para Batávia onde foi multado pela Companhia e expulso sendo reenviado para os Países Baixos.

Richard Cocks (1566-1624): foi o representante da Companhia Inglesa das Índias Orientais no porto de Hirado, Japão, entre 1613-23, desde a sua fundação até ao seu fecho devido a bancarrota, escrevendo vários relatos sobre o Japão dessa época, após o encerramento da feitoria em 1623 partiu para Inglaterra mas morreu no mar, sendo sepultado no Oceano Índico.

Sanada Masayuki (1547-1611): foi senhor de Ueda, derrotou por duas vezes as forças Tokugawa em 1585 e 1600 quando tentaram tomar o castelo, vassalo dos Takeda, passou em 1585 ao serviço de Toyotomi Hideyoshi, após a morte do governante enviou o seu filho Nobuyuki servir Ieyasu e o exército oriental, enquanto ele e o seu filho mais novo Nobushige, continuaram fiéis ao exército ocidental. Na 2ª batalha de Ueda, os 38000 homens de Tokugawa Hidetada foram impedidos de se juntar às forças principais Tokugawa em Sekigahara, após a batalha ele o filho esteve, para ser executado. Mas como Nobuyuki combatera por Ieyasu, foram exilados para Kudoyama, na província de Kii, onde Masayuki morreu. O seu filho Nobuyuki sucedeu-lhe como 2º senhor de Ueda até 1622, morrerá em 1658, após se tornar o 1º senhor de Matsushiro até 1656, quando foi sucedido pelo filho e os seus descendentes continuaram a governar o domínio até 1871. O seu irmão Nobushige mais conhecido como Yukimura, acabará por ser o principal general que defendeu Osaka, morrendo em combate a 3 de Junho 1615.

Satake Yoshinobu (1570-1633): foi um daimyō que se juntara a Hideyoshi no cerco de Odawara e era considerado um dos seis grandes generais Toyotomi, tendo uma amizade pessoal com Mitsunari juntou-se a ele em Sekigahara, foi punido por Ieyasu e viu os seus rendimentos reduzidos, sendo transferido para o han de Kubota em 1602, na província de Dewa, combateu depois durante o cerco de Osaka sob as ordens de Tokugawa Ieyasu contra Toyotomi Hideyori.

Sebastian Vizcaíno (1548-1624): foi um soldado espanhol, explorador e diplomata que viajou pela Nova Espanha, Filipinas, península da Baixa Califórnia, pela costa da Califórnia e pelo Japão. Em 1611 transportou uma delegação liderada por Tanaka Shōsuke do México para o Japão, como embaixador encontrou-se com Tokugawa Hidetada e o seu pai Ieyasu, mas a audiência não foi favorável porque Vizcaíno não seguiu a etiqueta japonesa, em 1612 explorou a costa oriental do Japão e em 1613 acompanhou ao México a embaixada de Hasekura Rokuemon Tsunenaga, Vizcaíno nunca mais voltou ao Japão.

Shimazu Tadatsune ou Iehisa (1576-1638): foi o *tozama daimyō* de Kagoshima e o primeiro que deteve o seu governo como um domínio formal (*han*) sob o governo Tokugawa, sendo também o primeiro japonês que governou o reino de Ryūkyū como senhor. Submeteu-se formalmente a Tokugawa Ieyasu em 1602, ano em que assumiu a liderança da família sucedendo ao pai Shimazu Yoshihiro, embora o poder na família fosse detido pelo pai até à sua morte em 1619. A 5 de Abril de 1609 Tadatsune liderou a conquista do reino de Ryūkyū que subjugou e começou a usar estas terras como plataforma de comércio com a China, o reino manteve-se semi-independente até 1879 quando foi integrado no Japão como prefeitura de Okinawa. A família Shimazu continuou a governar o domínio até 1871 e foi um dos grupos que contribuiu para derrubar os Tokugawa e operar a restauração Meiji em 1868.

Shimazu Takahisa (1514-71): filho de Shimazu Tadayoshi foi o 15º líder da família Shimazu. Em 1526 foi adotado por Shimazu Katsuhisa tendo-se tornado a partir dessa data líder da família. Lançou várias campanhas para assumir o controlo das províncias de Satsuma, Ōsumi e Hyūga. Apesar de ter tido um sucesso parcial, deixando para a geração seguinte composta pelo seu filho, Yoshihisa e os seus irmãos Yoshihiro, Toshihisa e Iehisa a missão de controlarem todo o Kyūshū, fato que se concretizou, embora temporariamente. Promoveu ativamente relações com povos e países estrangeiros, foi o primeiro daimyō a ter acesso às armas de fogo ocidentais, que usou após 1543. Em 1549 recebeu Xavier e a primeira missão jesuíta, permitindo numa fase inicial a sua pregação e manteve relações diplomáticas frequentes com o reino de Ryūkyū. Abdicou em 1566 entregando a liderança da família ao seu filho Yoshihisa.

Shimazu Yoshihiro (1535-1619): foi um daimyō do clã Shimazu e supostamente terá sucedido ao irmão após a derrota dos Shimazu em 1587 e assumido a liderança da família, mas atualmente crê-se que o seu irmão Yoshihisa manteve-se como líder até à sua morte em 1611. Combateu em Sekigahara ao lado de Mitsunari e após uma carga desesperada conseguiu escapar da batalha, em 1602 foi sucedido pelo filho Tadatsune (1576-1638), que foi o primeiro a deter formalmente o feudo de Satsuma em nome dos Tokugawa, a família continuara a governar o território como *tozama daimyō* até 1871. Yoshihiro tal como o seu irmão anteriormente terá controlado os destinos da família até à sua morte, embora o seu filho fosse o daimyō oficial.

Suetsugu ou Shigefusa Heizō Shigesada: foi um importante daikwan de Nagasaki que sucedeu ao seu pai Suetsugu Heizō Masanao que fora *daikwan* desde 1616 até à sua morte em 1630. A fortuna da família começara com Suetsugu Kozen que se estabelecera em Nagasaki após a sua fundação em 1571 e fora aumentada consideravelmente pelo seu filho Masanao. Shigesada terá morrido entre 1647-50 sendo sucedido pelo filho Suetsugu ou Shigesada Heizō Shigefusa, que será depois sucedido pelo filho Suetsugu Heizō Shigetomo, que após ver descoberto o seu envolvimento numa grande operação de contrabando com Macau e Fukien em 1676 foi preso e a sua grande fortuna confiscada, a fortuna da família reunida devido à sua participação com o comércio estrangeiro durante um século desapareceu, assim como a influência desta grande casa de mercadores de Nagasaki.

Takayama Ukon ou D. Justo Takayama (1552-1615): filho de Takayama Tomoteru (1531-96) que foi batizado com o nome cristão de Dario em 1564 juntamente com o seu filho mais velho e herdeiro Justo que tinha 12 anos à época. A família adquiriu o castelo de Takatsuki, na área de Osaka durante o governo de Oda Nobunaga. Takayama e o pai manterão o controlo de Takatsuki até 1587 quando Toyotomi Hideyoshi emitiu o decreto da expulsão. Nesta altura muitos *daimyō* abandonaram o cristianismo mas Ukon e o pai recusaram e optaram por perder as suas terras e títulos. Dario Takayama morrerá em 1596 e o seu filho continuará a viver sobre a proteção de amigos até 1614, aquando do édito de Tokugawa Ieyasu sendo expulso do país. Takayama liderou várias centenas de japoneses cristãos para Manila, onde morrerá de doença a 3 de Fevereiro de 1615, quarenta dias após ter chegado.

Terazawa Hirotaka (1563-1633): foi um samurai depois promovido a daimyō que serviu Toyotomi Hideyoshi. Foi nomeado administrador temporário de Nagasaki em 1587 após a cidade ser colocada sobre controlo do governo de Hideyoshi. E enviado como governador de Nagasaki em 1592 cargo que manterá até 1603 quando caiu em desfavor. Sendo senhor do domínio (*han*) de Karatsu entre 1593 até à sua morte.

Tokugawa Hidetada (1579-1632): foi o terceiro filho de Ieyasu e o segundo *shōgun* Tokugawa tendo governado de 1605 a 23, embora até à morte do pai em 1616 as decisões fossem tomadas de acordo com a vontade. Em 1623 tornou-se *Ogosho* (*shōgun* retirado, título que o seu pai usara desde 1605), durante o seu tempo melhorou as relações com a família imperial casando a sua filha Tokugawa Masako mais conhecida por Kazuko (1607-78) em 1620 com o Imperador Go-Mizuno (1596-1680), 108º Imperador entre 1611-29, sendo sucedido pela Imperatriz Meishō (1624-96) entre 1629-43, que era assim neta de Hidetada, a Imperatriz morreu sem descendência. Hidetada desenvolveu também a cidade de Edo.

Tokugawa Iemitsu (1604-51): foi o terceiro *shōgun* Tokugawa tendo sucedido ao seu pai Hidetada e governou de 1623-51. Será durante o seu governo que serão aplicadas as políticas do *sakoku* e durante o seu governo terminará a Época Nanban. É também o seu governo que enfrentará a Rebelião de Shimabara, a última grande ameaça à hegemonia dos Tokugawa sobre o Japão. É relativamente consensual que este indivíduo era um homem paranóico e daí ter governado com um punho de ferro o país.

Toyotomi Hidetsugu (1568-95): foi um sobrinho de Hideyoshi e que tivera um papel militar importante na campanha do Shikoku e depois em Odawara. Entre 1591-95 foi *kampaku* e seria o herdeiro presuntivo do tio. Porém opôs o nascimento de Hideyori em 1593 a relação entre tio e sobrinho começou a deteriorar-se. Em 1595 foi acusado de organizar um golpe de estado e forçado a cometer suicídio no monte Kōya juntamente com três das suas concubinas, Hideyoshi ordenou de seguida a morte de 39 mulheres e crianças em Sanjogawara, esta decisão além de chocar a sociedade japonesa afastou muitos *daimyō* da autoridade Toyotomi.

Toyotomi Hideyoshi (1536/37-1598): foi um *daimyō* proeminente durante os últimos anos do *Sengoku jidai*, general, samurai e o segundo dos três unificadores do Japão. Sob o seu governo entre 1585-91 (embora o poder lhe pertença até à sua morte em 1598) concluiu-se a unificação militar e política do Japão iniciada por Oda Nobunaga. As suas origens eram humildes e iniciou a sua carreira ao serviço de Nobunaga em 1558. Tendo estado presente na batalha de Okehazama em 1560, contribuiu para a vitória das forças Oda aquando da tomada do castelo de Inabayama em 1567 e terá combatido em Anegawa em 1570. Em 1576 juntamente com Akechi Mitsuhide foi encarregado de submeter os Mōri em Honshū ocidental. Aquando da rebelião de Mitsuhide ainda se encontrava envolvido em operações militares contra os Mōri. Ao saber da morte de Oda Nobunaga e do seu filho e herdeiro Oda Nobutada durante a rebelião apressou-se a fazer um acordo de paz e marchou sobre Kyoto. A 2 de Julho de 1582 liderando as suas forças derrotou e matou Akechi Mitsuhide na batalha de Yamazaki vingando assim o seu senhor. Entre 1582-83 lidará com outro general de Nobunaga, Shibata Katsuei, eliminando-o após um conflito acerca da sucessão de Nobunaga. Em 1583 ordenou a construção do castelo de Osaka. Em 1584 liderou as suas forças na Campanha de Komaki e Nagakute contra Oda Nobukatsu apoiado por Tokugawa Ieyasu, que terminou com uma vitória táctica Tokugawa mas política para Hideyoshi visto que Oda Nobukatsu acabou por se render forçando Ieyasu a assinar a paz. Em 1585 foi nomeado *Kampaku* pela corte imperial. Em 1585 ordenou a invasão do Shikoku forçando Chōsokabe Motochika (1539-99) à submissão. Em 1586 e perante a ameaça dos Shimazu sobre a província de Bungo no Kyūshū, os Ōtomo requereram a sua intervenção. A campanha terminou com um sucesso retumbante e em 1587 o Kyūshū foi integrado no novo governo japonês. Promulgou de seguida um édito em que bania as jesuítas mas este nunca foi aplicado visto que Hideyoshi não desejava perder o lucrativo comércio com os portugueses. Das muitas leis que ele promulgou destaca-se um decreto em 1588 que proibia os camponeses de terem armas e iniciou a sua recolha de forma a desarmá-los. O processo da unificação político-militar será concluindo entre 1590-91. Hideyoshi cercou Odawara entre Maio e 4 de Agosto de 1590 e Hōjō Ujiteru (c.1540-90) e o seu irmão Ujimasa foram forçados a suicidar-se visto que eram os principais líderes da família e Ujinao assumiu a liderança da família, mas foi banido para o Monte Kōya, com a mulher, uma filha de Tokugawa Ieyasu e morrerá um ano depois. Entre 1590-91 com a submissão de Date Masamune e Nambu Nobunao, os dois principais senhores nas províncias norte de Honshū a unificação militar do país foi concluída. Entre Maio de 1592 a 1596 e depois entre 1597 a 1598 por duas vezes Hideyoshi procurou conquistar a Coreia mas não teve sucesso no intento. Em 5 de Fevereiro de 1597 ordenou a execução de vários cristãos em Nagasaki vindo a morrer no castelo de Fushimi em Kyoto a 18 de Setembro de 1598.

Tsuda Kenmotsu: foi um enviado do abade de Negoro-ji, Suginobu que fora informado da chegada desta nova arma que ele considerava importante para o futuro do templo, após regressar com a arma Tsuda ordenou a

Shibatsuji Seiemon, um ferreiro de Sakai que estava em Negoro-ji para copiar o mecanismo. Assim a ligação Sakai-Negoro remonta a 1544. Fundou a *Tsuda-ryu Hojutsu*, a primeira escola de tiro do Japão. Os armeiros de Kii tinham muita habilidade para forjar espadas e naginatas e rapidamente dominaram o processo de fabrico da arma de fogo. Estas armas acabarão na mão dos 20000 monges guerreiros de Negoro-ji, que rapidamente passaram a ser temidos em todo o Japão devido à sua perícia no manejo desta nova arma.

Uesugi Kagekatsu (1556-1623): foi um importante daimyo que sucedeu ao poderoso Uesugi Kenshin, seu pai adotivo, após ter eliminado o seu irmão adotivo, Kagetora na Ôtate no Ran em 1578. Participou da campanha de Odawara e foi um dos cinco membros do conselho de regência estabelecido por Toyotomi Hideyoshi, sendo transferido para Aizu em 1598, foi aliado de Ishida Mitsunari e construiu um novo castelo em Aizu, impedido de se juntar à batalha de Sekigahara devido às operações militares de Mogami Yoshiaki e Date Masamune, aliados de Ieyasu, foi derrotado e acabou por declarar a sua fidelidade a Ieyasu, após Sekigahara, tornou-se um *daimyō tozama* (forasteiro) e foi transferido para Yonezawa, que será governado pelos seus descendentes até 1871. No cerco de Osaka (1614-15) combateu pelas forças Tokugawa. Dois dos seus mais próximos aliados e amigos foram: Naoe Kanetsugu (1559-1620), um dos anciãos conselheiros da família e Maeda Toshimasu ou Keiji (c.1543-1612), um guerreiro famoso e que se tornou vassalo da família Uesugi que serviu até à sua morte.

Ukita Hideie (1573-1655): foi *daimyō* das províncias de Bizen e Mimasaka (atualmente prefeitura de Okayama) e um dos membros do conselho de regência nomeado por Hideyoshi. Em 1582 assumiu a liderança da família, combatendo ao lado de Hideyoshi no Shikoku, no Kyūshū, em Odawara e nas campanhas da Coreia. Após Sekigahara e por ter combatido contra Ieyasu perdeu os seus territórios e foi exilado para a ilha de Hachijōjima onde morreu.

Wakisaka Yasuharu (1554-1626): foi um dos generais do exército de Ishida Mitsunari em Sekigahara e um dos que o traiu, levando à derrota das forças Toyotomi, após a batalha, *Ieyasu*, permitiu que ele continuasse a governar a ilha de Awaji.

William Adams (1564-1620): conhecido no Japão como Miura Anjin, foi um marinheiro inglês que naufragou no Japão em 1600. Em 1604 Tokugawa Ieyasu ordenou a Adams e aos seus companheiros que tinham sobrevivido ao naufrágio de auxiliarem o almirante Mukai Tadakatsu (1582-1641), estacionado em Uraga, a construírem os primeiros navios de estilo ocidental. Em 1608 a pedido de Ieyasu contactou o governador interino das Filipinas: Rodrigo de Vivero y Velasco para se estabelecer comércio entre o Japão e Nova Espanha, apreciando-o, o shōgun nomeou-o diplomata e conselheiro comercial, tornando-se o seu conselheiro particular acerca de todos os assuntos relacionados com os ocidentais. Contribuiu para o estabelecimento da feitoria comercial holandesa de Hirado a 20 de Setembro de 1609 e em 1613 auxiliou o estabelecimento de uma feitoria inglesa, quando o capitão inglês John Saris (c.1580-1643) chegou ao Japão. Participou em várias expedições comerciais da Companhia Inglesa das Índias Orientais: em 1616 (Sião) e 1617 e 18 (à Cochinchina), tendo ainda feito em 1614 e 15 duas expedições comerciais ao Sião em nome do governo japonês, Adams foi o primeiro e um dos poucos samurais ocidentais no Japão.

Zheng He: foi um explorador chinês do séc. XV (1371-1433), que realizou várias viagens pelo sudoeste asiático e pelo Índico, tendo chegado à Índia, ao mar Vermelho e a Moçambique, durante o reinado do 3º imperador da dinastia Ming, Yongle (r. 1402-24). Liderou a denominada *frota do tesouro* nas expedições de 1405-07 (Champa, Java, Palembang, Malaca, ilhas Aru, Samudera, Lambri, Ceilão, Kollam (Coulão), Cochim e Calecute), de 1407-09 (Champa, Java, Sião, Kochi, Ceilão), de 1409-11 (Champa, Java, Malaca, Sumatra, Ceilão, Coulão, Kochi, Calecute, Sião, Lambri, Kayal, Coimbatore, Puttanpur), 1413-15 (Champa, Java, Palembang, Malaca, Sumatra, Ceilão, Cochim, Calecute, Kayal, Pahang, Kelantan, Aru, Lambri, Ormuz, Maldivas, Mogadíscio, Barawa, Melinde, Áden, Mascate, Dhofar), 1416-19 (Champa, Pahang, Java, Malaca, Samudera, Lambri, Ceilão, Sharwayn, Kochi, Calecute, Ormuz, Maldivas, Mogadíscio, Barawa, Melinde, Aden), 1421-22 (Ormuz e costa este do continente africano). Com a morte do patrono das viagens, o seu sucessor, o imperador Hongxi (r. 1424-45), decidiu suprimir a influência dos eunucos na corte, mas graças aos serviços prestados Zheng He, foi nomeado governador de Nanquim. Em 1428, o novo imperador Xuande (r. 1426-35), escolheu-o para terminar o templo budista de Da Baoen em Nanquim, esteve também envolvido na construção dos estaleiros navais de

Nanquim. O imperador atribui-lhe também o comando da última *frota do tesouro* cuja expedição decorreu de 1430-33. O almirante terá morrido quando a frota zarpava de Ormuz rumo à China em 1433.

III – A Cronologia da Época Nanban

23 Setembro de 1543: chegada dos portugueses a Tanegashima no sul do Kyūshū.

1544: um navio português chega a Hirado.

1547: Jorge Álvares redige a primeira descrição sobre o Japão.

15 Agosto 1549: Francisco Xavier desembarca em Kagoshima – início da evangelização do Japão.

1550: mercadores portugueses passam a frequentar o porto de Hirado. Ōtomo Yoshishige assume o controlo da família. Setembro/Dezembro: Francisco Xavier visita Matsuura Takanobu de Hirado e Ōuchi Yoshitaka de Suō.

1551 em Abril/Setembro Xavier funda a missão de Yamaguchi e conhece Ōtomo Yoshishige. Em Setembro dá-se uma revolta e Ōuchi Yoshinaga suicida-se sendo sucedido por Ōtomo Haruhide (Ōuchi Yoshinaga). Em Novembro Cosme de Torres assume a chefia da missão.

1552: desembarca em Goa uma embaixada de Ōtomo Yoshishige. Em Setembro chega ao Japão o segundo grupo de missionários.

1553 início do ano: a missão de Funai em Bungo é fundada. Durante o Verão/Outono: Batismo dos samurais Koteda Yasutsune (António) e do seu irmão Koteda João, vassalos dos Matsuura de Hirado.

1555: Luís de Almeida entra para a Companhia de Jesus.

1556: Transferência da sede da Companhia de Jesus para Funai no Bungo.

1557: Estabelecimento dos portugueses em Macau, início da rota anual entre Macau e o arquipélago japonês. Revolta em Yamaguchi e morte de Ōuchi Yoshinaga, início da ascensão da família Mōri.

1558: Batismo dos Koteda e seus vassalos, expulsão dos missionários de Hirado.

1559: Gaspar Vilela funda uma missão nas Kinai (províncias centrais).

1560: Maio/Junho - Batalha de Okehazama contra o daimyō Imagawa Yoshimoto, início do processo de unificação do país por Oda Nobunaga. Batismo de Konishi Ryūsa (Joaquim), pai de Konishi Yukinaga, no centro do Japão.

1561: Rixa entre portugueses e japoneses no porto de Hirado.

1562: Comerciantes portugueses atracam em Yokoseura. Primeiros contactos com Ōmura Sumitada.

1563: Chegada de Luís de Fróis S.J. ao Japão. Março: Almeida visita a península de Takaku/Arima, fundando missões em Shimabara e Kuchinotsu, que são encerradas pouco depois. Junho: Batismo de Ōmura Sumitada (Bartolomeu). Novembro: Destruição do porto de Yokoseura.

1564 em Abril: Reabertura da missão de Arima. Agosto: Reabertura da missão de Hirado. Outono: Fim da guerra entre os Ōmura e os Arima.

1565 a 18 Outubro: Batalha da Baía de Fukuda em Nagasaki, Japão, primeiro confronto bélico registado entre forças do daimyō Matsuura Takanobu de Hirado e o Capitão-Mor João Pereira. Início da missão nos territórios de João Koteda, em Ichibu.

1566 a Julho: Encerramento definitivo da missão de Shimabara e início do trabalho em Shiki. Batismo do kokujin Shiki Shigetsune (João).

1568: Entrada de Oda Nobunaga em Kyoto, onde estabelece Ashikaga Yoshiaki como shōgun.

1569: Início da relação de amizade entre Fróis e Nobunaga. Fevereiro: Primeiros contactos com Amakusa Hisatane. Comerciantes portugueses desembarcam no porto de Nagasaki. Os Mōri abandonam as suas pretensões territoriais no Kyūshū.

1570: Piratas japoneses ocupam parte da Formosa e lançam ataques sobre as costas da China. 18 Junho: Francisco Cabral assume o superiorado da missão japonesa (cargo que desempenhou até 1581). Agosto: Nobunaga inicia o cerco a Ishiyama Hongan-ji (atual Osaka), sede do principal grupo de monges guerreiros que operavam nas províncias centrais do Japão. Outubro: Batismo da família de Ōmura Sumitada (Bartolomeu). 2 Outubro: Morte de Cosme de Torres. Shiki Shigetsune (João) abandona o cristianismo.

1571: O daimyō Ōmura Sumitada funda Nagasaki com o apoio de mercadores portugueses e membros da Companhia de Jesus. Oda Nobunaga destrói o templo de Enryaku-ji, em Kyoto, após anos de oposição armada por parte dos monges aos esforços de unificação do país. Morte de Arima Yoshizumi, sucessor de Arima Yoshisada. Batismo de Amakusa Hisatane (Miguel).

1572: Construção do castelo de Azuchi por ordem de Nobunaga.

1573 a 13 Maio: Morte de Takeda Shingen, o principal daimyō da coligação anti-Nobunaga. 27 Agosto: Nobunaga entra pela segunda vez na capital e depõe Yoshiaki, que formara a coligação anti-Nobunaga, liderada por Shingen.

1574: Ōmura Sumitada autoriza Gaspar Vilela a batizar os seus vassallos.

1575 a 28 Junho: Batalha de Nagashino entre as forças de Oda Nobunaga e Takeda Katsuyori onde são usadas pela primeira vez, de forma extensiva, armas de fogo. Ichijō Kanesada (Paulo) casa com a filha de Ōtomo Yoshishige e é batizado no Bungo. Dezembro: Batismo de Ōtomo Chikaie (Sebastião), segundo filho de Ōtomo Yoshishige.

1576 em Abril: Batismo de Arima Yoshisada (André), de Chijiwa Naokazu (João) e vários membros das suas linhagens. Início das conversões em massa em Takaku. Batismo da família de Amakusa Hisatane (Miguel). Ōtomo Yoshishige entrega o governo ao filho, Ōtomo Yoshimune.

1577: Navios japoneses navegam pela primeira vez para a Cochinchina (sul do Vietnam). Abril: Batismo de Tawara Chikatsura (Simão) em Bungo. Morte de Arima Yoshisada (André) e expulsão dos jesuítas de Arima. Investidas de Ryūzōji Takanobu sobre Ōmura e Arima que se prolongam até ao ano seguinte. 13 Novembro: derrota das forças de Nobunaga perante Uesugi Kenshin em Tedorigawa.

1578 a 19 Abril: Morte de Uesugi Kenshin, que desde 1576 se começara a movimentar contra Oda Nobunaga. A família Itō refugia-se em Bungo após perder os seus territórios para os Shimazu de Satsuma. 28 Agosto: Ōtomo Yoshishige (Francisco), depois de se divorciar de Jezebel e de contrair novas núpcias é batizado por Francisco Cabral. 2 Dezembro: Batalha de Mimikawa em que os Shimazu derrotam os Ōtomo. A pressão militar de Ryūzōji Takanobu sobre Arima, leva Arima Harunobu a tentar estabelecer uma aliança com o tio, Ōmura Sumitada.

1579 em Julho: Devido à ameaça de Takanobu sobre Ōmura, o kurofune é encaminhado para Kuchinotsu. O jesuíta Alessandro Valignano chega para a sua primeira visita à missão do Japão que se prolonga até 1582. Batismo de Konishi Johei (Bento) no centro do Japão.

1580 em 3 Abril: Batismo de Arima Harunobu (Protásio) e reinício da evangelização da península de Takaku. 9 Junho: Ōmura Sumitada cede o porto de Nagasaki e a aldeia de Mogi, *in perpetuum*, à Companhia de Jesus. Estabelecimento de uma aliança entre as casas de Ōmura e Ryūzōji, selada pelo casamento de uma filha de Sumitada com um dos filhos de Takanobu. Alessandro Valignano funda os primeiros seminários no Japão. Agosto 1580: rendição de Ishiyama Hongan-ji às forças de Nobunaga.

1581: A missão japonesa é elevada a vice-província e Gaspar Coelho é nomeado vice-provincial (cargo que desempenhou até 1590). Batismo de Itō Sukekatsu (Jerónimo) e Itō Sukemasu (Mâncio) em Bungo.

1582 em 20 Fevereiro: Partida da embaixada Tenshō de Nagasaki, liderada por Mâncio Itō, enviada à Europa pelos daimyō cristãos do Kyūshū e coorganizada por Alessandro Valignano. Março/Abril: Batalha de Temmokuzan, destruição das forças Takeda pelos aliados Nobunaga-Ieyasu e a 3 de Abril Katsuyori suicidou-se, término da família Takeda como uma das grandes casas do Japão. Junho: Batismo de Chijiwa Simão. Batismo de Ōtomo Chikamori (Pantaleão), filho de Ōtomo Yoshishige e de Itō Yoshitaka (Bartolomeu). Morte de Koteda Yasutsune (João) na zona de Hirado. 21 Junho: Oda Nobunaga morre em Honnō-ji, Kyoto, após uma revolta liderada por Akechi Mitsuhide. 2 Julho: As forças de Toyotomi Hideyoshi derrotam as forças de Akechi Mitsuhide em Yamazaki.

1583: Construção do castelo de Osaka por ordem de Toyotomi Hideyoshi. Batismo de Konishi Yukinaga (Agostinho) no centro do Japão.

1584: Campanha de Komaki e Nagakute, vitória táctica de Tokugawa Ieyasu, mas política para Hideyoshi, fim da questão acerca da sucessão de Oda Nobunaga. 4 Maio: Ryūzōji Takanobu é derrotado pelas forças de Arima Harunobu e Shimazu Iehisa, morrendo em combate na península de Shimabara. Agosto 1584: A embaixada Tenshō chega a Lisboa.

1585: Toyotomi Hideyoshi é nomeado kampaku pela corte imperial. Maio/Junho: Conquista do Shikoku pelas forças de Toyotomi Hideyoshi e submissão de Chōsokabe Motochika. Batismo de Shiga Chikatsugu (Paulo), kunishu de Bungo. Os emissários dos senhores cristãos do Kyūshū visitam Roma. Batismo de Kuroda Yoshitaka (Simão) no centro do arquipélago.

1586 em 4 Maio: Gaspar Coelho é recebido por Toyotomi Hideyoshi. Agosto: Início da ofensiva dos Shimazu para colocar o Kyūshū totalmente sobre o seu controlo, as missões do nordeste do Kyūshū são encerradas e a sede da Companhia é transferida para Nagasaki. Outono: Início da campanha de submissão do Kyūshū por parte de Hideyoshi. Itō Suketake e Kobayakawa Hidekane (Simão) aderem ao Cristianismo. Guerra entre os cristãos Arima Harunobu e Ōmura Sumitada.

1586/87: Estabelecimento de uma aliança entre Ōmura Sumitada e Matsuura Takanobu, selada com o casamento de Mécia de Ōmura e Matsuura Hisanobu.

1587 em 20 Janeiro: as forças dos Chōsokabe, de Sengoku Hidehisa, de Ōtomo Yoshimune e de Sogo Masayasu são derrotadas pelas forças de Shimazu Iehisa em Hetsugigawa, após a derrota os Shimazu tomam Bungo. 4 Maio: Morte de Ōmura Sumitada (Bartolomeu). 24 Maio: As forças Toyotomi, lideradas pelo meio-irmão do kampaku, Hidenaga, derrotam os Shimazu em Takajō ou Takashiro. As forças lideradas por Toyotomi Hideyoshi e Gamō Ujisato desembarcam na costa norte, na província de Chikuzen e atacam as forças de Akizuki Tanezane em Ganjaku, alcançando a vitória. Após a vitória em Ganjaku, Hideyoshi ataca o castelo de Oguma, Akizuki Tanezane foge e o castelo é tomado. As forças Akizuki rendem-se de seguida, colocando o norte do Kyūshū nas mãos de Hideyoshi. 6 Junho: Após a junção de forças de Hideyoshi e Hidenaga, as duas forças avançam sobre Kagoshima, dá-se a batalha de Sendaigawa em que as forças Shimazu são derrotadas. Após esta derrota as forças de Hideyoshi cercam Kagoshima, os Shimazu submetem-se. 29 Junho: Morte de Ōtomo Yoshishige (Francisco). 25 Julho: Édito de Hakata de Hideyoshi que bane o cristianismo do arquipélago. Hideyoshi organiza o casamento de Kobayakawa Hidekane (Simão) com Maxência, filha de Ōtomo Yoshishige. Batismo do kokujin de Ōyano.

1588 em 19 Fevereiro: A Santa Sé cria a diocese do Japão com sede em Funai. Édito de Hideyoshi que ordena a todos os camponeses para entregarem as armas ao governo. Yoshiaki resigna oficialmente à posição de shōgun. Édito contra a prática da pirataria de Hideyoshi. Início dos batismos em Sumoto. Toyotomi Hideyoshi entrega o norte da província de Higo a Katō Kiyomasa e o sul a Konishi Yukinaga (Agostinho).

1588/89: Aliança entre as casas de Ōmura e Arima firmada pelo casamento de Ōmura Yoshiaki (Sancho) e Catarina de Arima.

1589: Por ordem de Hideyoshi, os dois daimyō de Higo invadem as ilhas de Amakusa submetendo os seus kokujin. Casamento de Itō Yoshitaka (Bartolomeu) com Regina Ōtomo.

1590 de Maio a 4 de Agosto: Campanha de Odawara e destruição da família Hōjō, submissão de Date Masamune a Toyotomi Hideyoshi. 21 Julho 1590: Regresso de Mâncio Itō e da embaixada Tenshō e também de Valignano, que inicia a sua segunda visita até 1592. Início das conversões em Kotsuura. Pedro Gómez sucede como vice-provincial após a morte de Gaspar Coelho.

1592 em 3 Março: Toyotomi Hideyoshi recebe Valignano na qualidade de embaixador do vice-rei da Índia, João Rodrigues S.J. conhece Hideyoshi, na qualidade de intérprete de Valignano. 13 Abril 1592: Início da primeira Campanha da Coreia de Toyotomi Hideyoshi que se prolonga até 18 de Maio de 1594. Ōtomo Yoshimune reconcilia-se com o Cristianismo. Casamento da filha de Konishi Yukinaga com Sō Yoshitomo de Tsuchima (batizado Dario). Pela primeira vez são mencionados os navios do selo vermelho.

1593: Ōtomo Yoshimune é desterrado de Bungo por cobardia na campanha da Coreia e as suas terras são repartidas por outros vassalos de Hideyoshi. Morte de Konishi Ryūsa (Joaquim) em Sakai. 8 Setembro: Nascimento de Toyotomi Hideyori, filho de Hideyoshi.

1595 em Agosto: Suicídio de Toyotomi Hidetsugu, sobrinho de Hideyoshi e seu presuntivo sucessor, e execução de vários membros da sua família. Batismo de Terazawa Hirotaka (Agostinho), bugyō de Nagasaki.

1596 em 14 Agosto: D. Pedro Martins, bispo do Japão chega ao arquipélago. Outubro: o galeão San Felipe naufraga na costa do Shikoku.

1597 em 5 Fevereiro: Martírio de 26 cristão em Nagasaki, na sua maioria membros da ordem franciscana, Terazawa Hirotaka abandona o Cristianismo. 8 Julho: Morte de Luís de Fróis S.J. em Nagasaki. D. Pedro Martins deixa o Japão. Início da segunda invasão à Coreia que se prolonga até à morte de Hideyoshi.

1598 em Fevereiro: Morte de D. Pedro Martins. 5 Agosto: D. Luís Cerqueira chega ao Japão, Valignano inicia a sua terceira visita, que só termina em 1603. 18 Setembro: Morte de Toyotomi Hideyoshi em Fushimi, Kyoto e início da retirada das forças japonesas da Coreia. 19 Outubro: Morte de Ashikaga Yoshiaki.

1599: Os Koteda e os Ichibu abandonam Hirado e estabelecem-se em Nagasaki. Início de batismos em massa entre os vassalos de Konishi Yukinaga. Estabelecimento de uma aliança entre as casas Arima e Konishi, pelo casamento de Arima Naozumi (Miguel) com a filha adotiva de Konishi Yukinaga.

1600 em Abril: Naufrágio do navio holandês Liefde na costa de Bungo, chegada do inglês William Adams, que era o piloto do navio. Setembro/Outubro: Francisco Pasio é nomeado vice-provincial do Japão (cargo que ocupa até 1611). 21 Outubro 1600: Batalha de Sekigahara, vitória das forças de Tokugawa Ieyasu sobre as forças que defendiam os interesses Toyotomi, lideradas por Ishida Mitsunari, morte de Konishi Yukinaga. Apostasia de Sō Yoshitomo/Yoshitoshi. Exílio de Ōtomo Yoshimune para o norte do país.

1601 em 24 Abril: Morte de Kobayakawa/ Mōri Hidekane, um dos principais apoios dos cristãos.

1602: Navios holandeses atacam a carraca portuguesa Santa Catarina perto de Malaca.

1603 em 24 Março: Tokugawa Ieyasu é nomeado shōgun, pelo Imperador Go-Yōzei, fundação do Bakufu de Edo. Estabelecimento de uma feitoria inglesa em Bantam, Java. O nippo jisho, um dicionário de português-japonês é publicado pelos jesuítas em Nagasaki.

1605 em 2 Setembro: Morte de Ōtomo Yoshimune. Tokugawa Ieyasu abdica a favor do filho Hidetada. Dois companheiros de William Adams são enviados a Pattani, por Tokugawa Ieyasu, para convidar os holandeses a fazer comércio com o Japão.

1606 em 20 Janeiro: Morte de Alessandro Valignano S.J. em Macau. Ōmura Yoshiaki abandona o Cristianismo. Tokugawa Ieyasu recebe D. Luís Cerqueira.

1609: Os holandeses abrem a feitoria de Hirado.

1610: Destruição do Nossa Senhora da Graça, na baía de Nagasaki, morte do Capitão-Mor André Pessoa. João Rodrigues S. J. (Tçuzu) é expulso do Japão para Macau sendo substituído como intérprete e procurador comercial da corte por William Adams.

1611: A vice-província do Japão é elevada a província e Valentim de Carvalho S. J. nomeado primeiro provincial.

1612: O aventureiro japonês, Yamada Nagamasa, estabelece-se em Ayutthaya, no Sião, servindo como comandante militar das forças siamesas até à sua morte em 1630. Junho: Arima Harunobu é condenado à morte e executado. Arima Naozumi (Miguel) abandona o Cristianismo.

1613: Os ingleses abrem uma feitoria em Hirado. Hasekura Tsunenaga parte para a sua embaixada à Europa em nome do daimyō de Sendai, Date Masamune.

1614 em 14 Janeiro: O Bakufu promulga um édito de expulsão dos missionários do Japão. 16 Fevereiro: Morte de D. Luís Cerqueira, bispo do Japão. 8 Novembro: Inicia-se o primeiro cerco a Osaka por forças de Tokugawa Ieyasu que se prolonga até 22 Janeiro 1615. Novembro: A esmagadora maioria dos missionários abandona o Japão em direção a Macau e um pequeno grupo para as Filipinas, neste inserem-se várias dezenas de cristãos liderados por Takayama Ukon (Justo). Morte de um dos mais proeminentes senhores japoneses cristãos, Koteda Sakae (Jerónimo), em Nagasaki.

1615 entre Maio a Junho: Segundo cerco a Osaka, morte de Toyotomi Hideyori, fim da casa Toyotomi e morte de várias centenas de samurais cristãos na defesa do castelo. Os jesuítas começam a evangelização no Vietnam.

1616 em 1 Junho: Morte de Tokugawa Ieyasu em Sumpu. Arima Naozumi é transferido, a pedido seu, de Arima para Nobeoka.

1620: Regresso de Hasekura Tsunenaga ao Japão após ter viajado pelas Américas e Europa.

1622: Martírios em massa de cristãos. Morte de Hasekura Tsunenaga.

1623: Hidetada abdica a favor do filho Iemitsu. Édito de Iemitsu que proíbe a construção de grandes navios para navegação em alto-mar, proíbe também os japoneses de viajarem para o exterior e que qualquer japonês que residisse no exterior ficou proibido de regressar, com este decreto o sistema dos navios do selo vermelho chega ao fim. Os ingleses fecham a feitoria de Hirado. Yamada Nagamasa zarpa do Sião para o Japão com um embaixador do rei siamês, regressa ao Sião em 1626. Proibição do comércio com as Filipinas espanholas.

1624: Corte de relações com Espanha. Jesuítas japoneses evangelizam no Sião.

1628: Destruição do navio de selo vermelho de Takagi Sakuemon em Ayutthaya, no Sião, por uma frota espanhola, o comércio com os portugueses é proibido por três anos.

1632 em 14 Março: Morte de Tokugawa Hidetada.

1633 em 1 Agosto: Morte de João Rodrigues S.J. (Tçuzu) em Macau.

1634: Por ordem do shōgun Iemitsu é construída a ilha artificial de Deshima, ao largo de Nagasaki, que se irá tornar o único local onde será permitido aos portugueses comerciar.

1635: Édito do Sakoku de Iemitsu onde se proíbe a qualquer japonês de ir para o estrangeiro e os que fossem, se voltassem e fossem capturados seriam executados e o mesmo se aplicava a qualquer europeu que entrasse ilegalmente no país, o cristianismo continuou a ser proibido e impuseram-se restrições ao comércio.

1637-38: Rebelião de camponeses em Shimabara, estando entre eles muitos cristãos.

1639: Proibição definitiva do comércio com os portugueses pelo governo japonês. Os portugueses são acusados de instigarem a rebelião e não cumprirem as ordens do governo japonês, continuando a infiltrar missionários no país.

1640: A cidade de Macau envia uma embaixada ao Japão para se restabelecer o comércio, mas por ordem do governo os embaixadores são mortos e os poucos sobreviventes, são enviados de volta a Macau com o aviso de os macaenses não procurarem reabrir a rota de comércio, visto que era indesejável pelo governo japonês.

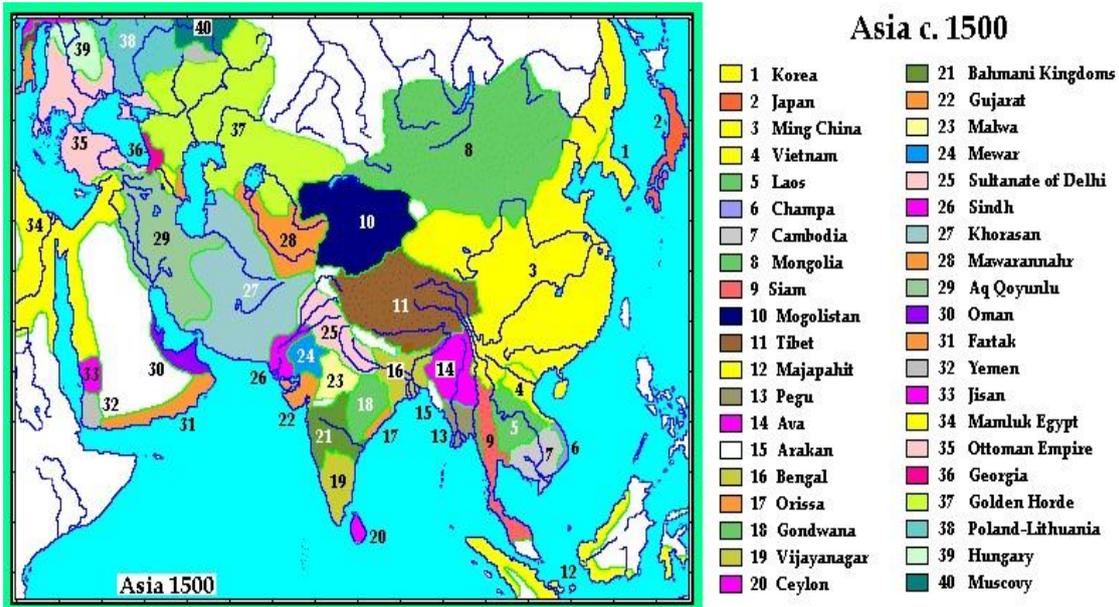
1641: A feitoria Holandesa é transferida para Deshima.

1642 e 1643: Um último grupo de jesuítas, liderado por António Rubino, conseguiu desembarcar no Japão, mas é rapidamente capturado, os primeiros padres foram executados e vários membros do segundo grupo, após intensa tortura apostataram.

Julho-Agosto 1647: Após a restauração da independência portuguesa, o rei D. João IV, envia a primeira e única embaixada oficial, liderada por D. Gonçalo de Siqueira, para estabelecer relações diplomáticas, a iniciativa acaba por fracassar.

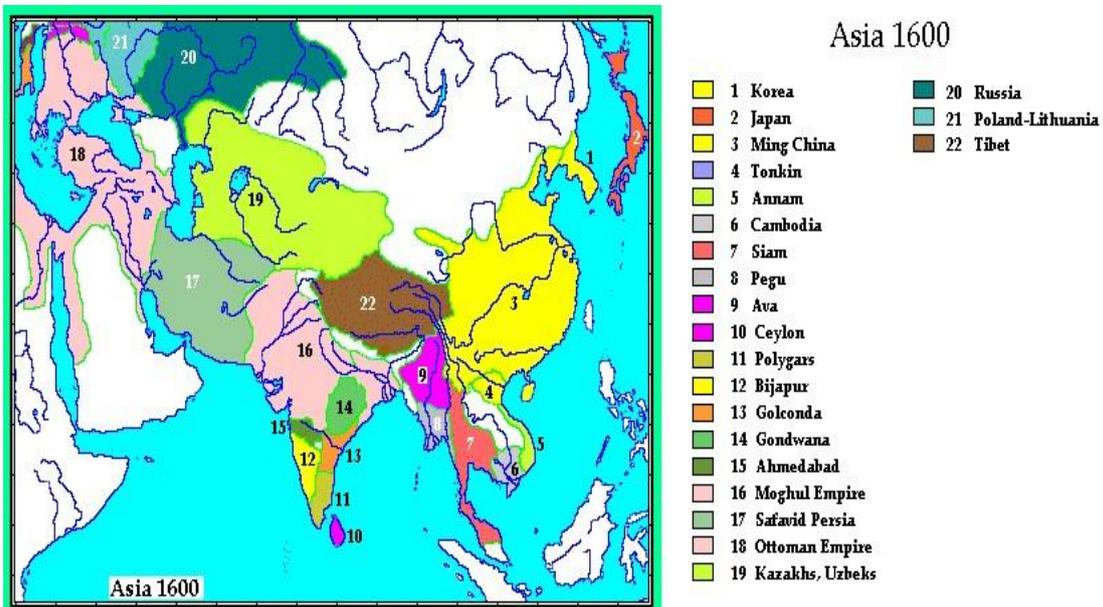
1651 em 8 Junho: Morte de Tokugawa Iemitsu que é sucedido pelo filho Ietsuna.

IV – Mapas

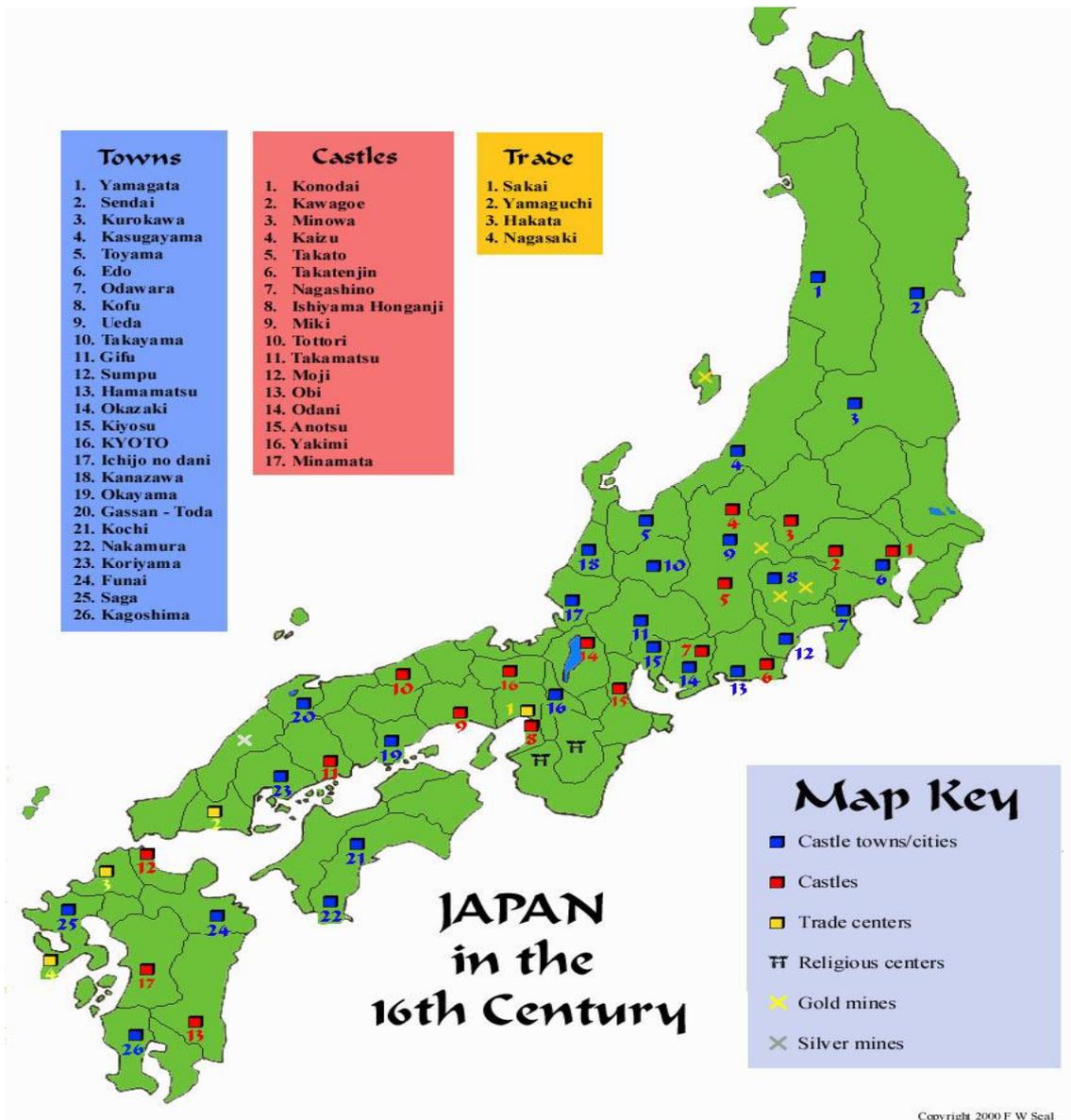


References : Maps Europe, Asia at the end of the 15th century, from Atlas zur Weltgeschichte Vol.1, VEB Hermann Haack, Gotha/Leipzig 1973 p.40.55 Map : India on the Eve of Babur's Invasion (1525), from C. Collin Davies, An Historical Atlas of the Indian Peninsula, Oxford : UP 2nd ed. 1963 pp.38-39

Mapa 1: a Ásia cerca de 1500.



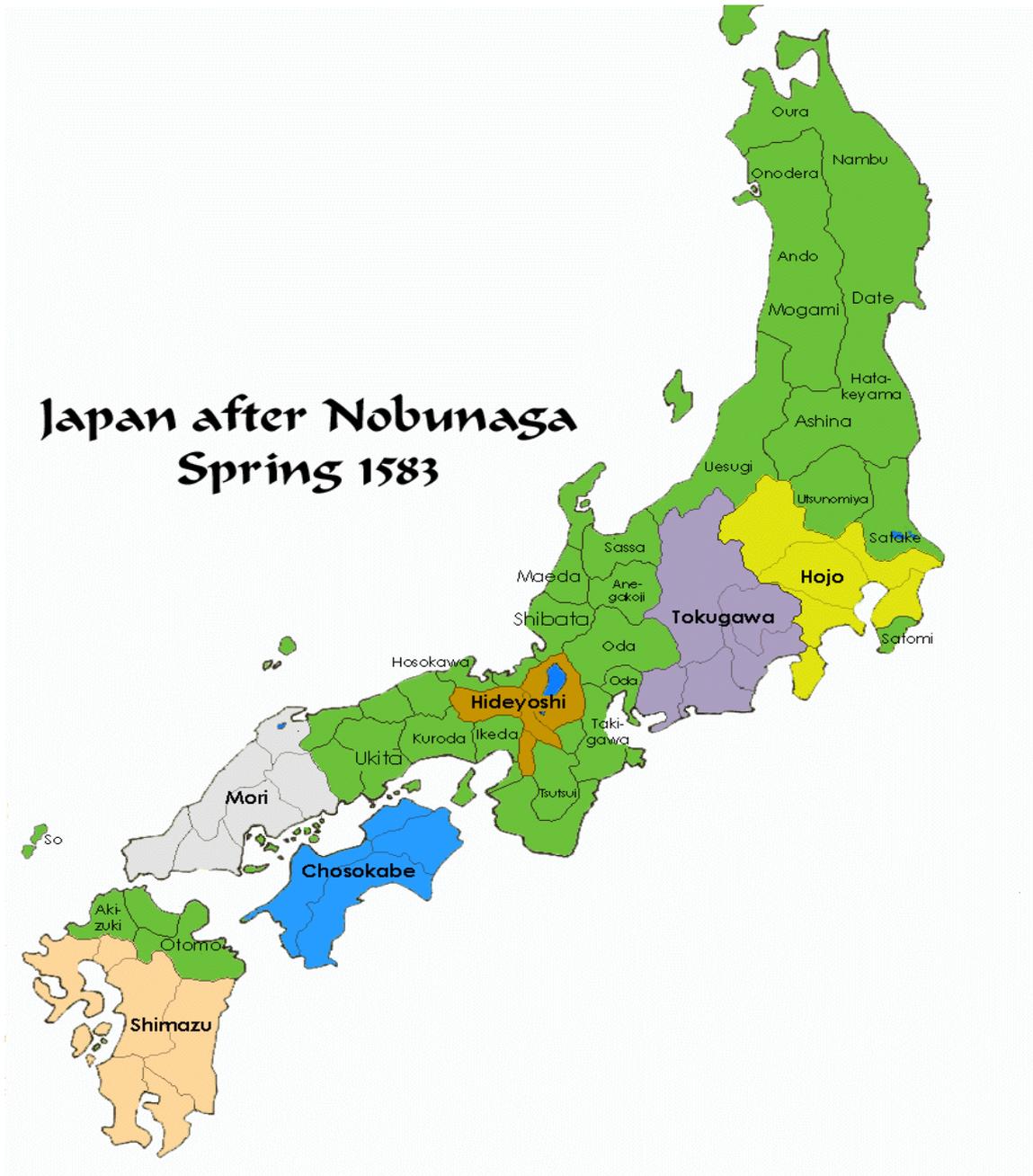
Mapa 2: a Ásia cerca de 1600.



Mapa 3: O Japão no século XVI retirado de www.samurai-archives.com



Mapa 4: O Kyūshū no séc. XVI retirado de www.samurai-archives.com



Mapa 5: O Japão após a morte de Oda Nobunaga em 1583 retirado de www.samurai-archives.com



Mapa 6: O Japão durante o Azuchi-Momoyama (1573-1603) retirado de www.samurai-archives.com

V – Lista de Governantes

Reis de Portugal

Casa de Avis

D. João III 1521-1557

D. Sebastião 1557-1578

D. Catarina de Habsburgo (como regente) 1557-1562

Cardeal D. Henrique de Évora (como regente) 1562-1568

D. Henrique 1578-1580

Conselho de Governadores 31 de Janeiro 1580 a 17 de Julho 1580 (Regência)

D. Jorge de Almeida, arcebispo de Lisboa; D. João Telo; D. Francisco de Sá Menezes, camareiro-mor do reino; D. João de Mascarenhas; D. Diogo Lopes de Sequeira.

D. António 1580-1583 (na oposição m. 1595)

Casa de Habsburgo

D. Filipe I 1580-1598

D. Fernando Álvarez de Toledo y Pimentel, duque de Alba 1580-1582 (Vice-Rei)

Cardeal D. Alberto da Áustria, arquiduque da Áustria 1583-1593 (Vice-Rei)

Junta Governativa 1593-1598

D. Miguel de Castro, arcebispo de Lisboa; D. João da Silva, conde de Portalegre; D. Francisco de Mascarenhas, 1º conde da Vila da Horta e depois 1º conde de Santa Cruz; D. Duarte de Castelo Branco, conde de Sabugal; Miguel de Moura, escrivão da puridade d'el-rei.

D. Filipe II 1598-1621

D. Francisco Gómez de Sandoval y Rojas, marquês de Denia e 1º duque de Lerma 1598-1600 (Vice-Rei)

D. Cristóvão de Moura e Távora, 1º marquês de Castelo Rodrigo 1600-1603 (Vice-Rei)

D. Afonso de Castelo Branco, bispo de Coimbra e conde de Arganil 1603 (Vice-Rei)

D. Cristóvão de Moura e Távora, 1º marquês de Castelo Rodrigo 1603 (Vice-Rei)

D. Afonso de Castelo Branco, bispo de Coimbra e conde de Arganil 1603-1605 (Vice-Rei)

D. Pedro de Castilho, bispo de Leiria 1605-1608 (Vice-Rei)

D. Cristóvão de Moura e Távora, 1º marquês de Castelo Branco 1608-1612 (Vice-Rei)

D. Pedro de Castilho, bispo de Leiria 1612 (Vice-Rei)

D. Frei Aleixo de Menezes, arcebispo de Braga 1612-1615 (Vice-Rei)

D. Miguel de Castro, arcebispo de Lisboa 1615-1619 (Vice-Rei)

D. Diogo da Silva e Mendonça, conde de Salinas e marquês de Alenquer 1619-1621 (Vice-Rei)

D. Filipe III 1621-1640

Junta Governativa 1621-1623

D. Martim Afonso Mexia, bispo de Coimbra; D. Diogo de Castro, conde de Basto; D. Nuno Álvares de Portugal.

Junta Governativa 1623-1631

D. Diogo de Castro, conde de Basto; D. Afonso Furtado de Mendonça, bispo de Coimbra e conde de Arganil; D. Diogo da Silva, conde de Portalegre.

Junta Governativa 1631-1632

D. António de Ataíde, 5º conde de Castanheira e 1º conde de Castro Daire; D. Nuno de Mendonça, 1º conde de Vale de Reis.

D. Nuno de Mendonça, 1º conde de Vale de Reis 1632-1633 (Vice-Rei)

D. João Manuel de Ataíde, arcebispo de Lisboa 1633-1634 (Vice-Rei)

D. Margarida de Saboia, duquesa de Mântua 1634-1640 (Vice-Rei)

Casa de Bragança

D. João IV 1640-1656

D. Afonso VI 1656-1683

D. Luísa de Gusmão (como regente) 1656-1662

D. Pedro de Bragança (como regente) 1668-1683

D. Pedro II 1683-1706

Vice-Reis e Governadores da Índia Portuguesa

Nota prévia: após 1548 todos os indigitados no reino usavam o título de Vice-Rei e aqueles que assumiam o poder na Índia usavam o título de Governador.

D. Martim Afonso de Sousa 1542-1546 (como Governador)

D. João de Castro 1545-1548 (como Governador e promovido em 1548 a Vice-Rei)

D. Garcia de Sá 1548-1549 (como Governador)

Jorge Cabral 1549-1550 (como Governador)

D. Afonso de Noronha 1550-1554 (como Vice-Rei)

D. Pedro de Mascarenhas 1554-1555 (como Vice-Rei)

Francisco Barreto 1555-1558 (como Governador)

D. Constantino de Bragança 1558-1561 (como Vice-Rei)

D. Francisco Coutinho, conde de Redondo 1561-1564 (como Vice-Rei)

João de Mendonça 1564 (como Governador)

D. António de Noronha 1564-1568 (como Vice-Rei)

D. Luís de Ataíde 1568-1571 (como Vice-Rei)

D. António de Noronha (o Catarraz) 1571-1573 (como Vice-Rei e assumiu o governo de Goa, mas dividiu o poder em igualdade de circunstâncias com António Moniz Barreto em Malaca e com Francisco Barreto em Sofala)

António Moniz Barreto 1573-1576 (como Governador)

D. Diogo de Menezes 1576-1578 (como Governador)

D. Luís de Ataíde (2ª vez) 1578-1581 (como Vice-Rei)

Fernão Teles de Menezes 1581 (como Governador)

D. Francisco de Mascarenhas 1581-1584 (como Vice-Rei)

D. Duarte de Menezes 1584-1588 (como Vice-Rei)

D. Manuel de Sousa Coutinho 1588-1591 (como Governador)

D. Matias de Albuquerque 1591-1597 (como Vice-Rei)

D. Francisco da Gama, conda da Vidigueira 1597-1600 (como Vice-Rei)

D. Aires da Saldanha 1600-1605 (como Vice-Rei)

D. Martim Afonso de Castro 1605-1607 (como Vice-Rei)

Frei Aleixo de Meneses, arcebispo de Goa 1607-1609 (como Governador)

André Furtado de Mendonça 1609 (como Governador)

D. Rui Lourenço de Távora 1609-1612 (como Vice-Rei)

D. Jerónimo de Azevedo 1612-1617 (como Vice-Rei)

D. João Coutinho 1617-1619 (como Vice-Rei)

Fernão de Albuquerque 1619-1622 (como Governador)

D. Francisco da Gama (2ª vez) 1622-1628 (como Vice-Rei)

Frei Luís de Brito e Meneses, bispo de Meliapore 1628-1629 (como Vice-Rei)

Conselho de Governo 1629

Nuno Álvares Botelho; D. Lourenço da Cunha e Gonçalo Pinto da Fonseca.

D. Miguel de Noronha, conde de Linhares 1629-1635 (como Vice-Rei)

D. Pêro da Silva 1635-1639 (como Vice-Rei)

António Teles de Meneses 1639-1640 (como Governador)

D. João da Silva Telo e Meneses, conde de Aveiras 1640-1644 (como Vice-Rei)

D. Filipe de Mascarenhas 1644-1651 (como Vice-Rei)

D. João da Silva Telo e Meneses, conde de Aveiras 1651 (como Vice-Rei)

Conselho de Governo 1651-1652

Frei Francisco dos Mártires, arcebispo de Goa; Francisco de Melo e Castro e António de Sousa Coutinho.

D. Vasco de Mascarenhas, conde de Óbidos 1652-1655 (como Vice-Rei)

Brás de Castro 1655 (usurpador tendo expulso o Vice-Rei)

D. Rodrigo Lobo da Silveira, conde de Sarzedas 1655-1656 (como Governador)

Conselho de Governo 1656-1661

Manuel Mascarenhas Homem; Francisco de Melo e Castro e António de Sousa Coutinho.

Conselho de Governo 1661

Luís de Mendonça Furtado e Albuquerque; Manuel Mascarenhas Homem; D. Pedro de Lencastre.

Conselho de Governo 1661-1662

Luís de Mendonça Furtado e Albuquerque; António de Melo e Castro e D. Pedro de Lencastre.

D. António de Melo e Castro 1662-1666 (como Vice-Rei)

D. João Nunes da Cunha, conde de S. Vicente 1666-1668 (como Vice-Rei)

Conselho do Governo 1668-1671

António de Melo e Castro; Manuel Corte-Real de Sampaio e Luís de Miranda Henriques.

D. Luís de Mendonça Furtado e Albuquerque 1671-1676 (como Vice-Rei)

D. Pedro de Almeida, conde de Assumar 1676-1678 (como Vice-Rei)

D. António Brandão, arcebispo de Goa 1678-1681 (como Governador interino)

D. Francisco de Távora, conde de Alvor 1681-1686 (como Vice-Rei)

D. Rodrigo da Costa 1686-1690 (como Governador)

D. Miguel de Almeida 1690-1691 (como Governador)

Conselho do Governo 1691-1692

Fernando Martins Mascarenhas Lencastre e Frei Agostinho da Anunciação, arcebispo de Goa

D. Pedro António de Meneses Noronha da Albuquerque 1692-1697 (como Vice-Rei)

D. António Luís Gonçalves da Câmara Coutinho 1697-1701 (como Vice-Rei)

Capitães-Mores da viagem da China e do Japão

Nota prévia: até 1623 os capitães da viagem, desempenhavam as funções de governador de Macau, mas possuíam também tutela sobre todos os portugueses, que estavam ou habitavam nessa área, enquanto aí estivesse presencialmente, alguns capitães nomeados não fizeram a viagem optando por enviar outros em seu nome, nestes casos, estes indivíduos usualmente ficavam em Macau aguardando o regresso dos enviados (em baixo em itálico em lista de governadores serão colocados aqueles que não fizeram a viagem para o Japão).

D. Fernando de Menezes 1550

Manuel Preto 1551

D. Duarte da Gama 1552, 1553 e 1554

Diogo Vaz de Aragão ou D. Duarte da Gama 1555

D. Francisco Palha de Mascarenhas (por conta de D. Francisco Barreto) 1556

Francisco Martins 1557

D. Leonel de Sousa 1558

Rui Barreto 1559

Manuel de Mendonça 1560

Fernão de Sousa (por conta de Gomes Barreto) 1561

Pedro Barreto Rolim 1562

D. Pedro da Guerra (por conta de D. Francisco de Sá) 1563

D. Pedro de Almeida 1564

D. João Pedro Pereira 1565

Simão de Mendonça (por conta de João de Mendonça) 1566

Tristão Vaz da Veiga 1567

D. António de Sousa 1568

Manuel Travassos 1569 e 1570

Tristão Vaz da Veiga 1571

D. João de Almeida 1572

D. António de Vilhena 1573

Simão de Mendonça (por conta de João de Mendonça) 1574

Vasco Pereira 1575

Domingos Monteiro 1576, 1577 e 1578

Leonel de Brito 1579

D. Miguel da Gama 1580

Inácio de Lima 1581

António Garcês 1582

Aires Gonçalves de Miranda 1583 e 1584

Francisco Pais (por conta de D. Luís Pereira) 1585

Domingos Monteiro 1586

Em 1587 não houve viagem oficial

Jerónimo Pereira 1588

Em 1589 não houve viagem oficial

António da Costa (por conta de Henrique da Costa) 1590

Roque de Melo Pereira 1591

Em 1592 não houve viagem oficial

Gaspar Pinto da Rocha 1593

Em 1594 não houve viagem oficial

Manuel de Miranda (por conta de D. Francisco de Sá ou Eça) 1595

Rui Mendes de Figueiredo 1596

Em 1597 não houve viagem oficial

Nuno de Mendonça 1598

Em 1599 não houve viagem oficial

Horácio Nerete (por conta de D. Paulo de Portugal) 1600

Em 1601 não houve viagem oficial

D. Paulo de Portugal 1602

Em 1603 não houve viagem oficial

João Caiado de Gamboa 1604

Nuno (ou António) da Costa (por conta de D. Diogo Vasconcelos) 1605

D. Diogo de Vasconcelos 1606

Em 1607 e em 1608 não houve viagens oficiais

André Pessoa 1609

Em 1610 e em 1611 não houve viagens oficiais

Pedro Martins Gaio 1612

[João Serrão da Cunha] não houve viagem oficial em 1613

João Serrão da Cunha 1614

Martim da Cunha 1615

Em 1616 não houve viagem oficial

Lopo Sarmiento de Carvalho 1617

António de Oliveira de Moraes 1618

Jerónimo de Macedo de Carvalho em 1619 e 1620

Lopo Sarmiento de Carvalho 1621

Em 1622 não houve viagem oficial

Domingos (ou Diogo) Cardoso de Melo (por conta da cidade de Macau) 1623

Agostinho Lobo em 1624 e em 1625

Luís Pais Pacheco 1626

Em 1627 não houve viagem oficial

António Monteiro Pinto 1628

António de Oliveira Aranha 1629

Em 1630 não houve viagem oficial

Lourenço Lis Velho 1631

Lopo Sarmiento de Carvalho em 1632, em 1633 e em 1634

D. Gonçalo da Silveira em 1635 e em 1636

D. Francisco de Castelbranco 1637

D. João Pereira 1638

Vasco Palha de Almeida 1639

Governadores e Capitães Gerais de Macau

1563 Diogo Pereira

1582 João de Almeida

1587 Jerónimo Pereira

1590 Henrique da Costa

1592 Domingos Monteiro

1599 D. Paulo de Portugal

1603 Gonçalo Rodrigues de Sousa

1605 D. Diogo de Vasconcelos de Meneses

1607 André Pessoa

1611 Pedro Martins Gaio

1612 Miguel de Sousa Pimentel

1616 Francisco Lopes Carrasco

D. Francisco de Mascarenhas 1623-1626

D. Filipe Lobo 1626-1630

D. Jerónimo da Silveira 1630-1631

Manuel da Câmara de Noronha 1631-1636

Domingos da Câmara de Noronha 1636-1638

D. Sebastião Lobo da Silveira 1638-1645

Luís de Carvalho e Sousa 1645-1647

D. Diogo Coutinho Docem 1646 (nomeado morreu durante a viagem)

D. João Pereira 1647-1650

D. João de Sousa Pereira 1650-1654

Manuel Tavares Bocarro 1654-1664

Manuel Borges da Silva 1664-1667

D. Álvaro da Silva 1667-1670

Manuel Borges da Silva 1670-1672

António Barbosa Lobo 1672-1678

António de Castro e Sande 1678-1679

Luís de Melo e Sampaio 1679-1682

Belchior do Amaral de Meneses 1682-1685

António de Mesquita Pimentel 1685-1688

André Coelho Vieira 1688-1691

Francisco da Costa 1691-1693

António da Silva e Melo 1693-1694

Gil Vaz Lobo Freire 1694-1697

Cosme Rodrigues de Carvalho e Sousa 1697

Conselho Municipal de Macau 1697-1698

Pedro Vaz de Sequeira 1698-1700

A Missão Jesuíta do Japão

Superiores e Provinciais

Francisco Xavier 1549-1551 (Superior)

Cosme de Torres 1551-1570 (Superior)

Francisco Cabral 1570-1581 (Superior)

Gaspar Coelho 1581 (Superior)

A missão passa a província passando a ter à sua frente Vice-Provinciais ou Provinciais

Gaspar Coelho 1581-1590 (Vice Provincial)

Pedro Gómez 1590-1600 (Vice Provincial)

Francisco Pasio 1600-1611 (Vice Provincial)

Valentim de Carvalho 1611-1617 (Provincial, desde 1614 em Macau)

Jerónimo Rodrigues 1614-1617 (Vice Provincial em Nagasaki)

Mateus de Couros 1617-1621 (Provincial)

Francisco Pacheco 1621-1626 (Provincial, martirizado)

Mateus de Couros 1626-1632 (Vice Provincial, morreu no Japão em 1633)

Cristóvão Ferreira 1632-1633 (Vice Provincial, apostatou, morreu em 1652 no Japão)

Sebastião Vieira 1633-1634 (Vice Provincial, martirizado)

Giovanni Batista Porro 1634-1638 (Vice Provincial, apostatou, morreu no Japão após 1643)

Gaspar Luís 1638-1641 (Vice Provincial, em Macau)

Gaspar do Amaral 1641-1645 (Vice Provincial, em Macau)

Pedro Marques 1643 (Provincial, apostatou, morreu no Japão 1657)

Bispos de Funai (Diocese do Japão)

D. Sebastião de Moraes S.J. 1588 (morreu durante a viagem em Moçambique)

D. Pedro Martins S.J. 1592-1598

D. Luís Cerqueira S.J. 1598-1614

D. Diogo Correia Valente S.J. 1618-1625 (em Macau)

Visitadores da Província Jesuíta do Japão e Vice-Província da China (1568-1643)

Gonçalo Álvares 1568-1573

Alessandro Valignano 1574-1606

Francisco Pasio 1611-1612

Francisco Vieira 1615-1619

Jerónimo Rodrigues 1619-1621 (em Macau)

Gabriel de Matos 1621-1622 (em Macau)

Jerónimo Rodrigues 1622-1626 (em Macau)

André Palmeiro 1626-1635 (em Macau)

Manuel Dias 1635-1639 (em Macau)

António Rubino 1639-1643 (conseguiu ir ao Japão em 1642)

Governadores e Capitães-Gerais das Filipinas Espanholas

Nota prévia: entre 1565 a 1821 o governador e capitão-geral eram nomeados pelo Vice-Rei de Nova Espanha. Quando o cargo ficava vago, por morte do titular ou durante períodos de transição, a *Real Audiência de Manila*, nomeava um governador militar entre os seus membros, que assumia o controlo das forças militares espanholas até chegar um novo indigitado. Após 1821 os assuntos de governo das Filipinas passaram a ser decididos em Madrid, visto que o México se tornou independente. Uma das extensões do governo espanhol das Filipinas foi a chamada colónia da Formosa Espanhola (1626-42) até à sua aquisição pelos holandeses.

Miguel López de Legazpi 1565-1572

Guido de Lavezaris 1572-1575

Francisco de Sande 1575-1580

Gonzalo Ronquillo de Peñalosa 1580-1583

Diego Ronquillo 1583-1584 (interino)

Santiago de Vera 1584-1590

Gómez Pérez Desmariñas 1590-1593

Pedro de Rojas 1593 (interino)

Luis Pérez Desmariñas 1593-1596

Francisco de Tello de Guzmán 1596-1602

Pedro Bravo de Acuña 1602-1606

Cristóbal Téllez de Almanza 1606-1608 (Real Audiência)

Rodrigo de Vivero y Aberrucia 1608-1609 (interino)

Juan de Silva 1609-1616

Andrés Alcaraz 1616-1618 (Real Audiência)

Alonso Fajardo de Tenza 1618-1624

Jerónimo de Silva 1624-1625 (Real Audiência)

Fernando de Silva 1624-1626 (interino)

Juan Niño de Tabora 1626-1632

Lorenzo de Olaza 1632-1633 (Real Audiência)

Juan Cerezo de Salamanca 1633-1635 (interino)

Sebastián Hurtado de Corcuera 1635-1644

Diego Fajardo Chacón 1644-1654

Francisco Tabili 1654

Sabiniano Manrique de Lara 1654-1663

Diego de Salcedo 1663-1668

Juan Manuel de la Peña Bonifaz 1668-1669 (interino)

Manuel de León 1669-1677

Francisco Coloma 1677 (Real Audiência)

Francisco Sotomayor y Mansilla 1677-1678 (Real Audiência)

Juan de Vargas y Hurtado 1678-1684

Gabriel de Curuzealegui y Arriola 1684-1689

Alonso de Avila Fuertes 1689-1690 (Real Audiência)

Fausto Cruzat y Gongora 1690-1701

Feitores Holandeses de Hirado/Deshima no Japão

Jacques Specx 1609-1612

Hendrick Brouwer 1612-1614

Jacques Specx 1614-1621

Leonard Camps 1621-1623

Cornelissoon van Neyenroode 1623-1633

Pieter van Santen 1633

Nicolaes Couckebacker 1633-1639

François Caron 1639-1641

Maximiliaen Le Maire 1641

Feitoria transferida para *Deshima* doravante os feitores holandeses de *Deshima* rodam no cargo numa base anual.

Governadores-Gerais das Índias Orientais Holandesas em nome da Companhia Holandesa das Índias Orientais (VOC).

Pieter Both 1610-1614

Gerard Reynst 1614-1615

Laurens Reael 1615-1619

Jan Pieterszoon Coen 1619-1623

Pieter de Carpentier 1623-1627

Jan Pieterszoon Coen 1627-1629

Jacques Specx 1629-1632

Hendrik Brouwer 1632-1636

Anthony van Diemen 1636-1645

Cornelis van der Lijn 1645-1650

Carel Reyniersz 1650-1653

Joan Maetsuycker 1653-1678

Rijckloff van Goens 1678-1681

Cornelis Speelman 1681-1684

Johannes Camphuys 1684-1691

Willem van Outhoorn 1691-1704

Governadores da Formosa Holandesa em nome da VOC (1624-1662).

Marten Sonk 1624-1625

Gerard Frederikszoon de With 1625-1627

Pieter Nuyts 1627-1629

Hans Putmans 1629-1636

Johan van der Burg 1636-1640

Paulus Traudenius 1640-1643

Maximiliaen Le Maire 1643-1644

François Caron 1644-1646

Pieter Anthoniszoon Overtwater 1646-1649

Nicolas Verburg 1649-1653

Cornelis Caesar 1653-1656

Frederick Coyett 1656-1662

Imperadores do Japão

Período Muromachi (1333-1573)

Imperador Go-Komatsu 1392-1412 (m. 1433)

Imperador Shōkō 1412-1428

Imperador Go-Hanazono 1428-1464 (m. 1471)

Imperador Go-Tsuchimikado 1464-1500

Imperador Go-Kashiwabara 1500-1526

Imperador Go-Nara 1526-1557

Imperador Ōgimachi 1557-1586 (m. 1593)

Período Azuchi-Momoyama (1573-1603)

Imperador Go-Yōzei 1586-1611 (m. 1617)

Período Edo (1603-1852)

Imperador Go-Mizunoo 1611-1629 (m. 1680)

Imperatriz Meishō 1629-1643 (m. 1696)

Imperador Go-Kōmyō 1643-1654

Imperador Go-Sai 1655-1663 (m. 1685)

Imperador Reigen 1663-1687 (m. 1732)

Imperador Higashiyama 1687-1709 (m. 1710)

Sei-i Taishōgun (Shōgun) do Japão

Ashikaga Bakufu

Shōgun Takauji 1338-1358

Shōgun Yoshiakira 1358-1367

Shogun Yoshimitsu 1368-1394 (m. 1408)

Shogun Yoshimochi 1394-1423 (m. 1428)

Shogun Yoshikazu 1423-1425

Shogun Yoshinori 1429-1441

Shogun Yoshikatsu 1442-1443

Shogun Yoshimasa 1449-1473 (m. 1490)

Shogun Yoshihisa 1473-1489

Shogun Yoshitane 1490-1493

Shogun Yoshizumi 1494-1508

Shogun Yoshitane 1508-1521 (m. 1523)

Shōgun Yoshiharu 1521-1546 (m. 1550)

Shōgun Yoshiteru 1546-1565

Shōgun Yoshihide 1568

Shōgun Yoshiaki 1568-1573 (deposto em 1573 só resignou oficialmente em 1588, tendo morrido em 1597).

Período sem shōgun

Oda Nobunaga 1573-1582 (embora Nobunaga nunca tenha usado qualquer título formal foi *de facto* ditador militar do Japão desde a expulsão de Yoshiaki até à sua morte).

Kampaku (neste caso o título que era usualmente um título usado como um meritocrático na posse de famílias descendentes dos poderosos Fujiwara, que foram senhores do Japão entre o séc. IX e o XII, tendo perdido o seu poder para o primeiro Bakufu de Kamakura, o título volta a recuperar o seu antigo poder na mão de Toyotomi Hideyoshi, que finalizou a unificação político-militar do país pondo termo ao Sengoku jidai)

Toyotomi Hideyoshi 1585-1591 (m. 1598, tendo assumido o título de *taikō* (regente retirado) entre 1591-1598, quando o passou para o sobrinho e o nomeou herdeiro)

Toyotomi Hidetsugu 1591-1595 (cometeu suicídio por ordem do tio)

Conselho dos 5 anciãos (Go-Tairō, que foram nomeados regentes enquanto Toyotomi Hideyori (m.1615) era menor e que ficaram com a responsabilidade de governar o país até ele atingir a maioria e assumir o poder) 1598-1603

Ukita Hideie (m. 1655), Maeda Toshiie (m. 1599), Maeda Toshinaga (que sucedeu ao pai até 1603, m.1614), Uesugi Kagekatsu (m.1623), Mōri Terumoto (m.1625) e Tokugawa Ieyasu (m. 1616).

Conselho dos 5 comissários (Go-Bugyō, que foi estabelecido por Hideyoshi em 1585 quando se tornou Kampaku, tinham sob a sua responsabilidade o governo da cidade de Kyoto e às áreas à sua volta, ou as províncias centrais, após a morte de Hideyoshi o conselho assumiu várias responsabilidades governativas mas perdeu o seu poder após a batalha de Sekigahara em 1600)

Asano Nagamasa (m. 1611), Maeda Gen'i (m. 1602), Mashita Nagamori (m. 1615), Natsuka Masaie (m. 1600) e Ishida Mitsunari (m. 1600)

Tokugawa Bakufu

Shōgun Ieyasu 1603-1605 (m. 1616)

Shōgun Hidetada 1605-1623 (m. 1632)

Shōgun Iemitsu 1623-1651

Shōgun Ietsuna 1651-1680

Shōgun Tsunayoshi 1680-1709

Kantō Kanrei: Shiba Ienaga 1336-37, Uesugi Noriaki 1338, Ko no Morofuyu 1339-44, Ko no Shigemochi 1344-49, Uesugi Noriaki 1340-51, Ko no Morofuyu 1350-51, Hatakeyama Kunikiyo 1353-61, Ko no Moroari 1362-63, Uesugi Noriaki 1366-68, Uesugi Yoshinori 1368-78, Uesugi Tomofusa 1368-70, Uesugi Noriharu 1377-79, Uesugi Norimasa 1379-92, Uesugi Noritaka 1392-94, Uesugi Tomomune 1395-1405, Uesugi Norisada 1405-11, Uesugi Zenshu/Ujinori 1411-15, Uesugi Norimoto 1415-18, Uesugi Norizane 1419-39, Uesugi Noritada 1447-54, Uesugi Fusaaki 1455-66, Uesugi Akisada 1466-1510, Uesugi Akizane 1510-15, Uesugi Norifusa 1515-25, Uesugi Norihiro 1525-31, Uesugi Norimasa 1531-61, Uesugi Terutora/Kenshin 1561-78.

Shitsuji de Kantō: Uesugi Noritomo 1457-61, Shibukawa Yoshikane 1457-62(?), Uesugi Masanori 1461-87(?).

Kamakura-fu: Ashikaga Yoshiakira 1336-49, Ashikaga Motouji 1349-67, Ashikaga Ujimitsu 1367-98, Ashikaga Mitsukane 1398-1409, Ashikaga Mochiuji 1409-39, Ashikaga Shigeuji 1449-55. **Sucedido pelo Furukawa Shōgun:** Shigeuji 1455-97, Masauji 1497-1512, Takamoto 1512-35, Haruji 1535-52, Yoshiuji 1552-83, Fujiuji 1561-62, Ashikaga Shihime 1583-90. **Em Horikoshi:** Ashikaga Masatomo 1457-91, Ashikaga Chachamaru 1491-93.

Kyoto Kanrei (como Shitsuji): Ko no Moronao 1336-49, Ko no Moroyo 1349 (m.1351), Ko no Moronao 1349-51, Niki Yoriaki 1351-58 (m. 1359), Hosokawa Kiyouji 1358-61 (m. 1362). **Como Kanrei:** Shiba Yoshimasa 1362-66 (m. 1410), Hosokawa Yoriyuki 1367-79 (m. 1392), Shiba Yoshimasa 1379-91, Hosokawa Yorimoto 1391-93 (m. 1397), Shiba Yoshimasa 1393-98, Hatakeyama Motokuni 1398-1405 (m. 1406), Shiba Yoshinori 1405-09 (m.1418), Shiba Yoshimasa 1409, Shiba Yoshiatsu 1409-10 (m. 1434), Hatakeyama Mitsue 1410-12 (m. 1433), Hosokawa Mitsumoto 1412-21 (m. 1426), Hatakeyama Mitsue 1421-29, Shiba Yoshiatsu 1429-32, Hosokawa Mochiyuki 1432-42, Hatakeyama Mochikuni 1442-45, Hosokawa Katsumoto 1445-49 (m. 1473), Hatakeyama Mochikuni 1449-52, Hosokawa Katsumoto 1452-64, Hatakeyama Masanaga 1464-67 (m. 1493), Shiba Yoshikado 1467-68, Hosokawa Katsumoto 1468-73, Hatakeyama Masanaga 1473 e 1477-86, Hosokawa Masamoto 1487, 1490 e 1497-1507, Hosokawa Takakuni 1508-25 (m. 1531), Hosokawa Tanekuni 1525, Hatakeyama Yoshitaka 1527 (m. 1532), Hosokawa Harumoto 1536 (m. 1563), Rokkaku Sadayori 1546 (m. 1552), Hosokawa Ujitsuna 1552-64.

Kyūshū tandai: Isshiki Noriuji 1336-46, Isshiki Tadauji 1346-51, Ashikaga Fuyutada 1351-52, Iro Naouji 1351-52, Isshiki Naouji 1352-58, Ashikaga Tadafuyu 1353/54-1361, Hosokawa Shigeuji 1358, Shiba Ujitsune 1361-65, Shibukawa Yoshiyuki 1365-70, Imagawa Ryōshun 1370-95, Shibukawa Mitsuyori 1396-1419, Shibukawa Yoshitoshi 1419-28, Shibukawa Mitsutada 1428-34, Shibukawa Norinao 1434-79, Shibukawa Manjumarū 1479-87, Shibukawa Seikyo 1490-1500, Shibukawa Tadashige 1487-1504, Shibukawa Yoshinaga 1504-33, Shibukawa Akitaka 1533-34, Shibukawa Yoshimoto 1534-54, Shibukawa Uemonsa 1534-43, Ōtomo Yoshishige 1559-?

Províncias do Kyūshū

Nota prévia: devido à vastidão de casas e famílias que existiram no Japão durante o período final do Muromachi, durante o processo unificatório do Azuchi-Momoyama e por fim após os Tokugawa assumirem o poder, optei por referenciar principalmente os *daimyō* do Kyūshū, visto que foi esta região a que esteve mais exposta ao contacto com portugueses e com os missionários jesuítas.

A Província de Chikuzen: Durante o período do Sengoku jidai (c. 1467 até c. 1603) as famílias mais proeminentes desta região foram os Shōni, os Ōuchi, os Ōtomo, os Akizuki e os Munakata. Os Munakata que desde o séc. VII ocupavam esta área e se dedicavam fundamentalmente à pirataria foram submetidos em 1375 por forças Ashikaga, sendo o seu último líder independente Munakata Shikei. Os Shōni, por outro lado vão desaparecer após Sukemoto (m. 1536) e seu filho Fuyuhisa (m. 1559), sofrendo a sua linhagem danzetsu (ou descontinuada). Os Akizuki liderados por Akizuki Tanezane, que liderou a família entre 1559-87 (m. 1596) irão submeter-se a Toyotomi Hideyoshi em 1587, o líder da família foi forçado a abdicar e depois liderados pelo seu

filho Tanenaga irão estabelecer-se como daimyō tozama em Takanabe na província de Hyūga. Os Ōuchi e os Ōtomo irão disputar o controle da província, até que os primeiros desaparecem e os segundos são derrotados pelos Shimazu de Kagoshima, a província será depois reorganizada durante o governo de Toyotomi Hideyoshi e sujeita a nova reforma durante o regime Tokugawa que cria três domínios (han) no território, a saber Fukuoka, Tōrenji e Akizuki.

Sengoku daimyō:

Família Shōni: Masashi, líder da família até 1497, Sukemoto, líder da família até 1536, Fuyuhisa, líder da família até 1559 (após ele, danzetsu, quebra).

Família Ōuchi: Yoshitaka (m. 1551), líder entre 1528-51, Yoshinaga (m. 1557), líder entre 1552-57, Yoshinori (m. 1557), líder 1557, Teruhiro (m. 1569), líder 1557-69 (após ele, danzetsu). Shugodai Ōuchi (representante ou deputado na província): Sugi Mure, Sugi Okinaga, Sugi Okitsura (1506-51).

Família Ōtomo: Yoshiaki (m. 1550), líder 1515-50, Yoshishige / Sōrin (m. 1587), líder 1550-76, Yoshimune (m. 1610), líder 1576-1600, Yoshinori (m. 1612), líder 1600-12, Yoshichika (m. 1619), líder 1612-19 (após ele, danzetsu).

Família Akizuki: Fumitane, líder 1531-57, Tanezane (m. 1596), líder 1559-87, Tanenaga, líder 1587-1614.

Chikuzen sob o regime de Toyotomi Hideyoshi:

Família Kobayakawa (tendo por base o castelo de Najima): Takakage, daimyō 1587-97 e Hideaki, daimyō 1597-1600.

Chikuzen sob o regime de Tokugawa Ieyasu:

Domínio (han) de Fukuoka controlado pela Família Kuroda (tozama daimyō): Nagamasa, daimyō 1600-23, Tadayuki, daimyō 1623-54, Mitsuyuki, daimyō 1654-88 (m. 1707), Tsunamasa, daimyō 1688-1711.

Domínio (han) de Tōrenji controlado pela Família Kuroda (tozama daimyō): Takamasa, daimyō 1623-39, Noriyuki, daimyō 1640-63 (m. 1673), Tsunamasa, daimyō 1663-88 (sucede na família principal), Nagaki, daimyō 1688-1720 (fundido com Fukuoka).

Domínio (han) de Akizuki controlado pela Família Kuroda (tozama daimyō): Nagaoki, daimyō 1623-65, Nagashige, daimyō 1665-1710.

A Província de Chikugo: Durante o período do Sengoku jidai (c. 1467 até c. 1603) as famílias mais proeminentes desta região foram os Kamachi, os Ōtomo e o daimyō de Hizen, Ryūzōji Takanobu. A família Kamachi dividiu-se após a morte de Kamachi Haruhisa (c.1528/31), um dos seus filhos, Akihisa (m. 1543) governará os territórios a norte, enquanto Chikahiro, governará os de sul. Esta situação mantém-se até 1581 quando o poderoso daimyō de Hizen, Ryūzōji Takanobu, virá a sua atenção para esta província procurando expandir o seu domínio. Nesta expansão entrará em confronto com os Ōtomo, que também procuravam expandir a sua influência nesta região. Takanobu acabará por morrer na batalha de Okitanawate, perto de Shimabara em 1584 frente a uma coligação Arima-Shimazu, os Kamachi e Ōtomo ficam a disputar o território, a par dos Shimazu quando Toyotomi Hideyoshi lança a campanha do Kyushu (1586-87), os Kamachi acabam por se submeter tal como os Ōtomo e os Ryūzōji em Hizen. Hideyoshi irá depois reorganizar a província e o mesmo, farão os Tokugawa que criam os domínios (han) de Kurume, Miike e Yanagawa.

Sengoku daimyō:

Família Ōtomo: Yoshiaki (m. 1550), líder 1515-50, Yoshishige / Sōrin (m. 1587), líder 1550-76, Yoshimune (m. 1610), líder 1576-1600, Yoshinori (m. 1612), líder 1600-12, Yoshichika (m. 1619), líder 1612-19 (após ele, danzetsu).

Família Ryūzōji: Takanobu, líder 1581-84

Família Kamachi (Ramo norte): Akihisa (m. 1543), líder 1528/31-43, Akimori (m. 1578), líder 1543-78, Shizumi Sazanami (m. 1581), líder 1578-81, Hisamoru; Kutami Munehisa e Shigeaki (que se torna vassalo Tokugawa). (Ramo sul): Chikahiro, líder 1528/31-?, Akihiro (m. 1580), líder até 1580, Shizumi Hakobu; Yoshihiro; Shigehiro; Masahiro e Hisahiro (após ele, danzetsu).

Chikugo sob o regime de Toyotomi Hideyoshi:

Família Kobayakawa (em Najima): Takakage, daimyō 1587-97 e Hideaki, daimyō 1597-1600 (m. 1602).

Família Kobayakawa (em Kurume): Hidekane 1587-1600 (Kaieki – extinção por decreto).

Família Tachibana (em Yanagawa): Muneshige 1587-1600 (Kaieki – extinção por decreto).

Família Tsukushi (em Yamashita): Hirokado 1587-1600 (Kaieki – extinção por decreto) (m.1623).

Chikugo sob o regime de Tokugawa Ieyasu:

Domínio (han) de Kurume: controlado pela Família Kobayakawa (tozama daimyō): Hidekane, daimyō 1600-1601 e Yoshihisa, daimyō 1601-20 (após ele, danzetsu). Controlado pela Família Arima (tozama daimyō): Toyouji, daimyō 1620-42, Tadayori, daimyō 1642-55, Yoritoshi, daimyō 1655-68 e Yorimoto, daimyō 1668-1705.

Domínio (han) de Miike controlado pela Família Tachibana (tozama daimyō): Tanatsugu, daimyō 1621-30, Tanenaga, daimyō 1630-82 (m. 1711), Taneakira, daimyō 1682-99, Tsuranaga/Yasunaga, daimyō 1699-1747.

Domínio (han) de Yanagawa controlado pela Família Tanaka (tozama daimyō): Yoshimasa, daimyō 1600-09 e Tadamasa, daimyō 1609-20 (Kaieki, extinção por ausência de herdeiros). Controlado pela Família Tachibana (tozama daimyō): Muneshige, daimyō 1620-38 (m. 1643), Tadashige, daimyō 1639-64 (m. 1675), Akitora, daimyō 1664-96 (m. 1702), Akitou/Akitaka, daimyō 1696-1721.

A Província de Hizen: Durante o período do Sengoku jidai (c. 1467 até c. 1603) as famílias mais proeminentes desta região foram os Ryūzōji, os Nabeshima (inicialmente como vassalo Ryūzōji), os Matsuura, os Hata, os Ōmura, os Arima e os Uku (depois Gotō). Também se localizava nesta província a cidade de Nagasaki, fundada por iniciativa do daimyō Ōmura Sumitada e dos Jesuítas que após 1587 ficou sob controle direto do governo Toyotomi, tornando-se depois Tenryō (território do xogunato) ficando a administração da cidade entregue ao Nagasaki bugyō. Nesta província incluem-se ainda as ilhas de Amakusa, que estavam divididas pelos pequenos senhores de Amakusa, de Shiki, de Ōyano, de Sumoto e de Kōtsuura, que lutaram pelos Shimazu em 1587 e depois fizeram um levantamento entre 1589-90 contra o governo de Toyotomi Hideyoshi, neste processo os Shiki perderam as suas terras, que passaram a estar tuteladas por Konishi Yukinaga e Hibiya Heiemon (Vicente), em 1592 os senhores restantes de Amakusa participaram num levantamento militar feito por um vassalo de Shimazu Yoshihisa, que contestava a guerra da Coreia, os restantes kokujin (pequenos senhores) foram afastados restando Tanemoto e Hibiya no território, nas vésperas de Sekigahara, Konishi

Yukinaga, transferiu o senhor de Amakusa (provavelmente Tanemoto) e o senhor de Sumoto (Michitaka que aparentemente sucedeu ao irmão Oyadaka, morto na rebelião de 1592) para o castelo de Yatsushiro em Higo, após 1600 as ilhas ficaram sob tutela do daimyō de Shimabara, sendo o centro da última grande revolta contra os Tokugawa em 1637-38. A província de Hizen será reorganizada por Hideyoshi e posteriormente durante o governo Tokugawa, serão criados os domínios (han) de Saga, Ogi, Hasuike, Kashima, Karasu, Hirado, Hirado-shinden, Ōmura, Shimabara e Fukue (nas ilhas Gotō). A família Hata (Haneda) que resultara de uma divisão da família Matsuura em 1102, foi extinta (kaieki) por ordem de Hideyoshi em 1593, o seu último líder foi Chikashi (m. 1594/97) que se submeteu em 1587, aquando da conquista da província pelas forças Toyotomi e que demonstrou cobardia durante as operações militares na Coreia.

1 - Ilhas de Amakusa

Sengoku daimyō (neste caso como kokujin ou pequenos senhores):

O noroeste da ilha de Shimo-shima é governado pela Família Shiki (descendentes da família Kikuchi): Tōji, 17º líder da família, Shigetō, 18º líder da família, Shigehiro, 19º líder da família, Shigetsune, 20º líder da família até 1587 (m.?) e Moritsune, 21º líder da família 1587-90 (perde os territórios é exilado para Arima, um dos filhos de Arima Haruzumi que fora adotado, terá morrido nas terras Arima, os seus descendentes servirão depois os Shimazu). *Território partilhado entre Konishi Yukinaga e Hibiya Heiemon (Vicente) 1590-1600.*

A restante área da ilha de Shimo-shima é governada pela Família Amakusa: Shigehisa, 14º líder da família, Hisatane, 15º líder da família até 1581 (m. 1601) e Tanemoto, 16º líder da família 1581-1600 (m.?) (provavelmente transferido para Yatsushiro em Higo por ordem de Konishi Yukinaga).

O norte da ilha de Kami-shima é governado pela Família Kōtsuura: Shukyō, líder da família, Shigesada, líder da família, Tanesada, líder da família, Tanetao, líder da família até 1590 (tendo participado na rebelião contra Hideyoshi foi afastado do poder) (m.?) e Rokuzaemon, líder da família até 1592 (afastado na sequência da revolta de 1592 contra Toyotomi Hideyoshi).

O sul da ilha de Kami-shima é governado pela Família Sumoto: Shigemichi, 12º líder da família até 1587 (participou na revolta de 1592, fugiu para Satsuma com um dos filhos, onde terá sido morto), Oyadaka, 13º líder da família até 1590 (afastado após a revolta de 1589-90, morreu durante a revolta de 1592) e Michitaka, 14º líder da família até 1600 (foi transferido em 1600 para o castelo de Yatsushiro juntamente com Tanetomo).

A ilha de Ōyano é governada pela Família Ōyano: Tanekō (Shizumi Tsū), 10º líder da família, Tanemoto, 11º líder da família até 1590 (tendo participado na revolta de 1589-90, viu o seu território confiscado, morreu em combate na Coreia em 1598), Naoshige, 12º líder da família até 1592 (sendo afastado após a revolta desse ano, terá também morrido em combate na Coreia em 1598).

Após a revolta de Shimabara as ilhas de Amakusa passam a ser **o domínio (han) de Tomioka** governado pela Família Yamazaki (daimyō tozama): Ieharu, daimyō 1638-41 (m.1648), *Tenryō (território do xogunato)*, Suzuki Shigenari, administrador 1641-53 e Suzuki Jutatsu, administrador 1655-64. Depois é cedido à Família Toda (fudai daimyō): Tadamasu, daimyō 1664-71. Volta a ser *Tenryō (território do xogunato até 1871)*.

2 - Território de Hizen

Sengoku daimyō:

Família Ryūzōji: Yasuie, 14º líder da família até 1510, Kazuie, 15º líder da família 1510-? (m. 1528), Tanekazu, 16º líder da família até 1528, Tanehisa, 17º líder da família 1528-39, Tanemitsu, 18º líder da família 1539-48, Takanobu, 19º líder da família 1548-78 (m. 1584), Masaie, 20º líder da família 1578-90 (m. 1607), Takafusa, 21º líder da família 1590-1607 e 1º daimyō de Saga 1590-1607 (após ele, danzetsu, quebra da linha).

Família Nabeshima (vassalos Ryūzōji): Kiyohisa, líder da família (m. 1544), Kiyofusa, líder da família (m. 1552), Naoshige, líder da família (m. 1618), Katsushige, líder da família (m. 1657), 1º de Saga 1607-57.

Família Arima: Haruzumi, líder da família até 1552 (m. 1566), Yoshisada, líder da família 1552-70 (m. 1577), Yoshizumi, líder da família 1570-71, Harunobu, líder da família 1571-1612 (submeteu-se a Hideyoshi em 1587, depois 1º daimyō de Shimabara 1600-12).

Família Ōmura: Sumikore, líder da família, Sumisaki, líder da família até 1550 (m. 1551), Sumitada, líder da família 1550-87, Yoshiaki, líder da família 1587-1616 (1º de Ōmura).

Família Matsuura: Toyohisa, líder da família, Hirosada, líder da família (m. 1515), Okinobu, líder da família (m. 1541), Takanobu, líder da família até 1587 (m. 1599), Shigenobu, líder da família e 1º Matsuura de Hirado 1587-1600 (m.1614).

Família Uku (depois Gotō): Morisada, 17º líder da família até 1549 (m. 1550), Sumisada, 18º líder da família 1549-71 (m. 1586), Gotō Sumitaka, 19º líder da família 1571-87 (doravante o nome da família passa a Gotō), Sumiharu, 20º líder da família 1587-94. Disputa de sucessão entre Uku Morinaga e Gotō Masaharu 1594-97. Masaharu, 21º líder da família 1597-1612 (1º daimyō de Fukue).

Hizen sob o regime de Toyotomi Hideyoshi:

Terazawa Hirotaka, daimyō 1593-1600 (transferido para Karatsu).

Nabeshima Naoshige, daimyō 1587-1600 (cede a liderança ao filho).

Matsuura Shigenobu, daimyō 1587-1600 (cede a liderança).

Ōmura Yoshiaki, daimyō 1587-1616 (1º senhor até 1600, forçado a abdicar após Sekigahara).

Arima Harunobu, daimyō 1587-1600 (mantido no cargo por Tokugawa Ieyasu).

Gotō Sumiharu, daimyō 1587-94 (disputa nas ilhas Gotō após a sua morte).

Hata (Haneda) Chikashi, daimyō 1587-93 (perde as terras por cobardia na campanha coreana).

A Cidade de Nagasaki como circunscrição administrativa especial:

Bugyō de Nagasaki sob governo Toyotomi: Terazawa Hirotaka e Todo Takatori, como comissários temporários 1587-88, Terazawa Hirotaka 1592-1602 (sozinho). **Bugyō de Nagasaki sob o governo Tokugawa:** Ogasawara Tamemune 1603-1604, Hasegawa Shigeyoshi 1604-1605, Hasegawa Fujihito 1605-1614, Hasegawa Fujimasa ou Gonroku 1614-1626, Mizuno Nobumori 1626-1629, Takenaka Shigeyoshi 1629-1634, Soga Yūko 1633-1634, Imamura Masanaga 1633-1634, Sakakibara Motonao 1634-1641, Kamio Motokatsu 1634-1638, Ōkōchi Masakatsu 1638-1640, Tsuge Masatoki 1640-1642, Baba Toshishige 1642-1650, Yamazaki Masanobu 1642-1650, Kurokawa Masanao 1650-1665, Kaijō Masanobu 1651-1660, Tsumaki Naoshige 1660-1662, Shimada Tadamasu 1662-1666, Inao Masatomo 1665-1666, Matsudaira Takashimi 1666-1671, Kōno Sadatōru 1666-1672, Ushigome Chūzaemon Shigenori 1671-1681, Okano Sadaaki 1672-1680, Kawaguchi Munetsune 1680-1693, Miyagi Takashikazu 1681-1686, Osawa Hajimeakira 1686-1687, Yamaoka Kagesuke 1687-1694, Miyagi Masazumi 1687-1696, Kondō Yōkō 1694-1701, Niwa Nagamori 1699-1702, Suwa Yoriyukikage 1696-1698, Ōshima Yoshinari 1699-1703, Hayashi Tadashiakira 1699-1703.

Hizen sob o regime de Tokugawa Ieyasu:

Domínio (han) de Saga controlado pela Família Ryūzōji (tozama daimyō): Takafusa, daimyō 1590-1607 (após ele, danzetsu, linha interrompida). Sucedeu-lhes no controlo a Família Nabeshima (tozama daimyō): Katsushige, daimyō 1607-57, Mitsushige, daimyō 1657-95 (m.1700), Tsunashige, daimyō 1695-1706 (m. 1707).

Domínio (han) de Ogi controlado pela Família Nabeshima (tozama daimyō): Motoshige, daimyō 1642-54, Tadayoshi, daimyō 1654-79 (m. 1689), Mototake, daimyō 1679-1713.

Domínio (han) de Hasunoike controlado pela Família Nabeshima (tozama daimyō): Naozumi, daimyō 1642-65 (m. 1669), Naoyuki, daimyō 1665-1708 (m. 1725).

Domínio (han) de Kashima controlado pela Família Nabeshima (tozama daimyō): Tadashige, daimyō 1609-24, Masashige, daimyō 1624-42 (m. 1687), Naotomo, daimyō 1642-72 (m. 1709), Naoeda/Naomoto, daimyō 1672-1705.

Domínio (han) de Karatsu controlado pela Família Terazawa (tozama daimyō): Hirotaka, daimyō 1593-1633, Katakata, daimyō 1633-47 (após ele, Kaieki, extinção sem herdeiros). Sucédidos pela Família Ōkubo (fudai daimyō): Tadamoto, daimyō 1649-70, Tadatomo, daimyō 1670-78 (m. 1712). Sucédidos pela Família Matsudaira (Ogyū) (fudai daimyō): Norihisa, daimyō 1678-86, Noriharu, daimyō 1686-90, Norisato, daimyō 1690-91 (m. 1746). Sucédidos pela Família Doi (fudai daimyō): Toshimasu, daimyō 1691-1713.

Domínio (han) de Hirado controlado pela Família Matsuura (tozama daimyō): Shigenobu, daimyō 1587-1600 (m. 1614), Hisanobu, daimyō 1600-02, Takanobu/Atsunobu, daimyō 1603-37, Shigenobu/Arinobu, daimyō 1637-89 (m. 1703), Takashi, daimyō 1680-1713.

Domínio (han) Hirado Nitta/Hirado-shinden em Katsumoto controlado pela Família Matsuura (tozama daimyō): Masashi, daimyō 1689-1706 (m. 1736).

Domínio (han) de Ōmura controlado pela Família Ōmura (tozama daimyō): Yoshiaki, daimyō 1587-1616, Sumiyori, daimyō 1616-19, Suminobu, daimyō 1620-50, Suminaga, daimyō 1651-1706.

Domínio (han) de Shimabara controlado pela Família Arima (tozama daimyō): Harunobu, daimyō 1600-12, Naozumi, daimyō 1612-14 (m. 1641). *Tenryō (território do xogunato) 1614-16.* Seguiu-se a Família Matsukura (tozama daimyō): Shigemasa, daimyō 1616-30, Katsui, daimyō 1630-38 (após ele, kaieki, extinção por ordem do governo). Seguiu-se a Família Kōriki (fudai daimyō): Tadafusa, daimyō 1638-55 (m. 1656), Takanaga, daimyō 1655-68 (m. 1677) (após ele, kaieki, extinção por ordem do governo). Seguiu-se a Família Matsudaira (Fukouzu) (fudai daimyō): Tadafusa, daimyō 1669-98 (m. 1700), Tadakatsu, daimyō 1698-1735 (m. 1736).

Domínio (han) de Fukue (Ilhas Gotō) controlado pela Família Gotō (tozama daimyō): Masaharu, daimyō 1603-12, Moritoshi, daimyō 1612-42, Moritsugu, daimyō 1642-55, Morikiyo, daimyō 1655, Morikatsu, daimyō 1655-77 (m. 1678), Morinobu, daimyō 1677-91, Moriyoshi, daimyō 1691-1728 (m. 1734).

A Província de Buzen: Durante o período do Sengoku jidai (c. 1467 até c. 1603) as famílias mais proeminentes desta região foram por um lado as forças dos templos e santuários de Hikosan Gongen e Yahata Usa, a par delas, destacam-se as famílias dos Utsunomiya de Buzen, os Aso, os Ōuchi e os Ōtomo, com os respetivos shugodai (representantes), os Moji, os Katsuki, os Nuki, os Nagano de Buzen, os Sasaki de Buzen e os Tokieda. Os Moji que chegaram em meados do séc. XIII apoiaram a corte do sul, tornaram-se depois vassallos dos Ōuchi durante a guerra Ōnin, nos primeiros anos do período Sengoku viram-se envolvidos em vários combates, visto que ocupavam uma posição estratégica no norte da província, tendo sido praticamente

destruídos, um ramo optou por ir servir os Sō em Tsushima, enquanto o resto da família fragmentou-se servindo vários daimyō no arquipélago. Em 1587 todas estas famílias, daquelas que restavam, foram submetidas por Toyotomi Hideyoshi que reorganizou a província. Posteriormente sob o regime Tokugawa serão criados os domínios (han) de Kokura, Kokura-shinden e Nakatsu.

Sengoku daimyō:

Família Utsunomiya: Nakahara Munefusa, 1º líder da família, Nobufusa (m. 1234), 2º líder da família, Kagefusa, 3º líder da família, Sadakage, 4º líder da família, Michifusa, 5º líder da família, Yorifusa, 6º líder da família, Fuyutsuna, 7º líder da família, Ietsuna, 8º líder da família, Naotsuna, 9º líder da família, Moritsuna, 10º líder da família, Iehisa, 11º líder da família, Naojika, 12º líder da família, Morinao, 13º líder da família, Hidefusa, 14º líder da família, Okifusa, 15º líder da família, Masafusa, 16º líder da família até 1561, Nagafusa, 17º líder da família (m. 1588), Shigefusa, 18º líder da família (m. 1588), Tomofusa, 19º líder da família (m. 1588).

Família Aso: Koretada, 13º líder da família (m. 1485), Koretoshi, 14º líder da família, Koreie, 15º líder da família, Korenori, 16º líder da família, Kikuchi Taketsune, 17º líder da família até 1506 e 24º líder dos Kikuchi (m. 1537), Koretoyo, 18º líder da família 1506-59, Koreyoshi, 19º líder da família, Koremasa, 20º líder da família até 1583 (1520-83), Koretane, 21º líder da família 1583-84 (1540-84), Koremitsu, 22º líder da família 1584-93 (1582-93, executado após a revolta contra a guerra da Coreia), Koreyoshi, 23º líder da família 1593-1654 (1583-1654, exerce simplesmente funções sacerdotais).

Família Ōtomo: Yoshishige/ Sōrin, 21º líder da família 1550-76 (m. 1587), Yoshimune, 22º líder da família 1576-1600 (m. 1610). Como *Shugodai* (representante ou deputado) Ōtomo na província: Tahara Chikamasa até 1600.

Família Ōuchi: Hiroyo, 9º líder da família 1352-80, Yoshihiro, 10º líder da família 1380-1400, Harumori, 11º líder da família 1401-31, Mochiyo, 12º líder da família 1431-41, Norihiro, 13º líder da família 1441-65, Masahiro, 14º líder da família 1465-94, Yoshioki, 15º líder da família 1494-1528, Yoshitaka, 16º líder da família 1528-51, Yoshinaga, 17º líder da família 1552-57. Como *Shugodai* (representante ou deputado) Ōuchi na província: Sugi Shigenobu, Sugi Okinobu, Sugi Michihira, Sugi Shigeaki (m. 1400), Sugi Jūsuna, Sugi Jūkuni, Sugi Takemasaru, Sugi Takemichi, Sugi Shigenobu, Sugi Shigenori (1498-1552).

Buzen sob o regime de Toyotomi Hideyoshi:

Família Kuroda em Nakatsu (tozama daimyō): Yoshitaka, daimyō 1587-89 (m. 1604) e Nagamasa, daimyō 1589-1600 (m. 1623).

Família Mori em Ogura (Kokura) (tozama daimyō): Katsunobu, daimyō 1587-1600 (m. 1611, kaieki, extinto por ordem do governo).

Buzen sob o regime de Tokugawa Ieyasu:

Domínio (han) de Nakatsu governado pela Família Hosokawa (tozama daimyō): Tadaoki, daimyō 1600-02 e Tadatoshi, daimyō 1602-32 (como parte de Kokura). Governado pela Família Ogasawara (fudai daimyō): Nagatsugu, daimyō 1632-66, Nagakatsu, daimyō 1666-82, Nagatane, daimyō 1683-98 (m. 1709), Naganobu, daimyō 1698-1713.

Domínio (han) de Kokura governado pela Família Hosokawa (tozama daimyō): Tadaoki, daimyō 1602-20 e Tadatoshi, daimyō 1620-33 (m. 1641). Governado pela Família Ogasawara (fudai daimyō): Tadazane, daimyō 1632-67 e Tadataka/Tadao, daimyō 1667-1725.

Domínio (han) de Kokura-shinden/Chizuka ou Senzoku governado pela Família Ogasawara (fudai daimyō): Sanekata/Shinkata, daimyō 1671-1709.

A Província de Bungo: Durante o período do Sengoku jidai (c. 1467 até c. 1603) a família mais proeminente desta região foram os Ōtomo que no auge do seu poder, além de Bungo, estenderam o seu poder às províncias vizinhas de Buzen, Chikuzen e Chikugo. A família envolveu-se na luta pela supremacia na região do Kyūshū contra os Ryūzōji, os Ōuchi e os Shimazu. Por pedido dos Ōtomo, então envolvidos numa guerra com os Shimazu, as forças de Toyotomi Hideyoshi intervêm na região. Na sequência disto, a família é confirmada no controlo da província, embora perca as outras conquistas, em 1593 a família é extinta (kaieki) porque o seu líder demonstrou cobardia na Campanha da Coreia. Só então Hideyoshi procede à reorganização da província. Posteriormente sob o regime Tokugawa são organizados vários domínios como Kitsuki, Hiji, Mori, Funai, Usuki, Saeki e Oka.

Sengoku daimyō:

Família Ōtomo: Yoshinao, 1º líder da família até 1223, Chikahide, 2º líder da família 1223-36 (m. 1248), Yoriyasa, 3º líder da família 1236-? (m. 1300), Chikatoki, 4º líder da família até 1295, Sadachika, 5º líder da família 1295-1311, Sadamune, 6º líder da família 1311-33 (m. 1334), Ujijasu, 7º líder da família 1333-62, Ujitoki, 8º líder da família 1362-68, Ujitsugu, 9º líder da família 1368 (m. 1401), Chikayo, 10º líder da família 1368-1401 (?) (m. 1418), Chikaaki, 11º líder da família (?) 1401-23 (m. 1426), Mochinao, 12º líder da família 1423-31 (?) (m. 1445), Chikatsuna, 13º líder da família 1431-39 (m. 1459), Chikataka, 14º líder da família 1439-44 (m. 1470), Chikashige, 15º líder da família 1444-76 (m. 1493), Masachika, 16º líder da família 1473-84 (m. 1496), Yoshimigi, 17º líder da família 1484-96, Chikaharu, 18º líder da família 1496-1501 (m. 1524), Yoshinaga, 19º líder da família 1497 (1501) -15 (m. 1518), Yoshiaki, 20º líder da família 1515-50, Yoshishige/Sōrin, 21º líder da família 1550-76 (m. 1587), Yoshimune, 22º líder da família 1576-1600 (m. 1610), Yoshinori, 23º líder da família 1600-12 e Yoshichika, 24º líder da família 1612-19 (após ele, danzetsu, quebra).

Família Ōuchi (de Suō): Morifusa, 1º líder da família, Hiroshimori, 2º líder da família, Mitsumori, 3º líder da família, Hiroshige, 4º líder da família até 1244, Hiroshisada, 5º líder da família 1244-86, Hiroshika, 6º líder da família 1286-1300, Shigehiro, 7º líder da família 1300-20, Hiroyuki, 8º líder da família 1320-52, *Washizu Nagahiro (m. 1351), como shugodai (deputado/delegado)*, Hiroyo, 9º líder da família 1352-80, *Washizu Hironao, como shugodai (deputado/delegado)*, Yoshihiro, 10º líder da família 1380-1400, *Ōuchi Hiroshige (m. 1402), como shugodai (deputado/delegado)*, Moriharu, 11º líder da família 1401-31, Mochiyo, 12º líder da família 1431-41, *Ōuchi Mochimori (m. 1433), como shugodai (deputado/delegado)*, Norihiro, 13º líder da família 1441-65, Masahiro, 14º líder da família 1465-94 (m. 1495), *Ōuchi Noriyuki, como shugodai (deputado/delegado)*, Yoshioki, 15º líder da família 1494-1528 (m. 1529), *Ōuchi Takahiro, como shugodai (deputado/representante)*, Yoshitaka, 16º líder da família 1528-51, *Ōuchi Harumochi (m. 1543), como shugodai (deputado/representante)*, *Ōuchi Yoshitaka (m. 1551), como shugodai (deputado/representante)*, *Ōuchi Yoshiaki (m. 1557), como shugodai (deputado/representante)*, Yoshinaga, 17º líder da família 1552-57, *Ōuchi Teruhiro (m. 1569), como shugodai (deputado/representante) (após ele, danzetsu, quebra da linha)*.

Família Ryūzōji (de Hizen): Tokiya, 1º líder da família, Suemasu, 2º líder da família, Kitomo, 3º líder da família, Seika, 4º líder da família, Kaeki, 5º líder da família, Kaoya, 6º líder da família, Kashu, 7º líder da família, Kasei, 8º líder da família, Kaze, 9º líder da família, Ieharu, 10º líder da família, Yasuhide, 11º líder da família, Iehide, 12º líder da família, Kashi, 13º líder da família, Yasuie/Yasushika, 14º líder da família (m. 1510), Taneie, 15º líder da família, Iekazu, 16º líder da família (m. 1528), Tanekazu, 17º líder da família, Tanehisa, 18º líder da família 1528-39, Tanemitsu, 19º líder da família 1539-48, Takanobu, 20º líder da família 1548-78 (m. 1584), Masaie, 21º líder da família 1578-90 (m. 1607), Takafusa, 22º líder da família 1590-1607 (depois daimyō de Saga, após ele, danzetsu, quebra).

Bungo sob o regime de Toyotomi Hideyoshi:

Ōtomo Yoshimune, daimyō de Bungo 1587-93 (extinto, kaieki, por ordem do governo).

Nakagawa Hidenari, daimyō de Oka 1594-1600 (funda o domínio (han) de Oka).

Kazuyoshi Ota, daimyō de Usuki 1594-1600 (extinto, kaieki, após Sekigahara).

Fukuhara Nagataka, daimyō de Funai 1597-1600 (suicidou-se após Sekigahara).

Hayakawa Nagamasa, daimyō de Kitsuki 1594-1600 (extinto, kaieki, após Sekigahara) (m.?).

Mōri Takamasa, daimyō de Saeki/Saiki 1595-1600 (funda o domínio (han) de Saeki/Saiki).

Kakimi Kazunao, daimyō de Togi 1594-1600 (morreu no castelo de Ogaki).

Kumagai Naomori, daimyō de Aki 1594-1600 (morreu no castelo de Ogaki).

Takenaka Shigetoshi, daimyō de Takada 1594-1600 (funda o domínio (han) de Funai).

Kimura Kiyohisa, daimyō de Bungo 1594-1600 (extinto, kaieki, após Sekigahara).

Bungo sob o regime de Tokugawa Ieyasu:

Domínio (han) de Kitsuki governado pela Família Ogasawara (fudai daimyō): Tadatomo, daimyō 1632-45 (m. 1663). Governado pela Família Matsudaira (Nomi) (fudai daimyō): Hidechika, daimyō 1645-92 (m. 1706) e Shigeyoshi, daimyō 1692-1708 (m. 1720).

Terras de Ryuo e Takada governadas pela Família Matsudaira (Nomi) (fudai daimyō): Shigenao, líder Ryuo 1632-39 e depois de Takada 1639-43 e Hidechika, líder de Takada 1643-45 (depois em Kitsuki).

Domínio (han) de Hiji governado pela Família Kinoshita (tozama daimyō): Nobutoshi, daimyō 1601-42, Toshiharu, daimyō 1642-61, Toshinaga, daimyō 1661-1707 (m. 1716).

Família Ryo Tateishi em Hayami governada pela Família Kinoshita (vassalos diretos dos Tokugawa): Nobuyoshi, 1º líder 1642-58 (4º filho de Nobutoshi que rompeu com a família), Nobechi, 2º líder da família e Shigetoshi, 3º líder da família.

Domínio (han) de Mori governado pela família Kurushima (tozama daimyō): Nagachika, daimyō 1601-12, Michiharu, daimyō 1612-55, Michikiyo, daimyō 1656-1700, Michimasa, daimyō 1700-19.

Domínio (han) de Funai (Ōita) governado pela Família Takenaka (tozama daimyō): Shigetoshi, daimyō 1601-15, Shigeyoshi, daimyō 1615-34 (após ele extinção, kaieki, devido a falta de herdeiro). Governado pela família Hineno (tozama daimyō): Yoshiaki, daimyō 1634-56. Governado pela família Matsudaira (Ogyū) (fudai daimyō): Tadaaki, daimyō 1656-76 (m. 1693), Chikanobu, daimyō 1676-1705 (m. 1720).

Domínio (han) de Usuki governado pela família Inaba (tozama daimyō): Sadamichi, daimyō 1600-03, Norimichi, daimyō 1603-26, Kazumichi, daimyō 1627-41, Nobumichi, daimyō 1641-73, Kagemichi, daimyō 1673-94, Tomomichi, daimyō 1694-1706.

Domínio (han) de Oka governado pela Família Nakagawa (tozama daimyō): Hidenari, daimyō 1594-1612, Hisamori, daimyō 1612-51 (m. 1653), Hisakiyo, daimyō 1651-66 (m. 1681), Hisatsune, daimyō 1666-95, Hisamichi, daimyō 1695-1710.

Domínio (han) de Saeki/Saiki governado pela Família Mōri (tozama daimyō): Takamasa, daimyō 1601-28, Takanari, daimyō 1628-32, Takanao, daimyō 1632-64, Takashige, daimyō 1664-82, Takahisa, daimyō 1682-99 (m. 1716).

A Província de Tsuchima: A ilha de Tsuchima localiza-se a norte do Kyūshū e desde o século XIII foi governada por membros da família Sō. Os senhores da ilha submeteram-se entre 1587/88 ao governo de Toyotomi Hideyoshi, que manteve a família como daimyō, atitude seguida depois pelo regime Tokugawa que estabelece o domínio (han) de Tsuchima ou Fuchu/Izuhara, a ilha será depois até meados do séc. XIX um dos locais do país que mantém relações com o exterior, nomeadamente com a Coreia e a China.

Sengoku daimyō:

Família Sō: Kimori, líder da família 1492-1505, Yoshinori, líder da família 1505-20, Morinaga, líder da família 1520-26, Masamori, líder da família 1526-39, Haruyasu, líder da família 1539-53, Yoshishige, líder da família 1553-66, Shigehisa, líder da família 1566-69, Yoshizumi, líder da família 1569-79, Terukage, líder da família 1579-89. **Como domínio (han) de Fuchu/Izuhara** governado pela família Sō (como tozama daimyō): Yoshishige, daimyō 1589-92, Yoshitoshi, daimyō 1592-1615, Yoshinori, daimyō 1615-57, Yoshizane, daimyō 1657-92 (m. 1702), Yoshitsugu, daimyō 1692-94, Yoshimichi, daimyō 1694-1718.

A Província de Higo: A província de Higo no Kyūshū foi governada durante os séculos XI a XVI pela família Kikuchi, sendo seu último representante Kikuchi Yoshitake (1505-54 e g. 1520-54) e após a sua morte, as famílias locais como os Shimazu e os Ōtomo, ocuparam o território. Durante o período do Sengoku jidai (c. 1467 até c. 1603) as famílias mais proeminente desta região foram os Kikuchi, os Aso e os Sagara. Em 1581 os Sagara renderam-se aos Shimazu e em 1585 foi a vez dos Aso, em 1587e na sequência da campanha do Kyūshū o território foi reorganizado por Toyotomi Hideyoshi. A província foi dividida, durante o governo Tokugawa, entre os domínios (han) de Kumamoto, Hitoyoshi, Uto e Takase.

Sengoku daimyō:

Família Kikuchi: Fujiwara Noritaka, Fujiwara Tsunetaka, Fujiwara Tsuneyori, Kikuchi Kyōshū (o primeiro a usar o nome Kikuchi), Naokei, Takanao (m. 1185), Sadatakashi, *Kikuchi Takatsugu, como shugodai (deputado/representante)*, Takayoshi, Takayasu, Takefusa, líder da família até 1285, *Kikuchi Takamori, como shugodai (deputado/representante)*, Takimashitaka, líder da família 1285-1304, Taketoki, líder da família 1304-33, Takeshige, líder da família 1333-38, Takehito, líder da família 1338-45 (m. 1401), Takemitsu, líder da família 1345-72 (m. 1373), Takemasa, líder da família 1372-74, Taketomo, líder da família 1374-1407, Kanetomo, líder da família 1407-31 (m. 1444), Mochitomo, líder da família 1431-46, Tamekuni, líder da família 1446-66 (m. 1488), Shigetomo, líder da família 1466-93, Chiyoshiyuki, líder da família 1493-1504, Masataka/Masatomo, líder da família 1504-07 (m. 1509), Taketsune, líder da família 1505-11 (m. 1537), Taketsutsumi, líder da família 1511-20 (m. 1532), Yoshitake, líder da família 1520-54 (após ele, danzetsu, quebra da linhagem).

Família Aso: Yuisen, Sukenaga, Taiyui, Yuiji, Koreyoshi, Yuikei, Yuikuni, Koretoki, líder da família (m. 1353), Korenao, líder da família até 1336, Korezumi, líder da família 1336-64, Koremura, líder da família 1364-1406, Toresata, líder da família 1406-70, Koretada, líder da família 1470-85, Koretoshi, líder da família (m.?), Koreie, líder da família, Korenori, líder da família, Kikuchi Taketsune, líder da família até 1506 (m. 1537), Koretoyo, líder da família 1506-59, Koresaki, líder da família (m.?), Koremasa, líder da família até 1583, Koretane, líder da família 1583-84, Koremitsu, líder da família 1584-93 (submeteu-se aos Shimazu em 1585 e em 1587 a Toyotomi Hideyoshi, executado após um levantamento armado contra a campanha coreana), Koreyoshi, líder da família 1593-1654 (exerce simplesmente funções sacerdotais, tendo os Aso, perdido após 1593 qualquer peso político na província).

Família Sagara: Nagayori, líder da família até 1254, Yorichika, líder da família 1254-64, Yoritoshi, líder da família 1264-1311, Nagauji, líder da família, Yorihiro, líder da família, Sadayori, líder da família até 1372, Sakiyori, líder da família 1372-94, Sanenaga, líder da família 1394-1417, Sakitsugu, líder da família 1417-43, Takayori, líder da família 1445-48, Nagatsugu, líder da família 1448-67 (m. 1468), Tametsugu, líder da família 1467-99 (m. 1500), Nagatsune, líder da família 1499-1512 (m. 1518), Nagamasa, líder da família 1512-24 (m. 1525), Chōsada, líder da família 1524-26 (m. 1531), Yoshishige, líder da família 1526-46, Haruhiro, líder da família 1546-55, Yoshiharu, líder da família 1555-81, Tadafusa, líder da família 1581-85 (Submeteu-se aos Shimazu em 1581), Yorifusa, líder da família 1585-1636 (1º daimyō de Hitoyoshi).

Higo sob o regime de Toyotomi Hideyoshi:

Sasa Narimasa, como daimyō de Higo 1587-88 (kaieki, extinto, por não ter conseguido submeter uma rebelião no território).

Katō Kiyomasa, daimyō do norte de Higo (Kumamoto) 1588-1600 (como daimyō do domínio (han) Kumamoto após 1600).

Konishi Yukinaga, daimyō do sul de Higo (Uto) 1588-1600 (executado após Sekigahara, linhagem é extinta-kaieki).

Sagara Yorifusa, daimyō de Hitoyoshi 1587-1600 (funda o domínio (han) de Hitoyoshi).

Higo sob o regime de Tokugawa Ieyasu:

Domínio (han) de Kumamoto governado pela Família Katō (tozama daimyō): Kiyomasa, daimyō 1600-1611 e Tadahiro, daimyō 1611-32 (família kaieki por decreto do governo (m. 1653). Governado pela família Hosokawa (tozama daimyō): Tadatoshi, daimyō 1633-41, Mitsunao, daimyō 1641-49 (m. 1650), Tsunatoshi, daimyō 1649-1712 (m. 1714).

Domínio (han) de Kumamoto-shinden em Uto governado pela Família Hosokawa (tozama daimyō): Yukitaka, daimyō 1646-90, Aritaka, daimyō 1690-1703 (m. 1733).

Domínio (han) de Kumamoto-shinden em Takase governado pela Família Hosokawa (tozama daimyō): Toshishige, daimyō 1666-87, Toshimasa, daimyō 1687-1715.

Domínio (han) de Hitoyoshi governado pela Família Sagara (tozama daimyō): Yorifusa, daimyō 1600-36, Yorihiro, daimyō 1636-64 (m. 1667), Yoritaka, daimyō 1664-1703.

A província de Hyūga: Durante o período do Sengoku jidai (c. 1467 até c. 1603) as famílias mais proeminente desta região foram os Itō, os Tsuchimochi, os Kitagō/ Hongō, os Kitahara e os Shimazu que após 1576 iniciam a conquista da província, esta encontrava-se dividida entre um domínio a norte centrado no castelo de Agata (perto de Nobeoka) e um domínio a sul centrado em torno do castelo de Obi (perto de Nichinan), o domínio do sul foi controlado pelos Shimazu de Satsuma durante grande parte do período. A família Itō controlou grande parte da zona norte até à sua conquista pelos Shimazu em-1576- 1578. Após a intervenção de Hideyoshi a província foi organizada, sendo depois dividida por Tokugawa Ieyasu entre os domínios (han) de Obi, Takanabe, Sadowara e Nobeoka. A família Tsuchimochi desapareceu em 1578 quando o seu líder Chikashige foi forçado a suicidar-se. O seu filho Chikanobu ainda resistirá à invasão Shimazu até 1586, outro

dos seus filhos, Hisatsuna (m.1599) auxiliou Hideyoshi no ataque aos Shimazu, mas não voltou a ser restaurado como daimyō, os seus filhos tornar-se-ão vassallos de outras famílias.

Sengoku daimyō:

Família Itō: Suketoki, 1º líder da família a usar o nome Itō até 1252, Yūkō, 2º líder da família, Kiwaki Yūrai, 3º líder da família, Sukemune, 4º líder da família, Teiyū, 5º líder da família, Sukemochi, 6º líder da família, Yūhiro, 7º líder da família, Ujisuke, 8º líder da família, Sukeyasu, 9º líder da família até 1434, Sukeharu, 10º líder da família 1434-44, Suketaka, 11º líder da família 1444-85, Sukekuni, 12º líder da família 1485, Tadasuke, 13º líder da família 1485-1523, Sukemitsu, 14º líder da família 1523-33, Sukeyoshi, 15º líder da família 1533-36, Yoshisuke, 16º líder da família 1536-60 (m. 1585), Yoshimasu, 17º líder da família 1560-69, Yūhei, 18º líder da família 1569-1600 (expulso em 1578 após a derrota frente aos Shimazu, será feito daimyō de Obi em 1587 por Toyotomi Hideyoshi, após a derrota Shimazu).

Família Kitahara: Kenkō, 1º líder da família, Kanesada, 2º líder da família, Genken, 3º líder da família, Kōgen, 4º líder da família, Norikane, 5º líder da família, Hisakane, 6º líder de família, Kenkyō, 7º líder da família, Takaken, 8º líder da família, Tatekane, 9º líder da família, Kenshin, 10º líder da família, Hisakane, 11º líder da família, Sukekane, 12º líder da família, Kanemori, 13º líder da família, Kanechika, 14º líder da família (m.?) (derrotado em 1564 pelos Shimazu e tornou-se seu vassalo), Kaneshige, 15º líder da família (vassalo dos Shimazu).

Família Kitagō/ Hongō (ramo da família Shimazu): Suketada, 1º líder da família, Yoshihisa, 2º líder da família, Hisahide, 3º líder da família até 1394, Tomohisa, 4º líder da família, Mochihisa, 5º líder da família até 1470, Toshihisa, 6º líder da família 1470-1500, Kazuhisa, 7º líder da família 1500-21, Tadasuke, 8º líder da família 1521-49 (m. 1559), Shimazu Tadachika, 9º líder da família 1549-71, Tokihisa, 10º líder da família 1571-79 (m. 1596), Tadashitora, 11º líder da família 1579-87 (m. 1595) (perdeu os territórios após a conquista de Toyotomi Hideyoshi).

Hyūga sob o regime de Toyotomi Hideyoshi:

Itō Yūhei, daimyō de Kiyotake e depois Obi 1587-1600 (depois de Sekigahara funda domínio (han) de Obi).

Akizuki Tanenaga, daimyō de Kushima 1587-1600 (depois de Sekigahara transferido para Takanabe).

Takahashi Motodane, daimyō de Nobeoka 1587-1600 (funda o domínio de Nobeoka).

Shimazu Toyohisa, daimyō de Sadowara 1587-1600 (foi eventualmente sucedido por Mochihisa).

Hyūga sob o regime de Tokugawa Ieyasu:

Domínio (han) de Sadowara governado pela Família Shimazu (tozama daimyō): Mochihisa, daimyō 1603-10, Tadaoki, daimyō 1610-37, Hisataka/Hisanao, daimyō 1637-63, Tadataka, daimyō 1663-76, Hisatoshi, daimyō 1676-90 (m. 1693), Korehisa/Tadahisa, daimyō 1690-1723 (m. 1738).

Domínio (han) de Takanabe governado pela Família Akizuki (tozama daimyō): Tanenaga, daimyō 1600-14, Taneharu, daimyō 1614-59, Tanenobu, daimyō 1659-89 (m. 1699), Tanemasa, daimyō 1689-1710 (m. 1716).

Domínio (han) de Nobeoka governado pela Família Takahashi (tozama daimyō): Motodane, daimyō 1600-13 (m. 1614) (kaieki-extinto por ordem do governo). Governado pela Família Arima (tozama daimyō): Naozumi, daimyō 1614-41, Yasuzumi, daimyō 1641-79 (m. 1692), Kiyozumi, daimyō 1679-92 (m. 1703). Governado pela Família Miura (fudai daimyō): Akihiro, daimyō 1692-1712 (m. 1725).

Domínio (han) de Obi governado pela Família Itō: Sukenori, daimyō 1600-36, Hisasuke, daimyō 1636-57, Sukemichi, daimyō 1657-61, Sukezane, daimyō 1661-1714 (m. 1723).

A Província de Ōsumi: Durante o período do Sengoku jidai (c. 1467 até c. 1603) as famílias mais proeminentes desta região foram os Kitahara, os Shimazu e os Kimotsuki, embora nunca se tenha desenvolvido um grande centro administrativo autônomo, a região acabou por desenvolver um dialeto próprio muito usado na escrita poética. A família predominante da região foram os Shimazu de Kagoshima e após a derrota Shimazu perante Hideyoshi, a província ficou agregada a Kagoshima, fazendo depois do domínio (han) de Satsuma durante o período Edo.

Sengoku daimyō:

Família Kimotsuki: Kanetoshi, 1º líder da família, Kanetsune, 2º líder da família, Keneki, 3º líder da família, Kenin, 4º líder da família, Kenishi, 5º líder da família, Kanefuji, 6º líder da família, Naoken, 7º líder da família, Kaneshige, 8º líder da família (m. 1349?), Akiken, 9º líder da família, Kenshi, 10º líder da família, Kanemoto, 11º líder da família, Kanetada, 12º líder da família (m. 1484), Kenren, 13º líder da família, Kanehisa, 14º líder da família 1482-1523, Kaneoki, 15º líder da família 1523-33, Kanetsugu, 16º líder da família 1533-53 (m. 1566), Yoshikane, 17º líder da família 1553-71, Kanesuke, 18º líder da família 1571-74, Kanemori, 19º líder da família 1574-1600 (submissão da família aos Shimazu 1580/81), Kaneyuki, 20º líder da família 1600-11 (morreu sem descendência) (os Shimazu farão depois renascer a família como um dos seus ramos cadetes).

A Província de Satsuma: Esta província foi governada desde o início do séc. XIII pela família Shimazu. Durante o Sengoku jidai continuarão a governá-la até que foram vencidos em 1587 por Toyotomi Hideyoshi e forçados a integrarem-se no Japão. Os Shimazu irão manter-se como daimyō de Satsuma, Ōsumi e Hyūga. A ilha de Tanegashima e o reino das Ryūkyū eram seus vassallos. Em 1868 contribuíram para o derrube do Bakufu de Tokugawa.

Sengoku daimyō:

Família Shimazu: Tadahisa, 1º líder da família até 1227, Tadatoki/Tadayoshi, 2º líder da família 1227-65, Hisatsune, 3º líder da família 1265-84, Tadamune, 4º líder da família 1284-1318, Sadahisa, 5º líder da família 1318-63. **Ramo Soshuka:** Morohisa, líder do ramo 1363-76, Yuihisa, líder do ramo 1376-1404, Morihisa, líder do ramo 1404-? Hisayo, líder do ramo até 1417, Hisamori, líder do ramo 1417-30 (após ele, danzetsu, quebra da linhagem). **Ramo Oshu:** Ujihisa, líder do ramo 1363-87, Motohisa, líder do ramo 1387-1411, Hisatoyo, líder do ramo 1411-25, Tadakuni, líder do ramo 1425-70 (após 1430, 6º líder da família), Tatsuhisa, 7º líder da família 1470-74, Tadamasa, 8º líder da família 1474-1508, Chuji, 9º líder da família 1508-15, Tadataka, 10º líder da família 1515-19, Katsuhisa, 11º líder da família 1519-26, Takahisa, 12º líder da família 1526-66, Yoshihisa, 13º líder da família 1566-87 e Yoshihiro, 14º líder da família 1587-1602. **Como Domínio (han) de Kagoshima** governado pela Família Shimazu (tozama daimyō): Tadatsune/Iehisa, daimyō 1602-38, Mitsuhisa, daimyō 1638-87 (m. 1695), Tsunataka/Tsunahisa, daimyō 1687-1704.

Reino de Ryūkyū (Desde 1609 são vassallos dos Shimazu de Kagoshima mantendo-se nessa condição até 1872 quando as ilhas passam a um domínio ou han, desaparecendo este em 1879).

Reis independentes da 2ª dinastia Shō: Shō Sei 1527-1555, Shō Gen 1556-1572, Shō Ei 1573-1586, Shō Nei 1587-1620 (após 1609 vassallo dos Shimazu). *Reis vassallos de Kagoshima:* Shō Hō 1621-1640, Shō Ken 1641-1647, Shō Shitsu 1648-1668, Shō Tei 1669-1709.

Domínio (han) de Tanegashima

A ilha de Tanegashima era semiautónoma mas a família rapidamente a começou a perder essa autonomia quando os Shimazu se unificaram, em 1582 o comércio feito pelo clã Tanegashima com o reino de Ryūkyū foi colocado sobre controlo dos Shimazu, que também proibiram a venda de lenha a todos os outros governantes. Após a submissão dos Shimazu, Toyotomi Hideyoshi finalizou a submissão dos Tanegashima aos senhores de Satsuma e até à restauração Meiji os Tanegashima serão vassalos dos Shimazu.

Família Tanegashima (vassalos dos Shimazu): Satotoki até 1543 (m. 1567), Tokitaka 1543-1560, Tokitsugu 1560-1562, Tokitaka 1562-1579, Hisatoki 1579-1612, Tadashi 1612-1654, Hisato 1654-1710 (m. 1722), Hisamoto 1710-1736 (m. 1741).

VI – Glossário

Nota Prévia: Para a construção deste apêndice seguiu-se em grande parte a informação dada por Boxer, C. R., *O Grande Navio de Amacau*, Fundação Oriente e Museu e Centro de Estudos Marítimos de Macau, Portugal, 1989. Págs. 313-320.

Almude: antiga medida de capacidade; 26 almudes em cada pipa de vinho português.

Alqueire: antiga medida de capacidade portuguesa para secos, 13 litros ou 1 3/5 do celamim; para líquidos 1/2 almude.

Arrátel (peso): a libra portuguesa, que, como Peter Mundy escrevia em 1637 *é um pouco mais de 16 onças inglesas, isto é, mais 2%*. O cate de 16 taéis do Japão tinha vinte arráteis, segundo o padre João Rodrigues, S.J., em 1604. Os portugueses consideravam que cada arroba tinha 32 arráteis, e cada quintal 128 arráteis.

Arroba (peso): a quarta portuguesa de 32 libras avoirdupois, havendo 4 arrobas num quintal.

Bahar (bar, bare, etc.): um peso indiano que variava muito de região para região, e com os artigos para que era usado. No Extremo Oriente, os portugueses consideravam o bahar igual a 3 picos, ou 400 libras avoirdupois.

Bakufu de Edo ou período Tokugawa: designa o governo militar e centralizado do Japão que se inicia com Tokugawa Ieyasu (1543-1616), que governou como Seii Taishōgun (1603-05) e estabeleceu uma dinastia que governaria o arquipélago japonês até 08 de Maio de 1868, embora o seu último governante Tokugawa Yoshinobu (1837-1913) tenha abdicado a 19 de Novembro de 1867. Após uma brutal guerra civil, a Guerra Boshin (03/01/1868 a 18/05/1869) que deu a vitória à facção imperial e a derrota subsequente da República de Ezo, na ilha de Hokkaido, onde se tinham aglomerado vários líderes fiéis aos Tokugawa (27/06/1869), iniciou-se a chamada Restauração Meiji.

Braça: antiga medida de comprimento; a braça portuguesa é equivalente a 6 pés ou 10 palmos.

Batalha de Sekigahara: travada a 21 de Outubro de 1600. Nesta batalha as forças leais a Tokugawa Ieyasu derrotaram as forças fieis à causa Toyotomi lideradas por Ishida Mitsunari. Entre os comandantes ocidentais que morreram no campo de batalha, destacam-se: Otani Yoshitsugu (1558-1600); Shimazu Toyohisa (1570-1600), sobrinho de Yoshihiro de Satsuma; Toda Katsushige ou Shigemasa (1557-1600); Natsuka Masaie; Gamō Yorisato (m.1600) e Shima Kiyooki ou Sakon (1540-1600). Ishida Mitsunari foi capturado e executado a 6 de Novembro juntamente com Konishi Yukinaga e Ankokuji Ekei. Do lado oriental, destacaram-se os generais: Fukushima Masanori (1561-1624), Hosokawa Tadaoki (1563-1646), Asano Yukinaga (1576-1613), Ikeda Terumasa (1563-1613), Kuroda Nagamasa (1568-1623), Katō Yoshiaki (1563-1631), Tanaka Yoshimasa (1548-1609), Todo Takatora (1556-1630), Yamauchi Kazutoyo (1545/46-1605), Honda Tadakatsu (1548-1610), Terazawa Hirotaka (1563-1633), Ikoma Kazumasa (1555-1610), Tsutsui Sadatsugu (1562-1615) e Kyōgoku Takatomo (1572-1622) no campo Tokugawa os generais Ii Naomasa (1561-1602) e Matsudaira Tadayoshi (1580-1600), morreram devido a feridas recebidas.

Caixa (em inglês cash): uma moeda chinesa, a princípio de cobre, e mais tarde progressivamente de metal menos valioso. 10 Caixas valiam um condorim, 100 um mas, e 1000 um tael de prata, como moeda de troca. O equivalente japonês era o rin. O equivalente português é apresentado como meio a um ceutil, que era um sexto do real. *Caixa (cash)* como um peso: 10 caixas valiam um condorim, 100 caixas um mas, 1000 caixas um tael de peso, assim como um tael de moeda de troca.

Campanha de Osaka: deu-se entre 8 de Novembro de 1614 a 22 de Janeiro de 1615 a chamada Campanha de Inverno e entre Maio a Junho de 1615 a chamada a Campanha de Verão. Esta batalha marcou o fim da família Toyotomi. As forças que defenderam o castelo fizeram-no em nome de Toyotomi Hideyori (1593-1615), filho e herdeiro de Toyotomi Hideyoshi, como principais comandantes que defenderam o castelo destacaram-se: Sanada Yukimura (1567-1615), Ban Naoyuki ou Dan'emom (1567-1615), Gotō Mototsugu ou Matabei (1565-1615),

Susukida Kanesuke (m.1615), Kimura Shigenari (1593-1615) e Chōsokabe Morichika (1575-1615), que foi capturado e executado com os seus dois filhos.

Canada: medida portuguesa para líquidos contendo 4 quartilhos (1/12 do almude), ou 3 pintas inglesas.

Candil: medida indo-portuguesa equivalente a 20 alqueires, ou 10 almudes, meio barril. *Candil*: podendo também designar um peso indo-português, normalmente correspondendo a 500 arráteis ou libras portuguesas, mas às vezes era usado como equivalente do bahar.

Cate (*catty, kati, katty, etc.*): o cate variava muito, mas a equivalência usual inglesa é de 1 1/3 libras, 100 cates valendo um pico. Richard Cocks anota que *43 libras inglesas são 33 cates do Japão*, mas isto era simplificar demais. O padre João Rodrigues regista vários cates japoneses que vão de 16 a 50 taéis cada, e que eram usados para pesar vários artigos como chá, seda, algodão, etc. Acrescenta, contudo, que o cate mais vulgar no Extremo Oriente era equivalente a 16 taéis, ou 20 arráteis, ou ao *kin*, que era o cate mais vulgarmente usado pelos comerciantes portugueses em Nagasaki, o chamado *cate dachém*, ou cate da balança de mão, de 15 taéis de peso. Peter Mundy refere duas espécies diferentes de cates usados em Macau em 1637, um de 16 taéis ou 20 1/2 onças *pelo qual eram pesados todos os artigos finos, com exceção da seda*, outro valendo 18 taéis (cerca de 23 onças), *pelo qual eram pesados todos os artigos em geral e a seda*. Como estes três principais cates sino-japoneses, pesavam respectivamente 15, 16 e 18 taéis, não é de admirar que fossem frequentes as questões acerca de falta de peso e valores errados em Macau, Nagasaki e Cantão.

Chang: medida chinesa de comprimento igual a 141 polegadas inglesas.

Comércio com base no peso da prata em barra: O sistema de circulação monetária e de comércio baseado no peso da prata em barra era universal, nesta época, no Extremo Oriente. O padre Gabriel de Magalhães, S.J., descreve este sistema na China como, segue: *As moedas de ouro e de prata não são cunhadas, mas fundidas em lingotes com a forma dum pequeno barco, que em Macau são chamados pães, de prata e de ouro. Um e outro têm valores diferentes. Os pães de ouro valem um, dois, dez e vinte cruzados. Os de prata valem meio cruzado, um cruzado, dez, vinte, cinquenta, e às vezes cem e quinhentos cruzados. Cortam-se com tesouras de aço, que trazem com eles para esse fim, e dividem-no em pedaços, maiores ou menores, conforme o valor do artigo que vão comprar, e são pesados numa balança que é chamada dachém* (esta palavra e os seus derivados *datchin, dotchin, dachein, etc.* é uma corruptela do cantonês *tu'ch'eng* ou balança de mão, sendo uma balança com uma alavanca que se move num fulcro). Os holandeses chamam a estes lingotes *schuitsever*, e os ingleses *sapatos* ou *barcos*. Quanto à forma como o sistema funciona no Japão, o padre João Rodrigues (Tçuzzu), S.J., informa-nos na sua *Arte* de 1604-08, que um barco de prata pesava 4 taéis e 3 mazes, e era subdividido em dez partes ou *ryo* de 4 mazes e 3 condorins cada. A barra de ouro pesava 4 taéis e 4 mazes, sendo subdividida em 10 *ryo* de 4 mazes e 4 condorins cada. Estes últimos eram ainda subdivididos em pequenas frações chamadas *bu*, se necessário. O dinheiro de cobre apresentava-se em cordões de 100 e de 1000. Das referências à prata e ao ouro em barra, na correspondência dos mercadores portugueses, holandeses e ingleses no Japão, entre 1600 e 1640, é aparente que as barras não tinham tamanho fixo, e que o seu valor era sempre determinado pelo peso, que não variava. Como a prata em barra japonesa não era tão pura como a hispano-americana ou as melhores variedades chinesas, era às vezes refinada pelos holandeses e ingleses, antes de ser exportada, mas parece que os portugueses não o fizeram em quantidade apreciável. A arca de prata (*caixa de prata*) era normalmente avaliada em 1000 taéis, sendo um tael de peso correspondente a um tael de moeda de troca. Isto não era constante, pois em Janeiro de 1617, por exemplo, Richard Cocks regista *carregamos seis arcas de prata no Thomas, sendo ao todo 8000 taéis, tudo fina prata chinesa fundida*. Os japoneses chamavam a estas barras *kiri-gin* ou *prata cortada*. Os feitores holandeses no Japão avaliam a prata em lingote ou em barra (*schuitsilver*) em 4 taéis e 3 mazes, o que confere com o valor dado por João Rodrigues na sua *Arte* de 1604.

Condorim (*candarim, candareen, etc.*): moeda chinesa de troca, avaliada em 1/10 de mas, e 1/100 do tael de prata. Valia dez caixas, o padre João Rodrigues S.J., indica que a equivalência japonesa é um *bun*, e a portuguesa 4 reis, em 1604. *Condorim* (*Candarim, Candaren, etc.*): como um peso; dez caixas=1 condorim; 10 condorins=1 maz; 100 condorins=1 tael de oito, e também moeda de troca.

Covado (covad, covid): o cúbito português; 3/4 duma jarda; a vara flamenga. Também era usado pelos chineses a medida do pé, equivalente a 10 polegadas, que eram 14,1 polegadas inglesas. Também era considerada equivalente a três palmos, mas o seu valor vária largamente no Oriente.

Cruzado: uma moeda portuguesa de ouro cujo valor estava fixado em 400 reis em 1517, mas que era praticamente usada no Oriente como moeda de troca. Como tal era frequentemente equivalente ao peso de prata ou real de oito, e a sua equivalência inglesa era estimada em 4/-. António Nunes, escrevendo em 1544 diz que o valor corrente na China era de 5 tangas de prata, e o padre João Rodrigues S.J., atribui-lhe a equivalência a um tael de prata chinês ou a dez momes de prata japoneses. Peter Mundy aponta que o cruzado de ouro valia 12 xerafins em Goa, em 1637. A expressão portuguesa (*um conto de ouro*), significava um milhão de cruzados, mas era muitas vezes usada como uma figura de retórica.

Decretos do sakoku ou do país fechado: correspondem a uma série de decretos estabelecidos durante o governo de Tokugawa Iemitsu (1623-51) entre 1633-39, pelos quais era proibida a entrada de estrangeiros no país ou a saída de qualquer japonês sob pena de morte. Estes decretos proibiam também o regresso de qualquer japonês que vivesse no estrangeiro, sendo um esforço consciente da parte do governo japonês, para que japoneses cristãos ou missionários não conseguissem desembarcar no arquipélago.

Ducado: William Barrett afirma que o ducado (uma moeda italiana) valia 9 1/2 tangas de “bom dinheiro” em Goa, em 1584, enquanto o real de oito e o cruzado valiam 6 1/2 tangas. Como regra, contudo, o ducado era principalmente empregado pelos viajantes italianos e outros europeus, na Ásia, para designar genericamente o cruzado português, o tael de prata chinês, e o real de oito espanhol. Como moeda de troca em Espanha, o ducado era aceite por 375 maravedis.

Florim ou Guilder: a moeda holandesa não era normalmente corrente no Extremo Oriente, mas como os holandeses faziam a sua contabilidade em florins (ou goldens), pode ser descrita como uma moeda de troca. O guilder valia 20 stuivers, e até 1636, o tael de prata valia 3 guilders e 2 1/2 stuivers, e em 1637-40, 2 guilders e 17 stuivers.

Grande Martírio de 1622: Foi uma das mais graves perseguições desencadeadas contra os cristãos pelo governo de Hidetada tendo decorrido entre Agosto e Setembro. Entre os executados encontram-se os marinheiros do juncos e o capitão acusados de trazer missionários para o arquipélago assim como os padres Flores e Zuñiga que foram executados a 19 de Agosto. Entre 10 e 11 de Setembro foram executados: o Padre Carlo Spínola, o Padre Sebastião Kimura e os irmãos-leigos António Fugia, Gonzalo Fuzay, Pedro Zampo e Miguel (jesuítas), Frei Angel Ferrer, Frei José de S. Jacinto, Frei F. Jacinto, Frei Alonso de Mena e Frei Francisco de Morales (dominicanos), Frei Pedro de Ávila, Frei Ricardo de Santa-Ana, o irmão-leigo Frei Vicente (franciscanos), além destes, foi executado o irmão-leigo japonês Frei Leão juntamente com 8 japoneses mas não se conhecem os nomes (os primeiros 4 eram dominicanos) e depois o irmão Tomé Agascin e o irmão Luís Cavarato, também japoneses. Seguiram-se as execuções de 30 homens e mulheres de Nagasaki e 12 crianças, no dia seguinte o sacristão Gaspar Doxico foi decapitado com duas crianças e um japonês de *Omura*, que fora apanhado a recolher relíquias juntamente com a família. Mais 10 foram mortos em Iquinotima juntamente com o irmão Agostinho Onda S.J. A 15 de Setembro o padre Camilo Constâncio S.J. foi queimado em Hirado, a 23 de Novembro seis camponeses foram executados em Nagasaki, a 9 de Outubro foram executados mais nove em Nagasaki, entre 27 de Maio de 1623 a 1 de Novembro mais 12 foram martirizados na zona de Hirado, os últimos mártires desta onda foram o padre Pedro Paulo Navarro S.J., o seu guia e os irmãos-leigos Dionísio e Pedro Sandayo, também jesuítas.

Invasões japonesas à Coreia: decorreram entre 1592-93 e entre 1597-98 por ordem de Toyotomi Hideyoshi. No fim do conflito as forças japonesas foram forçadas a retirar devido a um impasse militar. O Japão invadiu a península, a primeira vez com cerca de 158,000 homens e, na segunda invasão, com cerca de 141,500 homens enfrentando as forças da Coreia Joseon e da China Ming. Contudo a superior marinha de guerra coreana infligiu perdas pesadas ao Japão e logrou interromper os abastecimentos vindo do arquipélago, destacou-se do lado coreano o almirante Yi Sun-sin (1545-98).

Kamakura-fu ou *Kantō-fu*: foi um governo regional instalado em Kamakura pelo Shogunato Ashikaga que existiu entre 1349 a 1455 dirigida por um ramo colateral da dinastia Ashikaga e os seus governantes eram apelidados de *Kamakura Kubō*. Estes líderes eram por seu lado assistidos pelo *Kantō Kanrei*. Na sua extensão máxima de poder controlaram as províncias de Sagami, Musashi, Awa, Kazusa, Shimōsa, Hitachi, Kozuke e Shimotsuke além de Kai e Izu, posteriormente incorporaram ao seu governo as províncias nortenhas de Dewa e Mutsu. Em 1455 Ashika Shigeuji foi forçado a fugir de Kamakura marcando este momento o fim deste governo.

Kan (*kame*): medida de peso japonesa que era a princípio um cordão de 1000 mon ou moedas de cobre. Equivalente a 100 taéis, ou a 1000 momes, ou 8,27 libras (3,75 quilos).

Kanrei: era um dos mais altos cargos na hierarquia feudal japonesa, podendo traduzir-se por deputado do shōgun. Após 1349 havia dois: o Kyoto Kanrei e o Kantō Kanrei. Com a nomeação de Ashikaga Motouji, o Kanrei passou a ser tratado por Kubō, embora este título só tenha sido assumido oficialmente por Ashikaga Ujimitsu e pelos seus sucessores: Mitsukane (1398-1409) e Mochiuji. O último a deter este cargo foi Ashikaga Shigeuji (1449-55), filho de Mochiuji que só foi nomeado uma década depois da morte do pai. No tempo de Ujimitsu, o título de Kanrei foi entregue ao líder da família Uesugi. O cargo será abolido em 1552. Entre 1439-49 os Uesugi liderados por Norizane e depois por Kiyotaka (1439-42) e Noritada (1442-54) controlaram a região esvaziando o poder do Kantō Kubō. O assassinato de Noritada por Shigeuji provocará uma guerra levando à sua deposição. Shigeuji fugirá para Koga onde passará a ser reconhecido como Koga Kubō até à sua morte em 1497. Ele e os seus sucessores: Masauji (1497-1531), Takamoto (1531-35), Haruji (1535-60) e Yoshiuji (1560-83), dividirão o poder na região com os Uesugi e outras famílias. Em 1455 Ashikaga Masatomo foi enviado pelo seu irmão o shōgun Yoshimasa (r. 1449-73), para tomar Kamakura. Embora Shigeuji fuja, Masatomo não conseguiu tomar a cidade e estabeleceu-se em Horigoe, onde se tornará Horigoe Kubō até à sua morte em 1491. Sucede-lhe o filho Chachamaru, que é expulso, em 1493, quando o castelo é tomado por Hōjō Sōun (1432-1519), fundador da casa Hōjō tardia, que governará a região de Kantō até à conquista de Toyotomi Hideyoshi em 1590. Quanto aos Uesugi manterão o cargo de Kanrei através de Fusaaki (1454-66), que sucede a Noritada, seu pai e dos seus sucessores: Akisada (1466-1510), Norifusa (1510-24) e Norimasa (1524-52), quando o cargo é abolido. O título voltará a ser revivido em 1561, sendo conferido pelo shōgun Ashikaga Yoshiteru (r. 1546-65), a Uesugi Kenshin, desaparecendo uma vez mais após a sua morte em 1578.

Kyūshū tandai: cargo atribuído a um indivíduo com a responsabilidade de defender a região do Kyūshū, tendo sido criado em 1186, assumindo depois um papel activo no combate às invasões mongóis em 1274 e 1281, devendo depois actuar como intermediário entre os daimyō da região e o governo em Kamakura. Durante o período Muromachi o cargo voltou a ter um papel activo durante a divisão do país entre a Corte do Norte e do Sul, tornando-se depois um cargo meramente simbólico e sem poder na região.

Libra: a libra avoirdupois usada pelos mercadores ingleses no Oriente durante o século XVII era igual à de hoje. A libra portuguesa era semelhantemente igual a 16 onças, mas a sua outra medida de peso, o arrátel, tinha mais 2%, como se diz acima. A libra holandesa no Oriente era a libra de Amsterdão de 0,494 Kg, ou praticamente 1,09 libras inglesas.

Mai: 1 mai=10 ryo, ou cerca de 161,55 gramas, ou 5,2 onças de joalheiro.

Malaca: capital de um dos mais importantes sultanados malaios foi conquistada a 24 de Agosto de 1511 pela armada de Afonso de Albuquerque, que nomeou como seu primeiro capitão-mor Rui de Brito Patalim, a cidade foi perdida pelos portugueses em Janeiro de 1641 perante o ataque das forças holandesas e dos sultanados de Johor e Aceh. A tomada da cidade pôs fim ao controlo português sobre o estreito de Malaca e ao controlo da rota Goa-Macau.

Martírio de Fevereiro de 1597: Foi uma execução ordenada por Toyotomi Hideyoshi em Nagasaki sobre vários membros da ordem franciscana que violando o édito de 1587 começaram a exercer actividade missionária no território. Entre os 26 mártires contam-se: António Dainan (13 anos), Bonaventura de Miyako, Cosme Takeya (38 anos), Francisco Branco (28 anos), Francisco de Nagasaki (46 anos), Francisco de São Miguel (53 anos), Gabriel de Duisco (19 anos), Gaio Francisco, Gundisalvus (Gonsalvo) Garcia (1556-97), Jaime Kisai (63 anos),

Joaquim Saccachibara (40 anos), João Kisaka (40 anos), João Soan de Goto, Leão Karasumaru (48 anos), Luís Ibaraki (12 anos), Martim da Ascensão (30 anos), Matias de Miyako, Miguel Kozaki (46 anos), Paulo Ibaraki (54 anos), Paulo Miki (33 anos), o primeiro japonês membro da ordem jesuíta, Paulo Suzuki (49 anos), Pedro Bautista (48 anos), Pedro Sukejiroo, Filipe de Jesus (24 anos), Tomás Kozaki (14 anos) e Tomás Xico (36 anos). Seis dos mártires eram missionários franciscanos, 3 jesuítas japoneses e 17 leigos ligados à ordem franciscana.

Maz (*mace, maas, etc.*): moeda chinesa de troca, equivalente a 1/10 do tael de prata, ou a 10 condorins. António Nunes equipara-o a 7 1/2 tangas larim de prata, em 1554, e Fr. Gaspar da Cruz, O.P., a 6 tangas, dois anos mais tarde. O padre João Rodrigues, S.J., equipara o mas a um mome de prata japonês, ou a dois vinténs portugueses, em 1604. Sarls e Cocks valorizam o mas em 6 d esterlinos, em 1613-20. Podendo também ser um peso: *Maz*: 1 maz=10 condorins; e 10 mazes=1 tael de peso, assim como a um tael de moeda de troca.

Mome: um mome eram 58 gramas de joelheiro ou 3,75 gramas. O padre João Rodrigues S.J. diz 1 mome=1 maz; 10 momes=1 tael.

Nagasaki bugyō: título do comissário ou governador de Nagasaki. Foi um cargo que existiu durante o regime Toyotomi e Tokugawa que tinha a seu cargo a administração do porto de Nagasaki e a gestão dos contactos com os estrangeiros em nome do governo. O cargo será extinto em 1871 após a Revolução Meiji.

Nau do trato: o navio ou carraca portuguesa que fazia a chamada *viagem do Japão*, realizada anualmente, primeiro, via Malaca-Japão entre 1550-57, por fim entre 1557-1639, via Macau-Japão, sendo o seu porto de chegada após 1571 Nagasaki. Quanto ao seu comandante tinha o nome oficial de Capitão-Mor das viagens da China e do Japão, sendo um cargo inicialmente exercido por nomeação do vice-rei da Índia portuguesa em troca de serviços prestados. O capitão-mor além de assumir o comando do navio tinha também como missão o combate à pirataria na rota China-Japão e proteger aqueles que faziam a viagem. Além disto, desde a fundação de Macau em 1557 até 1623, exercia o cargo de governador interino da cidade enquanto aí permanecesse e possuía jurisdição sobre a comunidade portuguesa de Nagasaki em termos criminais. O direito a realizar a viagem foi por vezes doado pela coroa a entidades como a cidade de Macau, Cochim ou Malaca. Posteriormente o cargo passou a ser leiloado em Goa, ficando com ele o indivíduo ou entidade que oferecia o lance mais elevado. Após 1635 o cargo passa a ser de escolha directa do Rei de Portugal.

Padroado: resultou de um acordo estabelecido entre a Santa Sé (Estados Pontifícios) e a coroa portuguesa: neste acordo o Papa delegava no Rei de Portugal o exclusivo da organização e financiamento de todas as atividades religiosas em todos os territórios e terras descobertas pelos portugueses. O padroado remonta aos inícios da expansão ultramarina portuguesa. Em meados do séc. XV abrangia as igrejas católicas do Norte de África e da Madeira, que pertenciam à Ordem de Cristo, que desde 25 de Maio de 1420, era liderada pelo infante D. Henrique, que sucedra a D. Nuno Rodrigues, e se manteve no cargo até 13 de Novembro de 1460, aquando da sua morte. Significa isto que antes de 1460 o direito de padroado não pertencia formalmente à coroa portuguesa. O acordo entre a coroa e o Papa só foi confirmado em 1514 pelo Papa Leão X. Através do direito de padroado, o rei de Portugal podia construir igrejas e nomear padres e bispos, sendo estes depois aprovados por Roma. No séc. XVI, o padroado, passou a integrar as igrejas católicas do Oriente e todos os clérigos e missionários destacados para África e para a Ásia, tinham que ser autorizados pelo monarca português para irem para esses territórios. O padroado permitiu assim, em teoria, à coroa portuguesa, exercer a sua influência e poder em territórios não controlados pela mesma (como na China e Japão). Estes privilégios oriundos do padroado vão sendo confirmados em bulas que autorizam a fundação de novas dioceses, como Funchal, São Tomé, Salvador da Baía, Santiago de Cabo Verde, Goa, Cranganore, Macau, Funai, Pequim, Nanquim e outras mais. No séc. XVII, o direito do padroado foi delimitado a territórios conquistados por Portugal, porque a Congregação Propaganda Fide (1622) passou a enviar diretamente missionários para territórios não ocupadas por europeus, resultando por exemplo, na criação dos Vicariatos Apostólicos de Tonquim e da Cochinchina em 1659, cujas áreas eram até então administradas pela diocese de Macau. Esta situação resultou num conflito entre os missionários romanos e portugueses e, em 1742, o Papa Bento XIV, promulgou uma bula, em que favorecia os missionários romanos e condenava definitivamente o método português, especialmente dos Jesuítas, visto que este método português respeitava e adaptava-se em demasia aos costumes locais (a questão dos ritos que dividia jesuítas e mendicantes e os próprios jesuítas entre os que trabalhavam na Europa e na área do Sudoeste da Ásia). Em 1759,

o marquês de Pombal dissolveu a Companhia de Jesus e em 1773 a ordem foi desmantelada por ordem de Clemente XIV. Em 1834, o padroado, sofreu outro golpe com o decreto da extinção das ordens religiosas masculinas e o esforço evangelizador foi mantido, embora custosamente por seminários como o de Rachol (Goa), São José (Macau) e o colégio de Cernache (Coimbra), estes e muitos outros formaram missionários e bispos que mantiveram o esforço evangelizador nesta região de Macau. Em 1911, a Lei da Separação do Estado e das Igrejas, não se aplicou ao padroado ultramarino, que passou a designar-se Padroado Português do Oriente. Em 1928, o direito do padroado, foi mantido pelo Papa Pio XI, mas devido a mudanças conjunturais, ao Concílio Vaticano II e ao desmantelamento do império, o padroado ficou restringido à diocese de Macau, que em 1975 passou a estar sujeita diretamente à Santa Sé. Mesmo assim, vestígios do padroado continuaram a existir, como por exemplo no caso da aposentação dos missionários do padroado que era assegurada pelo governo português de Macau, desaparecendo com o fim da administração portuguesa, sobre o território, a 20 de Dezembro de 1999.

Palmo: o palmo português valia 8 polegadas ou medidas de polegar.

Pardao (pardau) de ouro: aplicava-se inicialmente às moedas de ouro indianas de Vijayanagar, que valiam o equivalente a 6 tangas de prata ou cerca de 360 reis. Os europeus que faziam comércio com a Índia também lhe chamavam pagoda, e usavam-no como equivalente do cruzado e do real de oito. Ver São Tomé, abaixo.

Pardao (pardau) de prata: inicialmente era chamado pardao de tangas e pardao de larins (*tanga larim*). Equivalente a 5 tangas de prata ou 300 reis; mais tarde a 1 xerafim e às vezes 6 tangas.

Pataca (patacão, patacoon, etc.): moeda de troca, geralmente equivalente ao real de oito, ao cruzado, ou ao São Tomé. O valor nominal era de 360 reis. W. Barrett refere-se aos *patachines* de prata de Goa, em 1584, que valiam 6 tangas de *bom dinheiro* ou 360 reis.

Peso de à ocho reals (peso de plata): moeda de oito ou real de oito. Oito reais espanhóis valiam 4/- de moeda inglesa, em 1599.

Peso de ouro: dezasseis reais espanhóis, valendo 8/- em moeda inglesa de 1599.

Pico (picul, pikul, etc.): O pico do Extremo Oriente valia normalmente 100 cates ou 1600 taéis, e pode ser considerado equivalente a 133 1/2 libras avoirdupois. O padre João Rodrigues S.J. afirmou que a seda e outras mercadorias trazidas para o Japão e Macau, no Grande Navio, eram normalmente pesadas em picos de 1500 taéis de peso.

Quartilho (quartileo): o quarto duma canada portuguesa.

Quintal (kintal): o quintal português, que era largamente usado no Oriente, era geralmente considerado como valendo 128 arráteis, ou cerca de 130 libras avoirdupois. António Nunes considerava 95 cates chineses equivalente ao quintal, em 1554.

Rada: é uma zona fora do porto onde os navios podem deitar âncora, é uma área apertada e estreita que não deve ser confundida com um estuário, podendo ser criada artificialmente, as radas naturais oferecem proteção contra as tempestades e são usadas com frequência como bases navais.

Real (espanhol): o real valia 6d em moeda inglesa de 1599.

Real (português): ver *Reis*.

Reis: pequena moeda portuguesa de cobre de pouco valor, que foi abolida no século XVI, mas os seus múltiplos conservaram-se e eram usados como moeda de troca. Durante o período de 1555-1640, o valor do cruzado estava teoricamente fixado em 400 reis, o São Tomé de prata (pataca) em 360, o xerafim em 300, a tanga em 60, o vintém português em 20 e o indo-português em 12 reis.

Real de oito (peso à ocho reales; peso de plata; el duro): era a moeda europeia mais comum e mais popular no Extremo Oriente depois dos espanhóis se terem fixado nas Filipinas. Os fatores ingleses no Oriente convertiam-

na usualmente em 4/- esterlinos, às vezes em 5/-. Em Goa, em 1584, era oficialmente cotada como um cruzado (400 reis), ou 6 2/3 tangas, mas no tempo de Peter Mundy oscilava à volta de 10 tangas. Este último observador anota o seguinte acerca da diferença entre a prata japonesa e espanhola, em Macau, em 1637: “ Note que se tiver que pagar 100 taéis de prata do Japão e der reais de oito, então cada real de oito será creditado por 8 mazes 4 condorins e 3 caixas, ou por 8 mazes e 5 condorins; mas se dever reais de oito e os quiser pagar em prata japonesa, por cada real (que vale 7 mazes e 4 condorins), tem que dar 8 mazes e 5 condorins em prata japonesa, pois há uma diferença de 15% nos pagamentos correntes entre a prata espanhola e a prata japonesa, sendo a primeira melhor, chamada *plata corriente* ou prata corrente”. Duas décadas mais cedo (1618) os feitores ingleses no Japão avaliavam o real de oito às vezes em 8 *mazes japoneses*, ou 4/- esterlinos e outras vezes em 9 *mazes cada um*. Peter Mundy também diz que em Cantão e em Macau o real de oito valia cerca de 7 mazes e 3 condorins, ou 7 mazes e 4 condorins. De tudo isto, concluímos que o valor do real de oito flutuava no Extremo Oriente entre 7 a 9 mazes. Na Índia era considerado como equivalente a duas rupias Mogul padrão durante esse período.

Rebelião de Shimabara: foi um dos últimos e mais graves levantamentos armados contra o governo Tokugawa que durou entre 17 de Dezembro de 1637 a 15 de Abril de 1638. Como principais líderes da rebelião destacam-se Amakusa Shirō Tokisada (c.1621-38), Arie Kenmotsu, Masuda Yoshitsugu, Ashizuga Chueemon e Yamada Emosaku, apesar de ter começado como um revolta contra o governo opressivo do daimyō Matsukura Katsuei (1598-1638, senhor de Shimabara 1630-38) e de Terazawa Katataka, senhor de Karatsu entre 1633 a 47, rapidamente se juntaram à rebelião vários rōnin ou samurai sem senhor, que tinham servido senhores cristãos, assim o movimento acabou por ser visto como uma grande revolta cristã contra o governo Tokugawa, contribuindo para a proibição final do comércio entre portugueses e japoneses, além de ter desencadeado uma nova vaga de perseguições anticristãs pelo arquipélago japonês.

Ryo: medida de peso japonesa para pesar a prata, etc. Dezasseis ryo eram um kin, mas o ryo variava muito de tamanho. No nosso período parece ter sido equivalente a 4,5 momes ou cerca de 16,87 gramas. 1000 Ryos de prata pesavam portanto cerca de 16,800 gramas ou 540 onças de joalheiro.

São Tomé (ouro), ou *Pardau de São Tomé*: foi uma moeda cunhada cerca de 1548 em Goa, com o peso de 3,22 gramas, e logo reduzida para 2,80 gramas. O *São Tomé* de ouro valia inicialmente de 6 a 7 *tanga*. Em 1580-1600, era cerca de 8 1/2 a 10 tangas, e em 1637, Peter Mundy fala de duas emissões diferentes valendo respectivamente 15 e 16 1/2 tangas.

São Tomé de prata (pataca): foi uma moeda primeiramente emitida em Goa no reinado de D. João III (1521-57), com o valor fixado em 360 reis e pesando entre 27,2 e 24,3 gramas. O valor nominal foi mantido posteriormente, mas o peso e consequentemente o valor intrínseco foi reduzido. Quando foi emitida era igual ao real de oito hispano-americano, mas como em breve perdeu o seu toque, nunca substituiu *El Duro* como a moeda favorita no Extremo Oriente.

Senado de Macau: No início do estabelecimento português, Macau era administrado pelo Capitão-Mor das viagens da China e do Japão, mas com o decorrer do tempo foram surgindo assuntos cuja resolução não podia aguardar o regresso do capitão-mor. Para resolver estes problemas formou-se um triunvirato que passou a regular todas as questões de ordem pública e da política de Macau, era composto por 3 representantes dos moradores, chamados *homens-bons*, escolhidos por votação. Em 1562, um dos eleitos, passou a ser o *capitão de terra*, estes representantes continuavam a estar dependentes do capitão-mor. Além do triunvirato, existia também 1 juiz e 4 comerciantes eleitos pelo povo que participavam na administração, formando uma Junta Oligárquica de Comerciantes. Mas esta Junta revelou-se insuficiente para dirigir e resolver os assuntos da cidade e devido à união com Espanha em 1580, as autoridades espanholas começaram a querer interferir nos assuntos de Macau, para se adaptarem a esta nova realidade foi formada uma Câmara Municipal (chamada Senado da Câmara) incentivada e apoiada pelo bispo de Macau em 1583. Os cidadãos e moradores reuniram-se e decidiram criar uma forma de governo local semelhante às cidades de Portugal e do Estado da Índia, pois pretendiam manter a cidade fora da esfera de influência espanhola. O senado da Câmara era formado por 2 juizes (ordinários) e 3 vereadores, o 1º vereador era o Procurador da Cidade, tratando dos assuntos financeiros da cidade e o representante do senado em todos os assuntos relacionados com as autoridades chinesas, tratava também dos

assuntos dos habitantes chineses da cidade, sendo ainda, uma espécie de juiz de 1ª instância, com o poder de aplicar penas em casos menores, as mais graves no caso chinês, eram remetidas ao mandarim do distrito e no caso português ao juiz de direito. O procurador foi também o tesoureiro do senado até 1738, quando as duas funções foram separadas. Havia também um secretário da Câmara, que podia ser o bispo ou o capitão de terra, que tinha a função de alferes. Os vereadores deveriam ter pelo menos 40 anos e os juízes 30 anos, os cargos eram eletivos e uma vez eleito, ninguém se podia recusar a servir como oficial do senado. Em 1586 o vice-rei da Índia autorizou a formação desta câmara municipal e estipulou que a eleição dos seus oficiais seria de 3 em 3 anos. O senado administrou e governou diretamente a cidade até 1623 quando chegou o 1º governador, após isto, o senado deixou de governar mas continuou a ter um papel fundamental na administração do território devido às inúmeras funções que detinha. Em 1834 por decreto real passou a estar subordinado diretamente ao governador, ficando só com funções de gestão municipal, a 20 de Setembro de 1844 por decreto de D. Maria II foi reafirmado que o governador era o principal órgão político-administrativo da cidade, com o fim do poder dos mandarins sobre Macau e a abolição da alfândega chinesa em 1849, o governador passou a ser a máxima autoridade no território, até 20 de Dezembro de 1999, o governador foi o representante exclusivo dos interesses de Macau e governava a cidade em nome de Portugal, desempenhando o cargo de chefe do governo, desde 1976 estava obrigado a responder às questões levantadas pela Assembleia Legislativa de Macau sobre as suas ações.

Sesshō e Kampaku: foram dois antigos títulos existentes no Japão imperial, o primeiro era o nome dado a um regente que assistia na governação de um Imperador menor ou uma Imperatriz. O segundo era, uma espécie, de grande conselheiro do Imperador, sendo o título oficial: primeiro conselheiro e regente que assistia um Imperador adulto. Durante o período Heian (794-1185), foram em muitos casos, os verdadeiros governantes do Japão. A família Fujiwara assumiu, pela primeira vez, um destes títulos em 858. No séc. XII, havia cinco famílias, descendentes dos Fujiwara (Konoe, Kujō, Ichijō, Takatsukasa, Nijō) que monopolizaram os cargos até 1868, aquando da restauração Meiji. As únicas exceções a este ordenamento foram com Toyotomi Hideyoshi (1585-91) e Toyotomi Hidetsugu (1591-95), tendo sido abolido pelo Imperador Meiji em 1872. Na atualidade e de acordo com a lei da casa imperial, o cargo de Sesshō está restrito à família imperial. O príncipe da coroa Hirohito, antes de se tornar o Imperador Shōwa, exerceu o cargo entre 1921-26, devido à incapacidade do seu pai, o Imperador Taishō, sendo chamado de Sesshō-no-miya, durante esse período.

Shuinsen ou navios do selo vermelho: foram navios mercantes japoneses que se envolveram no comércio pelas rotas marítimas e comerciais do sudoeste da Ásia. Para efetuarem este comércio tinham que possuir uma permissão especial do governo japonês ou selo. O sistema embora tendo sido iniciado nos últimos anos do regime Toyotomi, atingiu a sua maturidade sob o governo do Bakufu de Edo, este sistema será abolido em 1635.

Stuivers (stiver): moeda holandesa valendo 16 pence holandeses e equivalente ao penny inglês. O tael de prata era avaliado em 62 1/2 stuivers antes de 1636 e em 57 stuivers em 1637-40.

Tael: numa forma geral 1 tael=10 mazes=100 condorins=1000 caixas, tanto de peso, como de moeda de troca. O número de taéis em cada cate variava muito, como se explica em cate, mas as variantes mais usuais eram 15 ou 16 taéis por cate. O cate também era equivalente a 10 momes no Japão, segundo o padre João Rodrigues S.J., e 100 taéis eram equivalentes a 1 can (ou Kame).

Tael de prata: moeda de troca chinesa, e nome comercial da *onça de prata* ou liang. Era contabilizada por 1000 caixas, 100 condorins ou 10 mazes. António Nunes (1554) equipara o tael a 7 1/2 *tangas larins* de prata; Fr. Gaspar da Cruz (1556) a 6 *tangas*. O padre João Rodrigues considera o tael equivalente a 10 momes japoneses de prata, e ao cruzado português de 400 reis. Pedro de Baeza avalia o tael em 10 reais espanhóis, quer dizer acima do real de oito de prata. Os fatores ingleses no Japão (1613-23) avaliam o tael em 5/- esterlinos, ou em 4 taéis para cada 5 reais de oito. Nas exportações portuguesas para o Japão uma arca de prata em barra é normalmente avaliada em 1000 taéis, pesando uma barra de prata 4 taéis e 3 mazes. Os comerciantes holandeses no Japão valorizam o tael um pouco acima de 62 stuiver antes de 1636, e em 57 stuiver de 1637 a 1640. O tael de prata era também frequentemente equiparado ao cruzado, com o real de oito, e com o ducado, para cálculos aproximados, embora isto fosse incorreto.

Talassocracia: palavra que deriva das palavras gregas Θάλασσα (o mar) e κρατία, *kratía* (no grego querendo dizer força e poder depois ganhando o significado de poder, evoluindo para o latim como *cratía* e consequentemente para o português *cracia*) referindo-se a um estado cujo governo ou poder centraliza-se num contexto marítimo. O termo pode também aplicar-se à supremacia naval de um estado no sentido militar ou comercial.

Tanga: era inicialmente uma moeda de troca indo-portuguesa. Foi mandada cunhar uma emissão de prata em 1569, com um peso de 4,4 gramas, mas o primeiro *espécimen* que se conhece data de 1594 e pesa 3,60 gramas. Em 1614, o peso foi reduzido a 3 gramas, e em 1640 a 2,20 gramas. Contudo o valor teórico da tanga de prata usual permaneceu fixo em 60 reis, apesar da *tanga larim* valer de 60 a 100 reis. *Tanga*: quando a tanga era usada como peso no Sul da China, parece ter sido cerca de 1/6 ou 1/7 do tael, segundo António Nunes e Fr. Gaspar da Cruz, O.P., que escreviam em 1554-56.

Tonelada (tonelada de navegação, tun): normalmente significava uma quantidade de mercadorias que chegassem para encher 60 pés cúbicos. A tonelada portuguesa pode ser considerada com o mesmo volume, tendo sido inicialmente baseada no espaço ocupado por duas pipas de vinho. O last holandês, por outro lado, era igual a 120 pés cúbicos ou 2 toneladas de capacidade.

Últimos governantes Ashikaga: contam-se entre eles - Yoshihisa (g.1474-89), filho de Yoshimasa. Yoshitane (g.1490-93 e 1508-21), filho de Yoshimi (1439-91), irmão de Yoshimasa e herdeiro-presuntivo do irmão até ao nascimento de Yoshihisa e desta disputa acerca da sucessão, derivou a causa principal da guerra Ōnin. *Yoshizumi (g.1494-1508), Yoshiharu (g.1521-46), Yoshiteru (g.1546-65), Yoshihide (g.1568) e Yoshiaki (g.1568-73)*. *Todos eles não exerceram de fato o poder e os únicos que adquiriram alguma influência como Yoshiteru, que foi assassinado e Yoshiaki, que após trair Oda Nobunaga, que o colocara no poder, foi expulso de Kyoto, aquando da 2ª entrada de Nobunaga na cidade, exerceram o poder nominalmente, sendo membros da família Hosokawa, Miyoshi ou Yamana o verdadeiro poder por detrás do trono. A deposição de Yoshiaki irá por fim ao Bakufu de Muromachi, fundado por Takauji em 1336.*

Vara: normalmente traduzida por *jarda*. Pode-se considerar a vara portuguesa como 5 palmos, ou cerca de uma jarda, mas a vara espanhola variava muito na Espanha e nas suas colónias.

Vintém: uma moeda portuguesa de cobre valendo cerca de 20 reis, e uma moeda indo-portuguesa de metal vil (zinco) valendo cerca de 12 reis. A *tanga* de prata era equivalente a 3 vinténs.

Xerafim: do princípio ao fim uma moeda indo-portuguesa, o xerafim (como era fundido em Goa) valia teoricamente 5 tangas ou 300 reis, mas variou em peso e portanto em valor intrínseco consequentemente. A moeda foi fundida em 1569 com o peso de 19 gramas, e em 1640 com 11 gramas.

Índice Remissivo

A

Afonso de Albuquerque, 7, 24, 25
Arima Harunobu, 62, 68, 69, 77, 79, 80, 88, 91, 92, 94
Ashikaga, 17, 18, 19, 21, 22, 53, 57
Ásia, 1, 4, 6, 13, 14, 17, 22, 32, 33, 37, 52, 54, 57, 66, 90, 96, 97, 104, 115
Atlântico, 23
Azuchi, 22, 61, 62, 63

B

Bakufu, 17, 18, 20, 21, 22, 32, 36, 40, 46, 97, 98, 99, 102, 103, 104, 107, 111, 113, 115
Bernardo, 52, 53
Bogyō, 36, 39, 77, 84, 98, 101, 105, 107, 108, 109, 110
Bungo, 19, 30, 54, 55, 64, 65, 77, 83

C

Cantão, 25, 26, 28, 105, 107
Capitão-mor, 31, 32, 33, 34, 35, 37, 38, 39, 40, 54, 58, 65, 69, 91, 92, 101, 102, 103, 104, 106, 107

Ch

China, 6, 7, 13, 16, 17, 19, 25, 26, 28, 29, 30, 31, 32, 34, 36, 38, 43, 47, 49, 58, 65, 68, 73, 74, 77, 80, 81, 83, 91, 93, 94, 101, 102, 111, 116, 119, 120, 121, 122

C

Cochim, 23, 24, 31, 45, 46
Coimbra, 3, 7, 29, 45, 117, 122
Companhia de Jesus, 1, 4, 9, 41, 42, 44, 51, 58, 63, 74, 94, 113, 114, 115, 121
Coreia, 17, 57, 65, 72, 77, 111, 121
Cosme de Torres, 44, 51, 54, 62
Cristóvão Colombo, 5

D

Daimyō, 18, 21, 22, 45, 47, 51, 52, 53, 55, 56, 58, 59, 60, 62, 63, 64, 67, 68, 69, 70, 73, 75, 76, 77, 79, 80, 84, 85, 87, 88, 96, 97, 98, 100, 112, 114
Date Masamune, 22, 67, 75, 98, 114
Deshima, 96, 104, 106, 107, 108, 109, 114
Direito do padroado, 51, 115

E

Edo, 17, 22, 78, 83, 86, 94, 96, 104, 106, 108, 109, 110
Embaixada Tenshō, 4, 60, 68, 96
Espanha, 13, 37, 49, 51, 72, 101
Esquadra de Defesa, 99, 101
Europa, 14, 16, 25, 49, 62, 63, 69, 81, 113, 114, 115

F

Fernão Mendes Pinto, 3, 5, 31, 48
Filipinas, 16, 17, 37, 40, 41, 47, 72, 94, 97, 99, 100, 101, 107, 109, 116

Francisco Cabral, 48, 54, 57, 62
Francisco de Almeida, 7, 24
Francisco de Castelbranco, 104, 105, 106, 108
François Caron, 108, 110, 115
Frei Belchior Faria, 6
Funai, 51, 54, 55, 58, 65
Fushimi, 74, 76, 78, 81, 82, 86

G

Gaspar Coelho, 62, 65, 69
Goa, 15, 24, 25, 28, 31, 32, 33, 34, 37, 38, 40, 43, 45, 46, 69, 103, 104, 108, 109, 110
Gonçalo da Silveira, 38, 103, 105, 106
Guangdong, 26, 27

H

Hakata, 39, 65, 77, 87
Hideyori, 74, 76, 87
Hirado, 31, 33, 47, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 65, 66, 85, 92, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 105, 110, 115
Honshū, 10, 18, 19, 64

I

Ignacio de Loyola, 41
Índia, 8, 14, 15, 16, 17, 23, 24, 31, 32, 35, 38, 40, 41, 44, 45, 48, 49, 54, 57, 69, 71, 81, 86, 101, 104, 116, 117, 118
Índico, 4, 6, 7, 13, 16, 17, 22, 23, 24
Ishida Mitsunari, 75, 76, 78

J

Japão, 1, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 17, 19, 20, 22, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 51, 54, 59, 61, 62, 63, 64, 66, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 77, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 88, 89, 91, 92, 93, 94, 95, 97, 99, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 119, 120, 121
João Rodrigues S.J., 4, 50, 63, 91, 94, 113
Juan Fernández, 44, 51, 53, 57

K

Kagoshima, 30, 41, 44, 51, 55, 58, 98, 111
Kamakura, 17, 18, 19, 20
Kanrei, 19, 20, 21
Kantō, 18, 19, 20, 67
Katō Kiyomasa, 65, 76, 85
Konishi Yukinaga, 65, 70, 77, 78
Kyoto, 10, 17, 19, 20, 21, 22, 30, 53, 55, 56, 57, 61, 64, 67, 69, 72, 94, 112
Kyūshū, 10, 19, 20, 30, 44, 51, 52, 53, 55, 57, 58, 59, 62, 63, 64, 65, 67, 68, 69, 71, 72, 73, 77, 79, 84, 85, 96, 103

L

Lisboa, 13, 22, 24, 26, 28, 31, 32, 37, 41, 44, 45, 47, 48, 49, 50, 54, 61, 62, 64, 66, 68, 73, 74, 77, 80, 81, 91, 94, 97, 98, 110, 111, 117, 118, 119, 120, 121, 122
Lopo Sarmiento de Carvalho, 34, 37
Luís Cerqueira, 49, 75, 79, 89, 94, 95
Luís de Almeida, 48, 55, 57
Luís de Fróis, 8, 56, 57, 61, 62, 64, 66, 68, 73, 118

M

Macau, 1, 2, 4, 9, 25, 27, 28, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 44, 45, 47, 48, 49, 55, 60, 62, 69, 74, 83, 89, 91, 92, 93, 94, 99, 101, 102, 103, 104, 105, 107, 108, 109, 110, 114, 116, 117, 118, 119, 122
Malaca, 6, 14, 15, 16, 17, 24, 25, 26, 31, 38, 48, 49, 91, 103, 104, 105, 116
Manila, 1, 2, 34, 35, 36, 37, 39, 40, 41, 47, 72, 94, 98, 100, 101, 102, 103, 104, 106, 107, 108
Marco Polo, 5, 17
Mōri Motonari, 51, 55
Mōri Terumoto, 64, 75, 76
Murayama Tōan, 81, 89, 99
Muromachi, 17, 18, 19, 20, 21, 22

N

Nagasaki, 4, 9, 10, 32, 34, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 47, 48, 49, 53, 56, 57, 58, 60, 62, 63, 64, 67, 71, 72, 73, 74, 75, 77, 79, 81, 83, 84, 86, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 105, 106, 107, 109, 110, 112, 115, 116
Ningbo, 26, 27, 30

O

Oda Nobunaga, 4, 22, 57, 60, 61, 64, 73, 95, 112
Odawara, 19, 67, 68, 69
Ōmura Sumitada, 32, 55, 56, 58, 62, 68
Ōmura Sumiyori, 80
Organtino Gneccchi S.J., 57
Ormuz, 14, 16, 24
Osaka, 3, 64, 67, 72, 73, 76, 77, 79, 85, 86, 87, 90, 98, 122
Ōtomo, 19, 30, 51, 54, 59, 62, 64, 65
Ōtomo Sōrin, 51
Ōuchi, 19

P

Pacífico, 6
Paradiplomacia, 1, 2, 4, 7, 9, 10, 11, 12, 13, 51, 54, 56, 60, 63, 96, 112, 115, 116, 117
Paulo da Santa Fé, 45
Pedro Álvares Cabral, 7, 23
Pequim., 15
Portugal, 5, 6, 7, 8, 13, 23, 24, 25, 28, 29, 31, 32, 37, 41, 43, 44, 45, 47, 49, 51, 54, 61, 62, 64, 66, 68, 73, 74, 77, 80, 81, 91, 94, 95, 97, 110, 111, 117, 118, 119, 120, 121, 122

R

Rebelião de Shimabara, 106, 111
Richard Cocks, 82, 90, 94, 100, 101, 103
Roma, 42, 43, 48, 62, 68, 81, 89, 108
Ryūkyū, 16, 111
Ryūzōji Takanobu, 51, 59

S

Sakai, 29, 30, 53, 55, 73
Sakoku, 96, 103, 114
Senado de Macau, 35
Sengoku, 21, 22, 51, 112
Shimazu, 19, 30, 51, 64, 65, 67, 75, 78, 79, 98
Shōgun, 18, 19
Shugo, 18, 19, 20, 21

Sião, 6, 15, 24, 25, 36, 103

T

Takayama Ukon, 65

Takeda Shingen, 22, 51

Tanegashima, 7, 29, 30, 31, 61, 112, 119

Tanegashima Tokitaka, 29

Terazawa Hirotaka, 72, 79

Tōhoku, 19

Tokugawa Hidetada, 34

Tokugawa Iemitsu, 100, 102, 104, 107, 109, 110, 111, 114

Tokugawa Ieyasu, 22, 43, 47, 49, 61, 75, 76, 77, 78, 80, 91, 95, 97, 98, 113, 114, 122

Tomé Pires, 6, 16, 25, 29, 117

Toyotomi Hideyoshi, 9, 19, 22, 47, 49, 58, 63, 67, 68, 74, 95, 113, 120

U

Uesugi Kagekatsu, 75, 76

Ukita Hideie, 73, 75, 76, 78

V

Valentim de Carvalho, 45, 93, 117

Vasco da Gama, 7, 15, 17, 22, 24

Vice-rei, 27, 33, 34, 35, 37, 38, 40, 49, 69, 70, 71, 86, 100, 104, 116

W

William Adams, 83, 84, 93

X

Francisco Xavier, 6, 41, 43, 44, 45, 46, 48, 51, 52, 53, 54, 120

Y

Yamaguchi, 53, 55

Yokoseura, 55, 56, 58

Z

Zheng He, 6, 17